



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Rodrigo Rossi Morelato


**Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia, comunicação e
cidadania na cidade do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2023

Rodrigo Rossi Morelato

**Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia, comunicação e cidadania
na cidade do Rio de Janeiro**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Círcia Maria Krohling Peruzzo

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M839 Morelato, Rodrigo Rossi.
Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia, comunicação e
cidadania no Rio de Janeiro / Rodrigo Rossi Morelato.– 2023.
303 f.

Orientadora: Cicilia Maria Krohling Peruzzo.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação – Teses. 2. Cidade – Teses. 3. Ambientalismo–
Teses. I. Peruzzo, Cicilia Maria Krohling. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

br

CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Rodrigo Rossi Morelato

**Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia, comunicação e cidadania
na cidade do Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr^a. Círcia Maria Krohling Peruzzo (Orientadora)
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr^a. Annelise Caetano Fraga Fernandez
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Thomas Tufte
Loughborough University London

Prof.^a Dr^a. Raquel Paiva de Araújo Soares
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr^a. Círcia Sanmartin Fernandes
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas e todos que constroem a Rede Carioca de Agricultura Urbana, que em perseverança, sonho, luta e agroecologia promovem a cidadania nas terras do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, feito com muita paixão.

À minha família. Minha mãe, Marta, que em sua infância migrou da colônia para a cidade, com toda a sua família, em cima de uma caminhonete, e sempre povoou a minha infância de histórias da roça. Meu pai, Renato, filho de um torneiro mecânico que produzia as rodas dos trens da Vale, que por toda a infância e jovem vida adulta habitou uma casa onde as águas do valão vinham reivindicar direito.

Meus pais se encontraram, também, dentre muitas outras coisas, pelo falecimento trágico de meus avós por atropelamento ou leniência do Estado, algo muito recorrente no Brasil.

À segunda esposa de meu pai, Ângela, filha de colônia, sempre muito trabalhadora e extensionista rural – antes do Estado do Espírito Santo se entender, também, como industrial e logístico.

Também agradeço à minha irmã, Rentata, e a meu cunhado, Pedro, sempre tão presentes em todos os momentos.

Certo dia, durante a pesquisa, ouvi de um pesquisador da UFRRJ que o Espírito Santo “é muito camponês”. Entre verdadeiro ou falso, guardei essa impressão.

Aos meus colegas do movimento social, que são tantos, não poderia deixar de agradecer aos “verdejantes” da Serra da Misericórdia, à valorosa Juventude Agroecológica da Rede CAU, aos feirantes, agricultores, técnicos, consumidores, pesquisadores e militantes que inspiraram este trabalho, meu sincero agradecimento.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, meus sinceros agradecimentos, que se estendem às trabalhadoras da secretaria, sempre tão amáveis e solícitas.

Agradeço aos membros da banca, pesquisadoras que admiro, pela generosidade em acompanhar e contribuir com este trabalho. Minha orientadora, a profa. Dra. Cicilia Krohling Peruzzo, e aos demais membros da banca, as professoras Dra. Annelise Ferenandez, Dra. Ana Cristina Suzina, Dra. Raquel Paiva e Dra. Cintia Fernandes, e ao professor Thomas Tufte, que conheci na ensolarada

Belém durante um Congresso Intercom e teve a generosidade de me aconselhar durante um breve período de estágio de pesquisa no estrangeiro, com o qual por muito tempo sonhei. Também gostaria de deixar registrados os meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelos indispensáveis financiamentos. Também gostaria de agradecer ao professor Thomas Tufte e ao Media and Creative Industries Institute da Loughborough University London pela acolhida generosa, de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos que fiz na caminhada, Hugo Oliveira, Maria Thereza, Tatiana Couto, Naiara Evangelo, Thalita Fausto Amaro e Débora da UERJ. Agradeço às “chiquitas” que João Maia deixou, Jorgiana Brennand, Monica Neustadt, Conceição Souza e Adelaide Chao por todo o apoio. Também a Luana Bulcão, da UFRJ. Amigos de outros espaços, como Adil Lepri, Áquila Mesquita, Thiago Franco, Alex Mascarenhas, Lucimara Rett, Marcio Reis, que me ajudaram nos momentos de fraqueza.

A todas e todos da Rede Carioca de Agricultura Urbana, meus sinceros agradecimentos.

A[luno]: Esse é justamente o meu problema: interromper. Preciso terminar o meu doutoramento. Só faltam oito meses. O senhor fala sempre em “mais descrições”, mas isso me lembra as curas do Freud: análise sem fim. Quando parará? Meus atores estão por aí! Aonde devo ir? O quem ver a ser uma descrição completa?

P[rofessor]: Ótima pergunta. Prática. Como não me canso de dizer: “Tese boa é tese feita”. Mas há outra maneira de parar, além de “acrescentar uma explicação” ou “inserir num quadro”.

A[luno]: E qual é?

P[rofessor]: Pare depois de escrever suas cinquenta mil palavras ou qualquer que seja a exigência aqui; nunca me lembro qual é.

Bruno Latour

RESUMO

MORELATO, Rodrigo Rossi. *Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia, comunicação e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. 2023. 303 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Pesquisa sobre Comunicação e desenvolvimento da cidadania realizada junto à parte do movimento agroecológico carioca: a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Atuante na cidade do Rio de Janeiro desde 2009, esse movimento social em rede disputa o direito à cidade segundo uma leitura agroecológica da realidade. O objetivo geral é compreender os processos de comunicação para a cidadania protagonizados pela Rede Carioca de Agricultura Urbana. Trata-se de uma pesquisa participante, de caráter cartográfico, além usar a aplicação de conversações e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa investiga como propostas de desenvolvimento podem ser entendidas como indutoras ou dissuasoras de processos de cidadania, e entende a agroecologia como uma proposta de desenvolvimento para a cidadania. Parte de uma frente cultural maior, que envolve outras esferas organizativas do movimento agroecológico brasileiro, as ações de comunicação e diálogo entre grupos que tecem a Rede CAU são estudadas segundo um marco da comunicação dialógica. Se demonstra as especificidades da agroecologia carioca, que se realiza por intermédio das mediações impostas pela cidade. Se descrevem os repertórios de comunicação empregados pela Rede CAU, os quais buscam avanços no campo da cidadania. Conclui-se que a agroecologia pode ser compreendida como um processo de comunicação para a cidadania, que busca, na efetivação do direito à cidade, sua maneira de se exercer.

Palavras-chave: Comunicação. Cidade. Agroecologia. Rio de Janeiro. Diálogo. Cartografia.

ABSTRACT

MORELATO, Rodrigo Rossi. *Rio de Janeiro Urban Agriculture Network: agroecology, communication and citizenship in the city of Rio de Janeiro*. 2023. 303 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This research on Communication and the development of citizenship, carried out with part of the Rio de Janeiro agroecological movement: the Rio de Janeiro Urban Agriculture Network (CAU Network). Active in the city of Rio de Janeiro since 2009, this networked social movement disputes the right to the city according to an agroecological reading of reality. The overall objective is to understand the processes of communication for citizenship carried out by the Rio de Janeiro Urban Agriculture Network. It is a participant research, cartographic in nature, in addition to using the application of conversations and semi-structured interviews. The research investigates how development proposals can be understood as inducing or dissuading citizenship processes, and understands agroecology as a development proposal for citizenship. Part of a larger cultural front, which involves other organizational spheres of the Brazilian agroecological movement, the communication and dialogue actions between groups that weave the CAU Network are studied according to a dialogical communication framework. It demonstrates the specificities of Rio's agroecology, which is carried out through the mediations imposed by the city. It describes the communication repertoires used by Rede CAU, which seek advances in the field of citizenship. It is concluded that agroecology can be understood as a communication process for citizenship, which seeks, in the realization of the right to the city, its way of exercising.

Keywords: Communication. City. Agroecology. Rio de Janeiro. Dialogue. Cartography

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Um “card” de convocação de uma das plenárias semestrais da Rede Carioca de Agricultura Urbana	117
Figura 2 – Juventude da REDE CAU na Plenária Anual de 2019	123
Figura 3 – Sistematizações devolvidas na Juventude Agroecológica	131
Figura 4 – Locais onde foram realizadas as atividades.....	133
Figura 5 – Produtos frescos que compunham uma das cestas distribuídas	138
Figura 6 – Plenária semestral da Rede CAU no Complexo da Maré	163
Figura 7 – Parte do formulário de visita de avaliação, verificação e pares do sistema participativo de garantia da ABIO (em branco).....	166
Figura 8– Postagem na rede social Facebook	171
Figura 9 – O resultado de uma oficina de culinária quilombola.....	183
Figura 10 – Oficina “Culinária da Roça” onde, dentre outros pratos, se ensinou a fazer um molho para massas à base de caqui	187
Figura 11 – Infográfico sobre o percurso de comercialização do caqui da Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 2021	191
Figura 12 – Oficina de artesanato com a fibra da bananeira.....	199
Figura 13 – Potes de sabão ecológico produzidos pelas mulheres da Serra da Misericórdia, na Zona Norte do Rio de Janeiro	203
Figura 14 – Réplica da mensagem recebida em aplicativo.	210
Figura 15 – Reunião de planejamento do mutirão.....	212
Figura 16 – Peça gráfica convidando para o mutirão e luau na Serra da Misericórdia, em 2012	214
Figura 17 – Música caipira na transmissão ao vivo do Tira-Caqui 2021	220
Figura 18 – Feira montada em frente à prefeitura do Rio de Janeiro	228
Figura 19 – Feira Agroecológica no Festival da AARJ-Metropolitana	229
Figura 20 – Exemplo de <i>card</i> informativo que circulou por aplicativos de mensagens e redes sociais	238
Figura 21 – Abaixo-assinado realizado pela AARJ e Rede CAU	241
Figura 22 – Última página da carta-compromisso, onde os candidatos podem declarar publicamente o seu apoio às pautas da agroecologia.....	257

Figura 23 – Card convocando para a Roda de Conversa a ser realizada em 21/09/2020	260
Figura 24 – Roda de conversa “A cidade também planta: o plano diretor”, em 21/09/2020	263
Figura 25 – Participantes da Rede CAU e parlamentar do legislativo estadual durante a votação do PEAPO	265
Figura 26 – Facilitação gráfica produzida durante o Festival de Agroecologia da AARJ, em 07 de agosto de 2019.....	266
Figura 27 – Facilitação Gráfica de debate do III ENA	268
Figura 28 – Localidades da cidade onde foram realizadas as atividades	274
Gráfico 1 – Participação proporcional por categorias nas pré-conferências e na conferência municipal.....	247

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista e local de <i>podcasts</i> produzidos.....	134
Quadro 2 – Dados sobre as pré-conferências.....	243
Quadro 3 – Lista, local e temática dos <i>podcasts</i> produzidos Rádio Rede CAU	278
Quadro 4 – Lista, local e temática dos <i>podcasts</i> produzidos	280
Quadro 5 – Lista, local e temática dos <i>podcasts</i> produzidos Agroecologia: papo de cria	282

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AGROPRATA	Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca
AGROVARGEM	Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande
ALIFLO	Aliança da Floresta
AMAVAG	Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA	ONG Assessoria e Serviços em Projetos de Agricultura Alternativa
CAIC-UFRRJ	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCFPR	Centro Comunitário de Formação Padre Rafael
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEM	Centro de Integração da Serra da Misericórdia
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CIESPAL	Centro de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNAU	Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPC	Centro Popular de Cultura
CRAS	

CUCA	Centro de Referência e Assistência Social
CUT	Circuito Universitário de Cultura e Arte
DAP	Central Única dos Trabalhadores
EEASC	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade
ENA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG	Encontro Nacional de Agroecologia
IPTU	Fundação Angélica Goulart
ITR	Imposto Predial Territorial Urbano
MCP	Imposto Territorial Rural
MPA	Movimento de Cultura Popular
MST	Movimento de Pequenos Agricultores
ODS	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONU	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAA	Organização das Nações Unidas
PEU	Programa de Aquisição de Alimentos
PNA	Projeto de Estruturação Urbana
PNAE	Plano Nacional de Alfabetização
PROFITO	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Projeto Plantas Medicinais nas Comunidades do Entorno do Maciço da Pedra Branca
PSD	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REDE CAU	Partido Social-Democrático
SMDEI	Rede Carioca de Agricultura Urbana
SPG	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação

UDN	Sistema Participativo de Garantia
UERJ	União Democrática Nacional
UFRRJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNE	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	União Nacional dos Estudantes
USAID	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
	METODOLOGIA	25
1.1	Preâmbulo metodológico	25
1.2	Um aspecto cartográfico	32
1.2.1	<u>Algumas técnicas utilizadas</u>	32
1.2.2	<u>Sobre o método da cartografia</u>	37
2	DESENVOLVIMENTISMO, COMUNICAÇÃO E AGROECOLOGIA	45
2.1	Uma crítica latino-americana ao desenvolvimentismo	46
2.2	Comunicação e mudança social: tendências	54
2.2.1	<u>A difusão de inovações na América Latina</u>	56
2.2.2	<u>A comunicação para a cidadania</u>	63
2.3	Agroecologia: uma ciência emergente e cidadã	72
3	SOBRE A REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA	80
3.1	Parte de uma frente cultural	81
3.1.1	Sobre a proposta de frente cultural	82
3.1.2	<u>A frente em movimento: uma feira agroecológica</u>	89
3.2	Dialogando e tecendo a rede	98
3.2.1	<u>Palavras e temas geradores</u>	99
3.2.2	<u>Um diálogo entre grupos</u>	106
3.2.3	<u>Participando de uma plenária</u>	112
3.3	Acompanhando as juventudes agroecológicas	119
3.3.1	<u>Uma plenária das juventudes</u>	122
3.3.2	<u>Andando e narrando a cidade</u>	127
3.3.3	<u>Contra a cidade fechada</u>	136
4	A AGROECOLOGIA DA CIDADE	143
4.1	Tipos de agricultura	147
4.1.1	<u>Sobre quintais</u>	148

4.1.2	<u>Sobre hortas comunitárias</u>	153
4.1.3	<u>Sobre pequenas propriedades</u>	156
4.2	O manejo dos resíduos	162
4.2.1	<u>Uma questão terminológica</u>	164
4.2.2	<u>Uma iniciação à agroecologia</u>	167
4.3	Culinaristas e processadoras	177
4.3.1	<u>Receitas tradicionais</u>	178
4.3.2	<u>Receitas inovadoras</u>	185
4.3.3	<u>Escrever: perpetuar saberes</u>	190
4.4	Artesanias	194
4.4.1	<u>Comentários sobre a economia solidária</u>	195
4.4.2	<u>Uma oficina de artesanato</u>	198
4.4.3	<u>Práticas da saboaria artesanal</u>	201
5	COMUNICANDO A AGROECOLOGIA	205
5.1	Mutirões	208
5.1.1	<u>Uma festa na floresta: o convite à agroecologia</u>	209
5.1.2	<u>Adensamento tecnológico: a salvação da lavoura</u>	216
5.2	Feiras agroecológicas	221
5.2.1	<u>Ocupação do espaço público: ação e participação</u>	226
5.3	Os conselhos municipais	232
5.3.1	<u>O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional</u>	233
5.3.2	<u>O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural</u>	242
5.4	Cartas políticas e frente parlamentar: alinhamentos	253
5.4.1	<u>Um longo processo de comunicação</u>	256
5.5	A comunicação popular: usar e renovar repertórios	265
5.5.1	<u>Preâmbulo conclusivo: experiência estética e os meios</u>	270
	CONCLUSÕES	283
	REFERÊNCIAS	288
	ANEXO A – Sistematização das entrevistas semi estruturadas	302

INTRODUÇÃO

O desejo de realizar uma pesquisa sobre a Rede Carioca de Agricultura Urbana partiu de uma experiência pregressa, afinal, desde 2015 eu me envolvia cotidianamente com as atividades de um movimento social de base comunitária, o Verdejar Socioambiental. Aglutinado em 1997, é formado por moradores e voluntários das encostas da Serra da Misericórdia, último fragmento florestal da Zona Norte do Rio de Janeiro, que buscam a promoção da cidadania nessa parte da cidade.

Na verdade, as atividades dos “verdejantes” que pude acompanhar desde aquele ano e durante todo a minha pesquisa de mestrado, desenvolvida sob a perspectiva da sociologia compreensiva e do imaginário, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ), conheceram muitas acepções.

Uma trajetória tão longeva, de mais de 25 anos, que acompanhou o amadurecimento das ações do próprio campo dos movimentos sociais brasileiros. De ambientalistas, passaram a se entender como “agroecologistas” (POETA; NUNES; SILVA, 2014) e, mais recentemente, tem também desenvolvido ações de saúde que encaram como promotoras de um Bem Viver nas favelas da cidade.

Acompanhando essa trajetória, andei muito a Serra da Misericórdia, pudei e plantei árvores, colhi verduras e frutas, fiz e adubei canteiros de horta, montei e alimentei composteiras, instalei cercas, impermeabilizei cisternas, instalei cisternas de captação de água de chuva, fiz aceiro e tudo mais o que pude aprender com eles nessa verdadeira jornada de amor ao lugar. Participei, também, dessas atividades, de uma forma muito particular e cara para um bacharel em Cinema e Audiovisual, trabalhador do audiovisual e produtor cultural: oferecendo oficinas de experimentação dos meios audiovisuais em diversas oportunidades e de acordo com as atividades por eles desenvolvidas.

Ao longo dessa caminhada, descobri que os “verdejantes” compõem uma rede de movimentos sociais de base agroecológica, dispersa por toda a cidade, que, ligada à Articulação Nacional de Agroecologia, ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, luta pelo direito à cidade

que tensiona o entendimento do senso comum, também presente na burocracia estatal, de ser a cidade o oposto do campo, da floresta, do rural e das formas de habitá-la que tenham relação, mesmo que não evidente, com a agricultura.

A poderosa dicotomia entre a cidade e o campo é bem conhecida, podendo ser rastreada, no imaginário ocidental, até antigos textos de Hesíodo, poeta grego do século IX a.C, tendo estabelecido uma série de contrastes e tradições ancoradas em um grande corpo de textos entre aquilo que é próprio de cada um dos mundos que essas duas palavras encerram (WILLIAMS, 1989). Segundo Raimond Williams, essa dicotomia se aprofunda sobremaneira a partir do século XVIII, deixando seu rastro na literatura inglesa, quando a urbanização e a industrialização passam a modificar a banal vida do dia a dia, a paisagem antes tão marcada pelos elementos naturais, o ritmo da vida, as práticas do lazer e do trabalho, se tornando um irresistível – e talvez o melhor – caminho para o progresso possibilitado pela aplicação das ciências.

As cidades se impõem, modificando o ambiente ao seu redor. Estradas são abertas da cidade aos grandes interiores, promovendo a comunicação e o abastecimento das cidades. As terras de seus arredores são modificadas, dando as florestas lugar às lavouras. Um enorme fluxo migratório é estabelecido em direção à cidade, sempre em expansão.

No século XIX, com o nascimento do urbanismo – uma atividade profissional de intervenção e ordenamento do espaço urbano proporcionado pela ciência e pelas técnicas da engenharia –, as cidades se transformam. A estruturação e descobertas decorrentes das ciências naturais, ainda no século XVII, viria a influenciar o entendimento do que deveria ser uma cidade saudável: à semelhança do corpo, deveria ser feita de movimento, possibilitado por algo como artérias, veias e sistemas capazes de ordenar esse dinamismo que, planejado e configurado em pedra, combateria as doenças, desmobilizaria levantes e ordenaria a vida (SENNETT, 2018).

Segundo o urbanista Richard Sennett (2018), o século XIX, de apogeu e aplicabilidade das ciências pelas técnicas, vai promover uma veloz diferenciação entre a cidade vivida pelas pessoas e a projetada pelos burocratas do urbanismo. É nesse sentido, o de que as práticas tecidas na vida cotidiana não obedecem à burocracia institucionalizada pelo pensamento lógico, que as práticas de agricultura continuam existentes nas cidades – em especial, nesse caso, no Rio de Janeiro.

É importante, no entanto, realizar alguns comentários.

Elevada à condição de uma cidade global, sede da burocracia portuguesa, em inícios do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro tem uma trajetória um tanto insólita, que acompanha a história do país, e que a viu ser Sede da Corte (1808~1889), Distrito Federal (1889~1960), Estado da federação (1960~1975) e, finalmente, capital do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1975. Esses diversos arranjos institucionais deixaram marcas não apenas na burocracia e na classe política da cidade, mas em sua paisagem e nos modos de vida – alguns deles, tidos como mais mercedores de direitos – dos cariocas.

Em meados do século XX, com as grandes transformações na geopolítica mundial e a célere incorporação, pelo Brasil, do paradigma de modernização, industrialização e urbanização, a questão do desenvolvimento passa a ser central. Seria a solução para resolver os terríveis índices sociais do país através da aplicabilidade do conhecimento técnico-científico capaz de promover crescimento econômico, elevação dos índices culturais, novas formas de vida social, otimização da produção, combate a doenças e erradicação da pobreza.

O fosso entre o próprio da cidade e o específico do campo se aprofunda, a agricultura passa por uma verdadeira Revolução Verde – com a adoção de maquinário, fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas geneticamente e demais inovações produzidas pela indústria. Nos anos 1970, o cenário era de “[...] falência de uma sociedade rural em desintegração” (DURHAN, 1973, p. 22) que, a caminho da cidade, precisava reinventar seus modos de vida.

Acontece que, na atualidade marcada pelas contradições sociais econômicas e ambientais, em parte advindas desse modelo de desenvolvimento, e pelo surgimento dos novos paradigmas da ciência emergente que é a agroecologia, a agricultura tem sido encarada por uma nova perspectiva. Não se trata de uma agricultura *na* cidade, quer dizer, uma forma de agricultura tradicional, tão transformada pelo progresso, desenvolvimento e ciências, que conta com políticas públicas de fomento, visibilidade na grande mídia e coloniza ainda hoje o nosso imaginário, reforçando a dicotomia entre o que é ou não próprio da cidade, mas de uma agricultura *da* cidade (LIMA, 2019; FERNANDEZ; FILHO, 2019) em que a pluriatividade e as mediações proporcionadas pela cidade fazem com que esse tipo de agricultura se exerça mediatizada pelo mundo (FREIRE, 1977).

A agricultura *da* cidade, que viceja por ruas, vielas, quintais, lajes, hortas e pequenas propriedades dispersas pela cidade do Rio de Janeiro, verdadeiramente observável ao caminhar pela cidade, é a prática que conduz esta pesquisa.

Um panorama, mesmo que breve e superficial, sobre alguns pontos da história do Rio de Janeiro nos ajuda a pensar que a cidade não é uma obra acabada, e que a urbanização, por si só, não é capaz de promover as mudanças sociais e os avanços desejáveis que entendemos por um desenvolvimento desejável. Construir e habitar uma cidade é, ou deveria ser, um fazer coletivo e criativo, aberto à invenção e à participação das pessoas, talvez como é qualquer outra obra de arte (LEFEBVRE, 2001).

Segundo o geógrafo Henri Lefebvre (2001), a cidade opera uma mediação entre as mediações que existem na sociedade, é atravessada pela história e se experimenta na vida cotidiana das pessoas que a habitam. Nesse sentido, ele afirma sobre a cidade:

Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a *ordem distante*, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e conjuntos significantes (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

Essa natureza de mediação entre mediações pode ser exemplificada pelos contraditórios que, muitas vezes, se apresentam entre a cidade construída e a cidade habitada. Em sua exposição, Richard Sennett (2018) nos chama a atenção para a necessidade de mantermos as cidades sempre “abertas” para usos os mais diversos que seus cidadãos façam dela: antes de um projeto de ordenamento da vida em espaços desenhados buscando uma funcionalidade do social, a construção das cidades deveria ser orientada pelas culturas que nela habitam.

No caso do Rio de Janeiro, as tensões entre a cidade construída e a habitada, a tensão entre ordem próxima e distante, podem ser rasteadas – dentre outras inúmeras práticas – pelos fazeres dos movimentos sociais, verdadeiros laboratórios da vida cotidiana que habitam as terras cariocas, no caso, organizam a partir da busca por avanços na cidadania ligados à agricultura *da* cidade.

É em meio a essas mediações entre a ordem distante – no caso, a legislação brasileira sobre a política de agricultura familiar, os fundamentos legais e escolhas políticas do executivo municipal carioca e, inclusive, a formação dos aplicadores das políticas públicas – e uma ordem próxima – as práticas de agricultura em terras

urbanas, a articulação política desses agricultores familiares que vivem em meio urbano, e um processo de busca pela cidadania política e cultural – que pesquisadores (FERNANDEZ; BAPTISTA, 2019; LIMA, 2019) propõem um estudo das agriculturas *da* cidade – isto é, aquelas que passam pelas mediações operadas pela cidade, não sendo a manutenção de uma agricultura tradicional *na* cidade.

Na atualidade, diversos agricultores, técnicos, consumidores, culinaristas, artesãos, pesquisadores, estudantes e outros cidadãos cariocas se engajam numa rede de movimentos sociais, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), criada em 2009, a qual se empenha em uma série de pautas e lutas pelo ampliamto da cidadania, entendida não apenas como uma série de direitos, mas também como uma série de obrigações recíprocas em prol do bem comum.

Em aspectos mais recentes, os debates de cidadania também refletem sobre o significado de se ser um cidadão e quais grupos sociais têm adquirido, historicamente, tais direitos e obrigações em detrimento de outros grupos (ISIN; TURNER, 2002). Afinal, os próprios termos “cidadão” e “cidadania” têm sua origem em uma mentalidade ocidental, mais especificamente, a greco-latina:

O cidadão era, originalmente, a pessoa que, vivendo na cidade, participava de um processo de cultural ou de civilidade. Enquanto os pagãos viviam no interior distante, o homem da cidade adquiria direitos e cultura. A cidadania, portanto, era uma categoria que diferenciava e excluía algumas pessoas em detrimento de outras (ISIN; TURNER, 2002, p. 5, tradução do autor).

É nesse sentido, o da compreensão de que existe uma agricultura da cidade e que os processos de cidadania não se reduzem a um enfeixamento de leis, antes sendo também um processo de disputa política e cultural, que surge a pergunta de pesquisa: como a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) comunica a agricultura da cidade e reivindica o direito à cidade, tendo por base princípios agroecológicos?

As hipóteses para essa pergunta são duas, entretecidas. A primeira é a de que a Rede CAU é parte de uma frente cultural, que, realizando uma crítica a modelos de desenvolvimento forâneos e calcados na cultura do silêncio que vigoram na sociedade brasileira, exercita através da agroecologia mudanças sociais promotoras de avanços no campo da cidadania. A segunda hipótese é de que a agroecologia, ciência emergente, tem como componente central a comunicação popular, campo polissêmico que envolve a auto-organização civil, processos de

produção de conhecimento coletivo, disputas por sentidos sociais e a promoção da cidadania a partir da participação popular nesses processos.

Nesse sentido, os objetivos desta tese são:

- Compreender modelos de desenvolvimento e de comunicação enquanto indutores ou dissuasores de processos de cidadania;
- Relacionar as práticas agroecológicas da cidade enquanto componentes de uma frente cultural que promove mudança social;
- Compreender o papel da comunicação popular na tessitura de uma agenda comum de lutas;
- Cartografar, tipificar e descrever ruralidades da cidade do Rio de Janeiro;
- Analisar os modos de organização e comunicação interna da Rede CAU;
- Investigar os repertórios de comunicação empregados pela Rede CAU;

Desse modo, o trabalho tem como objetivo geral compreender os processos de comunicação para a cidadania protagonizados pela Rede Carioca de Agricultura Urbana, sendo estruturado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, “Desenvolvimento, Comunicação e Agroecologia”, tem por objetivo compreender como modelos de desenvolvimento incidem sobre o campo da comunicação, podendo ser indutores ou dissuasores dos processos de cidadania. Nesse sentido, o capítulo realiza uma exposição sobre o discurso desenvolvimentista originário do Norte Global, hegemônico desde meados do século XX, expondo críticas a esse modelo segundo autores da Teoria da Dependência. Também analisa suas influências em três gerações do campo da comunicação para a mudança social, segundo três gerações de pesquisadores que tiveram particular influência na América Latina. Por fim, defende a agroecologia como uma ciência emergente, tecida segundo forte componente comunicativo e participativo, orientada à cidadania.

O segundo capítulo, “A Rede Carioca de Agricultura Urbana”, ambiciona compreender a constituição da frente cultural que a Rede CAU tece na cidade. Partindo de teorias da comunicação popular de origem latino-americana, resgato o conceito de Armand Matterlart (1973), notável intelectual belga atuante no Chile dos anos 1960 e 1970, centro irradiador das teorias da comunicação popular no continente. Os estudos das frentes, continuados na América Latina pela escola mexicana de comunicação, notadamente por Jorge González (2001), atualizam o

conceito ao entender que as frentes são constituídas estruturalmente, historicamente, situacionalmente e simbolicamente por pessoas comuns, as quais participam de diversas classes sociais e se engajam num projeto comum de mudança social. Ao longo deste capítulo, descrevo como práticas da comunicação popular e participativa deram forma à Rede CAU, compondo sua organização interna e descrevo as atividades de um de seus sujeitos coletivos, a Juventude Agroecológica, que pude acompanhar com maior atenção.

O terceiro capítulo, “A Agroecologia da Cidade”, analisa as práticas de agricultura *da cidade*, entendendo-as enquanto expressões da agroecologia e, portanto, enquanto agroecossistemas que levam em consideração as mediações da cidade e uma série de economias ligadas e componentes da agricultura *da cidade*. Nesse sentido, descrevo tipos ideais de agricultura que pude encontrar ao caminhar pelas atividades da Rede CAU, analiso como as práticas de compostagem exemplificam a mediação de mediações operada pela cidade, analiso como as artesanias são indissociáveis da agricultura da cidade e, por fim, comento sobre a continuidade dos gestos do plantar e do morar nos cotidianos, tradicionais e inovadores gestos da culinária.

O quarto e último capítulo, “Comunicando a Agroecologia”, descreve e analisa os repertórios de comunicação e ação empregados pela Rede CAU. Sem a ambição de analisar a totalidade desses repertórios em permanente transformação devido ao vigoroso processo de produção coletiva de conhecimento, de análise conjuntural e de movimentação dos diversos movimentos sociais que compõem a Rede CAU, neste capítulo os enfeixo em quatro. O primeiro desses repertórios diz respeito aos mutirões, originalmente prática de solidariedade vicinal originária do mundo rural brasileiro que, transposta à cidade, tem possibilitado à iniciação à agroecologia o exercício da solidariedade, o vitalismo da dádiva. Outro repertório é o das feiras agroecológicas, entendidas enquanto espaço de auto-organização e de intervenção no espaço público, algo que se produz concomitantemente à construção social dos mercados para os produtos agroecológicos. O terceiro repertório investiga as práticas de escuta institucional que a Rede CAU tece com o executivo municipal, através da participação em conselhos municipais, notadamente, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. O último repertório diz respeito às frentes parlamentares que o movimento agroecológico constrói a nível municipal e estadual, prática

inovadora que é realizada com forte apoio de outras esferas organizativas do movimento agroecológico, de âmbito estadual e nacional. Por fim, descrevo como, ao menos para o movimento agroecológico organizado tendo como referência a Articulação Nacional de Agroecologia, a comunicação é pensada como um longo processo de comunicação popular, como que enfeixando as discussões do capítulo.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com muita paixão, sendo atravessada, como tudo que compõe a vida, por uma série de imponderáveis da vida real pelos quais passamos no passado recente. Essas questões modificaram o próprio projeto, seu embasamento teórico, as metodologias empregadas e a arquitetura do texto, questões que gostaria de expor antes de adentrar especificamente em aspectos metodológicos que orientaram o meu trabalho.

1.1 Preâmbulo metodológico

O meu interesse em estudar a Rede Carioca de Agricultura Urbana partiu de experiências pregressas em movimentos sociais – inicialmente, o movimento estudantil e, posteriormente, um movimento de base comunitária, como foi dito inicialmente –, questões que gostaria de descrever brevemente, pois acredito que fazem parte de minha trajetória e da construção do objeto e da metodologia desta pesquisa.

Eu vinha de uma caminhada por uma realidade muito diferente, onde os avanços no campo da cidadania, em diversas acepções, eram realmente palpáveis – pode parecer estranho, mas era esse o Brasil até o ano de 2016, segundo as minhas experiências.

Estudante de Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense e trabalhador, atuei como assistente de câmera, *logger* e operador de câmera em vários pequenos filmes independentes e em produções de mercado. Com essas experiências, presenciei a transição da realização do analógico para o digital, conheci parte do ambiente tão diverso da “produção independente” carioca e, com a ajuda de minha família, adquiri meus primeiros equipamentos de captura e tratamento de imagem e som – algo importante, pois as especificidades do fazer audiovisual nem sempre são atendidas pela restritiva dieta orçamentária da universidade brasileira.

Me envolvi profundamente com o movimento estudantil da UFF, sobretudo nos debates e na implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), que, em minha universidade, possibilitaram a criação da primeira licenciatura em cinema do país, um sonho acalentado por minha área de formação ao menos desde o III Congresso Brasileiro de Cinema¹, em 2000.

Minha geração estudantil acreditava que o REUNI era uma grande oportunidade de revigorar a universidade, atualizar programas pedagógicos, conquistar espaços laboratoriais e, não poderia deixar de ser, influir no futuro da universidade brasileira com a opinião e as necessidades estudantis. Em 2010, fui eleito presidente de Centro Acadêmico de Cinema (NECINE) e, em 2013, compus o Diretório Central dos Estudantes Fernando Santa Cruz (DCE-UFF) e, com minha pequena câmera e ilha de edição, passei a narrar em vídeoreportagens² as atividades que o Diretório Central e diversos centros acadêmicos realizavam.

Pouco depois, em 2015, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizaria, na cidade do Rio de Janeiro, a culminância de uma de suas atividades: a 9ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE. Nesse contexto, fui convidado a participar da concepção e produção de parte desse grande evento, sobretudo através da organização da chamada “Mostra Seleccionada de Audiovisual”, algo como um pequeno festival que contou com mais de 150 inscrições e 22 curtas-metragem selecionados. Produzidos por estudantes, esses filmes eram provenientes de todas as regiões do país e foram exibidos na sala de cinema da Fundação Progresso, coração daquela Bienal da UNE.

Foi a minha última atividade como estudante.

As Bienais da UNE existem desde 1999 e são uma prática visível de uma rede de militância artística e cultural fomentada pela UNE: o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA). Inspirado no antigo Centro Popular de Cultura (CPC) dos anos 1960, o CUCA, no entanto, se organiza de acordo com o espírito do nosso tempo: ao invés de fomentar diretamente a produção artística e cultural e promover caravanas de conscientização das massas, o Circuito é, em verdade, uma rede que

¹ Os Congressos Brasileiros de Cinema foram fóruns de debates de diversas entidades ligadas ao cinema brasileiro, sendo realizados em 1952, 1953, 2000 e 2001. Se articulam, geralmente, em momentos de grande renovação da atividade no país, que têm conhecida história de crise em seus modelos de produção.

² Era uma série chamada DCE Informa, realizada em 2013, antes de me lançar no mundo do *freelance*. Ela narrava as atividades do DCE quando das Jornadas de Junho, a fiscalização estudantil do andamento das obras de infraestrutura dos campi, a tentativa de fazer a Universidade mais aberta às atividades culturais dos estudantes, por exemplo.

coloca em contato a produção cultural das universidades, sistematiza demandas de estudantes concentrados na área das artes e humanidades, subsidia o movimento estudantil com debates sobre economia política da cultura e, como já mencionei, promove o grande espaço de culminância e interação presencial, as Bienais.

Durante a 9ª Bienal da UNE, em 2015, tive contato com duas iniciativas que viriam a mudar a minha trajetória de produtor cultural e profissional do audiovisual, alimentando em mim o desejo de realizar uma pesquisa acadêmica que tivesse como questão as interfaces entre comunicação e mudanças sociais.

A primeira dessas iniciativas que conheci era a TV UNE, um coletivo de mídia alternativa composto por estudantes da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), da Universidade de São Paulo (USP) e de egressos da própria Universidade Federal Fluminense (UFF), os quais não conhecia, embora fosse a universidade em que eu estudava. Eles realizavam a transmissão ao vivo de todas as instâncias deliberativas da UNE, possibilitando a participação daqueles que não podiam se deslocar para São Paulo, onde se localiza a sede da entidade atualmente. Também realizavam uma série de programas no lúdico formato de auditório durante as Bienais da UNE.

A segunda dessas iniciativas foi a Teia da Diversidade, rede que agrega os Pontos de Cultura de todo o país, que tem uma íntima relação com as redes do movimento estudantil que se associam à UNE. Criada no primeiro ano do Governo Lula (2003~2006), essa política cultural, a dos Pontos de Cultura, é um bem conhecido avanço no campo da cidadania, pois incorpora às políticas de Estado a visão antropológica da cultura como forma de vida e, através de um chamamento público, apoia com recursos (não apenas financeiros, mas também em equipamentos e capacitação) atividades desenvolvidas em diversos territórios do país.

Naquela Bienal, a TV UNE, a Teia da Diversidade e outras iniciativas, como a Mídia Ninja e PósTV³ realizaram o último programa ao vivo produzido pela UNE dentro das bienais, do qual participei e considero uma experiência fantástica por exercitar o “novo espaço público” apregoado por Manuel Castells (2013), promovendo a convergência entre o digital e o urbano.

³ A Mídia Ninja e a Pós-TV são coletivos de mídia livre desenvolvidos pela Rede Fora do Eixo, rede de movimentos voltados à produção cultural independente e com forte atuação junto a outras redes de movimentos sociais do campo progressista.

Infelizmente, por disputas internas sobre os modos de organização da comunicação da entidade, corroborada por uma mudança de gestão, a TV UNE foi descontinuada. Seu rico acervo – que documentava inúmeros espaços decisórios e de debate da entidade – foi perdido para sempre, algo que considero uma afronta à memória do movimento estudantil brasileiro⁴.

Ainda naquele ano de 2015, a partir dessa experiência, conheci um ponto de cultura muito interessante da cidade do Rio de Janeiro. Era o Ponto de Cultura Memória da Misericórdia – Luiz Poeta, que havia sido recentemente credenciado no Ministério da Cultura. Eles atuavam nas encostas do último remanescente florestal da Zona Norte do Rio de Janeiro, onde há um tipo curioso de agricultura.

A partir daquele ano, passei a me envolver com as atividades desse ponto de cultura e com as demais atividades dos “verdejantes” que o constroem. São um grupo de moradores das comunidades e bairros da Zona Norte que, desde 1997, desenvolvem atividades, inicialmente preservacionistas/ambientalistas, as quais, com o passar do tempo e do amadurecimento do próprio campo de ação e reflexão dos movimentos sociais brasileiros, passaram a se entender como agroecológicas (POETA; NUNES; SILVA, 2014). Nessa aventura, participei de ações coletivas que envolviam a impermeabilização de cisternas, a instalação de cisternas de captação de água de chuva em casas das favelas, a construção de sementeiras, a feita de canteiros de hortas comunitárias, a poda e o tritamento de galhos de árvores, a feita de cercas, o plantio de mudas, atividades de bioconstrução e muitas outras coisas. Caminhei muito a cidade e participei de diversos espaços que esse movimento social de base comunitária constrói e, junto a muitas outras iniciativas, dão forma a uma rede: a Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Ao longo dessa caminhada, realizei o meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ), onde um grupo de pesquisadores aglutinados ao Laboratório Comunicação, Arte e Cidade chamou muito a minha atenção. Eles utilizavam o audiovisual como parte de uma metodologia sensível para investigar a cidade e a formação de comunidades emocionais. Muitos anos atuantes nas favelas da Mangueira, vizinha ao campus da UERJ Maracanã, o líder desse grupo era o

⁴ Os conteúdos se encontravam vinculados a uma conta inscrita na plataforma Google que, deletada, apagou também todos os registros audiovisuais feitos por essa iniciativa.

professor Dr. João Maia (1961~2018), um simpático pesquisador filiado aos estudos da sociologia compreensiva e do imaginário segundo a vertente francesa.

Sob sua orientação desenvolvi a quase totalidade de minha pesquisa de mestrado, defendida em 2019. Era também sob sua futura orientação que pretendia continuar; desejo que me faz escrever um projeto, disputar a chamada e ser aprovado no processo seletivo para o doutorado, turma 2019, do PPGCOM-UERJ. À época, João trabalhava com uma microssociologia que entendia as práticas alimentares enquanto vetores comunicacionais e o meu projeto versava sobre a continuidade dos gestos no cotidiano, do plantar ao comer, enveredando pelas teorias do imaginário e sua dialogicidade quanto às mídias.

O recurso ao audiovisual – melhor, aos processos criativos que envolvem a experimentação em imagem e som – era elemento auxiliar não apenas às pesquisas do Laboratório CAC, mas também às minhas próprias vivências: algo que forma confluência e um tipo de encontro verdadeiro. Se trata de algo que compõe elemento importante: a arte não é entendida apenas enquanto um campo da vida social, com suas regras internas. Não se trata de uma sociologia da arte, mas de entender a criatividade como força motriz que promove a resistência ativa perante a opressão e inspira a adoção de um ponto de vista sensível e atento à inventividade sobre o social, sempre tão investigado pelo crivo das ações racionais com relações a fins.

Com o falecimento prematuro e inesperado do professor Dr. João Maia, apesar de toda a tristeza, tive a sorte de ser acolhido pela minha atual orientadora, a professora Dra. Cicilia Maria Krohling Peruzzo, que tem me acompanhado desde novembro de 2018 até a atualidade.

Sua generosidade, carinho e atenção me levaram ao contato com teorias e histórias da comunicação popular, comunitária e alternativa, à leitura de diversos autores latino-americanos e ao amadurecimento da pesquisa como um todo. Inicialmente, a professora Dra. Cicilia Peruzzo estaria vinculada como professora visitante ao PPGCOM-UERJ somente até o início do ano de 2022, e eu teria que continuar a pesquisa sob outra orientação (ou abreviar o desenvolvimento do doutoramento em um ano), fator que me causou enorme apreensão dada a minha natureza ansiosa. Felizmente, em sua generosidade tamanha, ainda tenho a felicidade de contar com sua orientação e acolhida atenta em período tão especial,

quando pude realizar uma pesquisa com muita paixão – embora não tenha satisfeito todos os meus desejos.

Iniciei o ano de 2019 com muita energia e disposição de andar a cidade. Caminhei por vielas, hortas, trilhas, quintais, feiras, mutirões, cursos d'água, pomares, gabinetes parlamentares, salas de conferência e todos os espaços que pude, acompanhando as atividades da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Sempre que possível, carregava comigo uma pequena câmera *fullHD* ou um pequeno gravador de áudio com os quais realizei diversos registros audiovisuais dessas deambulações e até mesmo pequenos exercícios de experimentações com os meios junto a diversos grupos que compõem a Rede Carioca de Agricultura Urbana (majoritariamente, como irei narrar, com a juventude) – era a minha maneira, particular, de participar.

Essas experiências, que pude tecer a partir não apenas das orientações colhidas nas salas de aula do programa de pós-graduação, nas diversas reuniões de orientação, mas também em minha própria trajetória enquanto militante do Verdejar Socioambiental e da Rede Carioca de Agricultura Urbana, formam o corpo deste texto e o espírito deste trabalho.

Infelizmente, nem tudo acontece como o planejado...

Eu já possuía alguma desconfiança de que o período 2019~2022, no Brasil, seria extremamente difícil para qualquer iniciativa de desenvolvimento das ciências, sobretudo àquelas ligadas às humanidades ou ciências sociais aplicadas, como é o meu caso. A asfixia dos financiamentos, a deterioração dos ambientes e condições de trabalho, a falta de perspectivas e a perseguição que aconteceu em nossas áreas de conhecimento, trabalho e vida foram terríveis. Mas, continuamos aqui. Quanto a isso, tenho orgulho de ter caminhado lado a lado com os professores e amigos que fiz nessa jornada, alguns deles presentes em minha banca de avaliação.

Algo semelhante aconteceu de modo ainda mais grave fora do ambiente acadêmico, a tocar com uma nefasta presença a cidade e o campo. Um aumento galopante da violência urbana, o crescimento da miséria, a volta da fome, o desmantelamento de políticas públicas, a perseguição à cidadania cultural, o obliterar da participação popular e todas as demais atrocidades de um período terrível – que, na cidade do Rio de Janeiro, conheceu o alimento total dos três entes federativos, o que agravou em muito o quadro – é um desviante importante desta pesquisa.

A esse triste cenário é preciso adicionar a ocorrência da pandemia do coronavírus, que se arrasta, a qual ceifou a vida de mais de 700 mil pessoas ao longo dos últimos três anos. Os crimes, violações e atrocidades desse período maldito não cabem nessas linhas e ainda estão em seu desenrolar, talvez final.

Enquanto escrevo esta página, por exemplo, a mídia nacional noticia que a Controladoria Geral da União denunciou que o cartão de vacinação do ex-presidente da república, anteriormente posto sob um sigilo de 100 anos, possui indícios de sua vacinação, em dose única (normal devido ao fabricante escolhido), no dia 19 de julho de 2021⁵, mesmo dia em que esse notório negacionista deu uma entrevista à TV Brasil afirmando que a vacina contra a covid-19 vinha dando mostras de ineficácia na proteção contra a infecção pelo vírus. Não bastassem outros escândalos – como o adiamento do processo de imunização da sociedade brasileira tendo em vistas o superfaturamento, em cerca de um dólar por dose de vacina, já comprovado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito⁶ – que apenas dão o tom de tantas catástrofes que temos vivido, povo brasileiro, no passado – assim espero – recente.

Essa conjuntura nefasta também afetou o desenvolvimento da pesquisa. Durante aproximadamente dois anos a cidade do Rio de Janeiro esteve em regime de distanciamento social, o que em muito influenciou no desenvolvimento e na produção de dados, impondo diversos condicionantes e impeditivos à observação de campo – ou, ao menos, à maneira prioritária como me propunha a desenvolvê-la, por intermédio da observação direta e participativa, com a presença física de meu corpo nos interstícios da cidade. Feiras agroecológicas foram suspensas, atividades presenciais foram desmobilizadas; a perseguição, a fome e a morte grassaram os movimentos sociais populares.

Nesse contexto, grande parte de minha energia e tempo, que descrevo ao longo deste texto, foi deslocada para o acompanhamento, colaboração e intervenção junto a ações emergenciais e combate à necropolítica que se alastrava pela sociedade brasileira e pelo cotidiano palpável da cidade do Rio de Janeiro.

⁵ CGU diz que cartão de Bolsonaro tem registro de vacina contra Covid e apura se dado é real. **G1**, Brasília, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/17/ministro-da-cgu-diz-que-ha-registro-de-vacina-contra-a-covid-no-cartao-de-bolsonaro-orgao-investiga-se-dado-e-real.ghtml>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

⁶ REZENDE, Constança. Exclusivo: governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

Acredito que não poderia ter sido diferente.

Quanto a isso, penso que se trata também de uma postura compromissada com a vida, uma postura ética necessária a quem trabalha ou estuda a perspectiva da comunicação popular, comunitária e alternativa dos movimentos sociais brasileiros.

Penso que esse preâmbulo é necessário, sendo algo que gostaria de deixar registrado, logo de entrada, antes de enveredar por questões metodológicas, as quais parecem, muitas vezes, abstratas e desconexas com as formas de produção do conhecimento científico, algo que tenho a ambição de desvelar.

1.2 Um aspecto cartográfico

Realizada entre os anos 2019 e 2023, esta pesquisa optou pelo método da cartografia para a intervenção na realidade, para construção de dados, na reflexão quanto aos problemas e na redação do texto ora apresentado. Ela parte, no entanto, de uma série de técnicas empregadas durante a caminhada, as quais descreverei brevemente antes de enveredar por considerações sobre o método cartográfico por mim empregado.

1.2.1 Algumas técnicas utilizadas

1.2.1.1 A participação observante

A participação enquanto modo de produção de dados e investigação sobre a realidade, sobretudo aquele tipo de participação que ficou conhecida como observação-participante, é de longa tradição no campo da antropologia, tendo também influenciado o campo da comunicação (CAIAFA, 2007; 2013).

Se trata de um tipo de observação no qual o pesquisador é convidado a agir e a se envolver com as atividades desenvolvidas pelos grupos com os quais ou sobre os quais estuda ou se relaciona. Segundo Marialva Barbosa (2020), essas observações podem se desenvolver de modo explícito – quando as pessoas têm pleno conhecimento de que a presença do pesquisador envolve a produção de dados – ou de modo velado – quando a participação do pesquisador não é tão explícita quanto ao propósito da produção de dados.

Nesse sentido, ao longo desta caminhada, realizei atividades de cunho participativo de modo tanto implícito como explícito. A natureza dessa participação dependia das circunstâncias nas quais minha presença se dava nas atividades, bem como pelo próprio andamento da pesquisa, que foi se desdobrando e, assim, incorporando ou excluindo observáveis de acordo com o amadurecimento das reflexões.

Como relatei anteriormente, no preâmbulo, minha inserção na Rede CAU é ambígua: como pesquisador e como militante, algo que faz oscilar a natureza participativa de minha presença.

Buscando melhor delimitar as filigranas da participação em pesquisas do campo da comunicação, a pesquisadora Cicilia Peruzzo (2017) evidencia o termo “participação observante”, neologismo dos métodos de pesquisa participante, possuindo “[...] um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de participação ou envolvimento do investigador no grupo pesquisado, mas não atinge os níveis de envolvimento do investigador prevista pela pesquisa-ação” (PERUZZO, 2017, p. 170).

Ainda segundo Peruzzo (2016), as características da participação observante diferem de outras modalidades de pesquisas participativas pelo fato de que o pesquisador participa de muitas atividades do grupo pesquisado; de interagir como um membro do grupo, com direito à voz e protagonismo; pelo fato de o grupo conhecer essa inserção dúbia (de pesquisador e de participante) desse elemento externo; pelo fato de o vínculo com o grupo ser anterior ao desenvolvimento da pesquisa em questão; e, finalmente, pelo compromisso do pesquisador em devolver suas sistematizações aos grupos pesquisados.

Ainda, segundo Peruzzo (2017, p. 170),

Em outros termos, na linha da participação observante (que também tende a ser nomeada de pesquisa participante), a investigação participativa na área da Comunicação tem se concretizado num tipo de pesquisa em que o pesquisador se relaciona com o grupo estudado de modo a vivenciar as atividades relacionadas ao “objeto” em estudo e desempenhar algum papel cooperativo no grupo. (PERUZZO, 2017, p. 170).

1.2.1.2 Pesquisa documental e bibliográfica

É constituída pelo levantamento, leitura e análise de livros, teses, dissertações, monografias, artigos e resumos publicados sobre a Rede Carioca de Agricultura Urbana. Também engloba uma série de documentos de posse dos integrantes da Rede Carioca de Agricultura Urbana. São cartilhas, brochuras, agendas, panfletos, posts em redes sociais, pequenos documentários, transmissões ao vivo e mais de 60 relatorias escritas de reuniões que tive a oportunidade de participar em diversos eixos do movimento agroecológico da cidade do Rio de Janeiro.

Foram analisados os documentos produzidos em interface ou pelo poder público que vão desde o Decreto n.º 997/1904, que instituía um novo modelo de abastecimento para a cidade (as feiras livres) em substituição aos vendedores ambulantes originados com a prática do ganho diário do aluguel de pessoas escravizadas; passam pelo Decreto n.º 1.185/1918, que, visando contornar a crise de abastecimento dada a escassez de combustíveis fósseis, dividiu as terras do então Federal em Urbanas, Suburbanas e Rurais; passando pelos Decretos n.º 6.000/1937, n.º 3.800/1970, n.º 322/1976, n.º 5648/1985 e n.º 7914/1988, que instituíram, reformularam e, finalmente, revogaram as zonas rurais do Distrito Federal, Estado da Guanabara e cidade do Rio de Janeiro, bem como todas as políticas públicas deles decorrentes. Também serão analisados os documentos produzidos, na atualidade, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR-RIO), espaço consultivo ligado ao executivo municipal que, desde 2018, atua no subsídio ao estabelecimento de políticas públicas para a agricultura urbana através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI).

As pesquisas já publicadas têm como temas gerais, respectivamente, processos de patrimonialização e avanços de direitos socioculturais na região do Maciço da Pedra Branca, na Zona Oeste da cidade; na investigação da agroecologia como modelo de desenvolvimento; um mapa narrativo tecido em uma feira de rua. As pesquisas em redação se debruçam sobre iniciativas de design ecológico promovidos na Serra da Misericórdia (Zona Norte), na manutenção de uma associação e na manutenção de mercados através da venda porta a porta. Quanto à pesquisa em fase inicial, o indicativo é que se debruce sobre práticas educativas desenvolvidas coletivamente por um projeto atuante junto aos três quilombos da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Quanto a dissertações de mestrado, foram contabilizadas dez dissertações concluídas e uma em estágio inicial. As dissertações defendidas foram desenvolvidas no campo das Ciências Sociais (04), Comunicação (02), Geografia (01), Engenharia de Produção (01), Cultura e Territorialidades (01) e Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (01); a pesquisa em fase inicial é desenvolvida no campo da Biologia (01). Respectivamente, essas pesquisas já publicadas se debruçam sobre a manutenção de associações de agricultura urbana; a participação da REDE CAU do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade do Rio de Janeiro (CONSEA-RIO); a construção de modos de vida sustentáveis baseados na agricultura urbana; as práticas ambientalistas desenvolvidas em favelas da Zona Norte da cidade; sobre práticas de comunicação oral e redes sociotécnicas; sobre práticas de comunicação para a cidadania; sobre a tessitura da REDE CAU a partir dos quintais de Jacarepaguá; sobre iniciativas de design inteligente e sustentável para a agricultura urbana; sobre a interface entre políticas públicas e a produção de alimentos no município; sobre as atividades de um coletivo de jovens da Zona Norte da cidade.

Artigos publicados em revistas ou anais de congressos, monografias e resumos são de grande produção e, em última contabilidade, atingiram o número de 50 textos que investigam os temas mais variados e vão de reflexões sobre as origens da própria Rede Carioca de Agricultura Urbana, passam por atividades desenvolvidas nos cotidianos dos grupos que a compõem, pautam questões do direito à cidade e articulações políticas desenvolvidas enquanto redes ou coletivos, relatos que descrevem atividades de Grupos de Trabalho constituintes da REDE CAU e outros temas.

2.2.1.3 Conversações e entrevistas semiestruturadas

Ao longo de minhas atividades na Rede CAU, realizei diversas conversas, nas mais diversas circunstâncias. Esses diálogos foram incorporados à pesquisa a partir da necessidade de melhor evidenciar os temas debatidos com as vozes dos próprios atores sociais com os quais me relacionei.

O primeiro desses eixos diz respeito a conversações que levam em consideração fundamentos dialógicos da Escola de Chicago e seu incentivo a “falar com estranhos” (SENNETT, 2018). Geralmente conversas não gravadas têm como objetivo interagir com as pessoas presentes, por exemplo, num mutirão de plantio coletivo ou numa grande plenária desenvolvida em formato de feira agroecológica. Mais importante do que produzir observáveis com o uso de tecnologias de gravação, as conversações buscam exercitar a prática mesma da oralidade, que se inscreve de modo íntimo com o seu ambiente de pronúncia. Posteriormente transcritos no diário de campo, essas pequenas entrevistas ajudam a compor o material de pesquisa.

Outro eixo, complementar, foi composto de sete entrevistas semiestruturadas (ANEXO 01) que realizei ao longo da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas buscavam elucidar alguns pontos sobre atividades que não pude acompanhar presencialmente por questões que envolvem o tempo – quando relativas às atividades realizadas no passado, quando ainda não me envolvia com a Rede CAU – e o espaço – quando, devido ao distanciamento social, que desaconselhava atravessar a cidade com o meio de transporte que uso, o público; ou quando estive realmente muito longe, do outro lado do oceano. Há também que levar em consideração que uma ênfase profunda nas entrevistas condiciona os observáveis a um social já agregado e acabado, diferentemente da observação direta ou do envolvimento com o fluxo dos acontecimentos, que descreverei no próximo tópico.

De todo modo, quase sempre que registradas com o auxílio de gravadores de áudio, essas entrevistas foram devolvidas aos militantes da Rede CAU segundo uma sistematização muito particular que desenvolvi com seus militantes ao longo do

tempo e com a realização da própria cartografia: uma série de conteúdos alternativos em formato de *podcasts*⁷.

1.2.2 Sobre o método da cartografia

Partindo de minhas experiências progressas junto ao Verdejar Socioambiental e a partir da rede de relações que esse movimento social tece junto à Rede CAU e à AARJ, participei de uma série de espaços constitutivos do movimento agroecológico carioca e fluminense que compõem certa cartografia desses fazeres, a qual é parcialmente vertida neste texto.

A escolha pela cartografia, enquanto componente metodológico desta pesquisa, se deve ao fato não apenas de ela enveredar por uma rede, mas também por partir de um ponto muito específico e condicionante dessa caminhada: as experiências e redes de relações do Verdejar Socioambiental. Nesse sentido, ela difere de outros trabalhos que também investigaram a Rede CAU, mas que realizam outra trajetória de entrada e saída, tendo como espaço privilegiado as relações tecidas a partir da Zona Oeste da cidade, por exemplo, embora também mencionem a Zona Norte carioca.

Segundo Marialva Barbosa (2020), as cartografias têm se apresentado como uma metodologia emergente e renovadora do campo da comunicação, o qual é marcado pela interdisciplinaridade. Em muito, as cartografias realizadas no campo da comunicação se amparam na filosofia contemporânea desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), que partem de um conceito da botânica para fundamentar esse processo de sistematização do conhecimento.

Filosofando sobre os órgãos de reprodução vegetativa e assexuada das plantas, o rizoma, eles o contrapõem à concepção arborescente à qual, metaforicamente, associamos o pensamento que se divide em ramos de conhecimento. Diferentemente de uma árvore, que possui um eixo bem estruturado com projeções explícitas, a dos seus galhos, o rizoma se perpetua de modo

⁷ De modo a não antecipar resultados, vide item 3.3.2.1 Ouça a Voz das Juventudes: produtos e processos e item 5.4.2 Sobre a experiência estética.

subterrâneo e inacessível à primeira vista. Desde que preservado cada nó, ponto de encontro e fonte de associações contraditórias, o rizoma é capaz de lançar novas raízes, brotos, caules e outros nós, de modo a ser múltiplo – um verdadeiro obstáculo epistemológico colocado não apenas à compreensão de uma árvore, mas também à validade dos grandes sistemas explicativos sobre a vida social.

Perseguindo essa proposição, Deleuze e Guattari (2011) apresentam alguns princípios importantes sobre a natureza do rizoma, questões que devem ser transpostas à pesquisa aplicada que deseja realizar uma cartografia. Segundo esses autores, o rizoma é caracterizado por conexões e heterogeneidades que nos obrigam ao descentramento e à inclusão de múltiplos registros e experiências em nossa caminhada vertida em texto. O rizoma também valoriza a multiplicidade, de modo a não haver unicidade quanto às formas de percorrê-lo por suas linhas entre um nó e outro. Há, nos rizomas, o princípio de ruptura assignificante, ou seja, a ideia de que ele “[...] pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 25), questões que nos levam a pensar no mito da desterritorialização, como parece haver com a agricultura urbana, que, no entanto, é sempre territorializada, ou seja, midiaticada pelo mundo (FREIRE, 1977). Por fim, há, quando tratamos dessa força para pensar, os princípios da cartografia e da decalcomania, que inspiram o método.

Portanto, o rizoma não é decalque, ou seja, não é uma cópia: ele é um mapa feito por alguém e que é preciso percorrer, mesmo que somente pela restituição da narração, para que se apresente o seu sentido. Segundo os autores, “[...] se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma **experimentação ancorada no real**” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30, grifos do autor). Os autores complementam, afinal,

[...] o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente [...] Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de **ter sempre múltiplas entradas** (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30, grifos do autor).

No campo da antropologia, as cartografias têm sido contribuintes importantes dos escritos de Bruno Latour, notável antropólogo que tem uma vasta obra sobre a antropologia das ciências e da tecnologia. Partindo do mito do Jano Bifronte, antigo

deus romano associado às mudanças e às transições, o qual possuía duas faces (uma jovem e ambiciosa, olhando para frente; outra idosa e precavida, olhando para trás), Latour ([1987] 2011) vai propor uma maneira de se compreender a construção do conhecimento científico – inclusive, o antropológico – a partir da tensão entre a experimentação e a sistematização, as quais devem necessariamente ser socializadas a uma comunidade leitora, questão que passa por diversos crivos.

O cerne de sua argumentação é de que o conhecimento científico se produz em meio a uma série de contingências situacionais nas quais a retórica – modo de excelência de socialização do conhecimento científico, o qual se ampara no encadeamento lógico das experiências sistematizadas em texto – é central. Entretecendo argumentos de autoridade e modalidades positivas ou negativas de outras sistematizações publicadas no passado e no presente, verdadeiro laboratório subterrâneo, o próprio texto científico vem à luz e faz o conhecimento científico se movimentar.

Quanto a esse tipo de laboratório, que também deve levar em consideração os jogos sociais que se entretecem em seu modo de fazer, Bruno Latour faz uma de suas ácidas sugestões à face jovial dos bifrontes:

[...] faça tudo o que for necessário com a literatura anterior para torná-la o mais útil possível à tese que você vai defender. As regras são bastante simples: enfraqueça os inimigos; paralise os que não puder enfraquecer [...]; ajude os aliados se eles forem atacados; garanta comunicações seguras com aqueles que o abastecem com dados inquestionáveis [...]; obrigue os inimigos a brigarem uns com os outros; se você não tiver certeza de que vai ganhar, seja humilde e faça declarações atenuadas (LATOURE, [1987] 2011, p. 55)

Reintroduzindo os processos de produção científica de conhecimento ao jogo social tão humano das instituições, Bruno Latour realiza, em verdade, um elogio às experimentações ancoradas no real tão apregoadas por Deleuze e Guattari – afinal, são coisas que acontecem até mesmo com criaturas tão elevadas e aparentemente desinteressadas como os cientistas, que, embora por vezes não reconheçam, também estão enredados na contingência da vida, na situacionalidade de suas posições e nos recursos aos quais têm acesso.

As experiências de Bruno Latour no campo da antropologia das ciências naturais e da tecnologia foram transpostas também a considerações quanto aos modos de produção do conhecimento antropológico, vale frisar, disciplinas de

grande interface com o campo da comunicação. Ele afirma que “[...] os fatos científicos são construídos, mas não podem ser reduzidos ao social, porque ele está povoado por objetos mobilizados para construí-lo” (LATOURE, [1994] 2013, p. 12). Nesse ensaio que tem por objeto as formas de construção de conhecimento das ciências humanas e sua relação com a retórica que as ciências tomaram para si enquanto argumento de autoridade, Latour ([1994] 2013) afirma: jamais fomos modernos.

Nesse livro dos anos 1990, Latour estava interessado em demonstrar que o conhecimento científico se produz e se movimenta através de híbridos, ou seja, de conjunções mal explicitadas na socialização científica que ocorrem através de textos publicados acerca dos contribuintes não humanos – termo vasto que compreende as possibilidades de financiamento, o acesso a equipamentos, as experiências mundanas que envolvem o corpo e os sentimentos, além de outros condicionantes que compõem os imponderáveis da vida real – ao movimento das ciências. Tais questões levaram, ao longo da institucionalização das ciências do social, a uma tentativa de purificação e extirpação dos híbridos, de modo a distinguir esse tipo de conhecimento, talvez verdadeiro, de outras formas, muito mais ingênuas – como é a matriz popular.

Quanto a isso, ele afirma:

Ao aplicar seu padrão de leitura [que busca regularidades e leis], viram [os cientistas sociais] nos antigos híbridos apenas misturas indevidas que era preciso purificar, separando os mecanismos naturais das paixões, dos interesses ou da ignorância dos humanos. Todas as formas de pensar de outrora tornaram-se ineptas ou aproximativas. [...] O obscurantismo das idades passadas, que misturava inadvertidamente necessidades sociais e a realidade natural, foi substituído por uma aurora luminosa que separava claramente os encadeamentos naturais e a fantasia dos homens (LATOURE, [1994] 2013, p. 40).

Nesse sentido, antes de atribuir a qualquer híbrido, ou seja, pressuposições operatórias que encerrem o social, o cultural, o histórico e o econômico, talvez fosse mais interessante “seguir de perto” (LATOURE, [1994] 2013, p. 87) a movimentação que acontece no social, que não é composto ou condicionado apenas por pessoas, mas por situações, recursos, objetos e regras de ação. Seria essa uma atitude sensata, capaz de nos precaver de tomar a realidade como algo dado, já associado e acabado, ou seja, um objeto sobre o qual nossa característica de sujeito age. Ou seja, seria uma maneira de lidar com a assimetria entre sujeito e objeto criada pela

ciência moderna, e, no caso das ciências sociais, de reconhecer a vocação de “ser mais” das pessoas (FREIRE, 2021). Antes, portanto, seria mais interessante pensar em “quase objetos”, afinal:

Misturamos, sem o menor pudor, nossos desejos com as coisas, o sentido com o social, o coletivo com as narrativas. A partir do momento em que seguimos de perto qualquer quase-objeto, este nos parece algumas vezes como uma coisa, outras como narrativa, outra ainda como laço social, sem nunca reduzir-se a um simples ente (LATOURE, [1994] 2013, p. 87).

Essa afirmação peremptória de que jamais fomos modernos, de excelente cabimento para título de livro de modo a fazer seu texto circular dada a provocação que realiza e levou a um debate acalorado – sinal de movimentação das ciências em torno de suas proposições – de forma a fazê-lo escrever outro vasto compêndio, muito mais didático, sobre a sua proposta original.

Segundo Latour ([2005] 2012, p. 17), “[...] quando os cientistas sociais acrescentam o adjetivo ‘social’ a um fenômeno qualquer, aludem a um estado de coisas estável, a um conjunto de associações que, mais tarde, podem ser mobilizadas para explicar outro fenômeno”. A substancialidade do social seria reflexo de uma tentativa de aplicar, nas ciências humanas, as assimetrias desenvolvidas nas ciências exatas e da natureza. A posição defendida por Latour ([2005] 2012) é a de que o estudo do social deveria ser realizado ao se rastreamos as conexões entre diversas atividades humanas, em reassociações e reagregações.

Para não cairmos na tentação de estudarmos as formas sociais prontas, já agregadas, tidas como algo já objetivado e passível de depuração quanto às suas regularidades, Bruno Latour ([2005] 2012) afirma ser necessário se debruçar sobre as controvérsias, isto é, sobre o fluxo dos acontecimentos quando ainda em movimento. Buscando facilitar nosso caminho pelos contraditórios, ele lista quatro fontes de incerteza, as quais deveríamos seguir de perto, para a construção do conhecimento antropológico.

A primeira fonte de incerteza diz respeito à formação de grupos. Antes de entender os grupos como entes, como por exemplo pode acontecer com atores sociais coletivos formados por gênero, classe social, faixa etária ou qualquer outra qualificação “do social” que convida ao apriorismo, Bruno Latour defende que o social “[...] não passa de um movimento que só pode ser captado, e ainda assim de maneira indireta, quando ocorre uma ligeira mudança numa associação mais antiga,

da qual nasce outra nova e um pouco diferente” (LATOURE, [2005] 2012, p. 62). Essa consideração é importante para o desenvolvimento da pesquisa pois parte importante dessa caminhada foi realizada com um social aparentemente bem agregado da Rede Carioca de Agricultura Urbana: a Juventude Agroecológica⁸. Antes de realizar entrevistas, analisar conteúdos ou buscar um percurso histórico desse sujeito coletivo, optei por me envolver com o fluxo de suas atividades, que promovem uma contínua transformação, afinal, aqueles jovens eram mediadores (LATOURE, [2005] 2012, p. 67), ou seja, sujeitos que estavam sempre intervindo de modo ativo e criativo sobre a sua realidade, algo que transforma não apenas a natureza de suas atividades, mas a própria configuração do grupo. Nesse sentido, busquei evitar ao máximo a coleta de entrevistas com porta-vozes dos grupos, primando pela observação e pela participação.

A segunda fonte de incerteza diz respeito à natureza da ação das pessoas, que é assumida, ou seja, possui sentido que dá forma ao social estudado. Segundo Latour ([2005] 2012, p. 72), “[...] a ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos”. Nesse sentido, os atores sociais estão enredados numa série de relações pregressas, as quais são contribuintes e condicionantes de ações que condicionam novas ações, num fluxo que, preferencialmente, deve ser narrado de modo compreensível e plástico. Esse princípio também se aplica a esta pesquisa, realizada a partir de uma série de experiências pregressas, bem como pelo fato de que, me envolvendo e participando das ações, fui convidado a participar de outras ações, podendo melhor percorrer a Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Uma terceira fonte de incerteza diz respeito ao número de atores envolvidos no estudo do social: eles devem ser aumentados e, segundo Latour ([2005] 2012), os objetos ou “assuntos de importância” devem ser incluídos como actantes do estudo. Ou seja, os objetos e assuntos de importância também devem ser considerados mediadores que transformam a trajetória das ações. Essa fonte de incerteza é fundamental para a compreensão de processos de inovação, por exemplo. Sua observância neste estudo se dá em dois pontos principais.

⁸ Vide item 2.3 Acompanhando a Juventude Agroecológica.

O primeiro diz respeito a uma prática muito própria de intervenção que realizei com um sujeito coletivo, a Juventude Agroecológica, a partir de minha inserção junto ao fluxo de suas ações. Foram pequenas oficinas de experimentação para os meios digitais, sobretudo *podcasts*, que, em diferentes etapas, períodos e finalidades, foram também condicionadas por alguns objetos que dispunham: gravador de áudio, uma dupla de microfones cardioides, uma ilha de edição e cabos alimentadores⁹. Nesse sentido, a questão da voz e das possibilidades de sua tecnologização me chamaram a atenção sobremaneira¹⁰. A disponibilidade desses objetos proporcionou uma entrada particular nas atividades da Rede CAU, especialmente junto à juventude agroecológica. Retomarei essa questão no próximo tópico.

O segundo ponto diz respeito ao estudo da própria movimentação que dá forma à Rede CAU e ao forte adensamento tecnológico que marca essa dinâmica social. Especialmente durante o período 2020~2022, quando a pandemia do coronavírus se fazia mais presente nas terras da cidade, o recurso à tecnologia foi elemento central para dar continuidade às práticas que conformam a Rede CAU.

A quarta fonte de incerteza compete à tensão entre fato e interesse. Ela diz respeito a “[...] um convite para desenvolver uma prática nova e intrigante para compartilhar generosamente a metalinguagem, a teoria social e a reflexividade com os próprios atores que deixam de ser considerados como meros informantes” (LATOURET, [2005] 2012, p. 129). Essa incerteza chama a atenção para a construção social dos fatos observáveis. Antes de uma coleta de informações ou dados, salvaguarda da vantagem epistemológica do pesquisador perante uma realidade sempre estática, já agregada e substancializada, sobre a qual o pesquisador é portador de conhecimento verdadeiro, a tensão entre fato e interesse reabilita o caráter ativo, criativo e cognitivo dos atores sociais.

A quinta e última fonte de incerteza diz respeito a um processo importante, cuja natureza opaca é frequentemente omitida pelos pesquisadores: a escritura do próprio texto, um relato de risco, que será socializado perante a comunidade científica. É preciso ter em mente que “[...] os relatos textuais são os laboratórios do

⁹ A totalidade desses equipamentos é de propriedade de um dos movimentos sociais que compõem a Rede CAU. Durante minhas atividades realizadas junto ao Verdejar Ambiental, ajudei essa coletividade na sistematização de projetos e na disputa de editais, ajudando o movimento na aquisição desses equipamentos e na experimentação expressiva quanto ao uso desses bens. Disponíveis, eles foram também empregados nas atividades que desenvolvi junto à Juventude Agroecológica da Rede CAU em diversas ocasiões.

¹⁰ Vide item 2.3.2.1 Ouça a Voz das Juventudes: processos e produtos.

cientista social” (LATOURE, [2005] 2012, p. 187) e, assim como os experimentos, os relatos textuais também podem falhar. Aquilo que entendemos como objetividade do texto deveria ser marcada pelo que é palpante, atraente e controverso, afinal, ao longo da própria narrativa, a compreensão faz circular e o social que, antes de um substantivo sobre o qual se qualifica, é algo que podemos apresentar ao leitor. Bruno Latour ([2005] 2012, p. 189) afirma que o bom relato é aquele que tece uma rede, ou seja:

Refiro-me com isso a uma série de ações em que cada participante é tratado como um mediador completo. Em palavras mais simples: um bom relato[...] é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. Assim, graças a inúmeras invenções textuais, o social pode se tornar de novo uma entidade circulante não mais composta dos velhos elementos que antes eram vistos como parte da sociedade. O texto, em nossa definição e ciência social, versa, portanto, sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social.

2 DESENVOLVIMENTISMO, COMUNICAÇÃO E AGROECOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo apresentar um percurso histórico sobre algumas das teorias da comunicação e sua relação com os campos do desenvolvimento, da cidadania e da agroecologia.

O primeiro tópico realiza um percurso sobre a ideia de desenvolvimento e sua constituição como um discurso hegemônico que incide sobre o campo da comunicação. Parte da leitura crítica de teóricos latino-americanos que enxergam nas teorias clássicas do desenvolvimento uma tentativa de neocolonialismo que emerge nos anos 1950, que tem nas grandes transformações quantificáveis pelo pragmatismo anglo-saxão um forte fundamento. É também apresentada uma perspectiva mais contemporânea, que associa o desenvolvimento aos meios e finalidades de promoção da liberdade.

O segundo tópico apresenta algumas tendências que relacionam os estudos do desenvolvimento e a comunicação social. Apresenta três gerações de pesquisas sobre a comunicação e o desenvolvimento. Contextualiza a presença de teorias difusionistas na América Latina e confere especial atenção à contribuição brasileira nessa área, com a emergência do campo da comunicação para a cidadania.

Por fim, no último tópico, apresento como a agroecologia pode ser compreendida segundo esse campo de estudos. Faria parte de uma terceira geração, mais participativa e cidadã, das ações e reflexões do enorme campo da comunicação para a mudança social. Ciência cidadã de sistematização recente, a agroecologia será abordada como manifestação de uma nova ordem científica que realiza profundo diálogo entre saberes populares e científicos. Na cidade do Rio de Janeiro, as pautas, as práticas e as sistematizações da agroecologia podem ser compreendidas enquanto parte das mobilizações pelo direito à cidade que diversos movimentos sociais de base agroecológica realizam pelas terras urbanas.

2.1 Uma crítica latino-americana ao desenvolvimentismo

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é uma dificuldade e uma ameaça tanto para eles mesmo quanto para outras partes do mundo. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades capazes de aliviar o sofrimento dessas pessoas.... Acredito que devemos tornar acessível às populações amantes da paz sua aspiração por uma vida melhor... Nós vislumbramos um programa de desenvolvimento baseado na democracia e nas trocas justas... O aumento da produtividade é o componente chave para a prosperidade e o sucesso. Ele só pode ser atingido por uma ampla e vigorosa aplicação da ciência moderna e do domínio da tecnologia. (TRUMAN, [1949] 1964, tradução nossa).

Em 20 de janeiro de 1949, o presidente dos Estados Unidos da América, Harry Truman, inaugurou seu segundo mandato com esse discurso no Congresso, quando o mundo era outro.

A Europa se encontrava destruída pelos esforços da guerra total, sendo sua parte oriental inacessível à política, à economia e às demais formas de produção material e simbólica do Ocidente: se encontrava por detrás de uma “cortina de ferro” que fez baixar o socialismo real. Nesse mesmo ano, a União Soviética detonava sua primeira bomba atômica, reequilibrando, ao menos em parte, a assimetria militar entre Leste e Oeste. Na Ásia, chamava atenção a marcha dos camponeses chineses e seu avanço sobre as cidades controladas pelo movimento nacionalista, aliado dos países ocidentais, culminando com a retirada para a ilha de Formosa e o estabelecimento de um estado socialista porção continental do país, questão que perdura. No continente africano, o colonialismo europeu entrou em declínio tanto pela emergência de movimentos nacionalistas quanto pela incapacidade dos antigos impérios coloniais de manter seus sistemas de dominação político-econômicos (ESCOBAR, 1995).

Na América Latina, o contexto era um pouco diferente. A independência política dos países do continente fora adquirida na primeira metade do século XIX como consequência de um nativismo alimentado pelo contexto das guerras napoleônicas. Embora laços econômicos, políticos e culturais não tenham sido completamente rompidos com as antigas metrópoles europeias, eles foram

enfraquecidos pelo período de conflagrações que durou de 1914 a 1945, quando os Estados Unidos da América tomaram a dianteira em processos de integração no continente americano (ESCOBAR, 1995).

Durante esse período, diversos países do continente passam por um processo de substituição de importações, por um aceleração de sua urbanização e industrialização, pela modernização de suas instituições e por um novo alinhamento econômico, ligado ao esforço de guerra dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Segundo o antropólogo colombiano Arturo Escobar (1995), o desenvolvimentismo é um tipo de discurso de poder que gera dominação política, econômica e simbólica sobre o “Terceiro Mundo” que constitui os países do Sul Global. Ele se tornou hegemônico em meados do século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial e o redesenho da geopolítica global entre blocos socialista e capitalista. Segundo Escobar, o desenvolvimentismo

[...] criou um aparato extremamente eficiente para a produção de conhecimento e o exercício do poder sobre o Terceiro Mundo. Esse aparato surgiu aproximadamente no período de 1945 a 1955 e desde então não cessou de produzir novos arranjos de conhecimento e poder, novas práticas, teorias, estratégias e assim por diante. Em suma, implantou com sucesso um regime de governo sobre o Terceiro Mundo, um “espaço para ‘povos subjugados’” que garante certo controle sobre ele (ESCOBAR, 1995, p. 9, tradução nossa).

Naquela época, a aplicabilidade do conhecimento científico e a difusão dos avanços tecnológicos do mundo ocidental eram vistos como os pressupostos para uma série de processos de mudança social capazes de levar ao crescimento econômico, tido como indicador incontestado do desenvolvimento dos países. Para se tornar desenvolvido, um país deveria elevar seus índices de urbanização, de industrialização de sua economia, de modernização de sua agricultura, aumentar os seus padrões de consumo, adotar novos estilos de vida, aderir a novos valores culturais e promover reformas educacionais – isto é, se tornar o mais semelhante possível aos países ocidentais do Norte Global.

O discurso desenvolvimentista seria uma nova forma de reorganizar o colonialismo aplicado ao chamado Terceiro Mundo, ou aos “países em desenvolvimento”, especialmente nos continentes africano, asiático e latino-americano. Segundo ele,

[...] embora redigida em termos de objetivos humanitários e de preservação da liberdade, a nova estratégia [o desenvolvimentismo] buscava proporcionar um novo controle sobre os países e seus recursos. Promoveu-se um tipo de desenvolvimento que se conformava às ideias e expectativas do Ocidente afluente, ao que os países ocidentais julgavam ser um curso normal de evolução e progresso [...] essa estratégia de desenvolvimento tornou-se um poderoso instrumento para normalizar o mundo (ESCOBAR, 1995, p. 26, tradução nossa).

Um dos componentes centrais desse novo discurso normalizador do mundo seria a capacidade do desenvolvimento combater e erradicar todo o tipo de falta, escassez, ausência ou carência de bens materiais – como o acesso à energia, transporte ou alimentos, por exemplo – e simbólicos – como serviços educacionais, lazer mercantilizado ou hábitos sofisticados. Enfim, o desenvolvimento era apresentado como a solução moderna para um problema antigo e que havia se transfigurado na sensibilidade ocidental em meados do século XX, quando a escassez se transformou em pobreza.

Ainda segundo Arturo Escobar (1995), no século XIX, a sensibilidade ocidental considerava a escassez como algo natural, que acompanhava a humanidade desde o seu surgimento. Era combatida com práticas de filantropia de ordens religiosas ou associações patronais e, mais tarde, também do sindicalismo dos trabalhadores. O combate à escassez se realizava transformando as populações despossuídas em trabalhadores capazes de serem consumidores de bens e serviços.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa se encontrava arrasada. Cidades inteiras se encontram destruídas. A infraestrutura de transportes estava aos frangalhos. As atividades produtivas, agrícolas e industriais, desarticuladas. Milhões de pessoas se deslocavam pelo continente, algumas delas sem pátria certa, muitas sem alimentos, outras mutiladas, centenas de milhares ainda desaparecidas (ESCOBAR, 1995).

A escassez de tudo parecia a consequência do processo de modernização das sociedades que haviam experimentado a revolução científica e tecnológica, a democracia liberal e a urbanização. O processo de modernização do capitalismo ocidental, que vinha rompendo os laços comunitários, as práticas coletivistas e o acesso a recursos de uso comum, levou também ao totalitarismo, à guerra total e à pobreza generalizada. Segundo Arturo Escobar (1995, p. 22),

[...] a pobreza massiva no sentido moderno só apareceu quando a expansão da economia de mercado rompeu os laços comunitários e privou milhões de pessoas do acesso à terra, água e outros recursos. Com a consolidação do capitalismo, a pauperização sistêmica tornou-se inevitável.

Para ser combatida por políticas de desenvolvimento, a pobreza precisava, primeiramente, ser precisamente mapeada. A criação de organismos como o Banco Mundial, em 1944, por exemplo, teve importante contribuição na afirmação desse discurso. No ano de 1948, o banco estabeleceu um preciso marco para a delimitação da pobreza: pessoas que vivessem com uma renda anual abaixo de US\$ 100,00 seriam consideradas como “linha da pobreza” (ESCOBAR, 1995). Imediatamente dois terços da humanidade se tornaram público-alvo de uma série de programas governamentais e iniciativas de cooperação internacional que buscavam promover mudanças sociais.

Não era necessário que as pessoas, alvo dessas políticas, fossem ouvidas ou participassem dos processos decisórios quanto a seu futuro. O índice era suficientemente neutro, fruto da mais rigorosa ciência econômica aplicada ao futuro bem comum da humanidade.

O antropólogo nos chama a atenção para o processo de constituição do discurso desenvolvimentista. Ele se fez pela escolha deliberada de formas de conhecimento, consideradas válidas – como o então novíssimo índice do Banco Mundial, fruto da mais moderna ciência econômica. É corroborado por sistemas de poder que regulamentam as práticas sociais, tendo essas formas de conhecimento como legitimadores. Por fim, desenvolvem subjetividades que retroalimentam essas práticas, enfim, possuem expressão material e simbólica (ESCOBAR, 1995).

Arturo Escobar não é o único autor a fazer uma crítica contundente ao discurso e às práticas de dominação do desenvolvimentismo. No continente latino-americano, se notabilizou uma grande escola de pensamento que entendia o desenvolvimentismo defendido pelo Norte Global como uma estratégia de perpetuação da dependência dos países do Sul Global. Em verdade, se trata de várias teorias da dependência que surgem “[...] no decorrer da década de 1960, com o intuito de compreender as características estruturais dos países inseridos, tardiamente, no sistema capitalista de produção” (CARIO; GOMES; SIGAÚQUE, 2019) e entendiam o subdesenvolvimento não como uma etapa da trajetória dos

estados-nação, que a adoção de novas tecnologias ou conhecimentos pudesse solucionar, mas como uma condição a eles imposta pela geopolítica global.

Com grande contribuição brasileira, destaco dois autores da Teoria da Dependência que teceram fortes críticas ao desenvolvimentismo propagado pelo Norte-Global. O sociólogo Theotônio dos Santos (1936~2018) e o economista Celso Furtado (1920~2004).

Segundo Cristobal Kay (2021), Theotônio dos Santos nasceu no interior de Minas Gerais, estudou sociologia, política e administração pública na Universidade Federal de Minas Gerais, concluindo seu mestrado em ciência política na recém-inaugurada Universidade de Brasília, concluída em 1964. Logo, se tornou professor dessa instituição, coordenada por ninguém menos que Darcy Ribeiro, que a instituição ficou famosa por seu projeto interdisciplinar e conectado com as questões que a sociedade brasileira vivia no momento. Com o Golpe Militar de 1964, buscou exílio no Chile democrático.

Ainda segundo Cristobal Kay (2021, p. 69-70),

Vários fatores desempenharam papéis-chave no surgimento da Teoria da Dependência na América Latina: a turbulência política mundial durante o período da Guerra Fria e, principalmente, as ramificações políticas na região da Revolução Cubana de 1959; a constatação de que o processo de industrialização por substituições de importações não cumpria com todas as expectativas e entrava numa fase de “exaustão” de sua etapa “fácil”; a crescente influência do marxismo entre estudantes e jovens acadêmicos, especialmente os escritos sobre o imperialismo e descolonização; e, por último, mas não menos importante, a insatisfação com teorias econômicas ortodoxas e a sociologia da modernização.

No período, o contexto cultural e político chileno era fervilhante. Theotônio dos Santos passa a realizar pesquisas junto com outros exilados, buscando compreender as relações de dependência da América Latina, realizando uma leitura crítica das propostas da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), onde,

Em seus escritos, Dos Santos sempre enfatiza as relações de classe internas ao país dependente e as relações políticas e como estas estão interligadas e articuladas de maneira dialética com as do país dominante. Portanto, a dependência não é apenas um fator externo, mas está intimamente relacionada e determinada pela estrutura interna e pelas relações sociopolíticas dos países dependentes (KAY, 2021, p. 76)

Um de seus mais famosos textos data de 1970. Apresentado em uma reunião da 82ª Reunião Anual da American Economic Association (KAY, 2021, p. 73), foi publicado em revistas internacionais e vertido para vários idiomas. Nesse artigo, Theotônio dos Santos afirma que

Por dependência nos referimos a uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A reação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (dominantes) podem se expandir e ser auto-sustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre o seu desenvolvimento imediato (DOS SANTOS, 2011, p. 6).

Nesse texto, Theotônio dos Santos (2011) defende que as teorias da dependência estudam a situação interna dos países do então chamado “Terceiro Mundo” como parte da economia global. É preciso, portanto, um novo instrumental teórico que reflita sobre o então chamado “subdesenvolvimento” enquanto um produto e condição do desenvolvimento dos países desenvolvidos. Segundo Theotônio dos Santos (2011, p. 16):

[...] só podemos entender o que está ocorrendo nos países subdesenvolvidos quando percebemos que se desenvolvem dentro do esquema de um processo de produção e reprodução dependente. Esse sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é restringido por aquelas relações mundiais que necessariamente conduzem ao desenvolvimento de apenas alguns setores econômicos, ao comércio sob condições desiguais, à competição doméstica com o capital internacional em condições desiguais, à imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica, visando dividir o excedente econômico assim gerado entre as forças de dominação internas e externas.

Outro importante nome é o do economista brasileiro Celso Furtado (1920~2004), que, além de uma grande produção acadêmica dedicada ao tema do desenvolvimento e da cultura, também atuou como Ministro do Planejamento do Brasil durante a presidência de João Goulart.

Segundo Cario, Gomes e Sigaúque (2019), Celso Furtado, em sua vasta obra, faz um questionamento profundo sobre a ideia de desenvolvimento a partir da trajetória da realidade brasileira, em sua integração com o capitalismo global, tendo como centralidade os aspectos culturais que orientam o desenvolvimentismo e

perpetuam uma série de desigualdades não apenas socioeconômicas, mas também no campo dos direitos e da constituição da cidadania, em nossa sociedade.

Segundo esses autores, a obra de Celso Furtado é contundente ao destacar que

A dependência do padrão produtivo e tecnológico dos países detentores de bens de capital, combinada com a falta de estratégia de desenvolvimento autônomo interno, marcou, desde o início, o desenvolvimento industrial brasileiro dependente (CARIO; GOMES; SIGAÚQUE, 2019, p. 83).

O cerne do problema da dependência, na visão de Celso Furtado, diz respeito justamente ao que se entende por desenvolvimento. Antes do incremento de índices de industrialização, urbanização, elevação de padrões de consumo e aquisição hábitos dos países do Norte Global, o desenvolvimento brasileiro talvez devesse se ater mais à “[...] satisfação crescente das necessidades básicas da população e redução das disparidades sociais” (FURTADO, 1984, p. 11). Na visão de Celso Furtado, o modelo de desenvolvimento imposto à sociedade brasileira – sobretudo entre os anos 1960 e 1980, quando da imobilização da sociedade civil – levou a um tipo de crescimento que tinha na concentração de renda e desarticulação da sociedade seus grandes resultados.

A recondução da sociedade brasileira a um desenvolvimento verdadeiro, capaz de sanar problemas estruturais históricos, as desigualdades sociais, garantir direitos básicos e promover a cidadania é possível, “[...] desde que haja maior participação do povo no sistema de decisões” (FURTADO, 1984, p. 30). O verdadeiro desenvolvimento seria aquele que promovesse o reencontro com a criatividade das culturas populares e como realização das potencialidades humanas: o desenvolvimento está relacionado à liberdade e à capacidade das sociedades decidirem o seu próprio destino.

As críticas contundentes das teorias da dependência serão absorvidas nos anos 1980 e 1990, quando o discurso desenvolvimentista incorpora a ideia de que o desenvolvimento se produz sobretudo localmente, através da participação das populações-alvo na construção desses processos de mudança social (HEMER; TUFTE, 2016). A abertura à participação leva o discurso desenvolvimentista a adotar novos fundamentos e diretrizes, algumas delas oriundas do Sul Global, como é a

proposta do desenvolvimento como liberdade (SEN, 1999), ou seja, que o desenvolvimento tem significados diferentes, variando culturalmente.

Partindo de um mito do subcontinente indiano datado do século VIII, o economista e filósofo Amartya Sen (1999) reflete sobre o discurso desenvolvimentista não a partir da pobreza e da falta, como foi feito pelo Norte Global, mas sobre o sentido simbólico da riqueza material. Segundo ele, a busca pela riqueza material pode ser explicada pelo fato de ela nos propiciar liberdades individuais e coletivas – verdadeira vocação da humanidade, convergindo com outras Epistemologias do Sul, como são o pensamento freirano e as práticas de diversos movimentos sociais brasileiros.

Desse modo, segundo Sen (1999), o desenvolvimento não trata apenas do crescimento econômico, da industrialização, da urbanização e da adoção de novos valores ou tecnologias. Esses fundamentos teriam sua origem no pensamento pragmático anglo-saxão, nas possibilidades de mensuração numérica positiva de processos de mudança social, na evidente transformação dos modos de vida tradicionais. Com eles convive uma série de privações (*unfreedoms*) como a pobreza, a tirania, as poucas oportunidades econômicas, a precariedade dos serviços públicos e a intolerância.

Essa nova métrica para o discurso desenvolvimentista, a da liberdade, certamente mais compreensível e aberta, passa também pela garantia de liberdades institucionais e instrumentais como a liberdade política, oportunidades sociais, transparência nos setores público e privado, por um sistema de seguridade social e, *também*, por iniciativas de desenvolvimento mensuráveis por critérios puramente econômicos – como é o caso do discurso desenvolvimentista do Norte Global.

Escrevendo sobre os fins e os meios do desenvolvimento, Amartya Sen (1999, p. 53) nos chama a atenção para que

[...] o aumento da liberdade humana é tanto o principal objeto quanto o principal meio de desenvolvimento. [...] Os fins e os meios do desenvolvimento pedem que se coloque no centro do palco a perspectiva da liberdade. As pessoas devem ser vistas, nesta perspectiva, como ativamente envolvidas – tendo a oportunidade – na construção de seu próprio destino, e não apenas como recipientes passivos dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. [...] A perspectiva centrada na liberdade sobre os fins e os meios de desenvolvimento tem algum direito à nossa atenção.

Desse modo, em sua proposta, a liberdade deveria ser pensada como insumo e principal finalidade para o desenvolvimento das sociedades, cada uma a seu modo e em conexão com suas culturas locais. O viés participativo de sua proposta converge fortemente com o pensamento do educador Paulo Freire (1921~1997) e com as práticas dos movimentos sociais brasileiros, como tentarei demonstrar mais à frente.

As relações entre as teorias do desenvolvimento e as teorias da comunicação é longa e diversa. Ao longo dos anos, as relações entre essas áreas do conhecimento geraram uma série de propostas, fundamentos e práticas de comunicação que esboçarei no próximo tópico.

2.2 Comunicação e mudança social: tendências

Originalmente, *comunicar* – “agir em comum” ou “deixar agir o comum” – significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo (SODRÉ, 2014, p. 9).

Ao falarmos em comunicação, podemos nos referir a uma série de práticas as mais diversas. Podemos estar nos referindo às práticas de produção e consumo de conteúdos digitais que circulam por redes sociais. É possível que estejamos observando protestos ou manifestações que ocupem o espaço público. Sem dúvida, quando estudamos e analisamos as práticas de agendamento dos meios de comunicação de massa, já é evidente estarmos tratando de comunicação. Estradas, portos, ferrovias e aviões são meios de acesso físico que promovem comunicação.

Em *A ciência do comum: notas para o método comunicacional* (2014), Muniz Sodré apresenta um amplo panorama das tendências filosóficas, epistemológicas, metodológicas e axiológicas que essa ciência tem conhecido. O seu ponto de partida é a defesa da comunicação como uma ciência pós-disciplinar, sendo campo de incidência de várias outras áreas do conhecimento. Segundo o autor, a comunicação se apresentar sob matizes tão diversos por ser um fato total:

A comunicação seria em princípio uma experiência antropológica fundamental (já que não há vida social sem comunicação), em seguida um saber sobre essa experiência e, finalmente, uma realidade industrial já concretizada por um formidável aparato tecnológico sustentado pelo mercado (SODRÉ, 2014, p. 65).

Ao longo de sua exposição, ele expõe como o conceito de comunicação aparece de modo difuso e subjacente nas mais diversas teorias sociais. Um dos campos de pensamento e ação nos quais o pensamento comunicacional se movimenta na América Latina, no geral, e no Brasil, em particular, é o chamado campo da comunicação para a mudança social, cuja história está entrelaçada com as transformações e influência recíproca de dois paradigmas que competem entre si: o da difusão de inovações e o da participação social (TUFTE, 2017).

Segundo Thomas Tufte (2017), o modelo da difusão de inovações tem como seu principal expoente o teórico americano Everett Rogers (1931~2004). As suas teorias, formuladas sobretudo nos anos 1960, tem como objetivo a superação de problemas sociais através de uma série de estratégias de comunicação, transmissão de informações e conhecimentos, elaboradas por especialistas para o público-alvo das “pessoas comuns”. Essa abordagem é atualmente considerada unilateral, antidialógica, tecida de baixo para cima e calcada na ideia de que a comunicação se realiza unicamente pela compreensão de mensagens produzidas por emissores capazes.

Ainda segundo Tufte (2017), para o paradigma difusionista, o problema que orienta as práticas de comunicação é a falta de informação que as pessoas têm sobre determinado problema – seja ele questões de saúde coletiva, quanto a seus direitos e interesses, quanto ao funcionamento do Estado, ou como melhorar de vida, por exemplo. Segundo essa proposta, as culturas locais criariam obstáculos à compreensão das mensagens produzidas pelos especialistas, os quais geralmente mantêm uma postura de distanciamento e não interação com as populações-alvo desses programas. Na tentativa de promover mudanças sociais de nível individual e transformar padrões de comportamento coletivo, o difusionismo adota uma pedagogia bancária. Seus objetivos são perseguidos em curto prazo e buscam resultados numéricos de grande escala.

Segundo as palavras do próprio Everett Rogers (1983, p. 5):

A difusão é o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo entre os membros de um sistema social. É um tipo especial de comunicação, em que as mensagens estão relacionadas a novas ideias. A comunicação é um processo no qual os participantes criam e compartilham informações uns com os outros para alcançar um entendimento mútuo. Essa definição implica que a comunicação é um processo de convergência (ou divergência) à medida que dois ou mais indivíduos trocam informações para se aproximarem (ou se afastarem) nos significados que atribuem a determinados eventos.

Embora tenha se reposicionado ao longo dos anos 1980, como consta no fragmento exposto, é possível notar que a essência do modelo difusionista é unidirecional, hierárquico e antidualógico e parte da disponibilidade de informações úteis, sistematizadas por especialista e aplicadas por pessoas que desconhecem a sua própria realidade, gerando transformações sociais e desenvolvimento econômico e social. Baseada em teorias funcionalistas de origem nos Estados Unidos da América, ela se baseia em um reducionismo do processo comunicativo, entendendo apenas dois polos: um emissor (geralmente uma agência de fomento coordenada pelo Estado) e os receptores (as populações-alvo de políticas públicas de desenvolvimento e modernização).

Segundo Jan Servaes (2020), uma das subdisciplinas mais tradicionais dessa linha de pensamento foi o da extensão e da comunicação rural. Iniciativas desse tipo foram implementadas em todo o Sul Global, tendo como objetivo a transferência de tecnologias voltadas ao aumento da produtividade no campo e combate a questões de saúde das populações do mundo rural. Na América Latina, contou com a implementação de iniciativas de cooperação internacional como o Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (CIESPAL).

2.2.1 A difusão de inovações na América Latina

O Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (CIESPAL) foi fundado em Quito, no Equador, pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 1959, e foi, até os fins dos anos 1970, importante polo de atuação da escola difusionista. Inicialmente, atuou na modernização dos sistemas de comunicação do continente

latino-americano, na formação profissional e no apoio ao estabelecimento das ciências da comunicação na nossa região.

Com base em pesquisa documental no arquivo do CIESPAL, Iury Parente Aragão (2017) apresenta a trajetória da primeira década de atividades desse centro fundamental para a institucionalização do campo da comunicação na América Latina. Embora o estudo e a pesquisa em comunicação já existissem, ao menos no caso brasileiro, desde 1935, com a Cátedra de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal, o campo se expande lentamente ao longo dos anos 1940 e 1950, conhecendo sua consolidação apenas na década de 1960, não coincidentemente, quando as atividades do CIESPAL se iniciam (MELO, 1998).

Criado à semelhança de outro centro de mesmo propósito, porém situado em Estrasburgo, o CIESPAL tinha como principais eixos de ação o ensino do jornalismo e da comunicação, a documentação e a pesquisa. A matriz epistemológica que orientava a grande maioria de seus cursos, seminários e formações, no entanto, seguia a *Mass Communication Research* desenvolvida no Norte Global, os quais pensam “[...] a identificação das condições estruturais e dos mecanismos cognitivos capazes de explicar as circunstâncias em que as mensagens midiáticas podem afetar opiniões e as crenças de um público amplo, difuso e heterogêneo” (SODRÉ, 2014, p. 70).

Embora tenha sido um centro importante para a tradução de obras estrangeiras, para publicação de estudos sobre a realidade latino-americana, o CIESPAL foi criado no contexto de polarização na geopolítica mundial, quando diversos países latino-americanos foram submetidos a ditaduras militares, e a questão do desenvolvimento (notadamente, o puramente econômico) era perseguido com a supressão de qualquer liberdade democrática, num explícito retrocesso à cidadania do continente.

Ainda segundo Aragão (2017), um dos principais autores estrangeiros que serviam de fundamentação às atividades do CIESPAL, embasando atividades de comunicação para o desenvolvimento em todo o continente latino-americano, foi Wilbur Schramm (1907~1987), cuja obra fundamental, publicada originalmente em 1964, *Mass Communication and National Development*, se tornou expressão do espírito do tempo e da mentalidade do Norte Global sobre as questões de comunicação e desenvolvimento para o Sul Global.

Nesse livro, Wilbur Schramm ([1964] 2006) defende que as mudanças sociais podem ocorrer de forma lenta, ao longo do curso da história, à medida que culturas diferentes convivem, realizam trocas e se apropriam dos conhecimentos gerados uma pela outra. Elas também podem ocorrer de forma abrupta, marcada pela violência e pela imposição de novos valores ou regras, prática que nem sempre gera resultados desejáveis ou longevos. De qualquer modo, em sua visão, a informação é insumo fundamental para qualquer tipo de mudança social.

Aparentemente, a mudança social seria um processo simples. Segundo o autor (1964, p. 16, tradução nossa):

Basicamente os mecanismos de promoção de mudanças sociais são simples. Primeiramente, é preciso que a população tome conhecimento de uma necessidade não satisfeita por suas condições atuais. Na sequência, as pessoas precisam inventar ou aprender novos comportamentos que visem resolver essa ausência. Uma nação que tente tornar seu povo mais amplamente e rapidamente cientes de suas necessidades facilitará esse processo de tomada de decisões. Irá ajudar o seu povo a por essas novas práticas em ação.

Haveria, no entanto, elementos que dificultariam a adoção dessas novas práticas. Uma delas seriam os valores e práticas culturais que tecemos em nossa vida cotidiana e nas relações de feição comunitária que fazem parte da vida coletiva. Uma pessoa bem-informada e que deseje promover mudanças pode encontrar resistências e desconfianças do restante do grupo perante novas ideias. A melhor maneira de fazer a informação circular e, assim, promover uma tomada de consciência que levaria à ação transformadora, seria utilizar as práticas comunicativas que os grupos já conhecem, preferencialmente a partir de lideranças comunitárias, as quais ajudariam a difundir as inovações. É uma consideração importante, pois a confiança passa a ser um elemento a ser equacionado quando falamos de comunicação.

Outro dificultador do processo de mudança social seria a resistência das pessoas em aprender novas técnicas ou desenvolver novas habilidades – sobretudo quando se trata da adoção de novas tecnologias. De modo que são necessários programas educativos que acompanhem as novas informações que circulam, capacitando as populações para o desempenho de novas atividades.

Desse modo, o uso das mídias para a promoção de mudanças sociais teria efeitos limitados pelos contextos sociais nos quais essa informação circula. A mídia

pode ampliar horizontes, pode chamar a atenção para determinado aspecto da realidade considerado problemático, também pode inspirar o desejo de mudança. Ela pode influir no processo de tomada de decisões, pode subsidiar a comunicação interpessoal e pode conferir distinção àqueles que se apropriam de inovações. Mas ela, por si só, não gera a mudança.

A conclusão de Wilbur Schramm ([1964] 2006) é de que o uso dos meios de comunicação de massa, quando adotados enquanto uma estratégia promotora de mudanças sociais, devem ser os mais locais possíveis. Os conteúdos deveriam ser construídos com a participação das próprias audiências e deveriam se restringir ao universo que as comunidades habitam. Apenas assim seria possível fazer com que a informação circulasse por canais de massa, mas também pelas redes de relações interpessoais, gerando processos de confiança e de educação coletiva das comunidades, insumos necessários à adoção de novos hábitos.

De todo modo, o elemento principal da proposta de Wilbur Schramm ([1964] 2006) é a produção e difusão de informações por especialistas, elemento catalítico de toda e qualquer mudança social desejável às populações do mundo em desenvolvimento – especialmente as que vivem em meios rurais. Essa informação deve ser apresentada de modo persuasivo, com o auxílio das lideranças comunitárias. Por fim, deveria o processo ser complementado com um eixo de educação, ensinando novas práticas ou técnicas a todos aqueles que desejarem participar do processo de mudança social.

Embora a presença de teóricos do Norte Global ter sido uma das grandes marcas do CIESPAL, o centro permitiu a sistematização, publicação e desenvolvimento de teorias por pesquisadores latino-americanos. Um autor importante e atuante junto ao CIESPAL foi o boliviano Luis Ramiro Beltrán (1930~2015), representante de uma segunda geração de pesquisadores do campo da comunicação para a mudança social.

Uma das marcas dos pensadores latino-americanos, como Beltrán, era a crítica à importação de modelos teóricos vindos de outras realidades, sem nenhuma contextualização com a realidade, a cultura e a história de nossos países. Sua obra revela a importância das teorias da dependência desenvolvidas pelos cientistas sociais do continente. Essas teorias, como já comentei brevemente, realizavam uma leitura crítica das teorias do desenvolvimento criadas no Norte Global. A condição de subdesenvolvimento – ou “em desenvolvimento” – à qual foi relegada os países do

Sul Global faziam parte de um processo político de dominação dos países do Norte perante os países do Sul, passando, inclusive, por assimetrias epistemológicas que invisibilizam a reflexão latino-americana como produtora de conhecimento (SERVAES, 2020).

Portanto, para os teóricos latino-americanos, era fundamental pensar as questões de difusão e desenvolvimento levando em consideração sobretudo as especificidades culturais de seus países. Luis Ramiro Beltrán teve interesse particular na importância da constituição de sistemas de informação para o desenvolvimento rural, hibridizando as contribuições teóricas do Norte Global com as características e proposições do Sul Global (RENÓ, 2007).

A presença marcante de Luis Beltrán no CIESPAL data ao menos de 1963, quando teve suas primeiras publicações nesse centro. Realizou parte de sua caminhada acadêmica sob a orientação de Everett Rogers, e um de seus clássicos textos faz uma paráfrase às proposições de Wilbur Schramm sobre o desenvolvimento. Segundo Beltrán ([1967] 2006), no contexto latino-americano, a comunicação seria uma questão deliberadamente ignorada, quem sabe uma “ferramenta esquecida”¹¹ à consecução do desenvolvimento de nosso continente.

Para Luis Beltrán ([1963] 2006), a comunicação deve ser entendida não como um mero insumo produtor de mudanças sociais, mas talvez como um indicador do desenvolvimento de uma sociedade, afinal, segundo ele, o “[...] desenvolvimento quer dizer interação, mobilização massiva, participação universal nos processos decisórios que afetem o interesse público e no processo de implementação dos objetivos nacionais” (BELTRÁN, [1963] 2006, p. 120, tradução nossa).

Em sua crítica a Wilbur Schramm, Beltrán ([1963] 2006) apresenta o contexto latino-americano onde os pressupostos do campo da comunicação para o desenvolvimento vinham sendo aplicados. Apresentando as especificidades do continente, devemos entender a comunicação como um processo que deve levar em consideração a falta de registros escritos, as dificuldades de letramento, a ausência de meios de transporte, a impossibilidade de participação ou intervenção popular nos conglomerados de mídia, dentre outros fatores que geram, no contexto latino-americano, uma tremenda insolidariedade social, algo programado pela história sociocultural de nosso continente e que não encontra precedente no Norte Global.

¹¹ O título original do texto é *Communication: Forgotten Tool of National Development*, publicado originalmente em 1967 (GUMICO-DAGRON; TUFTE, 2006).

Perante o elogio à comunicação local proposta por Schramm como a solução dos problemas de desenvolvimento, Beltrán afirma que, no continente latino-americano, “[...] cada pequena comunidade enxerga a outra como estrangeira. Indiferença, suspeita e isolamento prevalecem sobre o entendimento mútuo e a cooperação” (BELTRÁN, [1963] 2006, p. 120). Persevera, nas nossas sociedades, uma “anatomia da in-comunicação” (BELTRÁN, [1967] 2006) cujas origens históricas remontam a séculos de colonização, algo que as iniciativas pontuais dos programas de desenvolvimento, com ambições de grandes resultados, jamais seriam possíveis de superar.

Alguns anos mais tarde, quando a linha mais clássica, de influência estadunidense, do campo da comunicação para o desenvolvimento (*DevCom*) já encontrava plenamente estabelecida¹², Luis Beltrán ([1974] 2006) reafirmou suas críticas de modo ainda mais enfático sobre a difusão de inovações e informações como principal estratégia de desenvolvimento para o meio rural.

Eram os anos 1970, quando a América Latina se encontrava silenciada por uma série de ditaduras, o crescimento econômico era defendido como único promotor de mudanças desejosas para o desenvolvimento de nossas sociedades. A implementação de sistemas de comunicação de massas se fazia presente nas mais íntimas atividades de nossa vida cotidiana.

Segundo Luis Beltrán ([1974] 2006), a comunicação não deveria ser reduzida às práticas de difusão de informações que levariam a escolhas racionais e, por fim, ao desenvolvimento econômico capaz de aumentar o nível de vida das populações latino-americanas. A comunicação deveria, ao contrário, ser pensada como um processo político e social de viés coletivo e participativo. Seus esforços deveriam ser direcionados não à transferência tecnológica, mas a romper a insolidariedade social e o silêncio que vigoram no continente latino-americano.

Apresenta como argumento uma série de dados sobre a disponibilidade de meios de comunicação no continente. Nos anos 1960, a UNESCO havia estabelecido um número mínimo desejável de acesso a meios de comunicação a ser levado em conta na mensuração do desenvolvimento das sociedades do Sul Global.

¹² Segundo autores do campo (TUFTE, 2017; SERVAES, 2020), a correlação entre comunicação, desenvolvimento e mundo rural se consolidam globalmente com as contribuições da filipina Nora Quebral para os organismos da Organização das Nações Unidas. Sua proposta é de que a comunicação deve criar um ambiente de aceitação às inovações tecnológicas no meio rural tradicional, levando em consideração a **coordenação governamental, o uso de diversos meios de comunicação** e a demonstração face a face para públicos-alvo específicos (QUEBRAL, [1971] 2006).

Assim, para cada grupo de 100 habitantes, eram sugeridas 10 cópias de jornal; 05 aparelhos de rádio; 02 aparelhos de televisão; 02 assentos de cinema.

Luis Beltrán ([1974] 2006) argumenta que os números da América-latina são, tanto na década de 1960 (quando a métrica foi estabelecida) quanto na década de 1970 (quando escrevia), superiores aos sugeridos pela UNESCO, algo que não acontecia em outras partes do Sul Global. Segundo essa visão elitista do processo comunicacional e que pensa a comunicação apenas como um sistema de emissão de mensagens e informação, portanto, estariam dadas as condições para o desenvolvimento participativo da região.

Acontece que produzir e fazer circular mais informação não produz, necessariamente, mais comunicação, como é sabido (PAIVA, 2003). Segundo Luis Beltrán ([1974] 2006), parte da cultura do silêncio e da insolidariedade latino-americana em muito se deve ao fato de os sistemas de comunicação do continente não se encontrarem abertos à participação social, ao fato de seus conteúdos serem produzidos por e terem um perfil urbano e elitizado, e pelo fato de a grande maioria da audiência para a mídia se encontrar concentrada nas cidades em rápido processo de expansão.

Esses elementos reforçariam a anatomia da incomunicação do continente, afinal, “[...] mesmo em materiais de comunicação voltados às populações rurais, os códigos usados partem de uma cultura urbana em nada dialogam com a vida rural” (BELTRÁN, [1974] 2006, p. 203, tradução nossa).

Embora contribuinte com a produção do CIESPAL e participante de primeira hora dos debates sobre o campo da comunicação para a mudança social, Luiz Beltrán, com sua longeva e inventiva produção, faz parte de um grupo de autores latino-americanos que souberam contextualizar os debates segundo a realidade de parte do Sul Global.

Desse modo, ele faz parte de uma segunda geração (TUFTE, 2017) do campo da comunicação para a mudança social. Para esses autores, a diversidade cultural não deve ser entendida como um entrave ao desenvolvimento, mas como uma aliada. Os processos de mudança social acontecem através do diálogo entre comunidades e atores externos, muitas vezes pesquisadores ou extensionistas. As mudanças só podem acontecer no médio e logo prazo, uma vez que estão envoltas em questões estruturais, no fomento à cidadania.

2.2.2 A comunicação para a cidadania

Haveria, segundo Tufte (2017), uma terceira geração de pensamento e prática da comunicação para a mudança social. Essa tendência emerge com o trabalho, as obras e a assimilação dos fundamentos estabelecidos por Paulo Freire por pesquisadores engajados, diversos movimentos sociais e iniciativas de cooperação as mais diversas. Embora Paulo Freire não pertença ao campo da comunicação, sua obra possui um grande teor comunicacional. No Brasil, essa tendência de pensamento é conhecida como “comunicação para a cidadania”.

Para os membros dessa terceira vertente da comunicação para a mudança social, o problema a ser enfrentado, por exemplo, não seria a falta de informações ou de conhecimentos capazes de transformar a realidade e desenvolver as suas sociedades. Os verdadeiros empecilhos ao desenvolvimento seriam as desigualdades estruturais, assimetrias nas relações de poder e os conflitos sociais. As culturas locais, antes entendidas como obstáculos à adoção de inovações, passam a ser entendidas como modos de vida aos quais as inovações podem ou não ser interessantes e, portanto, incorporadas. Os principais atores dos processos seriam cidadãos ativos, organizados segundo os fundamentos de uma pedagogia da libertação. Os resultados desejados não seriam apenas a mudança de comportamentos individuais, mas sim a articulação política e social, mudanças estruturais na sociedade e nas relações de poder.

Embora proveniente do campo da educação, é preciso dizer que há forte componente comunicacional na obra de Paulo Freire. Dotada de um conjunto de valores e orientações práticas, os quais incorporados por iniciativas populares, movimentos sociais e, finalmente, projetos de desenvolvimento local e cooperação internacional e iniciativas de pesquisa, “[...] a pedagogia de Paulo Freire deve ser entendida a partir do movimento de ideias que caracterizou os anos 50, notadamente a ideologia do nacional-desenvolvimentismo” (PAIVA, 2000, p. 17).

Segundo a pesquisadora Vanilda de Paiva (2000), o nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos anos 1950 se caracterizava enquanto uma tentativa de replicação, no Brasil, do keynesianismo econômico, à semelhança daquele que levou à construção de Estados de bem-estar social europeus. Nesse período histórico, que se estende da redemocratização de 1945 até a ruptura da

democracia brasileira pelo Golpe Militar de 1964, a reforma educacional foi encarada como um estratégico agente de mudança social.

Ainda segundo a autora (PAIVA, 2000), o contexto social brasileiro das décadas de 1950 e 1960 tiveram como marcas grande influência do pensamento católico engajado e do existencialismo do diálogo. Também menciona a intensa mobilização da sociedade civil, que experimentava um breve período democrático (1945~1964) e buscava avanços no campo da cidadania, com a tentativa de consolidação de direitos civis, políticos e sociais.

Um ponto importante para o aprofundamento da cidadania nesses anos foi a questão da educação básica – afinal, só teriam acesso aos direitos políticos pessoas plenamente alfabetizadas (PAIVA, 2000). Durante as décadas de 1950 e 1960, diversos programas de alfabetização foram lançados por iniciativas independentes, municipais ou estaduais. Nenhuma delas foi mais bem-sucedida, no entanto, que o famoso Método Paulo Freire, capaz de alfabetizar adultos em apenas 40 horas-aula, uma dessas iniciativas.

Nesse cenário, a conjuntura política do Nordeste brasileiro, sobretudo nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, fez toda a diferença para a trajetória de Paulo Freire, seu pensamento e para o campo da comunicação e mudança social. Após a redemocratização de 1945, o Partido Social Democrático (PSD), com grande participação de coronéis, de orientação estadonovista e getulista, havia conseguido a hegemonia nas eleições estaduais em contraposição à União Democrática Nacional (UDN), a qual agremiava sobretudo usineiros e elites abastadas das cidades.

Segundo a autora (PAIVA, 2000), no contexto urbano, sobretudo a partir da formação da “Frente do Recife”¹³, em 1946, comunistas, socialistas e católicos de orientação progressista passaram a ter a hegemonia política, elegendo os prefeitos das capitais. Com a migração campo-cidade em aceleração, o peso eleitoral das cidades cresceu consideravelmente – o caso emblemático foi Recife, quando, em 1964, um terço do eleitorado do Estado de Pernambuco se encontrava na cidade.

As frentes de esquerda tinham como programas fundamentais ampliar rede escolar e combater o analfabetismo, que, com a migração da população para as

¹³ O estabelecimento de uma frente, ou seja, uma iniciativa política não institucionalizada em partidos e porosa à diversidade de atores políticos foi fundamental ao período, uma vez que o Partido Comunista Brasileiro, então principal ator político organizado, fora posto na ilegalidade em 1948, tendo todos os seus mandatos cassados.

idades, condicionavam PSD e UDN à costura de alianças políticas com setores progressistas que habitavam as capitais. Havia o complicador das iniciativas de solidariedade entre campo e cidade desenvolvidas pelas frentes, que levaram à consolidação e expansão das Ligas Camponesas na região, de modo que, em contexto de Guerra Fria, a região passou a ser vista como estratégica à segurança nacional dos Estados Unidos da América – e, por tabela, de todo o hemisfério ocidental (PAIVA, 2000).

É nesse cenário que a mítica cidade de Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, emerge enquanto um laboratório para o método Paulo Freire. Foi algo que não ocorreu de maneira fortuita: ela era o município natal de Aluísio Alves (1921~2006), um jornalista, advogado e político que ali nascera, dissidente da UDN. Eleito governador do Rio Grande do Norte em 1960, com apoio da frente progressista que animava não apenas o Nordeste, mas todo o Brasil – sobretudo a partir de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros (1917~1992) e, após o Referendo do Brasil de 1963, a manutenção do presidencialismo sob João Goulart (1919~1976) até o Golpe Militar de 1964 (PAIVA, 2000).

Ponto nevrálgico à política de segurança externa do Ocidente, a região foi alvo de atenção e financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que custeou a experimentação freireana através de um fomento ao Estado do Rio Grande do Norte, governado por Aluísio Alves e cujo eixo central era a construção de infraestrutura escolar – perante o fomento ao programa de alfabetização capitaneado por Paulo Freire seria mero “complemento” (PAIVA, 2000, p. 39).

Segundo a pesquisadora (2000), desenvolver e aplicar métodos capazes de promover mudanças sociais tão explícitas quanto a garantia de direitos políticos – isto é, promover a alfabetização necessária ao exercício da democracia representativa – de resultados incontestes, com poucos recursos financeiros e em tão pouco espaço tempo era visto como portfólio excelente para conter o avanço da frente progressista sob a ótica da Aliança para o Progresso.

Regionalmente liderado por um governador conservador capaz de desmobilizar as forças populares, o programa financiado pela USAID foi executado por Paulo Freire, um cristão que tinha públicas divergências com os comunistas atuantes no Recife. Ao longo de 1963, no entanto, o financiamento estrangeiro foi

suspensão por ser entendido como uma “fábrica de revolucionários” (PAIVA, 2000, p. 41) pelo governo dos Estados Unidos da América.

Acontece que, quando o financiamento da USAID foi cortado, “[...] Freire e seu método já estavam lançados em plano nacional” (PAIVA, 2000, p. 41), atraindo a atenção do presidente João Goulart e sendo absorvido como componente do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), capaz de promover não apenas o acesso a direitos políticos – dado o obstáculo da alfabetização –, mas também o avanço da cidadania como um todo –, uma vez que o Método Paulo Freire também promovia a participação popular, reconhecia a diversidade e fomentava a ruptura de uma “cultura do silêncio” que impera na sociedade brasileira.

Outra questão que animava os anos 1950 e 1960 foi a grande presença do existencialismo e da filosofia do diálogo, que, à época, compunham uma corrente de ação e reflexão de grande influência na Igreja Católica brasileira, compondo um “catolicismo radical” (LIMA, 2015, p. 67) particularmente ativo no Nordeste brasileiro.

Segundo Venício Artur de Lima (2015), o existencialismo foi componente fundamental da obra freireana, pois conforma sobretudo sua ideia de natureza humana. Segundo esse pesquisador, não apenas para Paulo Freire, mas para toda uma frente de movimentos católicos “radicais”,

[...] os homens não são objetos por natureza, mas Sujeitos criativos. Eles podem ser tratados como objetos por sistemas sociais opressivos, isto é, podem ser desumanizados, porém isso não altera a “vocação ontológica” do homem, que é a de ser Sujeito (LIMA, 2015, p. 86).

Ser radical, nesse sentido, é cultivar o antônimo da atitude apriorística, à qual Freire nomeia “sectária”. O sectarismo, segundo Freire ([1968] 2014), pode ser exercido tanto por setores conservadores quanto progressistas. Já o “radical” diz respeito àqueles que com ele comungavam com o existencialismo, é aquele que adota a postura de estar aberto ao Outro por meio do diálogo amoroso entre os homens.

Há, no entanto, algumas particularidades entre o pensamento de Paulo Freire e outras correntes da filosofia do diálogo, uma vez que, para o brasileiro, o diálogo deve estar orientado para a transformação do mundo (LIMA, 2015).

Em verdade, o diálogo possibilita a participação dos sujeitos na reflexão e na ação transformadora sobre suas vidas. O diálogo é um tipo especial de comunicação

no qual as pessoas produzem coletivamente o conhecimento verdadeiro – isto é, aquele mediatizado pelo mundo no qual vivem, tendo como objetivo transformá-lo. Segundo Freire, “[...] o diálogo é o encontro amoroso entre os homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1977, p. 43).

Se, para Paulo Freire, o ser humano é essencialmente uma criatura comunicativa, tentar silenciar as pessoas invalidando suas formas de produção de conhecimento, de se expressarem e de agirem sobre o mundo seria uma forma de desumanizarmos uns aos outros – algo que as propostas de desenvolvimento de origem no Norte Global sempre fizeram.

A natureza política do pensamento comunicacional de Paulo Freire também foi forjado e exerceu grande influência no Movimento de Cultura Popular (MCP), criado no Recife governando pela esquerda progressista. Ainda segundo Venício Lima,

O MCP era fortemente influenciado pelas ideias socialistas e cristãs e tinha como objetivo principal “encontrar uma prática educacional brasileira, ligada às artes e à cultura do povo. Em suas atividades, dava-se ênfase à conscientização das massas através de programas de alfabetização de adultos e educação de base” (LIMA, 2015, p. 76).

Segundo Lima (2015), a obra na qual Paulo Freire melhor sistematizou seu pensamento sobre o diálogo e a comunicação foi o pequeno livro *Comunicação ou Extensão?*, escrito com o duplo propósito de ser uma crítica aos projetos de desenvolvimento, difusão tecnológica e extensionismo rural; como de servir de texto-base para um grupo interdisciplinar voltado ao programa de Reforma Agrária no Chile, onde Paulo Freire se encontrava exilado (LIMA, 2015).

Nesse pequeno livro, Freire faz uma crítica severa ao messianismo tecnológico capaz de gerar “desenvolvimento” no meio rural. Descreve como as práticas de extensão rural – que, num jogo de palavras, ele problematiza: não deveria ser uma *invasão?* – silenciam as vozes e invisibilizam os conhecimentos dos agricultores. Os desumanizam, uma vez que são reduzidos à condição de seres sobre os quais age o conhecimento produzido por outras pessoas, alheias ao seu modo de vida e valores.

Para Paulo Freire, é preciso outra postura por parte do educador ou do extensionista rural. Segundo Freire (1977, p. 52), o que se pretende com o diálogo “[...] é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a

realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”.

Ao estabelecer uma similaridade entre comunicação, produção coletiva de conhecimento e práticas dialógicas, correlacionando esses fundamentos a relações sociais e políticas, Paulo Freire sistematizou um importante “[...] instrumento prático de ação que, inicialmente visto apenas como um método de alfabetização [...], foi sendo cada vez mais desdobrado como um conjunto de princípios para a ação cultural e política” (PAIVA, 2000, p. 25), utilizado por movimentos populares de diversas partes do mundo.

Condicionada pelo contexto brasileiro, a trajetória de Paulo Freire gerou diversos frutos, dentre os quais a articulação de dois campos de conhecimento: o campo da cidadania e o campo da comunicação.

Vale aqui um breve comentário sobre a cidadania. A concepção clássica de cidadania diz respeito aos direitos e deveres das pessoas segundo três eixos: os civis, os políticos e os sociais. Essa organização em muito se deve a Thomas Humphrey Marshall (1893~1981), importante sociólogo britânico, e reflete sobre a cidadania a partir da trajetória dos processos políticos e sociais da realidade inglesa.

Segundo José Murilo de Carvalho (2019) há uma sequência lógica e de certo modo cumulativa entre essas três esferas de direitos. Os direitos civis, voltados à garantia da liberdade individual, se relacionam à vida, à liberdade de expressão, à propriedade e à igualdade perante a lei, e teriam sua origem no contexto inglês do século XVIII. Os direitos políticos, que têm como essência o autogoverno, seriam fruto dos processos desenvolvidos na Inglaterra ao longo do século XIX, compreendendo entre as formas de participação dos cidadãos o governo de suas sociedades, sobretudo quanto às possibilidades de composição do Estado – votar, ser votado, organizar-se politicamente, por exemplo. O terceiro eixo de direitos se baseia na ideia da justiça social, tendo como contexto o século XX europeu, compreendendo o direito à educação, à previdência social, à moradia, ao lazer, à saúde e outros direitos que possibilitem a partilha das riquezas produzidas pela sociedade da qual o cidadão participa.

Ainda segundo Carvalho (2019), a trajetória da sociedade brasileira, no entanto, guarda alguns particulares quanto à constituição da cidadania. No Brasil, os processos que deram origem ao Estado e à identidade nacional – elementos fundamentais para a tessitura e legitimidade dos direitos e dos deveres do cidadão –

são radicalmente diferentes do cenário dos países da Europa Ocidental. Em nossas terras, a própria lógica, de certo modo cumulativa dos direitos – que emerge com os direitos civis, avança pelos direitos políticos e conquista os direitos sociais –, estaria invertida, gerando grande prejuízo à formação da cidadania brasileira, algo que talvez possa ser sanado pela educação popular. Segundo o autor,

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou por outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2019, p. 17).

O campo da comunicação para a cidadania se constituiu em íntima relação com as práticas de educação popular, espaços participativos, plurais e inovadores para a consolidação das ciências da comunicação no Brasil. Parte da trajetória do campo se confunde com a da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), criada ainda em 1977, durante a Ditadura Militar Brasileira.

No ano de 1990, é criado o Grupo de Trabalho Comunicação e Culturas Populares, que, a partir de 2001, se reconfigura em Comunicação para a Cidadania. Quanto a essa nova terminologia, afirma-se que “[...] sob a terminologia guarda-chuva Comunicação para a Cidadania agrupam-se pesquisas que se debruçam sobre diferentes iniciativas da comunicação comunitária, popular e alternativa” (SILVA *et al*, 2021, p. 28).

À época e bebendo dos debates dos anos 1980 sobre o campo da comunicação popular, Luiz Roberto Alves (2021) descreve que o campo já se debruçava sobre uma série de objetos de estudos diferentes e complementares. Por um lado, estudos voltados aos usos da informação a entendiam como central na construção da cidadania, uma vez que é insumo fundamental para que indivíduos passivos se tornem cidadãos ativos, para fazer circular a contra-hegemonia e combater a alienação imposta pelos meios de massa. Apenas um indivíduo informado poderia exercer seu papel de cidadão, sendo o acesso à informação um direito que deve ser assegurado pelo Estado. Em sua interface com os estudos dos movimentos sociais, áreas de interesse eram a luta pela democratização da imprensa corporativa, a necessidade de revisão das políticas de concessão, a

necessidade de controle social dos meios e a necessidade de democratizar as redações.

Uma perspectiva complementar é oferecida por Cicilia Peruzzo (2021, p. 102), que entende a comunicação para a cidadania como aquela

[...] praticada por comunidades, movimentos sociais populares e outras organizações civis sem fins lucrativos, em suas lutas para modificar situações de falta de respeito aos direitos humanos nas diferentes esferas da vida social, as carências de acesso a bens de consumo coletivo (em educação, saúde etc.) as situações de discriminação de gênero e cultural, problemas de trabalho e renda, de participação política, dentre outros.

Essa prática crítica da comunicação teria duas matrizes em permanente diálogo. A primeira se inspira no conceito de cidadania, entendida como as relações entre direitos e deveres dos cidadãos, que nas sociedades latino-americanas encontram-se em permanente cerceamento pelas elites econômicas e políticas. Segundo a autora, portanto,

No fundo, trata-se de uma comunicação comprometida com os movimentos sociais e organizações de base popular sem fins de lucro, que se orienta à transformação da realidade, entendida no sentido de aprofundar e ampliar a conquista de direitos de cidadania (PERUZZO, 2021, p. 104).

Uma segunda matriz que compõe o campo seria uma resignificação das concepções tradicionais de “comunicação para o desenvolvimento”, que desde os anos 2000 tem ganhado impulso sob o termo “comunicação para o desenvolvimento e a mudança social”. Essa matriz investiga processos de mudança perante o subdesenvolvimento ou busca soluções para problemas de origem sobretudo econômica nas sociedades do Sul Global. Suas raízes seriam distintas das da comunicação da cidadania, uma vez que

O objetivo [da comunicação para o desenvolvimento] era utilizar os meios de comunicação como instrumentos de disseminação de informações, ideias e valores modernizantes favoráveis ao desenvolvimento capitalista, baseado nos padrões dos países ocidentais “desenvolvidos”, como os Estados Unidos e países da Europa [...] os meios de comunicação atuavam como mediadores para persuadir as populações em favor do desenvolvimentismo, e para a difusão de inovações tecnológicas, produtos industrializados e novos costumes. (PERUZZO, 2021, p. 106).

Com o declínio do pensamento tradicional sobre o desenvolvimento – tido como mero sinônimo de crescimento econômico, urbanização e industrialização,

como já mencionado – e a redemocratização da sociedade brasileira entre as décadas de 1980 e 1990, o campo da comunicação para a cidadania teria tomado sua atual forma, embasado nas práticas concretas dos movimentos sociais e suas lutas por avanços na cidadania.

Um elemento central para essas práticas comunicativas seria a participação, ou seja, “[...] o envolvimento real das pessoas, com poder de decisão, no processo de comunicação. Toda uma postura pedagógica-educativa, em parte inspirada em Paulo Freire, ajudou a desenvolver metodologias participativas” (PERUZZO, 2021, p. 112).

A garantia e o alargamento da participação nos mecanismos decisórios, historicamente negada à sociedade brasileira em sua trajetória autoritária, é elemento central para atingirmos a cidadania. “Algo que se conquista” (PERUZZO, 1998, p. 75), a participação social é fruto de um intenso processo de conscientização, organização e ação por parte dos movimentos populares, objetivando a partilha do poder e soberania da vontade popular quanto a direitos e deveres – como é o direito à cidade.

Desse modo, a comunicação para a cidadania não se restringe à produção de conteúdos comunitários, alternativos ou populares. Também não se restringe ao controle social dos meios de comunicação. Ela muito mais se assemelha a um processo de conscientização, organização e ação dos movimentos sociais populares buscando a garantia da cidadania que também leva os produtos midiáticos em consideração.

Ela deve ser entendida enquanto um processo de produção e circulação de conhecimento coletivo – daí seu forte componente de educação popular, a qual ocorre fora dos meios formais, que configuram práticas sociais e resgatam saberes tradicionais, por exemplo. Ela também se manifesta como um diálogo, exercida face a face, entre grupos ou instituições, que acontece principalmente de forma oral e presencial, disseminando informações, gerando troca de saberes e possibilitando a tomada de decisões.

Segundo a autora,

[...] a comunicação popular e comunitária faz parte de um processo de mobilização, organização e ação popular para conscientizar, mobilizar, planejar, trocar conhecimentos e tecer relacionamentos, mas com um propósito humano. [...] Nesse sentido, a práxis da comunicação popular se revela como uma resistência epistemológica porque concebe a

comunicação processo humano no seu sentido intrínseco do comum, da reciprocidade e diálogo, que se vale da mediação tecnológica, mas que vai além dela, além de valorizar e sistematizar conhecimentos situados – enraizados – no contexto local, sem desconsiderar e valendo-se do conhecimento empírico e do científico acumulados (PERUZZO, 2012, p. 127).

Campo vasto e multifacetado, a comunicação para a cidadania abarca temas que esta breve exposição não é capaz de – sequer pretende – esgotar. No entanto, é importante frisar que o interesse entre a promoção da cidadania e as práticas comunicativas diz respeito a um processo de produção coletiva de conhecimento, aos usos dos mais diversos meios de comunicação para apresentar um horizonte de possibilidades à sociedade, e, também, de uma tentativa de ocupar o debate público com as pautas dos movimentos sociais populares, como é o caso do movimento agroecológico, em especial o que dá forma à Rede Carioca de Agricultura Urbana, na cidade do Rio de Janeiro.

2.3 Agroecologia: uma ciência emergente e cidadã

Forma de conhecimento coletivo que articula ciências e saberes tradicionais, a agroecologia tem se desenvolvido no Brasil desde meados dos anos 1970. A constituição desse campo de reflexão e ação sobre a realidade brasileira se articula local, regional e nacionalmente em uma série de articulações¹⁴ das quais a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) faz parte.

De certo modo, quando falamos de agroecologia,

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 2004, p. 90).

¹⁴ Dentre as quais a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fundada em 2002, a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), fundada em 2006, e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), fundado em 2015

A agroecologia pode ser entendida como a manifestação daquilo que Boaventura de Souza Santos (1987) chamou, em finais do século XX, de uma “ordem científica emergente” (SANTOS, 1987, p. 09), uma vez que se caracteriza por um intenso diálogo entre formas de conhecimento científico e popular¹⁵.

Escrevendo no final do século XX, Santos (1987) afirma que naquela época já estaríamos vivendo “[...] no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica” (SANTOS, 1987, p. 09). Baseada na abstração geométrica do século XVI e aplicada pela física newtoniana do século XVIII, essa já antiga ordem científica seria totalitária, buscando uma única forma de conhecimento verdadeiro. Segundo Santos (1987, p. 16), se trata de “[...] um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos”.

Segundo Santos (1987), a antiga ordem científica tinha como traços fundamentais uma paixão pelo dogmatismo, a desconfiança perante qualquer evidência proveniente da experiência imediata, a possibilidade de aplicação de ideais (leis) à realidade concreta e a mensuração do conhecimento pela quantificação e classificação dos resultados dessa intervenção sobre a realidade.

Segundo o autor,

As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o como funciona das coisas em detrimento de qual o agente ou qual o fim das coisas. É por essa via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum [popular]. É que, enquanto no senso comum, e, portanto, no conhecimento prático em que se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção (SANTOS, 1987, p. 16).

Dominante entre os séculos XVIII e XX, esse paradigma das ciências se industrializou entre as décadas de 1930 e 1940 (SANTOS, 1987, p. 34) e transformou completamente as sociedades e o próprio planeta. Ao longo desse processo de expansão, institucionalização, estratificação e aplicação das ciências, o determinismo mecanicista dominante conheceu uma profunda crise quando novas teorias da matemática e da física – modelos inspiradores para as ciências naturais,

¹⁵ O léxico de Boaventura de Souza Santos, em verdade, oscila entre “senso comum” e “vulgar”, que são empregados como sinônimos e dizem respeito ao conhecimento tecido na vida cotidiana. De caráter criativo, pragmático e indisciplinar, esse sistema de conhecimento não dissocia suas causas e intenções.

e, por conseguinte, das ciências humanas – passaram a se deparar com a “[...] ideia de que não conhecemos o real senão o que introduzimos nele, ou seja, que não conhecemos o real senão a nossa intervenção nele” (SANTOS, 1987, p. 25).

Segundo Santos (1987), testemunhamos o colapso da antiga ordem científica baseada na quantificação, na busca pela regularidade, na antecipação e controle da realidade pelas leis das ciências e no descrédito dos conhecimentos populares, isto é, aqueles engajados na resolução de problemas da vida cotidiana. Essa crise levaria à “[...] análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da investigação científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia da ciência, possuiu a ocupar o papel de relevo na reflexão epistemológica” (SANTOS, 1987, p. 30).

Desse modo, ao mesmo tempo que testemunhamos o colapso de um paradigma científico antigo forjado no século XVI, institucionalizado nos séculos XVII e XIX e aplicado à todas as esferas da vida humana ao longo do século XX, também testemunhamos a ascensão de um paradigma emergente:

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SANTOS, 1987, p. 37).

Segundo Santos (1987), o paradigma emergente é não dualista – isto é, não se desenvolve a partir de dicotomias como natureza/cultura, sociedade/comunidade; mente/matéria, por exemplo. A superação dessa dicotomia teria como consequência uma revalorização dos estudos humanísticos e uma valorização da diversidade de sistemas de conhecimento, revalorizando as formas de saber produzidas na vida cotidiana por diversos grupos sociais.

A revalorização da subjetividade também seria componente desse novo paradigma científico, pois, antes de gerar a dominação e o ordenamento do mundo, a subjetividade é via de acesso à compreensão da realidade por diversos grupos sociais. Por fim, um aspecto distintivo do paradigma emergente seria o profundo diálogo entre as ciências constituídas e as formas de saber populares, afinal,

[...] nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta [o paradigma emergente], pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas.

A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida (SANTOS, 1987, p. 55-56).

Ainda segundo Santos (1987, p. 56) o conhecimento popular não dissocia a causa e a intenção, valoriza a criatividade e a responsabilidade, é prático, preza pela transparência e pela evidência, é situacional, é indisciplinar e metódico e se perpetua pela persuasão. Em nosso tempo, o paradigma emergente tem reabilitado as formas de conhecimento populares, que, em diálogo com as ciências, têm apresentado um horizonte utópico e libertador para a humanidade.

A agroecologia pode ser compreendida como uma das manifestações desse paradigma emergente. Ela se desenvolve como uma ciência cidadã, sendo que suas perguntas de pesquisa surgem ou estão ligadas às proposições dos movimentos sociais. Dialógica e participativa, ela agrega diversas áreas do conhecimento, rompendo a rigidez disciplinar e departamental do modelo de pesquisa que encontramos na sociedade brasileira. Acima de tudo, ela valoriza o saber popular. Nesse sentido,

O que atualmente chamamos de agroecologia tem sua origem na práxis camponesa e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação de “agri-culturas”, as quais se encontram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente das contradições do próprio capitalismo [...] e das lutas e processos históricos de resistência dos camponeses e povos originários contra o seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo maiores contornos de luta política no século XXI (GUHUR; SILVA, 2021, p. 60).

Ainda segundo Guhur e Silva (2021), a agroecologia deve ser sempre pensada no contexto das relações sociais e dentro de um desenvolvimento histórico no qual se realiza. Nesse sentido, vale a pena ouvir a voz de algumas das pessoas que constroem a agroecologia na cidade do Rio de Janeiro. Conversando com um jovem que compõe a Rede CAU, questionamos sobre como começou a se envolver com o movimento agroecológico do Rio de Janeiro. Ele nos disse:

Eu venho do interior né, eu sou de Sapucaia... Então eu já tinha uma coisa de natureza dentro de mim, eu já vivia isso com minha avó e com meus tios... E até sozinho mesmo, dentro das matas. Eu era adolescente, né?

Então foi muito importante... Então encontrar o Verdejar¹⁶ naquela fase da minha vida foi muito importante porque eu comecei a ocupar meu tempo e aprendi várias coisas... (Lucas, informação verbal)¹⁷.

Antes, portanto, de algo que se aprende nos livros a partir de uma depuração do conhecimento proporcionado pela ciência, a agroecologia foi muito mais um encontro com algo que esse jovem de certo modo “já sabia”, uma vez que fazia parte de seu modo de habitar o mundo.

Essa fala ressoa em muitas outras que ouvimos pela cidade ao acompanharmos as atividades da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Em setembro de 2019, participei de uma atividade de culinária oferecida por uma liderança quilombola na Zona Oeste da cidade, parte das iniciativas de solidariedade que a agroecologia carioca proporciona. Ao final do encontro – no qual se ensinou a preparar um refogado de mamão verde com carne seca, uma receita ancestral –, participamos de uma roda de conversa, na qual ouvimos o seguinte de nossa oficinaira:

Eu queria falar só um pouco da agroecologia... Ela é um modo de vida indígena e quilombola. Ela não é algo que nasceu hoje e nem é o que está em alguns livros... Ela é um modo de vida que tem essa ligação direta com a terra, com a Natureza e com tudo isso. Porque os índios e os negros foram os primeiros a comerem raízes e outras plantas que estão aí na culinária brasileira até hoje... É importante que vocês levem isso para casa e para o pensamento... Toda vez que vocês ouvirem falar de agroecologia saber que ela não é uma coisa que nasce agora... É uma coisa que nasce com a gente e está aqui e agora. É uma preocupação da vida como um todo... (Maraci, 2019, informação verbal).¹⁸

Nas terras do município do Rio de Janeiro, as práticas da agroecologia se territorializam numa série de lutas por um direito à cidade (LEFEBVRE, 2001; LIMA *et al.*, 2019; PETRUS; CORRÊA DO LAGO; FERRER, 2022).

A luta pelo direito à cidade não pode ser confundida com o mero acesso a equipamentos públicos e uma rede de serviços que se usualmente se referem ao modo de vida das cidades. Do mesmo modo, a agroecologia não pode ser reduzida às práticas agrícolas alternativas ou orgânicas. É a partir desses argumentos que Lima *et al.* (2019) vão defender algumas das atividades da Rede CAU como parte de

¹⁶ Uma das organizações de base comunitária que formam a Rede CAU.

¹⁷ Em entrevista ao autor em fevereiro de 2019.

¹⁸ Em entrevista ao autor em 28 de setembro de 2019.

um enorme processo de promoção da cidadania e da agroecologia ao defenderem a indissociabilidade entre o morar e o plantar.

As autoras realizam um longo percurso histórico no qual demonstram a forte dicotomia existente entre o construir e o habitar a cidade. Seja na região central da cidade, no começo do século XX, o espraiamento da mancha urbana para a Zona Sul em meados daquele século ou a recente verticalização da Zona Oeste, as políticas de remoção da classe trabalhadora são uma constante na história de uma cidade que se constrói sem a atenção necessária aos modos de se habitar suas terras.

Antiga Zona Rural do Estado da Guanabara, a Zona Oeste da cidade concentra, ainda hoje, uma enorme diversidade de agriculturas e modos de vida agroecológicos agremiados à Rede CAU, os quais têm disputado a cidade a partir da tessitura de um Plano Popular das Vargens¹⁹. Capaz de dissolver a distinção entre o morar e o plantar, valorizar os modos de vida locais e organizar a agenda de lutas da agroecologia da cidade – como o fim das remoções, regularização fundiária, saneamento, garantia da função social e ambiental de terrenos vazios ou subutilizados, prioridade a atividades de reflorestamento, apoio aos circuitos curtos de produção e consumo de alimentos, incentivo à agroecologia nas favelas dessa parte da cidade.

Segundo as autoras (LIMA *et al.*, 2019, p. 331),

Na região das Vargens, a Rede CAU e a luta pela AU [Agricultura Urbana] a partir da Agroecologia vêm apresentando importante papel nas lutas urbanas, disputando o Planejamento Urbano e fomentando novas práticas de (re)produção da vida. Refuta-se a cisão do direito de morar do direito da terra e há reivindicação do direito dos agricultores, quilombolas e todos os trabalhadores que sofrem a pressão da transformação da cidade em mercadoria. [...] a luta da Rede CAU contra a produção imobiliária par a região das vargens e em defesa dos agricultores urbanos [...] é a luta contra o capital, pois o espaço torna-se essencial para postergar a crise de sobreacumulação.

Esse argumento é corroborado por Petrus, Corrêa do Lago e Ferrer (2022), que demonstram como a conjunção de redes de solidariedade, espaços de comercialização e a articulação e a realização contínua de fóruns de discussão são fundamentais para superar a fragmentação política e territorial das experiências da

¹⁹ Se refere a um plano de estruturação urbana alternativo, realizado por movimentos sociais dos bairros de Vargem Grande e Vargem Pequena (e seus entornos).

agroecologia na cidade. Ao tecer e sistematizar um discurso comum sobre o direito à cidade,

[...] as redes agroecológicas firmadas na agricultura urbana e periurbana entram na luta pela democratização da cidade, pautando a garantia da posse da terra para os agricultores, de espaços públicos para as feiras, de áreas de produção agroecológica, de assessoria técnica pública e infraestrutura urbana (PETRUS; CORRÊA DO LAGO; FERRER, 2022, p. 110).

Segundo os autores, as principais pautas das redes de movimentos de agricultura e agroecologia na cidade do Rio de Janeiro são constituídas de cinco pontos estratégicos. O primeiro se refere ao reconhecimento político-institucional da “agricultura familiar urbana”. Esse eixo está relacionado ao reconhecimento da pluriatividade – isto é, que a produção não se baseia apenas na agricultura, mas também no beneficiamento, no artesanato ou no turismo, por exemplo. À reformulação dos critérios definidores de agricultura familiar. Ao desenvolvimento de políticas públicas para geração de renda e para o autoconsumo e a uma mudança na cultura das instituições de fomento.

O segundo trata da incidência política, com a participação das redes enquanto sujeitos coletivos atuantes em instrumentos de três instâncias de poder. Seriam exemplos a atuação nos Conselhos de Segurança Alimentar (tanto municipal quanto estadual); a participação na Conferência Nacional de Segurança alimentar; a sistematização de uma proposta para a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana junto à Articulação Nacional de Agroecologia; a incidência junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO).

Um terceiro eixo trata do acesso à terra urbana. Agremia iniciativas de produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos; disputa o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro através do Plano Diretor Municipal e dos Conselhos Municipais que o subsidiam; sugerem a adoção de nova tributação para áreas de produção agroecológica da cidade: que seja cobrado o Imposto Territorial Rural (ITR) ao invés do Imposto Territorial Rural (ITR).

Um quarto eixo se refere ao acesso a equipamentos públicos ou edificação de infraestrutura condizente com o modelo de cidade reivindicado pelo movimento agroecológico, onde não há distinção entre o morar e o plantar. Seriam políticas

públicas para a integração saneamento-energia que fecham o ciclo hídrico e de nutrientes. Essas iniciativas deveriam ser descentralizadas, abarcando toda a cidade com, por exemplo, a construção de cisternas de captação de água de chuva ou de nascente, a construção de bacias de evapotranspiração ou banheiros secos, a realização sistemática da compostagem residencial e outras tecnologias socioambientais de baixo custo.

Um quinto eixo se refere à infraestrutura de beneficiamento e comercialização. Essas reivindicações buscam aumentar o valor de mercado e, assim, a viabilidade econômica da produção agroecológica que ocorre na cidade; a garantia da mobilidade inter e intrabairro, fomentando a criação de circuitos curtos de consumo; uma infraestrutura de apoio às feiras agroecológicas que acontecem na cidade e a necessidade de plataformas virtuais capazes de promover a resiliência dos circuitos de comercialização perante novos hábitos de consumo trazidos pelo isolamento social.

3 SOBRE A REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA

Criada em 2009, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) pode ser entendida como uma frente cultural que desenvolve um rico processo comunicacional. Ela articula agricultores, movimentos sociais, coletivos, instituições de pesquisa, projetos, consumidores, militantes e diversos outros atores que se empenham na promoção da agroecologia na cidade do Rio de Janeiro. Para melhor entender esse fenômeno comunicacional, abordo a Rede CAU em três momentos complementares.

No primeiro deles, descrevo a Rede CAU como parte de uma frente cultural mais ampla – aquela do movimento agroecológico construído tendo como referência a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Apresento o conceito de frente cultural e sua inspiração em teorias latino-americanas, às quais são acrescentados comentários sobre o poder simbólico; também analiso a manifestação dessa frente em um tipo de ação coletiva numa feira agroecológica. Exemplifico como essas ações simbólicas podem ser interiorizadas nos sujeitos a partir de uma conversa com uma representante da Articulação Nacional de Agroecologia. Residente em um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, essa liderança se articula local, regional e nacionalmente em diversos espaços onde atuam um sujeito coletivo também presente na Rede CAU: a juventude agroecológica.

Num segundo momento, parto dos fundamentos desenvolvidos por Paulo Freire para caracterizar como sua educação popular inspira as práticas de comunicação e auto-organização dessa frente cultural. Analiso brevemente alguns conceitos-chave do autor brasileiro. Recorrendo a material de arquivo e entrevistas, descrevo um momento precioso para a Rede CAU, o de sua fundação, em 2009. Por fim, comento sobre as práticas dialógicas que a Rede CAU tece nos dias de hoje para manter ativo o diálogo entre os diversos grupos que a formam.

Na terceira parte deste capítulo, e dado o número de atividades que a Rede CAU desenvolve, apresento parte dos processos de comunicação, auto-organização e ação de um dos sujeitos coletivos que a compõe: a Juventude Agroecológica. Descrevo o uso da voz enquanto metodologia de pronúncia do mundo e de organização, narro uma iniciativa participativa que ajudei a facilitar a pedido desse sujeito coletivo. Apresento as práticas de solidariedade e as iniciativas de

sistematização que as Juventudes Agroecológicas protagonizaram durante um período muito difícil: o da pandemia da doença por coronavírus.

3.1 Parte de uma frente cultural

Nos dias de hoje, o tema da agricultura urbana está em evidência diante da busca por sua implementação nas cidades no intuito de corresponder à demanda por sustentabilidade em seus vários sentidos, da ambiental à sobrevivência das pessoas. Tomamos conhecimento do tema em matérias de jornal ou revista, em meios nos quais se pode ter notícia dos benefícios de se ter, nas janelas de casa, pequenas jardineiras repletas de ervas aromáticas. Em programas de televisão, avançadíssimos telhados verdes produzem alimentos nos *rooftops* dos *shopping malls*. Em sites de notícias, descobrimos que há hortas em escolas públicas as mais diversas. Em reuniões de movimentos comunitários, se fala do desejo de se criar jardins ou hortas comestíveis em qualquer terreno vago.

Embora bastante presente pelas terras cariocas, acontece, no entanto, que apenas algumas das práticas de agricultura urbana dispersas pela cidade do Rio de Janeiro fazem parte da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) por uma série de motivos, mas, principalmente, por não partilharem da composição de uma grande onda que essa rede ajuda a tecer: o movimento agroecológico que tem como referencial a Articulação Nacional de Agroecologia.

Formada em 2009, a Rede CAU é uma fração do movimento agroecológico, que é tecido em escalas local, regional e nacional. Tem como finalidade promover mudanças sociais e processos de cidadania ao pôr em contato e promover a sinergia entre diversas iniciativas de agricultura urbana, economia solidária, acesso a mercados, segurança alimentar e nutricional, acesso a direitos básicos – além de muitas outras pautas que vão se modificando com o próprio trabalho de se tecer essa rede.

Desse modo, a Rede CAU tem como referência a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). Nesse tópico, faço comentários sobre a trajetória da ideia de frente cultural, um conceito latino-americano inspirado

pela *práxis* de uma comunicação crítica nos anos 1970, bem como breves considerações sobre a ideia de poder simbólico. A partir de revisão bibliográfica, comento sobre essa frente cultural, que tem, na cidade do Rio de Janeiro, uma grande história cheia de marcos significativos. Também descrevo, ainda que brevemente, como um espaço privilegiado à observação das frentes culturais – isto é, uma feira – pode demonstrar as relações que a Rede CAU tece com outros níveis organizativos do movimento agroecológico e como alguns sujeitos dela participantes refletem sobre a constituição dessa frente que conta, inclusive, com um intenso diálogo com o poder público.

3.1.1 Sobre a proposta de *frente cultural*

Em seus estudos sobre as práticas do dia a dia, o comunicólogo mexicano Jorge Gonzáles nos chama a atenção para o fato de que as atividades mais banais e cotidianas estão sempre embebidas de sentidos socialmente construídos. Desse modo, necessidades as mais básicas e relacionadas à nossa sobrevivência – como comer, vestir-se, habitar, trabalhar, ter lazer e, enfim, poder seguir o ritmo da vida – estão atravessadas por valores simbólicos, os quais estão em permanente disputa em sociedades complexas.

Assim, as atividades que consideramos “normais”, evidentes ou óbvias devem ser contextualizadas historicamente e levando em consideração um jogo do poder simbólico, sempre provisional e, portanto, passível de mudança. Se trata de questões, portanto, de hegemonia, ou seja, aquelas que envolvem “[...] o reconhecimento, seja ativo ou passivo, da autoridade e legitimidade cultural da proposta simbólica que elabora um certo grupo social para os demais” (GONZÁLEZ, 2001, p. 11, tradução nossa).

Segundo González (2001), o conceito de hegemonia é de conturbada aplicação nos estudos da vida cotidiana. Em muito baseado em textos de Lênin e Gramsci, a trajetória do conceito teria maior aderência em análises sobre processos de dominação política e exploração econômica. Ele chama atenção, no entanto, para o fato de que o processo de construção da hegemonia também é feito pela comunicação simbólica que acontece nas atividades cotidianas. Apresenta a

proposta de frentes culturais enquanto uma metodologia para compreender os diversos fluxos e contrafluxos que envolvem a manutenção da hegemonia em nossa vida cotidiana. Desse modo, e para estudar as frentes culturais, é preciso ter em mente dois fundamentos da sociologia do poder simbólico.

O primeiro deles seriam as práticas de reflexividade, tanto individuais quanto sociais, ou seja, os processos que levam as pessoas a “[...] empoderar-se ao menos até uma posição na qual se consiga algum grau de autodeterminação” (GONZÁLEZ, 2001, p. 14, tradução nossa). Ao criarmos espaços de reflexividade, fomentamos práticas dialógicas, nas quais refletimos sobre o mundo simbólico no qual estamos envolvidos, gerando processos de consciência crítica e busca por mudança nos valores que não estão em conformidade com nossas formas de ser no mundo.

Outro princípio estaria ligado à construção das nossas identidades individuais e coletivas, sempre dialógicas e plurais, que se afirmam em nossas subjetividades. No contexto das sociedades complexas, esses processos estariam cada vez mais ligados a práticas de identificação que levam em consideração produtos de campos culturais os mais diversos e, nesse sentido, “[...] através do contato com textos culturais diferentes e narrativas complexas, [uma pessoa] pode ter a sensação e o sentimento profundo de ser parte de algo maior em que está incluído de um modo ou outro” (GONZÁLEZ, 2001, p. 15, tradução nossa).

Tanto as práticas de reflexividade quanto os processos identitários devem, por sua vez, ser compreendidos dentro de uma dinâmica social de fluxo e contrafluxo. Tal dinâmica ocorre de acordo com os movimentos possíveis em campos culturais e redes ideológicas que, ao se construir e irem lentamente modificando, condicionam as possibilidades de ação das frentes culturais, que são, ao mesmo tempo, estruturas estruturadas e estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1989), como afirma Jorge González (2001), afinal,

De um lado, as frentes culturais são estruturais, feitas sobre um conjunto de relações. Por outra parte, essas relações também estão em constante movimento e ajudam a construir uma espécie de onda em que se encontram, em estado de ebulição, conflitos e tensões culturais (GONZÁLEZ, 2001, p. 22, tradução nossa).

Talvez uma breve digressão sobre algumas propostas teóricas que inspiram Jorge Gonzáles em seus estudos das frentes culturais ajude a compreender melhor sua proposta antes de avançar na análise que ele propõe de tais frentes. Para tanto,

apresentarei, brevemente, algumas de suas inspirações, encontradas nos escritos de Armand Mattelart (1936 ~) e, também, nas propostas de poder simbólico descritas por Pierre Bourdieu (1930 ~ 2002).

Parte da proposta de frentes culturais é inspirada nos escritos de Armand Mattelart, intelectual belga de grande influência no pensamento comunicacional latino-americano, sobretudo no contexto chileno dos anos 1960 e 1970, quando foi transferido para lecionar na Universidade do Chile. Como toda uma geração de intelectuais, trabalhadores, militantes e artistas, Mattelart se engajou nas possibilidades de construção da mudança social a partir do contexto excepcional que o Chile da Unidade Popular experimenta nos anos 1970²⁰. A estatização de empresas estratégicas, a implementação de um sistema de comunicações de massa, a realização de uma reforma agrária, a efetivação de políticas de habitação e segurança alimentar são encaradas enquanto políticas públicas centrais para o desenvolvimento de um país que, de modo excepcional para a história latino-americana, se realizava pelo pouco usual caminho da democracia representativa e ampla participação popular nos processos decisórios.

Em nosso continente, as experiências de desenvolvimento têm como tradição a manutenção dos privilégios sociais adquiridos por nossa trajetória colonial. De tal modo, é usual considerar desenvolvimento como sinônimo, apenas, de crescimento econômico e modernização tecnológica – ambas, vale dizer, presumidamente passíveis de mensuração por uma sociologia pragmática norte-americana (SERVAES, 2020). Assim, a ideia de desenvolvimento se encontra geralmente apartada da diversidade de modos de vida que subsistem nas sociedades latino-americanas e, silenciando a grande maioria da população do processo decisório quanto aos rumos de tal desenvolvimento, tem como experiência histórica a construção de regimes autoritários onde os objetivos pré-definidos já citados de desenvolvimento econômico e modernização tecnológica possam ser rapidamente atingidos.

A experiência adquirida no período democrático chileno, onde diversas frentes de ação foram agremiadas sob a Unidad Popular é de excepcional contribuição na

²⁰ Não apenas Armand Mattelart se envolvia com essa conjuntura, mas, no que tange este estudo, também os brasileiros Paulo Freire, Celso Furtado e Theotônio dos Santos (vide capítulo 01). Nesse sentido, é bom ressaltar que as teorias da dependência desenvolvidas por autores brasileiros quando em exílio naquele país formaram as bases programáticas do governo da Unidade Popular (KAY, 2021).

história do continente. Ela levava a sério e incorporava às políticas de Estado as propostas dos movimentos sociais, verdadeiros laboratórios de outras formas de vida, que não se vergam aos dogmas do desenvolvimento econômico (MELLUCCI, 1999). Interrompida de maneira trágica²¹, as experiências desenvolvidas durante o período inspiram a teoria e levam à reconfiguração da ideia de frentes políticas segundo uma nova leitura: a da centralidade da cultura na disputa pelos rumos de nossas formas de vida em sociedade.

A ideia de uma frente – essa ampla e diversa linha de ação, solidariedade e defesa dos setores populares perante as investidas do silenciamento do capitalismo desenvolvimentista latino-americano – capaz de agregar associações de trabalhadores, coletivos, sindicatos, partidos e demais atores sociais na busca por mudança social e avanços no campo da cidadania é de longa tradição no pensamento progressista (GONZÁLEZ, 2001). No contexto chileno, durante o governo da Unidade Popular (1970~1973), as práticas de um tipo particular de frente – as frentes culturais atuantes nos centros de reforma agrária, nas fábricas e nas *poblaciones* (iniciativas de assentamento rural e moradia urbana) – foram levadas a sério enquanto prática social a inspirar a teoria.

Ao invés de buscar os fundamentos epistemológicos para as teorias comunicação em disciplinas científicas criadas no Norte global, Mattelart (1983) faz um elogio às Epistemologias do Sul desenvolvidas pelas práticas populares latino-americanas²². Deveriam ser essas práticas, comprometidas com os processos de comunicação engajados na mudança social, os fundamentos a inspirar as teorias da comunicação dos países do continente. Num compêndio sobre as práticas e contribuições teóricas da comunicação popular desenvolvidas fora do universo do capitalismo avançado, ele provoca:

Podem os modelos da ciência ocidental servir ao Terceiro Mundo? Talvez seja a hora de colocar a pergunta de outro modo: quais lições podem ser aprendidas das experiências de luta dos países periféricos, quando falamos de redes de comunicação popular? E como essas experiências podem

²¹ Entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, o Chile viveu sob um regime de exceção que imobilizou sua sociedade civil, violou direitos humanos, suspendeu direitos civis e políticos e, dentre outros crimes, assassinou 40.000 pessoas (DITADURA..., 2011).

²² O léxico de Mattelart corresponde ao de seu tempo de escrita e, na prática, ele trata a questão da assimetria Norte-Sul por termos de sua época – no caso, sociedades de capitalismo avançado nas quais se experimentava a democracia burguesa em contraponto com sociedades socialistas, colonizadas ou em processo de emancipação nacional, onde se experimentariam processos populares de comunicação.

inspirar os debates na Europa e nos Estados Unidos? (MATTELART, 1983, p. 66, tradução nossa).

No cerne de sua reflexão sobre as frentes culturais, em muito marcada por suas experiências chilenas, os escritos de Armand Mattelart (1977) destacam dois pontos: o primeiro destaca que os estudos de comunicação deveriam levar em consideração uma vertente organizativa, ou seja, seu processo social de produção coletiva de conhecimento, intervenção sobre a realidade e de resistência ativa; o segundo, é que justamente essas práticas culturais deveriam formar as bases epistemológicas de um pensamento latino-americano autóctone sobre a comunicação, o qual não poderia estar dissociado da transformação de nossas sociedades – como tanto pedia o contexto chileno o qual testemunhou em épocas de acirramento político que levaram ao totalitarismo.

Em uma época na qual o estudo do então recente campo da comunicação era marcado por traços da sociologia empirista, da semiologia textualista e do determinismo tecnológico, Mattelart soube demonstrar elementos de resistência ativa que setores populares da sociedade chilena faziam perante os meios de massa – sobretudo duas grandes novidades que passavam a fazer parte do dia a dia da população chilena: as revistas em quadrinhos e a televisão (MATTELART, 1973; 1977).

Ao longo de sua caminhada, Mattelart vai realizar releituras de teses marxistas e escrever sobre fundamentos de processos comunicacionais, chamar atenção para a importância do estudo da economia política dos meios para a melhor compreensão dos processos de desenvolvimento e disputa por hegemonia, enveredar pelo campo da epistemologia, além de desenvolver estudos sobre a pesquisa histórica em comunicação e como o desenvolvimento dos meios foram fundamentais para a consolidação do capitalismo (MALDONADO, 1999).

Após a terrível e sanguinária ruptura do processo democrático ocorrida no Chile, em 11 de setembro de 1973, o exílio de Mattelart coincidiu com o amadurecimento do campo da Nova História, com a emergência dos estudos culturais e com o surgimento de novas perspectivas ao estudo das culturas populares no continente europeu, ambiente com o qual esse “intelectual de dois mundos” (ZAROWSKY, 2012) sempre manteve relações profícuas.

O estudo das frentes culturais, no entanto, foi continuado pela escola de comunicação mexicana cerca de uma década após a sua proposição por Mattelart,

sendo atualizados segundo a tônica do cotidiano. Deste modo, tais frentes não deveriam ser encaradas como um modo de ação de uma vanguarda revolucionária formada apenas por militantes profissionais: as frentes culturais estariam dispersas na vida cotidiana, seriam fruto da ação de pessoas comuns.

Desse modo, para o mexicano Jorge González (1987), tais frentes culturais visam compreender que as lutas políticas se encontram diluídas nas ações do cotidiano, sendo manifestações da diversidade de culturas que existem em nossas sociedades. Essas culturas disputam, com graus assimétricos de poder, a capacidade de construção da hegemonia sobre as práticas mais banais de nossas vidas – como, por exemplo, os processos que concernem os hábitos alimentares, as soluções práticas que damos ao problema da habitação, nossas escolhas quanto ao uso de nosso tempo livre, nossas crenças –diversas atividades que o ritmo e sentido para as nossas vidas.

Ao chamar a atenção para o cotidiano, é preciso ter em mente que esse termo de uso corrente é adotado enquanto sinônimo de rotina, levando em consideração a perenidade, continuidade e repetição de nossos hábitos no dia a dia. Desse modo, é possível adotar o cotidiano enquanto uma normativa dos comportamentos humanos. Vale o comentário, no entanto, que as ações do cotidiano são também desviantes e fugidias, estando em permanente negociação por parte dos sujeitos. Dessa forma, o cotidiano se faz de regularidades, mas também de procedimentos que levam a rupturas e mudanças.

Segundo o teórico Rogério Proença Leite (2010), há, nos estudos do cotidiano, quatro linhas principais de abordagem: o interacionismo, que confere grande peso à estrutura social; a hermenêutica, que concebe o cotidiano como um tipo de ludicidade que tem enquanto objeto a ideia de jogo com as circunstâncias sociais; a teoria das práticas interiorizadas pelos sujeitos; e, finalmente, uma perspectiva marcada pela ideia de cotidiano enquanto uma série de procedimentos táticos e estratégicos.

A perspectiva de estudos do cotidiano que leva em consideração as práticas interiorizadas pelos sujeitos encontra densas contribuições na obra de Pierre Bourdieu e suas propostas de poder simbólico, ou seja, aquele tipo de relação de dominação “[...] invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estarão sujeitos ou mesmo que o exercem”

(BOURDIEU, 1989, p. 7), ou seja, se exerce a partir de uma relação dialética com o saber.

Segundo o sociólogo Amarildo Malvezzi (2019, p. 125),

[...] pode-se dizer que a intenção de seu projeto [o projeto intelectual de Bourdieu] seria capturar o movimento permanente de conversão da objetividade em subjetividade e da subjetividade em objetividade, através de uma compreensão da história como dividida em duas formas: a objetiva, resultante do processo de exteriorização das disposições individuais, que é a própria subjetividade tornada estrutura; e a subjetiva, percebida como processo de conversão das estruturas sociais em sujeito, das condições de existência em uma estrutura objetiva.

Desse modo, as práticas dos sujeitos em suas vidas cotidianas, embora já reconhecidamente estruturantes e estruturadas, devem levar em consideração também o campo, ou seja, uma série de regras e maneiras de ação condicionadas por questões de capital – social, econômico ou cultural. Quanto a essa questão, Jorge González comenta que

Os campos culturais são extensas e complexas estruturas de relações que incluem instituições, agentes e práticas que são divididos numa variedade de formações discursivas especializadas que coincidem com a divisão social do trabalho. Esses campos culturais estão imbrincados numa dinâmica crucial com redes ideológicas nas quais agentes sociais especializados na elaboração de formas simbólicas – amigos, familiares e pessoas comuns – leem, interpretam, atuam e negociam toda e qualquer produção discursiva numa constante dinâmica (GONZÁLES, 2001, p. 161, tradução nossa).

Se a Rede Carioca de Agricultura Urbana faz parte de uma mesma frente cultural que “[...] está vinculada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) e à Articulação Nacional de Agroecologia” (AS-PTA; Rede CAU, 2021), os próprios sujeitos narram em um pequeno livro de memórias, histórias e receitas²³, no qual abordam parte de sua trajetória coletiva, práticas de agricultura e beneficiamento de produtos da cidade, aspectos nutricionais e gastronômicos e dicas para o consumo do caqui. Talvez fosse interessante comentar, mesmo que brevemente, algumas das relações que pude colher em revisão de literatura e em observações sobre esse constante movimento da frente cultural que constituiu o movimento agroecológico.

²³ AS-PTA – Agricultura Familiar e agroecologia. **Cartilha – Caqui, fruta da estação, bendita fruta. Sabor do Sertão Carioca!** Rio de Janeiro, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://aspta.org.br/2021/07/01/cartilha-caqui-fruta-da-estacao-bendita-fruta-sabor-do-sertao-carioca/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Afinal, segundo Jorge González (2001), se pode compreender o estudo das disputas por hegemonia na vida cotidiana por intermédio da observação de quatro olhares: um estrutural, um histórico, um situacional e um simbólico.

Sendo as feiras de rua um espaço privilegiado para o estudo da definição e sedimentação de identidades coletivas que formam as frentes culturais (GONZÁLEZ, 1991), começemos por uma caminhada e apresentação situacional de uma delas.

3.1.2 A frente em movimento: uma feira agroecológica

No dia 06 de abril de 2019, saí bem cedo de minha casa no bairro da Glória, na região central do Rio de Janeiro. Em dia de sol no fresco outono carioca, foi agradável caminhar até o vizinho bairro da Lapa, onde aconteceria a primeira edição de uma nova feira na cidade: a Feira de Cultura e Agroecologia da Fundação Progresso, onde, fiquei sabendo, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) manteria uma barraca de comercialização de itens agroecológicos produzidos na própria cidade.

A programação dessa feira foi extensa e atravessou todo o dia. Contou com exposições científico-culturais, uma roda de capoeira, oficinas de compostagem e culinária, apresentações musicais, rodas de conversa e muitas outras atividades. Além da barraca da Rede CAU, havia também um sem-número de outras barracas onde se poderia encontrar brechós de roupas, cervejas artesanais, artesanato indígena ou quilombola, cosméticos naturais, fitoterápicos, livros, alimentos agroecológicos processados ou *in natura* e outros itens.

Essa feira foi organizada por um pequeno coletivo de agricultura alternativa²⁴ que atualmente usa a cidade como laboratório de suas práticas sustentáveis. Sediado numa das salas da antiga Fábrica de Cofres e Fogões Progresso, o coletivo Canto das Flores possui um herbário com dezenas de espécies, promove cursos livres sobre plantas alimentícias não convencionais, difunde técnicas de plantio em

²⁴ Os movimentos de agricultura alternativa têm uma trajetória longa no estado do Rio de Janeiro, surgem nos anos 1970. Nem todas essas práticas, no entanto, compõem o movimento agroecológico do qual faz parte a Rede CAU.

terras urbanas, oferece consultoria e implementa hortas em pequenos espaços, dentre outras atividades.

Ao encontrar um dos membros desse pequeno coletivo, conversei um pouco com ele sobre a proposta daquela feira, pedindo para que ele me explicasse um pouco mais do que se tratava. Ele me disse:

Essa feira tem como propósito agregar pessoas que estejam envolvidas no movimento agroecológico no Rio de Janeiro. Mas também pessoas que estão pensando cultura, arte e meio ambiente... Então reunir essas pessoas, reunir os produtos dessas pessoas, mostrar que existe uma variedade imensa e que existe uma outra forma de consumo possível, principalmente dentro da nossa cidade. Queremos dar voz e destaque para essas pessoas (Jorge, informação verbal).²⁵

Caminhando um pouco mais por aquela feira que acontecia nas entranhas de uma fábrica desativada – e posteriormente transformada em grande centro cultural –, pude encontrar um grande destaque: um grupo de três barracas emendadas uma à outra e destinadas à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Foi ali, partilhando a barraca da AARJ, que eu encontrei alguns dos membros da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) naquele dia.

Um estandarte da AARJ adornava a mesa central e uma série de produtos cheios de personalidade podiam ser encontrados ali. Pães e bolos, compotas de pimenta, ervas medicinais, cocadas, verduras, diversas frutas que iam da banana à laranja, cadernos sobre educação no campo, ovos caipiras, mudas de árvores frutíferas e barras de sabão artesanal.

Alguns dos produtos eu já conhecia, vinham da Zona Oeste ou da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Outros, fiquei sabendo, vinham de municípios que compõem a Região Metropolitana da capital, especialmente do Vale da Conceição, em Magé, onde um grupo de agricultores havia dividido o sempre oneroso custo do transporte das mercadorias, feito numa precária Kombi que perdeu um dos pneus no traslado. Participar da feira na cidade, para esses, se tornou uma verdadeira aventura, afinal, era preciso fazer dinheiro o suficiente para naquele mesmo dia reparar o transporte que os levaria de volta para casa.

Conversando um pouco com os feirantes da barraca da AARJ, perguntei sobre o que era, afinal, essa tal articulação, quais eram seus objetivos, atividades e

²⁵ Em entrevista concedida ao autor em 06 de abril de 2019.

finalidades – e, claro, como ela se relacionava com a Rede CAU. Me pediram para esperar um pouco por uma pessoa “que fazia parte da coordenação política”, a qual logo mais estaria por ali e poderia me explicar com mais propriedade; ao chegar essa liderança, refiz a pergunta e ouvi a seguinte resposta:

A Articulação de Agroecologia, o nome já diz, né? Articulação é articular ideias, articular conhecimento, articular produção, articular agroecologia e produção agroecológica. Articular o conhecimento dos agricultores e a sua experiência. Então, o papel da articulação a nível nacional e estadual, ela faz isso, né? Articula as ideias para que a gente possa, juntos, construir um país melhor, um país saudável, um país sem veneno, sem agrotóxico, sem transgênico... Esse é o papel da Articulação de Agroecologia, que tem desenvolvido isso a nível nacional. E aqui, no Rio de Janeiro, a nossa participação aqui é muito importante para que as experiências do Rio de Janeiro possam também se incorporar. Porque não dá pra gente trabalhar sozinho, né? (Benedita, informação verbal).²⁶

Sem nenhum produto para vender naquele dia e, portanto, livre da obrigação de cuidar de uma barraca, receber possíveis fregueses, esclarecer a natureza e propriedades de ervas e, se possível, vender toda a produção, essa representante da AARJ tinha mais liberdade para circular pela Feira de Cultura e Agroecologia da Fundação Progresso, talvez com a prioridade de “articular mais”²⁷.

Após nossa breve conversa, minha interlocutora logo me deixou para ter com outras pessoas que circulavam pelo espaço. Foi naquele dia que descobri que nem todas as iniciativas agroecológicas que acontecem na cidade ou no estado do Rio de Janeiro têm na Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) ou na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sequer no Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), referências de construção de um “país melhor” nos moldes que essa liderança me contava e, fui saber depois, uma socióloga já havia fartamente documentado o processo de tessitura do movimento agroecológico brasileiro (BENSANDON, 2016).

A impressão que tive ao encontrar as histórias de vida e histórias de bens naquela feira agroecológica era de estar na tangência de uma outra cidade possível; em verdade bastante e circulante pela cidade onde também se cultiva alimentos, se produz saboaria artesanal e se processam insumos de origem local, dentre outras,

²⁶ Em entrevista concedida ao autor em 6 de abril de 2019.

²⁷ Depois, fui saber, se planejava um certo “Festival da AARJ Metropolitana”, mecanismo festivo e verdadeira tecnologia social fomentadora de participação. Será mais bem descrito no item 5.2 Feiras Agroecológicas.

inúmeras atividades²⁸. Naquela pequena barraca de feira, mantida por agricultores urbanos e periurbanos da Rede CAU, mas também possibilitada pela assessoria técnica, militantes, consumidores e entusiastas tanto da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) quanto da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pude entrar em contato com essa frente cultural, que na perspectiva de González (1987, p. 20, tradução nossa) é o lugar “[...] onde efetivamente se tocam, se juntam, se esfregam e se inter-penetram culturas de grupos e classes extremamente diferentes”.

A constituição dessa frente cultural, no entanto, é muito complexa. A breve descrição a partir da observação das atividades de uma barraca em uma feira agroecológica apenas serve para caracterizar um olhar situacional como algo importante para a compreensão das frentes, além de, como afirma Jorge González (2001), há que se complementar esse olhar com outros níveis de informação estruturais, históricas e simbólicas – todas, vale dizer, entremeadas nas práticas dos atores sociais em sua trajetória pelo social.

Tento percorrer esse percurso cheio de contraditórios com auxílio de conceitos e informações de ênfase histórica tanto quanto à constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como com o auxílio de marcos que o movimento agroecológico imprimiu na cidade do Rio de Janeiro e que acabaram por dar forma à Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

Segundo a socióloga Ligia Bensandon (2016), o movimento agroecológico organizado na Articulação Nacional de Agroecologia tem uma de suas origens no movimento de agricultura alternativa, surgido nos anos 1970. A agricultura alternativa, por sua vez, tinha como características uma abordagem holística dos fenômenos da natureza, técnicas de produção sustentáveis e autônomas, processos de auto-organização de agricultores, a busca por um sistema econômico alternativo e a apropriação desse repertório de conhecimentos pelos pequenos agricultores familiares. Também fazia parte do cenário o processo de redemocratização brasileira, a crise do sistema tradicional de produção, o endividamento dos agricultores e a questão ambiental.

Nos anos 1980, iniciativas de agricultura alternativa que levassem em consideração os saberes das populações tradicionais e as práticas de educação

²⁸ Muitas atividades que dão forma à Rede CAU serão abordadas no Capítulo 4: A agroecologia da cidade.

popular foram alvo de diversos mapeamentos por parte de organizações do terceiro setor. Tais projetos de mapeamento tinham como proposta “[...] criar um modelo que desenvolvesse e aperfeiçoasse o saber acumulado pela experiência dos agricultores e o aprofundasse cientificamente, de modo a dar-lhe mais alcance, correção e adaptação, partindo da compreensão da lógica do saber camponês” (BENSANDON, 2016, p. 38).

À época, se buscavam metodologias capazes de fomentar a resiliência da agricultura familiar e camponesa que acontecia segundo os moldes da agricultura alternativa. Havia um entendimento que qualquer tipo de desenvolvimento – econômico, social ou ambiental – teria um âmbito local, e deveria acontecer a partir dos territórios através de um íntimo diálogo entre saberes técnicos, populações tradicionais e organizações da sociedade civil.

Essas iniciativas dos anos 1980, segundo Bensandon (2016), criaram um dos principais fundamentos da agroecologia: a ideia de produção coletiva de conhecimento, a qual passa por processos de auto-organização dos movimentos populares. Nesse sentido, o desenvolvimento de “[...] metodologias para promoção de processos sociais de participação, inovação e experimentação agroecológica, iniciando a formação de redes de produção do conhecimento e atraindo os agricultores para respostas às suas demandas tecnológicas” (BENSANDON, 2016, p. 43).

Ao longo dessa caminhada, que contou com o desenvolvimento de iniciativas pioneiras voltadas ao estudo dos agroecossistemas como da ONG Projeto Tecnologias Alternativas (PTA/FASE), e com a incorporação das demandas por inclusão produtiva por parte dos movimentos sociais do campo como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), movimentos feministas dispersos pelo país, dentre outros movimentos sociais organizados. Deste modo, de acordo com o território onde a agroecologia se exerce, ela articula uma série de atores sociais diferentes, com saberes específicos e agroecossistemas os mais diversos, que entram em relação com cidadãos do entorno e com as instituições públicas e privadas, seja para prestação de serviços, parcerias, negociações ou enfrentamentos.

Essas dinâmicas de campos e redes tomaram forma após o ano de 2002 e do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Desde seu princípio, a ANA tinha como frentes principais de trabalho: ampliar e intensificar fluxos de informação entre experiências concretas de agroecologia nos territórios; incidir sobre políticas públicas; aprofundar a comunicação dessas pautas com o restante da sociedade. Também foi adotado como prioridade “[...] o fortalecimento das redes estaduais e regionais de agroecologia” (STRAUCH; PALM, 2020), que acabam por dar forma à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, em 2006, sempre com grande presença nas terras cariocas.

No caso mais específico da cidade do Rio de Janeiro, cidade que sediou o I ENA, o movimento de fortalecimento das práticas agroecológicas territorializadas conheceu uma série de outras experiências que se articulam com o movimento mais geral do contexto nacional, regional e local. São diversos os marcos da agricultura urbana nessa cidade.

Segundo a geógrafa Uschi Silva (2017), embora as primeiras atividades que viriam dar forma à Rede Carioca de Agricultura Urbana possam ser rastreadas na década de 1990, quando a ONG Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA) passou a mapear iniciativas de agricultura existentes na Zona Oeste da cidade, foi na década de 2000, quando se deu maior diálogo com o poder público, desenvolvimento de políticas públicas e avanços no processo geral de cidadania, que a Rede Carioca de Agricultura Urbana vai tomando forma. Também é nesse período, especialmente a partir de 2002, que o movimento agroecológico passa a realinhar suas práticas discursivas em contraposição às propostas de desenvolvimento do agronegócio (BENSANDON, 2016).

Em sua dissertação, a geógrafa (SILVA, 2017) elenca uma série de marcos da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro, que envolvem ações de escala local – como o Projeto Profito, que acaba por articular agricultores do Maciço da Pedra Branca e leva à formação, por exemplo, da Associação de Agricultores de Vargem Grande (AMAVAG), ainda em 2006. Também traz marcos estaduais, como o I Encontro Estadual de Agroecologia, nesse mesmo ano de 2006, que culminou com a formação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Pontua diversos encontros nacionais sediados na cidade, como o III Encontro Nacional de Agroecologia (2014), o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (2015) e uma

série de outras atividades, entre seminários, encontros, congressos, projetos de pesquisa ou extensão e mutirões, que totalizam dezessete itens que vão tecendo, em diversas escalas e espaços, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (SILVA, 2017).

Impossível descrever tantas atividades aqui. Vale o comentário que esses diferentes espaços são onde se foi construindo a frente cultural a partir de questões “elementalmente humanas” (GONZÁLEZ, 2001, p. 12) – como a questão da segurança alimentar, do direito à moradia, do acesso à terra e à água, do transporte público, do direito à vida e demais pautas que se relacionam ao direito à cidade que as práticas da agricultura da cidade e da agroecologia conhecem. Essas questões elementalmente humanas devem ser entendidas como portadoras de um sentido comum construído através do diálogo de diversos grupos de movimentos populares de base, projetos técnicos e iniciativas as mais diversas que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro.

Afinal, como lembra Jorge González (2001, p. 39-40, tradução nossa):

Esses elementos [elementalmente humanos] estão normalmente ligados a necessidades vitais, a diferentes identidades e a valores plausíveis. Sudento que por nenhum motivo esses elementos deveriam ser considerados essenciais, mas sim territórios simbolicamente ocupados. Esses territórios, cheios de sentido, podem ser entendidos como fronteiras porosas entre os diferentes e localizados modos de definir possíveis entendimentos comuns; ao mesmo tempo, sua dinâmica própria nos permite considerá-los como arenas de luta ou campos de batalha nos quais as diferentes e às vezes opostas elaborações e definições de significados comuns se enfrentam.

Se a construção desses significados comuns passa, dentre outras categorias, por questões de reflexividade e identidade, talvez uma das melhores maneiras de demonstrar a validade da proposta de frente cultural seja através da autorreflexividade manifesta por uma jovem agricultora periurbana, quando poderemos compreender a subjetivação e a objetivação de valores simbólicos. Eu a conheci naquela mesma Feira Agroecológica da Fundação Progresso, em abril de 2019²⁹.

Segundo essa jovem, a agroecologia sempre fez parte de sua vida por causa de seus laços familiares. Afinal, tanto sua mãe como sua irmã já se envolviam com o

²⁹ Embora essa jovem não seja exatamente participante da Rede CAU, por morar em um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sua experiência se mescla com as trajetórias da Rede CAU, AARJ e ANA, fazendo válida sua presença neste estudo.

movimento agroecológico organizado com referência na ANA desde que sua memória pode alcançar. No entanto, enquanto uma prática reflexiva, a qual pressupõe sua ação crítica embebida de sua leitura de mundo, a agroecologia passa a fazer parte de uma vivência formativa quando ainda estava no período de férias escolares no Ensino Médio.

O projeto consistia numa dinâmica de intervivências, isto é, um período de quinze dias alojada no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CAIC-UFRRJ), intercalado com um período de quinze dias em casa, e, finalmente, outro período no CAIC-UFRRJ. Durante o primeiro período de alojamento no CAIC-UFRRJ, ela teve aulas expositivas e práticas, visitas a territórios, intercâmbios em assentamentos ou instalações da agroindústria e, quem sabe, até um certo tempo livre para conversar e conhecer outros jovens que também faziam parte do projeto, mas que vinham de outros territórios e traziam outras questões.

Durante o período “inter” da vivência, isto é, o período que estariam de volta às suas casas, foi sugerido que pensassem alguma aplicação prática das experiências que tiveram durante o primeiro eixo da formação. A jovem implementou uma horta nas proximidades de sua casa, tentando partilhar conhecimentos com as crianças do bairro onde morava. Sobre essa experiência a qual teve que relatar no retorno ao CAIC-UFRRJ, ela considera “um sucesso e um fracasso”.

A partir dessa outra iniciação, proporcionada por uma iniciativa constituinte do movimento agroecológico associado à ANA, sua relação com a agroecologia passou a ser sempre atenta às oportunidades de experiências, num “vai e volta” onde processos de comunicação dialógica sempre se fizeram importantes.

Quando, já estudante da Licenciatura em Educação no Campo, em 2014, já se identificava com a classe do campesinato brasileiro, ela foi convidada a também “articular mais”, como me disse:

“E aí, não vai estar com a gente, não?”. E aí eu pude participar de encontros e movimentos que sempre acontecem quando se tem um grande encontro dentro da AARJ, a juventude se une e se organiza para participar desses encontros... E o encontro mais significativo foi o Encontro Estadual de Agroecologia, que foi onde eu realmente tive uma participação e incidência maior, né? Eu consegui articular acho que uns 20 jovens da Rural para participar dos pré-encontros, mas só alguns que foram para o Encontro...

porque no encontro só vai quem já está mesmo fazendo parte do Movimento Agroecológico... (Gabriela, informação verbal)³⁰.

Após essa experiência de articulação para um encontro regional, ela continuou a ser protagonista e a construir o movimento agroecológico em diversos níveis, inclusive fazendo parte do Grupo de Trabalho Juventudes Agroecológicas da Articulação Nacional de Agroecologia, e, quando foi a um dos Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA), percebeu a grande ênfase que o movimento agroecológico confere às formas presenciais de comunicação. Afinal,

Dava para fazer por videochamada? Lógico que dava! Mas não é essa a proposta. A proposta é exatamente essa de conviver... E eu achava até que era um gasto supérfluo... Mas às vezes realmente precisa dessa convivência... Você consegue respeitar a pessoa pois você está olhando olho no olho. Você tá vendo como ela se expressa, como ela não se expressa... E eu acho que isso não pode ser intermediado por uma tela. Isso realmente precisa de convivência e estar-junto, que é diferente de só executar tarefa. Quando você sente a paixão de outro por algo, creio que você se reapaixona por aquilo... E na agroecologia é muito isso... Tanto é que quando a gente sai dos encontros a gente sai achando que a gente vai ocupar o Planalto, e vai revolucionar e plantar árvore em tudo quanto é canto porque realmente a gente se reapaixona e tem esse efeito de catarse e tem um pouco isso... (Luciana Salles, 2022, informação verbal)³¹.

De tal modo que os modos de organização da frente cultural que o movimento agroecológico constrói passam, em grande medida, pelas práticas de comunicação presencial e face a face, as práticas da comunicação popular, que acontecem entre grupos.

Sobre suas grandes ambições enquanto militante da agroecologia, ela comenta:

Hoje eu acho que se hoje a gente tiver cinco jovens e que a gente consiga, não é “gerar consciência”, mas se a gente conseguir estruturar uma vida agroecológica para ele ou para ela que seja “pô, essa pessoa tem todas as refeições? Essa pessoa tem um trabalho legal? Essa pessoa tá estudando? tem os sonhos em dia? Tá com a saúde legal?”. Tá feito! Tá pronto! A gente cumpriu nossa missão enquanto militantes da agroecologia (Luciana Salles, 2022, informação verbal)³².

Nos próximos tópicos, gostaria de dar destaque a dois marcos da trajetória da Rede Carioca de Agricultura Urbana. O primeiro, já mencionado pela geógrafa Uschi Silva, diz respeito ao III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, realizado em

³⁰ Em entrevista concedida ao autor em 1.º de março de 2022.

³¹ Em entrevista concedida ao autor em 1.º de março de 2022.

³² Em entrevista concedida ao autor em 1.º de março de 2022.

2009, quando os diversos movimentos dispersos pela cidade do Rio de Janeiro passam a se reconhecer enquanto Rede CAU. O segundo diz respeito ao ano de 2019, quando essa rede completou dez anos de atividades e pude acompanhar, com particular interesse, as atividades de um de seus sujeitos coletivos: o Grupo de Trabalho Juventudes Agroecológicas.

3.2 Dialogando e tecendo a rede

No primeiro ano de meu doutoramento, quando ainda tínhamos aulas presenciais e podíamos desfrutar do agradável ambiente acadêmico em seu máximo durante o governo de um genocida, uma experiência me marcou durante uma aula de metodologia científica.

Tínhamos de apresentar alguns dos autores fundamentais com os quais trabalharíamos ao longo da pesquisa e, quando mencionei o nome de Paulo Freire, meu professor, certamente ansioso para participar e contribuir com o meu esforço, interrompeu a minha fala com um forte tapa na mesa e um comentário enfático, quase um grito: *Você vai ter problemas com isso! Paulo Freire não é autor do campo da comunicação!*

Embora eu tenha entendido se tratar de um tipo de brincadeira que tentava criar um ambiente descontraído na sala de aula, essa intervenção intempestiva me deixou bastante nervoso – até porque o meu professor se provaria correto em suas duas afirmações.

Em primeiro lugar, porque problemas não me faltaram ao longo do processo de pesquisa e, sinceramente, não tive a humildade, a determinação ou a sabedoria necessárias para superar a todos eles. Em segundo, realmente, pois Paulo Freire não sistematizou suas práticas em publicações de modo a constituir o campo da comunicação por uma questão muito simples: esse campo de sistematização do conhecimento não existia, ao menos da forma que o reconhecemos hoje no Brasil.

De todo modo, os fundamentos de Paulo Freire, sistematizados no campo da educação, dando forma ao subcampo da educação popular, possuem forte inspiração comunicacional. Como acontece frequentemente às Epistemologias do

Sul, seu pensamento não ficou confinado em espaços institucionais como a de constituição de uma subárea das ciências sociais aplicadas, mas se dispersou pelo tecido social brasileiro, como quer a produção de conhecimento realizada de modo coletivo e oficioso (TUFTE; JIMÉNES-MARTÍNES; SUZINA, 2020).

Neste tópico, realizarei uma leitura dos processos de comunicação popular que compõem a Rede Carioca de Agricultura Urbana sob uma perspectiva freireana, a qual acredito consonante com a perspectiva das frentes culturais, exposta na seção anterior.

3.2.1 Palavras e temas geradores

Tanto as palavras como os temas geradores fazem parte das práticas dialógicas que fundamentam os processos de libertação e autodeterminação praticados e sistematizados por Paulo Freire (1921~1997). Seja nas práticas de conscientização que possibilitam uma leitura de mundo – e que podem levar, mas não se restringem, à alfabetização de adultos, por exemplo –, seja na busca do conteúdo programático que viabiliza tal leitura – e possibilita, também, a auto-organização e processos de produção coletiva de conhecimento –, o pensamento de Paulo Freire em muito inspira o campo da comunicação, especialmente o da comunicação popular voltada à cidadania.

Embora desenvolvidos, principalmente entre os anos 1950 e 1970, no campo da educação, seus escritos inspiram em profundidade o campo da comunicação, em especial em sua interface com os estudos da cidadania, como é possível aferir pela produção acadêmica recente de pesquisadoras do campo (PERUZZO, 2020; PAIVA, 2021). Antes de enveredar pelo campo da comunicação, realizarei uma breve exposição de parte do pensamento de Paulo Freire sobre palavras e temas geradores.

Em *Educação como prática da liberdade* ([1967] 2020), Paulo Freire sistematiza parte de suas experiências desenvolvidas em Angicos, em 1963, quando, em um projeto-piloto posteriormente adotado como base do Programa Nacional de Alfabetização da presidência (1961~1964) de João Goulart (1916 ~

1976), conseguiu – com o auxílio de uma equipe do movimento de educação popular – a proeza de alfabetizar trezentos trabalhadores rurais em quarenta horas.

A perspectiva, para o ano de 1964, ano de eleição presidencial (PAIVA, 2000), era a de que o Programa Nacional de Alfabetização fosse capaz de atuar com 20 mil círculos de cultura, alfabetizando ao menos dois milhões de brasileiros que, desse modo, estariam aptos a participar do processo democrático através do exercício do voto. Uma vez que a Constituição Brasileira de 1946 não previa aos analfabetos tal direito, alfabetizar essas pessoas e fazer avançar direitos básicos de participação política para cerca de então 2,5% da população brasileira em apenas um ano foi tomado como grande ameaça à ordem estabelecida pelas elites brasileiras já temerárias de outros processos de avanço democrático e de reformas estruturais propostas pelo presidente João Goulart nos campos fiscal, educacional, político, urbano e agrário.

Antes de apresentar seu método pautado na ideia de liberdade (participação livre e crítica), dos círculos de cultura (grupos de educação informal, que se encontravam fora do ambiente escolar) e das palavras geradoras (a partir das quais o diálogo e a pronúncia do mundo aconteciam), Paulo Freire, sobre o momento histórico, de transição e aprofundamento democrático que então se encontrava a sociedade brasileira, discorre sobre o papel que um processo de produção coletiva de conhecimento pode ter em uma sociedade fechada e avessa à participação popular como a nossa; e investiga como a educação pode induzir (caso crítica e comprometida) ou dissuadir (caso “mágica” e bancária) a participação popular na tomada de decisões quanto ao rumo do desenvolvimento nacional.

Ao comentar sobre o papel do educador – ou do coordenador, como acontecia nos círculos de cultura – em seu método, ele comenta:

[...] o papel do educador [talvez] seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetiza. Por isso, a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador. Por isso é que buscávamos um método que fosse também instrumento do educando, e não só do educador, e que identificasse (FREIRE, 2015, p. 217).

Complementando essa citação, é preciso trazer outra sobre a natureza do diálogo. Quanto a isso, sobre a natureza do diálogo, ele afirma:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (FREIRE, 2015, p. 210).

Desse modo, quando falamos em diálogo, não estamos falando em mero palavrorio ou “verbosidade” compostos de “palavras ocas”, as quais não estão enraizadas na vida cotidiana das pessoas. Nem toda prática de falar e ouvir pode ser considerada dialógica, pois nem sempre está comprometida com a pronúncia do mundo em que se habita, com vistas a transformá-lo em um lugar melhor. Promover o diálogo pode ser algo difícil, pois requer uma atitude amorosa, ativa e crítica que envolve o falar e o ouvir comprometidos e meditados pelo mundo.

Sendo o diálogo o fundamento de uma educação como prática da liberdade, ele deve ser ao menos provocado, podendo acontecer ou não. Para fomentar esses processos de construção coletiva de conhecimento, é preciso, portanto, de um conteúdo programático rigorosamente desenvolvido a partir do universo fático, sensível e comunitário no qual vivem os grupos com os quais se pretende ler o mundo. Afinal, quando se dialoga, se dialoga sobre alguma coisa e, assim, as consciências se tocam, mediatizadas pelo mundo.

Tal conteúdo programático – ou seja, temas, histórias, situações e objetos *a partir das quais se vai iniciar um diálogo* – deve ser adquirido através de uma redução do universo fático e vocabular das pessoas, o que só se pode fazer através de uma detida e atenta relação cotidiana com as populações com as quais se pretende trabalhar. Carregadas de sentido existencial, embebidas de conteúdo emocional, falares típicos e expressões idiomáticas, são as palavras geradoras a melhor maneira de se começar uma pronúncia do mundo –, pois são a forma mais genuína e inaugural.

O Método de Alfabetização sistematizado por Paulo Freire (FREIRE, 2020) é composto, ao total, de cinco etapas, a saber: o levantamento do universo vocabular dos grupos; escolha das palavras a partir do universo pesquisado; criação de situações existenciais típicas; elaboração de fichas-roteiro que auxiliem os coordenadores no trabalho nos círculos; e, finalmente, a decomposição das famílias fonêmicas correspondente aos vocábulos geradores.

Gostaria de destacar a importância de dois desses pontos, o da escolha das palavras e o de criação de situações existenciais típicas; como eles se relacionam com estudos contemporâneos da comunicação e como podem ser entendidos enquanto colaboradores à tessitura da Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Para Raquel Paiva (2021), um dos principais legados do pensamento de Paulo Freire seria o desenvolvimento de uma epistemologia compreensiva a partir da qual se podem tecer processos de cidadania. Tais processos, caso levem a sério os fundamentos freireanos, deveriam ser fomentados a partir de uma lógica sensível e atenta ao agir comunitário.

Em seu texto, ela faz uma crítica ao individualismo e ao racionalismo Modernos que acabaram por forjar as ciências no continente europeu. Comenta que, aliado ao processo de dominação política e econômica pelo qual passou a América Latina, se instaurou também um “colonialismo do saber” (PAIVA, 2021, p. 75), que acabou por retirar o estatuto de verdade de outras formas de viver e de conhecer que habitam o nosso continente.

Uma das consequências mais terríveis desse processo de dominação simbólica seria o entendimento dos processos de cidadania segundo moldes estranhos à realidade brasileira, tão marcada pela desigualdade social. A ideia de cidadania enquanto manifestações de um contrato social que se reduz a um enfeixamento de direitos voltados a garantias individuais em pouco contribuiria para o exercício da cidadania no cotidiano das populações brasileiras.

Nesse sentido, ela pontua que

O comprometimento com o território, sua gente e sua cultura precisa estar inserido na perspectiva da construção cotidiana da preocupação com o coletivo, ou seja, que a relação entre direitos e deveres seja simbiótica a tal ponto que o indivíduo se perceba como parte fundamental do grupo ao que pertence (PAIVA, 2021, p. 78).

Fomentar essa necessária simbiose seria exatamente combater o analfabetismo político que tanto denunciava Paulo Freire pois, para se ler as palavras, é preciso ler também o mundo fático que nos rodeia. Uma vez que a leitura de mundo é feita não por oposição, mas *a partir* do mundo sensível no qual as pessoas vivem, a sensibilização e a conscientização deveriam ser iniciadas em um grupo muito especial de palavras, as chamadas “palavras geradoras” a partir das

quais as pessoas podem pronunciar coletivamente o mundo em que vivem – e, somente assim, após conscientizarem-se sobre esse mundo, transformá-lo.

Segundo Paiva (2021, p. 76),

As bases para uma epistemologia compreensiva estão dadas a partir do olhar que reconhece o real histórico e o território e pretende compor uma análise desprovida por completo de pré-juízos e pré-conceitos, em que a aceitação seja a tônica capaz de integrar saberes e conferir lastro acadêmico.

Esse tipo de atitude espontânea e desengajada, tão típica da fenomenologia, estaria presente nos fazeres da educação como prática da liberdade. Antes de se escolher as palavras a serem adotadas em cartilhas utilizadas à alfabetização por critérios estritamente técnicos – como a decomposição da palavra em fonemas e sua apresentação segundo a ordem alfabética arbitrária –, se deveria optar por critérios sensíveis, comunitários e poéticos colhidos da interação com os grupos com os quais se pretende produzir coletivamente o conhecimento.

Segundo as palavras de Paulo Freire, “[...] as palavras geradoras deveriam sair destes levantamentos e não de uma seleção que fizéssemos nós mesmos, em nosso gabinete, por mais tecnicamente bem escolhidas que fossem” (FREIRE, 2015, p. 221).

Para a proposta da fenomenologia, da qual Paulo Freire também era conhecedor (PAIVA, 2021, p. 73), a investigação sobre o mundo se faz por um “retorno às coisas mesmas” e à tentativa de repor as essências na existência fática de nossas vidas (MERLEAU-PONTY, 2011). O estudo das essências, portanto, não se faz, como diz Paulo Freire sobre a pronúncia do mundo, “em nosso gabinete” e apartada do fluxo da vida; mas é feito pelo estudo detido do vigor de nossos modos de ser no mundo.

Segundo o filósofo Merleau-Ponty (2011, p. 13), “[...] buscar a essência do mundo não é buscar aquilo que ele é em ideia, uma vez que o tenhamos reduzido a tema de discurso, é buscar aquilo que de fato é para nós antes de qualquer tematização”, e complementa, afirmando que “[...] o mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 14).

O processo de leitura de mundo, portanto, só pode ser realizado a partir das palavras geradoras, essas “reduções” simbólicas do mundo vivido pelas pessoas, as

quais de modo compreensível, sensível e comunitário devem ser rerepresentadas aos grupos com os quais se trabalha.

Outra obra fundamental para se compreender o pensamento freireano e suas contribuições para o pensamento comunicacional é *Pedagogia do oprimido* ([1968] 2014), obra que é como uma continuidade ou aprofundamento do livro anterior.

Paulo Freire afirma que a Pedagogia do oprimido busca a restauração da intersubjetividade e da humanidade tanto dos oprimidos quanto dos opressores. Faz a denúncia de uma educação bancária que serve a práticas de dominação. Elogia as práticas dialógicas enquanto produtoras de conhecimento e comunicação.

Retomando e aprofundando as questões desenvolvidas em 1963, ele afirma ser o diálogo a essência da educação como prática da liberdade. Esse tipo precioso de “[...] encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portando, na relação eu-tu” (FREIRE, 2014, p. 109).

A ontologia da relação eu-tu a qual Freire se refere tem inspiração nos escritos de Martin Buber (1878~1965), sobre os quais um comentador afirma:

A reflexão inicial de *Eu e Tu* apresenta a palavra como sendo dialógica. A categoria primordial da dialogicidade da palavra é o “entre”. Mais do que uma análise objetiva da estrutura lógica ou semântica da linguagem, o que faria da palavra um simples dado, Buber desenvolve uma verdadeira ontologia da palavra atribuindo a ela, como palavra falante, o sentido de ser portadora de Ser. É através dela que o homem se introduz na existência. Não é o homem que conduz a palavra, mas é ela que o mantém no Ser. (VON ZUBEN, p. 43, 2001)

A palavra é a portadora do Ser dos homens, que se encontram fraternalmente através das práticas dialógicas que fazem uso da *palavra autêntica* – isto é, aquela enraizada na *práxis* cotidiana dos diversos grupos sociais. O diálogo, em Paulo Freire, no entanto, ultrapassa a ideia do Eu-Tu buberiano (LIMA, 2015, p. 100), pois resgatar e promover a pronúncia do mundo com opressores e oprimidos implica, necessariamente, na transformação desse mundo, algo que tem sido sistematicamente negado ao longo da história brasileira.

Novamente, o diálogo pode ser promovido através de um conteúdo programático desenvolvido junto aos educandos, nada mais sendo que “[...] a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou [ao educador] de forma desestruturada” (FREIRE, 2014, p. 116).

Desse modo,

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto das aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (FREIRE, 2014, p. 120).

Desse modo, é a partir do universo temático onde estão inseridas as pessoas que é preciso buscar não apenas as palavras geradoras, mas também os temas geradores que podem ser adotados enquanto indutores do diálogo calcado na realidade mediatizadora.

Investigando-se a realidade social das pessoas, sistematizando os achados em relatórios, discutindo os achados em grupos e, finalmente, devolvendo às pessoas os temas não enquanto uma dissertação pronta, mas enquanto um problema a ser resolvido por elas mesmas. Promovendo a consciência crítica, a autonomia e a tessitura de um processo comunicacional todo próprio da América Latina, onde a racionalidade, a individualidade e o letramento dão espaço a outras formas de comunicação, afinal,

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a *confiança* de um polo no outro é consequência óbvia [...]. A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança (FREIRE, 2014, p. 113).

Segundo Peruzzo (2020), o pensamento de Paulo Freire ressoou fortemente no campo da comunicação. A autora comenta que a trajetória das práticas de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire, que foram silenciadas e perseguidas pelo Golpe Militar de 1964, passaram a compor os processos de tomada de consciência, organização e ação dos movimentos populares a partir do processo de redemocratização brasileira.

Desse modo, a comunicação, na obra de Paulo Freire, aparece como parte fundamental do processo de produção de conhecimento coletivo que visa promover a libertação e a consciência crítica das pessoas. Ela se faz eminentemente a partir da interação, da troca, da reciprocidade e do diálogo (PERUZZO, 2020, p. 426), sempre mediatizado por uma leitura de mundo realizada de modo crítico. Em última

instância, o que unificaria o campo da comunicação popular, essa influência profunda que o pensamento de Paulo Freire promove no campo da comunicação, seriam as práticas de resistência e reivindicação de direitos fundamentais e de condições básicas de vida.

Segundo a autora (2020), alguns temas da educação como prática da liberdade – como as ideias de comunicação enquanto diálogo, a abordagem dos seres humanos enquanto sujeitos de sua história, a comunicação como um direito e a necessidade de relação com o contexto social – são elementos centrais dos processos de comunicação popular que visam, necessariamente, a emancipação e a transformação das nossas sociedades.

Embora a autora destaque que as práticas de comunicação popular não se desenvolvam a partir de uma aplicação sistemática da integralidade da proposta de educação enquanto prática da liberdade proposta por Freire – se atendo, antes, a alguns de seus princípios filosóficos e educativos, gostaria de fazer um destaque: talvez um dos princípios mais fundamentais desse processo emancipatório se atinja através dos “[...] ‘temas geradores’, os quais fazem parte da realidade dos educandos. É a partir deles que as pessoas problematizam a realidade” (PERUZZO, 2020, p. 427, tradução nossa).

3.2.2 Um diálogo entre grupos

Entre os dias 26 e 28 de novembro de 2009, aconteceu, no Sítio da Galícia, bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, uma das atividades preparatórias para um dos encontros estaduais de agroecologia do Estado Rio de Janeiro: o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (III EEASC).

Considerado como marco de fundação do que hoje conhecemos como Rede Carioca de Agricultura Urbana³³, participaram desse encontro mais de trezentas pessoas da cidade do Rio de Janeiro, de outras regiões do Estado e, até mesmo, de

³³ Dentre outras denominações, como “Rede de Agroecologia”, “Rede de Agricultura Urbana” ou “Rede Carioca de Agricultura Urbana e Rural”, acabou por vigorar o nome Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) (SILVA, 2017, p. 76)

outros países. Toda essa gente tinha como objetivo comum fortalecer as redes de agricultura urbana, agroecologia e economia solidária cariocas. Como conta um de seus organizadores:

A ideia é fazer um resgate “agrícola”, considerando aspectos como saúde, economia solidária, plantas, alimentação, criação. Também vamos recolher receitas de alimentação saudável e remédios caseiros para fazer uma cartilha e resgatar as sementes para o encontro (Marcio Mattos de Mendonça *apud* AS-PTA, 2009)³⁴.

O evento foi organizado com inspiração nas metodologias conhecidas dos encontros nacionais e regionais de agroecologia, ou seja, através de eixos temáticos a partir dos quais foram desenvolvidas rodas de conversa, palestras, oficinas práticas, visitas a espaços produtivos, declamação de poesias, grande plenária e, como não poderia deixar de ser, uma feira agroecológica a encerrar as atividades.

Naquele ano de 2009, os eixos temáticos que orientaram a construção coletiva dos conhecimentos que se articularam no III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade foram: manejo agroecológico de quintais; alimentação saudável; plantas medicinais e remédios caseiros; e economia solidária.

A partir desses eixos temáticos, verdadeiros temas geradores que promoviam o diálogo entre grupos, com foco nas experiências concretas dispersas pela cidade do Rio de Janeiro, que as diversas experiências de saúde que aconteciam na cidade do Rio de Janeiro puderam ir tecendo um movimento social em rede, apoiada pela assistência técnica de uma série de projetos que trabalhavam com processos de comunicação numa tônica freireana: a ideia de promover devolutivas sistematizadas capazes de ajudar na autonomia dos movimentos.

Como lembra uma de suas componentes:

Então quando a gente fez o III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, a gente acabou formatando uma rede. Se chamava Rede de Agricultura Urbana [...] E aí nós fomos para o I Encontro da Articulação Política da ANA e numa reunião preparatória pela AARJ a gente se apresentou enquanto Rede. E aí começou, né? A gente criou uma dinâmica própria e uma identidade também própria e fizemos disso, aquele grupo em torno da AS-PTA começou a se tornar uma rede mesmo, de fato, né? Com a aproximação de outros grupos e com outras lutas urbanas... E a gente foi tocando até a gente ter esse formato que a gente tem hoje, né? São mais ou menos 30 grupos entre instituições como associações de agricultores, ONGs, têm pessoas.... E daí a cada planejamento que a Rede fazia a Rede

³⁴ AS-PTA – Agricultura Familiar e agroecologia. **III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2009. Disponível em: <https://aspta.org.br/2009/11/20/iii-encontro-de-experiencias-de-agricultura-e-saude-na-cidade/>. Acesso em: 03 jul. 2022.

foi escolhendo uma forma de organicidade... E a gente sempre teve como inspiração a articulação nacional de agroecologia, com GTs, mas a gente quis ter também uma Governança da Rede... (Jorgiana, 2022, informação verbal)³⁵.

Parte importante no processo de mobilização desse grande evento que promoveu o resgate de conhecimentos e a troca de saberes entre grupos foi o desenvolvimento de uma cartilha com dicas para o manejo de quintais, como preparar alimentos a partir da pequena colheita dos quintais e produzir remédios caseiros com as ervas produzidas em pequenos espaços. Também contou com a realização de uma pequena série de vídeos, cada um deles voltado a um dos temas geradores a partir dos quais se organizou o III EEASC. Todos esses materiais – tanto os vídeos, como as cartilhas – foram distribuídos aos grupos atuantes nos territórios, tentando gerar mediações e sinergia para o encontro que se aproximava.

Em outro pequeno vídeo³⁶ que documenta as atividades do III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, é possível ter ideia da quantidade de projetos, organizações e iniciativas em sinergia com o Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, que fizeram parte da organização desse evento fundador da Rede Carioca de Agricultura Urbana. São dezoito iniciativas, a saber: Aliança da Floresta (Aliflor), AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Coletivo Capim Limão (UFRJ), Centro Comunitário de Formação Padre Rafael (CCFPR), Congregação das Servas de Maria Reparadoras, Lar Fabiano de Cristo, Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal, PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, PACS BATAM, Pastoral das Crianças, Profito (NGBS/Farmanguinhos/Fiocruz), Projeto Menanamana (Projeto Projovem Adolescente, SMAS, CRAS), Rede de Socioeconomia Solidária da Zona Oeste, Rede Fitovida, Sítio da Galiléia, Instituto de Nutrição Annes Dias, ONG Verdejar Socioambiental, Fundação Angélica Goulart (FAG).

Comentarei brevemente sobre três dessas iniciativas para que possamos ter ao menos alguma ideia da diversidade de atores e trajetórias que foram tecendo a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). A escolha dessas iniciativas se fez pela disponibilidade de estudos publicados sobre cada uma delas, além do fato de

³⁵ Em entrevista concedida ao autor em 22 de março de 2022.

³⁶ III ENCONTRO de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade [Campo Grande], 2009. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Cecília Figueiredo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmiWkV4Glr0&t=63s>. Acesso em: 17 jul. 2022.

terem perfis bastante diferentes, sendo: a primeira uma Organização Não Governamental voltada a projetos de assessoria técnica para agricultores rurais, sediada na Zona Sul do município, a Assessoria a Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa – AS-PTA; a segunda diz respeito a um movimento social de base comunitária atuante em favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, o Verdejar Socioambiental; a terceira, um projeto de pesquisa aplicado desenvolvido por uma instituição de reconhecimento internacional, o chamado Projeto Profito, atuante na Zona Oeste da cidade.

A primeira dessas iniciativas atua com projetos de agricultura alternativa desde 1983, fortalecendo iniciativas de agricultura urbana na cidade desde 1999, inicialmente na extrema Zona Oeste da cidade. Num primeiro momento protagonizada por engenheiros agrônomos e com uma de suas sedes na Zona Sul do Rio de Janeiro, a Assessoria a Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa – AS-PTA tem relação com a trajetória do movimento de agricultura alternativa e com o legado do pensamento de Paulo Freire, os quais têm, no Estado do Rio de Janeiro, uma trajetória profícua.

Rememorando, alguns anos depois, o processo que a AS-PTA realizou no desenvolvimento do III EEASC, bem como suas atividades de apoio e fomento à Rede CAU, dois engenheiros agrônomos comentam:

É preciso reconhecer e valorizar as experiências existentes nas comunidades, sistematizar seus acúmulos e ensinamentos, e promover momentos e espaços de intercâmbio, dando maior visibilidade às mesmas. Isto inclui o diálogo entre os saberes dos moradores das comunidades e dos assessores técnicos (MENDONÇA; MONTEIRO, 2014, p. 116).

A segunda dessas iniciativas é um movimento social de base comunitária atuante na Serra da Misericórdia, remanescente verde da Zona Norte da cidade, a qual é cercada por cinco complexos de favelas, nas quais a violação dos direitos humanos os mais básicos fazem a tônica do cotidiano. Atuantes desde 1997, suas atividades eram majoritariamente lúdicas e envolviam caminhadas pelos morros descampados, iniciativas de reflorestamento, mutirões regados a vinho de garrafão e muita música, realizados em meio ao capinzal que cobria a Serra da Misericórdia.

Uma grande liderança desse movimento, o saudoso Luiz Marins (1957~2011), ficou também conhecido como “Luiz Poeta” por sistematizar suas experiências numa série de poesias que, como é sabido, mais do que uma pronúncia verdadeira

sobre o mundo habitado, podem ser também entendidas enquanto uma tecnologia de comunicação (ONG, 2002), que tem o corpo e a memória como suportes: daí sua necessidade de repetição ritualística enquanto defesa ao esquecimento.

Ainda são vivas na memória coletiva desse movimento de base comunitária as contribuições de seu saudoso fundador à tessitura da Rede CAU, como me contaram:

Esse negócio de Rede CAU começa muito com o Poeta, né? Antes, isso da agricultura urbana era muito um projeto da AS-PTA lá na Zona Oeste e tal... Não envolvia a cidade toda... É com o Poeta que se tem isso, de envolver também a Zona Norte, a Serra da Misericórdia, como um espaço de agricultura também. (Juliana, informação verbal)³⁷.

A terceira dessas iniciativas foi desenvolvida na Zona Oeste da cidade a partir de 2006, ao redor do Parque Estadual da Pedra Branca, o chamado *Plantas Medicinais no Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca*, posteriormente conhecido pelo nome de *Profito*. Era uma iniciativa de pesquisa desenvolvida por uma fração da Fundação Oswaldo Cruz e contava com a presença de diversos pesquisadores e agricultores em suas ações. Realizando 18 encontros pedagógicos, criando a Associação de Agricultores de Vargem Grande (AGROVARGEM), implementando quatro Sistemas Agroflorestais, identificando plantas medicinais presentes nos entornos do Maciço da Pedra Branca com técnicas reconhecidas pelo método científico com a produção de exsiccatas, realizando intercâmbios e visitas às pequenas propriedades, o Profito conferiu à Rede Carioca de Agricultura Urbana uma outra personalidade.

Segundo a pesquisadora Sílvia Baptista (2014), que sistematizou suas experiências participantes junto ao Profito em sua dissertação de mestrado, com a participação dessa iniciativa,

A Rede CAU tornou-se tudo isso [o lúdico, o vínculo e a preservação de saberes tradicionais dos agricultores] e mais o acesso a mercados, as feiras, a certificação orgânica, o acesso a políticas públicas, as compras públicas, a legislação urbana e ambiental e seu impacto sobre a agricultura (BAPTISTA, 2014, p. 131).

Muitas outras trajetórias coletivas, generosamente compiladas tanto no vídeo que documenta o processo como em artigo (MATTOS; MENDONÇA, 2014) que

³⁷ Em depoimento ao autor em setembro de 2018.

rememora os acontecimentos do III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, podem ser evocadas ao falarmos da tessitura da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Cada uma delas poderia evidenciar uma nova narrativa de como a Rede CAU foi constituída, quais as modificações que cada um desses grupos trouxe à dinâmica dessa rede de movimentos sociais e como suas ações têm lentamente se transformado ao longo desses mais de dez anos de existência. Cada grupo ou organização de base comunitária, afinal, tem sua própria trajetória e memória sobre a fundação da Rede CAU, seus propósitos e finalidades.

Ao longo dos anos 1990, novas perspectivas ao estudo dos movimentos sociais se apresentaram, em muito influenciadas pela presença dos meios de comunicação – sobretudo as possibilidades trazidas pela internet – nas atividades dos movimentos sociais de base. Segundo a socióloga Ilse Scherer-Warren, “[...] trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 23).

Ainda durante o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, aquele realizado em 2009 e que é tido como marco de fundação da Rede Carioca de Agricultura Urbana, temos uma fala preciosa durante o registro da plenária dos movimentos. Segundo uma jovem articuladora de um dos movimentos de base comunitária, à época estagiária da ONG AS-PTA:

Eu acho que essa é a importância de estar numa rede! Essa felicidade de estar aqui, com esse coletivo lindo de pessoas maravilhosas, sabe? Com diversas fontes de saberes... E toda essa troca, sabe? ... E fortalecimento! Acho que é essa a palavra!³⁸.

Na atualidade, o uso dos meios de comunicação digital tem viabilizado o desenvolvimento de mecanismos de coordenação e formas de governança que buscam promover sinergia entre tantas iniciativas territorialmente dispersas e programaticamente distintas, como as que compuseram a comissão organizadora do III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade.

Segundo o sociólogo Juliano Luís Palm (PALM; SCHMITT; LAMINE, 2021), em seus estudos sobre processos de transição agroecológica em municípios da

³⁸ III ENCONTRO de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade [Campo Grande], 2009. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Cecília Figueiredo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmiWkV4Glr0&t=63s>. Acesso em: 17 jul. 2022.

região serra fluminense, deveríamos pensar as redes de agroecologia partir de uma ecologia de projetos que

[...] mobilizando atores e organizações com perfis e horizontes de atuação bastante heterogêneos, mas que podem, em maior ou menor medida, estabelecer sinergias que acabam por fortalecer esses processos na escala dos territórios (PALM; SCHMITT; LAMINE, 2021, p. 14).

Esses processos de sinergia, embora facilitados pelos meios de comunicação digital, também são facilitados pelo próprio modo de organização da Rede Carioca de Agricultura Urbana, que se organiza em cinco grupos de trabalho – a saber: Mercados; Roda de Mulheres; Juventudes Agroecológicas; Governança e Comunicação – além de plenárias presenciais, realizadas semestralmente, que buscam alinhar as atividades desses grupos de trabalho e dos projetos que impulsionam o desenvolvimento da agroecologia na cidade.

3.2.3 Participando de uma plenária

A cada seis meses, a Rede Carioca de Agricultura Urbana realiza um grande encontro presencial: são as plenárias semestrais de planejamento, que buscam promover maior sinergia entre as diferentes ações e territórios que se envolvem no movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro.

Esses encontros não têm um local fixo e acontecem de acordo com as possibilidades dos grupos que compõem a rede de receberem os companheiros, ou dada a urgência de se “marcar presença” em algum território, por vezes enquanto iniciativa de acolhimento a um novo coletivo que se inicie na Rede CAU, outras por questões logísticas, pois realizar a plenária semestral perto de uma estação de trem, por exemplo, facilita em muito o deslocamento das pessoas e a participação dos grupos.

Estive presente em algumas das plenárias semestrais de planejamento da Rede Carioca de Agricultura Urbana, como a realizada no Complexo da Maré (Zona Norte), e outra que aconteceu em Campo Grande e, por fim, uma em Pedra de Guaratiba (Zona Oeste) durante o período da pesquisa.

Esta última se realizou na Fundação Angélica Goulart (FAG), uma organização não governamental atuante desde os anos 1980 na Zona Oeste da cidade e voltada inicialmente à promoção de direitos e processos de cidadania para crianças e adolescentes. Com o tempo, as atividades da FAG foram se diversificando ao incluir as famílias das crianças e jovens atendidos, ao desenvolver projetos voltados à sustentabilidade, à produção cultural, à promoção de empreendedorismo feminista, à valorização da prática esportiva e muitas outras atividades.

No dia 07 de outubro de 2019, portanto, uma segunda-feira, cheguei à Fundação pontualmente às nove da manhã, afinal, a agenda seria apertada: contaria com uma “breve” análise de conjuntura; o debate sobre a caminhada coletiva da Rede CAU para o próximo período, isto é, de setembro de 2019 a março de 2020; e debateria quais ações seriam realizadas ao final do mês, quando se realizaria a Semana da Alimentação Carioca (SAC) e se comemorariam os dez anos de organização da Rede CAU.

Para os que iam chegando, uma enorme mesa de café da manhã estava organizada num dos cantos de um imenso pátio da FAG: frutas, processados, compotas, café e até mesmo uma salada de grão de bico, pois, era bem provável, a reunião poderia se estender um pouco mais do horário combinado das 13h e muitas pessoas demorariam várias horas para retornar pra casa – como eu, que naquele dia demorei três horas e meia em transporte público para chegar, o que nos faz refletir sobre a dificuldade de locomoção de um indivíduo pela cidade e nos problemas que os agricultores urbanos (e outros feirantes) podem ter ao tentarem deslocar insumos ou produção com o transporte público do Rio de Janeiro.

A análise conjunta foi feita com o auxílio de documentos e debates produzidos em outras esferas organizativas do movimento agroecológico estadual e nacional, a AARJ e a ANA. Também presenciei um debate sobre as sombrias perspectivas para um governo que se provaria genocida e levaria ao estrangulamento das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, à liberação indiscriminada de centenas de tipos de agrotóxicos e a ataques às liberdades democráticas. Também se comentou sobre a necessidade de mobilização perante o governo municipal, de tônica religiosa e conservadora, que tentava silenciar todas as pautas progressistas dos movimentos sociais populares.

No momento seguinte, diversos dos coletivos ou Grupos de Trabalho que formam a Rede CAU puderam realizar informes sobre suas atividades durante o período. Quais as “fortalezas” e “desafios” que identificavam e quais as perspectivas de ação para os próximos seis meses. Foi nesse momento que uma assessora técnica de uma das organizações que fomentam da Rede CAU me interpelou, em pé de ouvido:

– *Rod, e a nossa sistematização da comunicação com a juventude?*

Para compreender o sentido dessa pergunta, preciso realizar uma breve digressão. Naquele ano de 2019, visando facilitar o desenvolvimento das atividades que culminariam na celebração dos dez anos da Rede Carioca de Agricultura Urbana, um novo Grupo de Trabalho havia sido formado: o GT Comunicação, do qual essa assessora técnica, eu e outros “comunicadores populares”, como a nós nos referíamos, fazíamos parte. Ao longo daquele ano nós estávamos desenvolvendo, a pedido de um dos sujeitos coletivos que compõem a Rede CAU, a Juventude Agroecológica³⁹, uma série de atividades voltadas à comunicação com um exíguo orçamento.

Se tratava de uma série de oito *podcasts* experimentais que realizamos por toda a cidade entre abril e outubro daquele ano. Eles contavam um pouco das atividades desenvolvidas pela Juventude Agroecológica, possibilitavam que os jovens conhecessem melhor os territórios uns dos outros e, através da voz, pudessem apresentar um pouco das suas demandas ao restante do movimento agroecológico da cidade.

Quando da plenária de planejamento semestral da rede, em novembro, as atividades dos *podcasts* da juventude já tinham sido encerradas. Havia, no entanto, a possibilidade de apresentar aos demais atores do movimento agroecológico uma perspectiva de desdobramento dessa iniciativa de comunicação popular, talvez envolvendo toda a Rede CAU.

Em uma reunião preparatória realizada pela Juventude Agroecológica às vésperas da plenária semestral da Rede CAU, decidimos: poderíamos ajudar os companheiros na comunicação interna da rede ao transformar os *podcasts* da

³⁹ Essa questão será mais bem apresentada no próximo tópico: 3.3 Acompanhando as Juventudes Agroecológicas.

Juventude Agroecológica na Rádio Rede CAU, que passaria a documentar e abarcar pautas de todos os Grupos de Trabalho e coletivos interessados. De fato, chegamos a realizar três episódios da Rádio Rede CAU⁴⁰, no ano de 2020, mas a iniciativa foi descontinuada quando percebemos que a inserção desse novo repertório de ação vinha gerando muitos conflitos internos entre grupos de trabalho e coletivos.

Retornando à plenária de 07 de outubro de 2019, foi nessa ocasião que tive a oportunidade de apresentar à Rede CAU o meu desejo de realizar uma pesquisa participante envolvendo toda a Rede. Antes, meu projeto de doutoramento – que conheceu nada menos que cinco versões ao longo do tempo – se debruçava “apenas” sobre histórias de vida e histórias de bens. Muitos outros companheiros realizaram devolutivas ou informes semelhantes, informando aos demais as atividades que tinham desenvolvido ou viriam a desenvolver no futuro próximo.

Finalmente, uma terceira parte da plenária de planejamento debateria as ações a desenvolver na semana do 15 a 22 de outubro, quando a Rede CAU comemoraria seus dez anos de existência. O aniversário da Rede CAU seria comemorado em meio à Semana da Alimentação Carioca, uma das atividades realizadas na semana do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), cuja pauta é o debate da segurança alimentar e nutricional na cidade do Rio de Janeiro.

Para aquele ano, estavam previstas visitas a pequenas propriedades rurais, quintais e outros espaços produtivos. Também se poderia participar de rodas de conversa em feiras agroecológicas. Haveria um seminário da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional na Câmara de Vereadores do Rio⁴¹, a qual contaria com uma grande Feira Agroecológica na praça da Cinelândia. Um encontro da Roda de Mulheres, oficinas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outras atividades também estavam previstos.

A Juventude Agroecológica, sujeito coletivo que eu vinha acompanhando com maior atenção, também tinha uma proposta para compor a programação dos dez anos da rede: fariam um programa de televisão de auditório em plena rua – em verdade, nada mais que a midiaticização de uma aula aberta, atividade que já haviam desenvolvido diversas vezes nesse espaço –, no Calçadão de Campo Grande, onde

⁴⁰ RÁDIO REDE CAU. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-425905724>. Acesso em: 10 fev. 2023.

⁴¹ Para mais informações sobre essa frente, que entendo como um repertório de ação comunicativa desse movimento social em rede, vide 5.4 Cartas Políticas e Frente Parlamentar: alinhamentos da agroecologia nos municípios.

convidariam os transeuntes a participar de um tipo de aula pública transmitida ao vivo sobre os temas da agroecologia carioca.

Tentativa de ocupar um “[...] novo tipo de espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, [que] é um espaço de comunicação autônoma” (CASTELLS, 2013, p. 16), esse “programa de TV” nada mais era que uma nova forma de performar um dos repertórios de ação há muito conhecidos pelos movimentos sociais que compunham a Rede CAU: uma aula aberta, na qual as Juventudes Agroecológicas convidariam os transeuntes do Centro de Campo Grande a debaterem sobre a agricultura urbana carioca a partir de uma dissertação de mestrado sobre o tema (LIMA, 2019), facilitando, de algum modo, a dispersão dessa preciosa sistematização em dissertação para os cidadãos cariocas.

Não pude acompanhar toda essa plenária. Eu ainda estava cursando algumas das dez disciplinas obrigatórias do meu programa de pós-graduação e, naquele dia mesmo, teria mais uma aula a qual não poderia perder. Graças à carona que consegui de uma componente da rede, professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que havia participado do projeto Profito, um dos antecedentes da Rede CAU, consegui chegar a tempo numa das estações do BRT e, emendando em metrô, com apenas trinta minutos de atraso na minha aula na pós-graduação.

Essa experiência, no entanto, me fez refletir muito sobre as práticas de comunicação popular e face a face que a Rede CAU desenvolve para promover a sinergia entre os diversos grupos que a compõe.

As atividades de mobilização, sistematização, organização e planejamento das ações da Rede CAU se realizam de modo prioritariamente presencial, com o uso da voz. A análise de conjuntura, o repasse das atividades desenvolvidas ou a desenvolver pelos diversos grupos e as deliberações sobre os próximos passos constituem um rico espaço para a observação de como essa rede de movimentos tem se apropriado e inventado as suas próprias práticas da comunicação popular.

Vale o comentário de que, desde seu início, a tessitura da Rede CAU contou com meios de comunicação digitais para dar forma a esse processo. Se, no passado recente, utilizavam listas de e-mail, na atualidade são os aplicativos de troca de mensagens que facilitam a organização e a participação nesses encontros. A própria plenária que descrevi, por exemplo, fora convocada por uma série de *cards* que circularam em correntes de *WhatsApp* e *Facebook*.

Figura 1 – Um “card” de convocação de uma das plenárias semestrais da Rede Carioca de Agricultura Urbana



Fonte: Acervo pessoal. 2019

Ao estudar os movimentos sociais surgidos nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 e atento às maneiras como esses movimentos se utilizam de ferramentas desenvolvidas pelo próprio capitalismo, como é a lógica da conectividade em rede, para disputar outros modelos de desenvolvimento, o sociólogo Jeffrey Juris afirma:

[...] o surgimento das tecnologias digitais mudou profundamente a paisagem dos movimentos sociais. Ativistas agora podem se conectar diretamente uns com os outros, se comunicando por uma rede global de comunicações sem a necessidade de uma burocracia central (JURIS, 2008, p. 9, tradução nossa).

As possibilidades de se transformar a sociedade com o engajamento de atores “de baixo para cima” teria se tornado muito mais fácil e menos dispendiosa

com o auxílio dessas novas tecnologias. Ainda segundo Juris, a incorporação da lógica das redes às práticas dos movimentos sociais levou a novas características, como a construção de laços horizontais entre pessoas autônomas, a circulação de informação de modo aberto e livre, a colaboração através de uma coordenação descentralizada baseada na tomada de decisões coletivas e a construção de redes coordenadas por processos de autogestão.

A circulação de informações pelas redes é fundamental. Atualmente, quem participa das atividades da Rede Carioca de Agricultura Urbana pode se engajar, por exemplo, em alguns dos vários grupos de *WhatsApp* mantidos para fazer circular informações e planejar ações, sobretudo num contexto de isolamento social, como foi no caso da pandemia da covid-19, cujos efeitos pude sentir ao longo de todo o processo de pesquisa. Segundo uma militante da Rede CAU,

O *WhatsApp* acabou sendo uma ferramenta pra gente, ainda mais com essa questão da pandemia, né? A gente não podia se encontrar e as distâncias da cidade são muito grandes... Os nossos deslocamentos são enormes! Por exemplo... Para eu ir para Vargem Grande são quatro conduções para ir e quatro conduções para voltar... Então o *WhatsApp* facilita muito.

O uso das redes digitais, no entanto, não transformou por completo as formas de comunicação e organização dessa rede de movimentos. Muito focada na comunicação face a face, dialógica, tida como forma preferencial de comunicação do movimento agroecológico. Durante o período de pandemia, não foram poucas as vezes em que, conversando com militantes das diversas iniciativas que compõem a Rede CAU, ouvi claramente sobre a preferência dos encontros presenciais.

Para alguns, a comunicação excessivamente mediada por telas e aplicativos dificultava a compreensão e o entendimento mútuos. As dificuldades de participação se exacerbavam devido à assimetria de condições (como acesso a dados ou aparelhos como *smartphones* e computadores). Outros chegaram a falar que a comunicação presencial, face a face, “enegreceria”⁴² as relações e seria a forma por excelência de comunicação e organização do movimento agroecológico.

Apesar de todo o adensamento tecnológico que a Rede Carioca da Agricultura Urbana conheceu na atualidade, há uma força das formas de comunicação baseadas no diálogo – e da confiança, um dos constituintes dessa

⁴² Anotação em diário de campo, em novembro de 2022.

forma de comunicação. Como me contaram, mesmo ao fazer circular informações as mais diversas em grupos de *WhatsApp*:

O que a gente acabou criando foram laços de confiança, entendeu? As pessoas confiam... Por mais que tenha *fake news* e tal, com a própria distorção da notícia, a gente trabalha com eles as informações... então eu tenho essa preocupação e eu já tenho um pouco o perfil das pessoas. Então eu sei que tal coisa interessa a fulano, que outra coisa interessa para outro coletivo... Então eu faço um filtro... Eu gosto de acordar de manhã e ficar um pouquinho fazendo isso... Logo quando eu acordo, pela manhã, eu fico fazendo isso...

A importância da voz e a materialidade das formas de comunicação oral, portanto, são elementos fundamentais para o desenvolvimento do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro, como já documentado por um estudo anterior (BAPTISTA, 2014, p. 53). Talvez essas questões possam ser melhor observadas através do acompanhamento que pude desenvolver junto a um dos Grupos de Trabalho da Rede Carioca de Agricultura Urbana, o GT Juventudes Agroecológicas, tema da próxima seção deste capítulo.

3.3 Acompanhando as juventudes agroecológicas

Na pequena horta medicinal do sub-bairro Bosque das Caboclas, em Campo Grande, Zona Oeste da cidade. Na agrofloresta que marca o limite entre uma favela e um remanescente verde, na Comunidade Sérgio Silva, bairro Engenho da Rainha, na Zona Norte. Nas atividades de compostagem que acontecem em Pedra de Guaratiba, extrema Zona Oeste carioca. Na escolinha de agroecologia realizada na Favela da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nos quilombos da cidade, nas assembleias da Organização das Nações Unidas e em muitos outros lugares eles estão: são as e os jovens que praticam agroecologia na cidade e se agremiam no Grupo de Trabalho Juventudes Agroecológicas da Rede Carioca de Agricultura Urbana (GT Juventude Agroecológica).

Segundo a antropóloga Ana Lúcia Enne (2010), o conceito de juventude tem marcada origem histórica, tendo se consolidado sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. É uma marcação identitária de um estilo de vida, se relacionando sociologicamente ao conjunto de valores introjetados pelos indivíduos (*habitus*). De

certo modo, o conceito de juventude também cristaliza os ideais de mudança social, transformação e ruptura característicos da modernidade ocidental. Comentando sobre as mudanças que a ideia de juventude operou em uma parcela específica da população – isto é, aqueles que possuem entre 15 e 29 anos –, ela comenta:

Considerando a sua entrada em cena definitivamente, a partir de meados do século XX, o que ganharam os jovens? Em primeiro lugar, a crescente autonomização frente a alguns estratos tradicionais de forte opressão, como família, trabalho, sistema educacional. Sua intensa luta por visibilidade, voz e representação tem conquistado vitórias importantes. E sobre eles, signo claro do espírito do tempo da modernidade, foi sendo depositada a esperança da transformação e da mudança histórica. De atores relegados da história, os jovens passaram a ser os depositários da confiança de que “nada será como antes” (ENNE, 2010, p. 23).

À época de sua dissertação de mestrado, a geógrafa Uschi Silva (2015) descreve o GT Juventudes como um “coletivo”, como também se referem a si mesmos. No ano de 2015, faziam parte das Juventudes Agroecológicas jovens de organizações que compunham a Rede CAU como o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Cecília Meirelles, o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), o Verdejar Socioambiental, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Sérgio Carvalho, o Colégio Téofilo Moreira, o CRAS Carlos Drummond de Andrade e a Fundação Angélica Goultart.

Ainda segundo a geógrafa, o protagonismo das juventudes tem relação com a organicidade da frente cultural representada pelo movimento agroecológico tecido nacionalmente:

A juventude agroecológica e a luta feminista são exemplos de movimentos que ganham força e demonstram a preocupação da Rede CAU em mostrar os “novos” sujeitos/as de luta pela agricultura agroecológica, ressaltando, claro, as diferenças e identidades. Estas manifestações estão se fortalecendo no interior do movimento e ressignificando a forma como algumas pautas para a agricultura urbana são organizadas (SILVA, 2015, p. 144).

Afinal, num primeiro momento, essa frente cultural da qual a Rede CAU faz parte não se atinava para o protagonismo de mulheres ou jovens na construção da agroecologia (BENSANDON, 2016). No I Encontro Nacional de Agroecologia (2002), precursor da Articulação Nacional de Agroecologia e realizado nesta cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a grande maioria dos participantes era de homens adultos;

o que levou as mulheres presentes a escrever uma carta na qual lamentavam sua sub-representação.

Ainda, segundo a socióloga:

A questão de gênero, debate anteriormente inexistente nos [Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa] Ebaas, foi provocado a partir de um texto base. Nele, a perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero teria que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Pressionava pela necessidade da maior valorização das mulheres como sujeitos políticos nos espaços de produção, bem como de seu empoderamento organizativo para desenvolver suas capacidades, num papel fundamental de conservação da biodiversidade. Descortinava a naturalização dos papéis familiares e da chefia masculina, frente à reprodução de desigualdades de poder entre homens e mulheres no ambiente doméstico, com a subordinação e subvalorização do trabalho das mulheres (BENSANDON, 2016, p. 66).

Porosa, a frente cultural que é o movimento agroecológico foi atenta e ouviu a essa demanda, estabelecendo novos critérios de participação e incorporando novas temáticas de modo a abarcar esses sujeitos coletivos tão fundamentais à construção da agroecologia.

Espaços para a auto-organização das Juventudes, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, passaram a ser cada vez mais frequentes; e as organizações e movimentos que tecem a Rede CAU puderam fomentar o protagonismo desse segmento social em diversos desses espaços.

A partir do ano de 2019, passei a acompanhar com maior interesse essa fração organizativa da Rede CAU, afinal, já participava, desde 2015, de algumas das atividades que uma parcela das juventudes, aquela da Serra da Misericórdia, desenvolvia sob as atividades de Verdejar Socioambiental, compondo minha dissertação de mestrado – e que me abriram a possibilidade de navegar na Rede CAU e, assim, compreender ao menos parte de um entendimento sobre o funcionamento dessa frente cultural tecida em rede.

3.3.1 Uma plenária das juventudes

Em janeiro de 2019, alguns militantes do movimento agroecológico da cidade me perguntaram se eu gostaria de participar do grupo de *WhatsApp* da Juventude Agroecológica.

Esse convite na verdade não parava por aí: ele se estendia para uma atividade presencial que aconteceria na semana seguinte, quando a Juventude da Rede CAU faria no bairro de Vargem Grande, nas encostas do Maciço da Pedra Branca, Zona Oeste da cidade, sua primeira plenária do ano. Seria um momento de reencontro, de trocas de experiências, de planejamento para as atividades daquele ano muito especial, afinal, a Rede Carioca de Agricultura Urbana completaria dez anos de atividades em outubro de 2019.

No dia e hora marcados, os jovens foram chegando aos poucos, vinham de diversas partes da cidade e se encontraram numa das ruas residenciais do bairro de Vargem Grande, localidade tradicional da agricultura da cidade. Após uma breve caminhada pelas matas do maciço, chegaram a um pequeno bangalô onde um café da manhã todo especial os aguardava: era um “café da roça” composto de batata doce e aipim cozidos, pães artesanais, banana, mamão, patês e pastas temperados com ervas aromáticas, água com limão e laranja, e café preto.

A maioria desses alimentos do café da manhã – bem como do almoço que seria servido mais tarde – foi produzida pelo próprio movimento agroecológico fluminense. Adquiridos de agricultores da cidade, da região metropolitana ou de outras regiões do Estado do Rio de Janeiro, essa alimentação “tentava ser o mais agroecológica possível, embora a gente saiba que alguns itens, por exemplo, como o arroz, que é mais difícil de conseguir, infelizmente eram convencionais do mercado”, como disse uma das mulheres que se voluntariou a apoiar a realização da plenária anual da Juventude Agroecológica⁴³.

A plenária começou após a prosa que atravessou o café da manhã. Os jovens se colocaram em círculo e um deles, estudante de teatro, mediou uma breve atividade de relaxamento corporal com alongamentos, cantos e palmas. Também foi feita uma pequena “mística” para melhor entrosar e estabelecer um comum naquele

⁴³ Anotação de diário de campo, em janeiro de 2019.

grupo tão diverso; nessa mística, se caminhava subindo e descendo um rio do tempo imaginário e, nesse caminhar da foz à nascente de sua história coletiva, os jovens paravam de tempo em tempo para descansar e contar um pouco da trajetória de cada grupo e seus desejos de transformação social através da agroecologia.

Depois de “quebrado o gelo”, outro tipo de atividade começou: um pequeno sorteio dividiu os jovens em quatro grupos temáticos que deveriam fazer um compilado dos “desafios” e das “fortalezas” que cada jovem identificava em seu território ou organização a partir dos eixos geração de renda, formação, intercâmbios e comunicação. Assim, jovens da comunidade Bosque das Caboclas teriam uma oportunidade de melhor conhecer as iniciativas dos jovens do Complexo da Penha, as de Pedra de Guaratiba poderiam melhor se informar das atividades desenvolvidas na comunidade Sérgio Silva, os jovens de Campo Grande poderiam trocar informações com os do Mendanha e, assim, mesmo que num espaço de tempo tão curto, talvez fortalecerem os laços da Juventude Agroecológica espalhada pela cidade.

Figura 2 – Juventude da REDE CAU na Plenária Anual de 2019



Fonte: REDE CAU. 2019

Os quatro temas-geradores daquele dia (geração de renda, formação, intercâmbios e comunicação) não foram escolhidos ao acaso: eles eram fruto de acúmulos produzidos pela Juventude Agroecológica desde que esse grupo de trabalho se formou, em 2014. Os temas vinham sendo trabalhados nas experiências

da juventude de construção de diversos espaços do movimento agroecológico. De certa maneira, a plenária anual era uma metodologia de socialização desses temas, de fomento ao pensamento crítico e de produção coletiva de conhecimento através do uso sistemático e participativo da voz.

Quando falamos do uso da voz, podemos pensar simplesmente numa pessoa falando sobre sua vida ou dando sua opinião sobre um fato. Mas também podemos remeter aos usos políticos que a voz possui quando com ela queremos garantir a participação em processos decisórios. Para o sociólogo Nick Coudry (2010), no entanto, a importância da voz também está em entendê-la enquanto parte de um processo social e, mais que isso, tomá-la como um valor indispensável para a cidadania. Nesse sentido, ele comenta que

Por voz como um valor, eu me refiro ao ato de valorizar, e escolher valorizar, essas maneiras de organizar a estrutura e os recursos humanos que valorizam a voz (como um processo). Tratar a voz como um valor significa discriminar em favor de formas de organizar a vida humana e os recursos que, por meio de suas escolhas, colocam em prática o valor da voz, respeitando os múltiplos processos articulados processos que envolvem a voz e os sustentando, não os sabotando ou negando (COUDRY, 2010, p. 02, tradução nossa).

Ao longo de seu livro, ele demonstra como o neoliberalismo tem se tornado uma verdadeira doutrina que silencia as vozes dissidentes à racionalidade dos mercados e faz um elogio às possibilidades de organização do mundo baseados na voz – deixando sempre claro que não se trata apenas de falar, afinal, o uso da voz “[...] como um processo social que envolve, desde o início, tanto falar quanto ouvir, isto é, um ato de atenção à singularidade da narrativa do outro” (COUDRY, 2010, p. 08, tradução nossa).

Tomar a voz como um processo social significa valorizar como elaboramos, ouvimos e partilhamos as narrativas das nossas vidas. Segundo Nick Coudry (2010), a voz é enraizada socialmente, sendo uma forma de ação reflexiva que parte de nossas experiências vividas, se desenvolve de modo coletivo a partir de uma dinâmica toda própria do falar e do ouvir, que acredito o movimento agroecológico conheça muito bem.

No caso da plenária da Juventude Agroecológica, me pediram para participar como mediador de um dos temas geradores: fiquei com o tema Comunicação. Meu papel seria o de promover algum diálogo sobre os temas a partir do qual os jovens pudessem expressar aquilo que Paulo Freire chamou de “situações existenciais”

(FREIRE, 2015) a partir do qual experimentam a agroecologia na cidade, tentar encorajar uma reflexão crítica – isto é, ancorada na realidade social a qual experimentavam – sobre o tema gerador e sistematizar as opiniões por escrito. Ao final, os jovens eles mesmos apresentariam aos demais colegas, no encerramento do dia, sua leitura de mundo a partir do tema da comunicação e, claro está: deveriam também sugerir linhas de ação, o que demonstra a compreensão do tema, afinal, segundo Freire (2015, p. 207):

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será.

Me deram uma cartolina e algumas canetinhas hidrográficas e pediram que eu levasse alguns jovens, escolhidos por sorteio, para um outro espaço onde poderíamos conversar sobre comunicação ao longo de trinta minutos. A proposta era a de que a cada intervalo de trinta minutos fosse realizado “um giro” e, assim, ao longo das próximas duas horas, os quatro grupos formados por sorteio teriam a oportunidade de debater, mesmo que brevemente, os quatro temas geradores que há muito já vinham sendo trabalhados para a plenária daquele ano.

Quando terminamos o segundo “giro”, uma das lideranças da Juventude Agroecológica informou que, infelizmente, não tínhamos mais tempo. O atraso do começo da manhã havia comprometido o andamento das atividades, ainda tínhamos que fazer uma roda de conversa, almoçar, e, finalmente, terminar o dia na Praia da Macumba, aproveitando o pôr do sol e o mar da cidade em pleno verão, afinal, uma plenária das Juventudes tem que ter um lado lúdico, com tempo para aproveitar um banho de mar, conviver de maneira leve e cultivar algum tempo à toa. Seria, sem dúvida, uma oportunidade de deixar o diálogo sobre os temas daquele dia serem retrabalhados de forma mais livre e dinâmica sobre a agroecologia.

Com esse cronograma de atividades em mente, retornamos ao círculo e essa jovem mediadora tomou a palavra:

O ideal seria que todo mundo tivesse participado de todos os grupos, mas, como estamos com um tempo muito apertado, a gente dividiu e cada um só pode participar de dois grupos... Eu passei nos grupos conversando e a gente foi vendo que tinham quatro grupos: geração de renda, formação, intercâmbios e comunicação. Esses grupos pensaram em metas, em objetivos, e de como eles gostariam que fosse 2019. E a gente entende ficar na mão de todo mundo, fica muito complicado pra gente ter uma organização. Então, o que a gente conversou e todo mundo concordou bastante foi de a gente ver pessoas que se sentem à vontade um pouco como responsável de um determinado grupo... Então... Quem aqui se sente à vontade para fazer acontecer as propostas de cada grupo? Então, quem se sente à vontade pra fazer essas coisas acontecerem? (Gabriela, 2019, informação verbal)⁴⁴.

Ao longo da próxima hora e ainda reunidos em círculo, a juventude foi apresentando, em duplas, as sistematizações dos debates de cada tema gerador. Com as folhas de cartolina riscadas a hidrocor como um guia, contavam aos demais as experiências desenvolvidas em cada território onde a Juventude Agroecológica estava presente.

Ao final da exposição, uma salva de palmas encerrou essa parte das atividades, o almoço agroecológico já estava servido sobre uma grande mesa disposta ao centro do bangalô. Composto de arroz, feijão, farofa de chaya, frango com ora-pro-nóbis, ovos caipiras cozidos e um empadão de carne de jaca (para aqueles com restrição alimentar), foi muito bem recebido e, após a refeição à sombra das árvores, a Juventude Agroecológica desceu a montanha rumo à praia, onde aproveitaram livremente o final de tarde do escaldante verão carioca.

Espaço de produção coletiva de conhecimento, auto-organização e deliberação, a plenária da Juventude Agroecológica talvez tenha sido também um espaço de reafirmação de laços comunitários entre esses jovens que praticam a agroecologia em diversos territórios da cidade.

O uso extensivo da voz que não apenas a juventude agroecológica, mas outras frações do movimento agroecológico da cidade se utilizam – como tem sido o caso da organização de agricultores para a garantia de direitos de comercialização e acesso a mercados (BAPTISTA, 2014), por exemplo – tem se demonstrado uma estratégia de resistência ao silenciamento que o modelo de desenvolvimento neoliberal impõe às cidades brasileiras.

Não bastava, no entanto, falar naquele pequeno espaço. As vozes das juventudes deveriam ser ouvidas em outras partes do movimento agroecológico e da cidade. Se tratava de uma manifestação de um grupo social que se expressava para

⁴⁴ Em registro de diário de campo (vídeo), em janeiro de 2019.

levantar questões sobre o que importava socialmente, politicamente e culturalmente a essa coletividade. Na função de facilitador, essas questões tomaram outra forma quando uma pequena oportunidade passou pelo grupo de *WhatsApp* das Juventudes Agroecológicas.

3.3.2 Andando e narrando a cidade

Alguns meses mais tarde, circulou no grupo de *WhatsApp* da Juventude Agroecológica uma pequena mensagem em formato de corrente, na qual havia um *link* para edital da Casa Fluminense, organização não governamental fundada em 2013 por ativistas, pesquisadores e cidadãos engajados numa visão de um Rio de Janeiro mais integrado e socialmente justo.

Dentre as diversas ações, a Casa Fluminense se apoia em iniciativas locais que tenham como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Organização das Nações Unidas. De fato, a própria Casa Fluminense tem uma sistematização própria sobre os desafios de se implementar os ODSs na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse diagnóstico local é composto de quarenta propostas de ação, as quais se dividiam em oito eixos temáticos: a chamada Agenda Rio 2030⁴⁵. Foi disputando esse pequeno edital que consegui me envolver ainda mais com a Juventude Agroecológica da Rede CAU, desenvolvendo um considerável processo comunicacional.

Uma das maiores inquietações que pude acompanhar na Plenária das Juventudes ocorrida no início daquele ano era justamente a dificuldade em “pôr no papel” algo que tivesse “a cara da juventude”, ou seja, que levasse em consideração questões socialmente, politicamente e culturalmente relevantes para esse coletivo, como Nick Coudry (2010) afirma ser possível pelo uso da voz.

Ainda durante aquela plenária, no mês de janeiro, foi feito um comentário que chamou muito a minha atenção. Pronunciado no momento final da plenária, quando os jovens apresentavam em duplas a sistematização dos debates de cada tema gerador, uma jovem comentou:

⁴⁵ Uma versão desse documento pode ser encontrada em <https://drive.google.com/file/d/1rZMyCy11MmzIDbSL-5CWMBMBLaLAnnwO/view?usp=sharing>. Acesso em: 27 jul. 2022.

E como tem essa necessidade de comunicação, né? Porque quem fala muito bem já gravaria os vídeos, também tem que ter alguém pra pensar o roteiro... E a gente também pensou em formações porque pra gente vender alguma coisa, a gente tem que produzir alguma coisa e a gente tem que aprender sempre, então seriam formações pra gente se entender mais, pra gente se reunir mais e pra gente descobrir coisas que a gente às vezes, sei lá, acha que nem existe dentro da gente (Aline, 2019, informação verbal)⁴⁶.

Outra jovem complementou essa fala:

A gente tem que escrever, né? Porque acaba que os outros escrevem e a gente nunca foi aprovado [em um projeto escrito pela própria juventude]. Eu acho que um dos motivos da gente não ser aprovado é porque ele não é escrito com o nosso olhar, mas é escrito com o olhar dos adultos. Então não tem esse pertencimento... E eu acho que os próprios financiadores sacam isso.... Muitas vezes a metodologia do encontro é pensada de uma forma de adultos, ou seja: palestra, roda de conversa... Então pensamos muito a participação do jovem na criação do roteiro do encontro... (Gabriela, 2019, informação verbal)⁴⁷.

A pequena corrente enviada no grupo de mensagens da Juventude Agroecológica foi o insumo necessário para um considerável processo de ação-reflexão-ação. Talvez por ter sido mediador, naquela plenária das juventudes, fui convidado a ajudar na sistematização de uma pequena proposta de trabalho para a Juventude Agroecológica. Talvez tenha sido pelo fato de, desde 2015, eu me envolver com um movimento de base comunitária que constitui a Rede CAU, onde passei a “fazer junto” com os jovens do Verdejar Socioambiental uma série de pequenos vídeos, exercícios e experimentações com o audiovisual (SALVATIERRA; MORELATO, 2018).

Passamos a realizar uma série de reuniões mediadas por aplicativos de videoconferência, onde ajudei a sistematizar alguns dos desejos da Juventude Agroecológica. Eram muitos desejos: realizar uma nova plenária da juventude, ainda naquele ano; realizar intercâmbios (isto é, visitas guiadas) aos territórios uns dos outros; “fazer comunicação”; fomentar a mobilização naquele ano, quando a Rede CAU completaria dez anos. Ao final de quatro reuniões, tínhamos escrito um pequeno projeto, que foi aprovado pela Casa Fluminense. O seu nome foi escolhido coletivamente: Ouça a Voz das Juventudes.

⁴⁶ Em depoimento ao autor em janeiro de 2019.

⁴⁷ Em depoimento ao autor em janeiro de 2019.

3.3.2.1 Ouça a Voz das Juventudes: processos e produtos

O pequeno projeto “Ouça a Voz das Juventudes” foi desenhado segundo algumas etapas que elaboramos coletivamente. A participação no planejamento das atividades foi feita principalmente com as contribuições de dois jovens – um estudante de geografia e uma estudante em educação no campo. Embora muitos outros jovens tenham participado das atividades, nos mais diversos níveis, foi com essa dupla de universitários da Juventude Agroecológica que mais sugeriram intervenções, propostas, pautas e metodologias para as atividades do projeto.

A primeira e talvez mais importante delas era uma nova plenária de organização e planejamento da Juventude Agroecológica, ocorrida em abril de 2019. Era um espaço fundamental para continuar os trabalhos desenvolvidos na plenária de janeiro daquele ano, de socialização do projeto que a Juventude Agroecológica vinha desenvolvendo, de iniciação de novos jovens ao coletivo da juventude e de planejamento das ações futuras. Duraria um dia inteiro.

Um dos jovens que compõe a Juventude Agroecológica sugeriu e viabilizou o espaço: a Casa Bosque, em Campo Grande. Espaço administrado por uma série de coletivos culturais da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, se trata de uma pequena casa cercada por imenso jardim repleto de árvores. Sua localização era perfeita: ficava próxima da estação de trem do bairro e a poucos minutos de caminhada do local onde, semanalmente, a Rede CAU participa da organização da Feira Agroecológica de Campo Grande.

Ali nos encontramos, num sábado pela manhã: éramos cerca de 30 jovens de diversas partes da cidade que conseguiram se deslocar até lá com os recursos captados junto à Casa Fluminense. Era por volta das oito da manhã, ainda não tínhamos tomado café, quando partimos a pé para a Feira Agroecológica de Campo Grande, uma caminhada de aproximadamente 25 minutos. Ao chegar, uma grande mesa de café da manhã nos esperava com diversos produtos da feira: pães, bolos, frutas, geleias, chás, café e sucos verdes. Uma jovem tinha se encarregado, semanas antes, de entrar em contato com a comunidade feirante, fazendo a encomenda desses produtos e combinando o café da manhã.

Após o café, ficamos em círculo e as atividades começaram. Outra jovem apresentou a dinâmica daquela manhã, quando reuniu toda a juventude em um

círculo e pediu a palavra: “Vamos, lá, gente! Estou aqui com cinco fotos! Então a gente vai se dividir em grupos e cada grupo vem aqui, escolhe uma foto e, na foto, tem umas atividadezinhas pra gente fazer!” (Gabriela, informação verbal).





Essa jovem tinha em mãos algumas fotografias de alimentos que podiam ser encontrados naquela mesma feira: banana, beralha, mandioca, chaya e caqui. Após dividir os companheiros em cinco grupos, pediu que cada grupo escolhesse um desses alimentos. No verso das fotografias, havíamos preparado um guia de perguntas que os jovens deveriam realizar à comunidade feirante. Cada grupo leu em voz alta as perguntas as quais tinham escolhido ao acaso e outra parte da atividade pode começar.

Então, pessoal... A nossa tarefa é o que? A gente vai sair nessa feira, perguntando aos feirantes, fazendo esse roteirinho... Pedindo bom dia, licença, falando que a gente tá no projeto “Ouça a Voz das Juventudes” e que a gente quer entrevistar vocês... Com respeito, com tranquilidade, sem fazer bagunça na barraca dos outros, tá bom? (Gabriela, 2019, informação verbal).

Havíamos sistematizado essas perguntas alguns dias antes da atividade na tentativa de promover um diálogo protagonizado pela Juventude Agroecológica, segundo o que achávamos que era o espírito de uma educação libertadora. Segundo Paulo Freire:

A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático recolhido na investigação [no caso, a comunidade feirante de Campo Grande], devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem o recebeu (FREIRE, 2014, p. 142).

Figura 3 – Sistematizações devolvidas na Juventude Agroecológica

- | | |
|--|---|
|  <p>1</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Quem é o/a feirante que está há mais tempo na feira?</i> • • <i>O que essa pessoa está vendendo hoje? Ela vende outros produtos?</i> • • <i>Peça para essa pessoa contar um pouco da sua história de vida.</i> • • <i>Por que a Feira de CG é importante pra essa pessoa?</i> |  <p>2</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Que lugar é este em que estamos? Esse casarão?</i> • • <i>Este casarão foi o que no passado? Por que está assim hoje?</i> • • <i>Alguém (uma associação um coletivo - qual?) pensa algum uso futuro pra esse casarão? O que falta pra esse sonho acontecer?</i> |
|  <p>3</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>O que mais acontece na feira, além da venda de produtos agroecológicos? A feira é só um espaço de compra e venda?</i> • • <i>Por que é importante fazer essas atividades na feira e não em “lugares mais sérios” como na Câmara de Vereadores, na Prefeitura ou na Assembléia Legislativa, por exemplo?</i> |  <p>4/5</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Encontre alguém que esteja comprando na feira (cliente).</i> • • <i>O que essa pessoa comprou hoje? Ela vem sempre na feira? Desde quando?</i> • • <i>Qual a diferença de comprar aqui na feira e no supermercado?</i> • • <i>“Produtos da Gente”, sabe o que é?</i> |

Fonte: Figura elaborada pelo autor. 2019

As fichas eram apenas um pequeno guia e a juventude foi incentivada a criar perguntas, a modificar as que ali estavam, ou a fazer outras completamente diferentes. A proposta era experimentar o fazer as perguntas, ao qual foi inserida uma novidade: deveriam ser gravadas em áudio. Com o auxílio de movimentos de base comunitária que compõem a Rede CAU, havíamos conseguido dois pequenos gravadores de áudio; aos outros grupos, foi solicitado que quem tivesse um celular gravasse o áudio das entrevistas. Era uma tentativa de fazer uma experimentação com a voz e de reafirmar, de modo crítico, algo que os jovens já sabiam: os *smartphones* que muitos deles possuíam talvez fossem o equipamento mais que suficiente para a produção de conteúdos digitais que tanto desejavam realizar.

Reunidas, essas entrevistas fariam parte, após o almoço, de uma oficina prática de edição baseada em *software* livre. Mas, infelizmente, nem tudo sai como o planejado...

Ao retornarmos à Casa Bosque, já próximos da hora do almoço, uma pessoa que não conhecia foi ao nosso encontro. Ele se apresentou como coordenador de uma Organização Não Governamental, sem dúvida muito importante, que também compunha a Rede CAU. Suas principais atividades eram desenvolvidas na Serra do Mendanha, na Zona Oeste da cidade. Há muitos anos desenvolvendo atividades de levantamento de fauna e flora desse maciço da cidade, também realizando atividades de educação ambiental, atuando em comunidades, formando gerações de agentes ambientais e participando de diversos espaços da própria Organização das Nações Unidas, como ele me disse, sem dúvida era uma organização séria.

Acontece que nem essa liderança e sequer o grupo de jovens – majoritariamente estudantes de biologia – tinham se envolvido com as atividades preparatórias desse dia e, naquele momento, reivindicavam o período da tarde para uma atividade. Seria imprescindível uma palestra sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, claro, eles ofereceriam com imenso prazer.

Embora tenhamos tentado dissuadir esse coordenador, ele se demonstrou bastante enfático e a estrutura que havíamos montado para a oficina de edição – um computador, um *datashow* e uma série de cabos conectores que havíamos conseguido com outros movimentos da Rede CAU – foi usada por ele para uma palestra expositiva. Espetando seu *pendrive* em nossos equipamentos, passou mais de duas horas expondo item a item nada menos que os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Ao longo de sua extensa fala, esse coordenador por várias vezes indicava aos jovens o que deveriam fazer para se enquadrar em tal ODS, como se comportar para estar de acordo com outro, quais seriam ações que poderiam compor um terceiro – e assim sucessivamente.

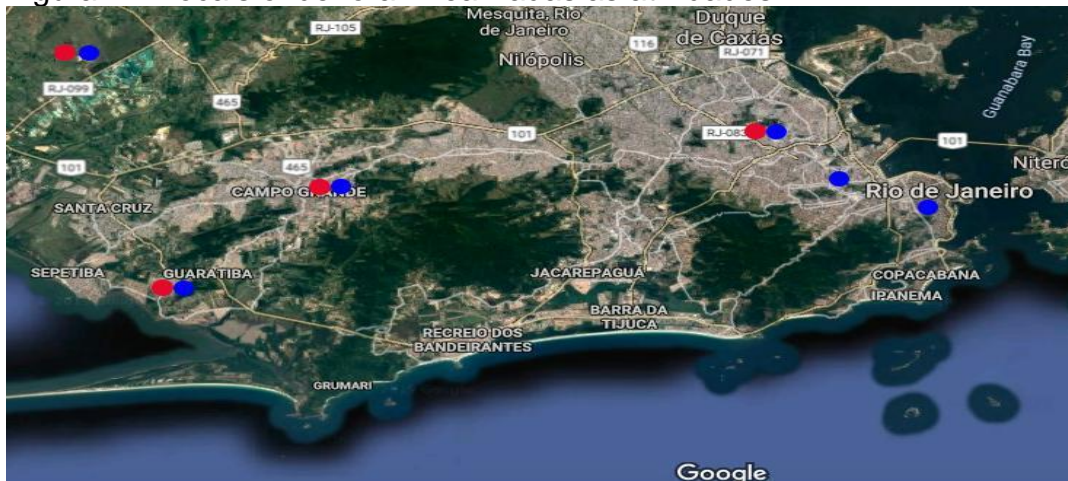
Fiquei muito impressionado com essa atitude porque me pareceu justamente não querer ouvir a voz das juventudes, se engajar com o processo comunicativo que há meses estávamos planejando ou ser ao menos econômico com o tempo da presumível tão fundamental palestra esclarecedora sobre a realidade daqueles jovens que, sobre o seu próprio mundo, pareciam nada saber.

A oficina de edição de áudio não aconteceu, ao menos não naquele dia. Tentando suprir essa grave falha, fizemos, posteriormente, alguns encontros em aplicativos de videoconferência, onde demonstrei a interface de um programa de edição em *software* livre e parte de um projeto que editava. Também compilei uma série de vídeos-tutoriais sobre edição de áudio que disponibilizei no grupo de aplicativo de mensagens da Juventude Agroecológica – e, para minha felicidade, dois jovens passaram a editar partes não apenas de áudios dos *podcasts* que veiculamos, mas também vídeos de seus próprios movimentos sociais.

Ao longo dessa atividade participativa, também passamos por outros problemas. O orçamento que desenhamos não bastou, fazendo com que tivéssemos que levantar mais recursos – sobretudo para transporte, algo sempre oneroso em uma cidade como o Rio de Janeiro. Nem todas as ideias, propostas e sugestões da Juventude Agroecológica puderam ser realizadas. Um dos jovens, por exemplo, queria realizar um radiodrama, algo que em muito fugia da proposta de narrar as atividades da juventude, a história dos territórios onde atuavam e seus desejos para a cidade – e, por isso, um dia acordei com várias mensagens iradas em meu celular. A própria edição dos conteúdos não ficou a contento – algumas muito longas, outras sem formato definido.

A seguir, na imagem, locais onde foram realizadas as atividades. Em vermelho, locais aproximados onde mora a juventude que participou das atividades. Em azul, os locais onde foram realizadas as visitas, intercâmbios ou demais atividades.

Figura 4 – Locais onde foram realizadas as atividades



Fonte: Imagem elaborada pelo autor. 2019

Quadro 1 – Lista e local de *podcasts* produzidos

Episódio	Local de Realização	Temática
1	UERJ (Maracanã)	Apresentação da proposta, da Rede CAU e da Juventude Agroecológica
2	Casa Bosque (Campo Grande)	Roda de conversa sobre desafios e fortalezas da Juventude Agroecológica
3	Associação de Moradores do Bosque das Caboclas (Campo Grande)	História do bairro, protagonismo feminino, luta antirracista, economia solidária.
4	Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande (Vargem Grande)	Culinária quilombola, economia solidária, Plano Diretor Municipal.
5	Feira Agroecológica de Campo Grande (Campo Grande)	História da feira, políticas públicas para a agricultura urbana, relações entre consumidores e clientes.
6	UFRRJ (Seropédica)	A universidade e a construção do conhecimento agroecológico, mulheres na ciência, coletivos feministas.
7	Serra da Misericórdia (Complexo do Alemão)	História da agricultura na favela, tecnologias socioambientais, compostagem.
8	Festival da AARJ Metropolitana (Lapa)	Políticas públicas para a agroecologia, frente parlamentar, feira enquanto espaço político.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor. 2019

De qualquer maneira, acredito ter sido uma experiência válida. Ao final do processo, havíamos produzido oito *podcasts* experimentais⁴⁸. A Juventude Agroecológica passaria a se reunir, mesmo no ano seguinte, em plena pandemia, com periodicidade. O processo gerou, inclusive, desdobramentos em outros *podcasts* protagonizados pela Juventude Agroecológica⁴⁹. Nesse sentido, acredito que o processo será sempre muito mais rico que o produto, ao menos quando falamos em iniciativas desse tipo, de comunicação comunitária ou alternativa.

⁴⁸ JUVENTUDE AGROECOLÓGICA. Disponível em: <https://soundcloud.com/juventude-agroecologica>. Acesso em: 15 fev. 2023.

⁴⁹ Vide Metodologia.

Afinal, quando falamos em comunicação, nos referimos essencialmente às obrigações que todos põem a si mesmos em relação aos outros, uma espécie de regime de reciprocidade, que envolve direitos e deveres, que se atingem através do agir coletivo. Afinal, antes de um valor natural ou algo já socialmente agregado,

[...] é preciso afirmar que somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade na qualidade de titular de direitos (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 40).

Caminhar, juntos, pela cidade. Conhecer melhor as hortas, composteiras, associações, iniciativas de geração de renda, organizações, desejos e desafios uns dos outros. Utilizar a palavra falada e as redes digitais para partilhar essas experiências com os companheiros que não puderam participar, pelos mais diversos motivos, dessas atividades – e para que outras frações da Rede CAU pudessem tomar conhecimento ou participar, enviando sugestões ou demandando pautas (como aconteceu em Vargem Grande).

Apesar de todas as dificuldades, acredito que contribuindo com essa pequena iniciativa pude cumprir com o meu papel, de provocar a participação das Juventudes Agroecológicas no longo processo de mobilização social pela garantia da cidadania e de mudanças sociais, como nos contou uma das jovens durante uma das atividades na Zona Oeste da cidade:

Eu fiquei mega feliz de conhecer o espaço, já faz algum tempo que a gente trabalha junto, mas eu nunca tinha vindo conhecer aqui também... E eu acho que é isso, somar forças e estar todo mundo junto e conectado. Porque apesar de eu estar lá em Guaratba a gente tem as mesmas violações que estou vendo aqui nos Caboclos... Então são bairros distintos, mas são as mesmas violações. Então acho que a gente tem que se unir e achar caminhos para poder melhorar e promover uma mudança (Gabriela, 2020, informação verbal)⁵⁰.

⁵⁰ OVJ_03: Bosque das Caboclas. Rio de Janeiro: Juventude Agroecológica, 2020. Disponível em: https://soundcloud.com/juventude-agroecologica/ovj_03-bosque-das-caboclas. Acesso em: 30 jul. 2022.

3.3.3 Contra a cidade fechada

O ano de 2020 trazia novas possibilidades de ação coletiva para a Juventude Agroecológica. Talvez mais coeso, esse grupo de trabalho passou a protagonizar e auto-organizar – sempre com o apoio de instituições ou organizações que compõem a Rede CAU – alguns pequenos mutirões em espaços produtivos como os quintais da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, uma horta-floresta da Serra da Misericórdia, e até mesmo em pequenas propriedades que, atingidas por chuvas torrenciais, precisavam de reparos e replantio dos cultivares.

A perspectiva era a de continuar o trabalho de ação nos territórios, fortalecer os vínculos entre esse coletivo e avançar nas pautas que há muito compõem os temas geradores segundo os quais se organizam: geração de renda, intercâmbios, comunicação e formação. A pandemia da covid-19, no entanto, modificou o cenário e levou a Juventude Agroecológica a empenhar suas energias em outras ações, voltadas à solidariedade e à sistematização de suas demandas em cartas políticas.

3.3.3.1 Solidariedade e segurança alimentar

Com o contexto pandêmico, os desafios postos à agroecologia da cidade se multiplicaram. Os encontros face a face que orientam a construção do movimento foram impossibilitados. As ações coletivas que envolvem o manejo, a colheita ou o acompanhamento técnico da produção foram inviabilizadas. Espaços fundamentais para a prática da agroecologia, as feiras agroecológicas, que garantiam segurança alimentar e nutricional, a troca de saberes e a produção coletiva de conhecimento, foram fechadas por argumentos sanitários – embora as grandes redes de supermercados e as “feiras livres” pudessem continuar a acontecer quase sem restrições⁵¹.

Apesar desse cenário terrível, uma das atividades – em verdade, uma série de encontros – nos quais se envolveu a Juventude Agroecológica foi a montagem e a distribuição de cestas agroecológicas para famílias cariocas em situação de

⁵¹ Vide itens 5.2 Feiras Agroecológicas e 5.3.1 O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

vulnerabilidade social agravada pelo contexto da covid-19. Com recursos captados pela ONG AS-PTA, cada cesta continha 2 kg de arroz, 1 kg de feijão, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de frutas diversas, 1,4 kg de bananas, 02 molhos de hortaliças ou folhosas, 2 kg de batata doce, 2 kg de aipim e aproximadamente 1 kg de outro vegetal ou tubérculo (como couve, abobora, jiló, chuchu, dentre outros).

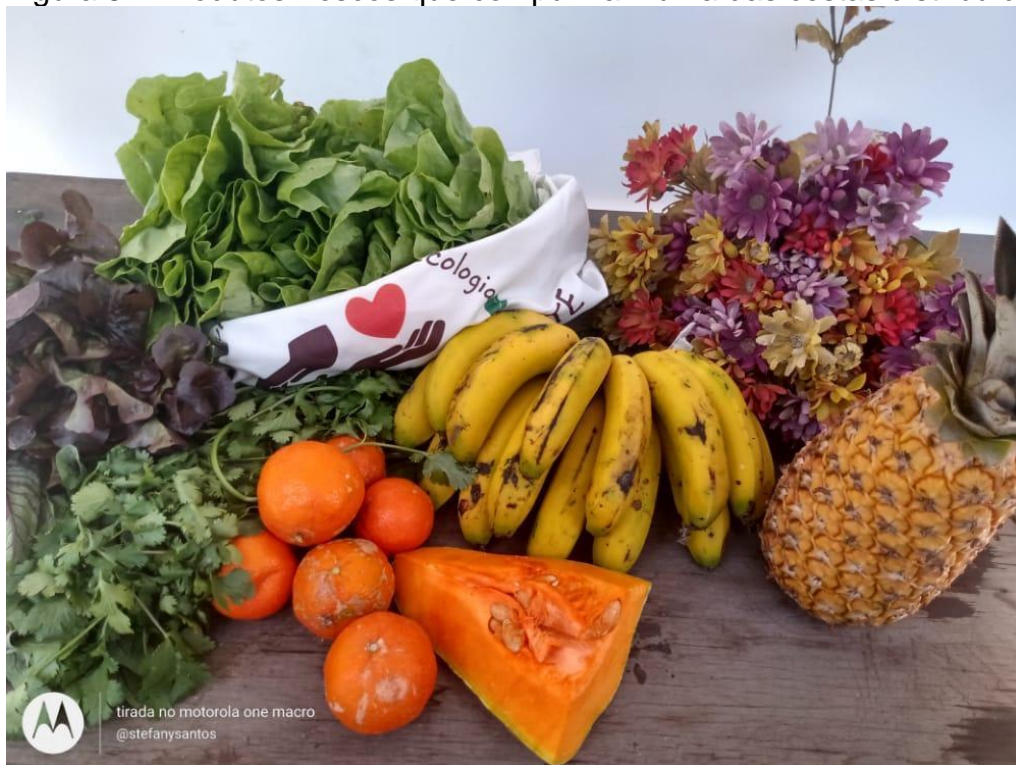
Durante dois finais de semana⁵² pude acompanhar essas atividades, que começavam sempre muito cedo, quando caminhões e caminhonetes carregados de produtos frescos e secos vindos de diversas regiões do Estado e da cidade do Rio de Janeiro traziam toneladas de alimentos para um centro de distribuição improvisado, na Zona Norte da cidade.

A Arena Carioca Dicró, equipamento público voltado à promoção cultural no Complexo da Penha, tinha se transformado num pequeno centro de distribuição dessa produção agroecológica para famílias em situação de vulnerabilidade agravadas pela covid-19. Foi através das atividades e insistência de uma das organizações de base comunitária que compõem a Rede CAU, o Centro de Integração da Serra da Misericórdia, o CEM, que esse espaço fundamental para a logística que envolve a montagem e a distribuição de alimentos foi viabilizado.

Com máscaras, álcool gel, distanciamento e amplo espaço livre da Arena Dicró, moradoras e moradores da Serra da Misericórdia – não apenas os que constroem o CEM, mas também outras organizações populares como o Verdejar Socioambiental e o Levante Popular da Juventude e técnicos ligados à Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá –, com grande presença das Juventudes Agroecológicas, se encontravam, debatiam sobre a dinâmica de montagem de cestas e partiam para a ação de pesagem, fracionamento, montagem e distribuição de 13 toneladas de alimentos, os quais foram distribuídos para 1.000 famílias e cerca de 4.000 pessoas.

⁵² De 04 a 06 e, posteriormente, de 17 a 19 de setembro de 2020.

Figura 5 – Produtos frescos que compunham uma das cestas distribuídas



Fonte: AS-PTA. 2020

Após fracionadas, separadas, embaladas e despachadas a territórios onde a Rede CAU atua e é sabido o agravamento da vulnerabilidade social pelo contexto de pandemia, as cestas agroecológicas foram distribuídas a famílias do Complexo da Penha, no Complexo do Alemão, na Comunidade Cerro Corá (Zona Sul), nos quintais de Jacarepaguá e em comunidades do bairro de Pedra de Guaratiba.

O depoimento de uma participante da Juventude Agroecológica descreve como foi feita a entrega em sua comunidade:

No dia da entrega foi montada uma feira a céu aberto com as hortaliças e os produtos beneficiados, garantindo assim a sua qualidade, atraindo a população e possibilitando troca de saberes com as pessoas que iam passando. Nesse momento era possível contextualizar sobre a origem do alimento, a forma que ele foi produzido e a qualidade que ele representava. Esse modelo de entrega em forma de feira trouxe muitos aprendizados para esse movimento. Apesar de necessitar de uma maior organização, proporciona um impacto visual no ambiente, além da aproximação das pessoas com o alimento. Esse desenho contribuiu para um maior engajamento das pessoas que trouxeram suas próprias sacolas e se sentiram fazendo uma feira onde se pode fazer escolhas. E também evitou desperdício de alimentos uma vez que na feira a distribuição de alimentos acontece conforme o tamanho da família e o número total das famílias. Voluntários ressaltaram também como as famílias beneficiadas se

interessaram pelo ato de plantar (Coralina, jovem comunicadora do CEM *apud* AS-PTA).

Conversando um pouco sobre os jovens da Rede CAU que estavam presentes, ao perguntar o que ele achava daquela atividade, sobre seu empenho e dedicação em estar ali, em plena pandemia, num sábado pela manhã, montando centenas de cestas agroecológicas, ele me disse que “era muito bonito ver as pessoas exercitando sua solidariedade e sua caridade num momento como esse”⁵³.

Talvez pelo fato da trajetória que levou esse jovem a participar do movimento agroecológico ser tão marcada por sua proximidade com a renovação carismática e, até mesmo, com narrativas da grande mídia que veem na solidariedade um sinônimo de um certo paternalismo talvez humanista, não tive coragem de contrapor outro entendimento do termo.

Vale o comentário, no entanto, de que a solidariedade deve ser pensada

[...] não como uma disposição filosófica humanística, mas como estratégia de ação, com uma preocupação bastante prática, além de política, destinada a romper o isolacionismo instalado. Propõe-se o entendimento da solidariedade como atuação política e expressão da cidadania (PAIVA, 2003, p. 117).

A solidariedade, portanto, deve ser entendida como um tipo ação coletiva que dá forma à frente cultural que compõe o movimento agroecológico da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o sociólogo Alberto Melucci:

O enfrentamento com o sistema político e com o Estado é apenas um dos fatores que interessam na ação coletiva. O conflito muitas vezes pode afear o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas. Os participantes de uma ação coletiva não são motivados apenas por que chamaríamos de uma orientação “econômica”, calculando custos e benefícios de suas ações. Eles também estão buscando solidariedade e identidade que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não se podem calcular (MELUCCI, 1999. p. 90, tradução nossa).

Talvez, portanto, para a frente cultural que toma forma na Rede CAU, esse enorme esforço coletivo que envolveu a captação de recursos, a mobilização de equipamentos culturais, a organização de diversos coletivos e todo o trabalho envolto na montagem e distribuição dessas cestas agroecológicas pela cidade diga respeito não a uma orientação humanística ou a qualquer tipo de caridade.

⁵³ Em depoimento ao autor em setembro de 2020.

As ações de solidariedade e promoção da identidade coletiva do movimento agroecológico demonstravam, na prática, a possibilidade de se atingir a segurança alimentar e nutricional a partir de uma alimentação saudável, agroecológica e diversa através da “comida de verdade” que se produz no campo e na cidade.

3.3.3.2 Escrevendo uma carta política

Ano de eleições municipais, 2020 também testemunhou uma iniciativa pioneira por parte das Juventudes Agroecológicas: a escritura coletiva de uma carta política onde enumeravam as suas “[...] contribuições para o fortalecimento da prática da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, desafios e potenciais para a construção de um modelo de cidade mais sustentável e resiliente frente à crise climática” (REDE CAU, 2020, p. 1).

Nesse documento, as Juventudes Agroecológicas se apresentam; evidenciam sua vinculação à Rede CAU, ao CNAU, à AARJ e à ANA; descrevem a geração de renda, soberania alimentar e organização política enquanto eixos centrais de atividades; mencionam o seu calendário de ações ao longo do ano; e elencam quatorze pontos fundamentais que acreditam deveriam ser incorporados às políticas públicas da cidade.

Em verdade, a trajetória dessa sistematização tem sua origem nas dificuldades de diálogo em um espaço de escuta institucional: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da cidade do Rio de Janeiro (CMDR-Rio)⁵⁴. Tal conselho deveria subsidiar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI) na estruturação de políticas públicas voltadas à agricultura urbana de acordo com os fundamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma viável fonte de recursos.

Acontece que o projeto político da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tinha maior interesse em tornar o Rio de Janeiro a sede latino-americana de eventos internacionais que concernem a execução do Pacto de Milão, uma iniciativa interacional voltada a políticas de alimentação urbana, do qual a cidade do Rio de

⁵⁴ Vide item 5.3 Os Conselhos Municipais.

Janeiro é signatária. Tal acordo pretende “[...] o completo alinhamento das políticas públicas municipais relacionadas ao tema de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável”⁵⁵.

Na tentativa de disputar o sentido das políticas públicas da cidade e da agricultura urbana, a Rede CAU atua como uma frente cultural que articula técnicos, militantes, agricultores, processadores, artesãos, pesquisadores, consumidores e toda uma enorme diversidade de cidadãos cariocas – inclusive, jovens. É nesse sentido que Jorge González (2001, p. 20) afirma que as frentes culturais “[...] são formações simbólicas transclassistas porque não são de forma algumas exclusivas de uma parcela da sociedade, além disso, têm potencial para serem compartilhadas por todos os setores, estratos, grupos e regiões” (GONZALEZ, 2001, p. 20).

Fruto de uma Conferência Municipal, o CMDR-Rio possui entre seus conselheiros um assento para a Juventude Agroecológica – à época, ocupada por um jovem agricultor urbano do Bosque das Caboclas, bairro Campo Grande, Zona Oeste da cidade. Uma vez se tratar a representação de uma forma de exercício do poder simbólico (RODRIGUES, 2019) – afinal, o jovem representante da Juventude Agroecológica no CMDR-Rio fazia, com a sua presença física e suas opiniões, o restante dos companheiros também presente –; esse jovem frequentemente comunicava os debates que aconteciam no conselho ao restante das Juventudes Agroecológicas ao longo de reuniões mensais.

Ao fazer esse “repasse”, como chamam, sobre o andamento das pautas do CMDR-Rio, geralmente com apoio de estudantes e técnicos que o acompanhavam, e ouvir dos companheiros sugestões e dúvidas, um novo diálogo se instaurou: o da possibilidade de incidência política a partir do espaço de escuta institucional de um conselho municipal.

Uma vez que o contexto da pandemia impossibilitava encontros presenciais, as reuniões mensais das Juventudes Agroecológicas foram mobilizadas por correntes em aplicativos de mensagens e realizadas com apoio de aplicativos de videoconferência. Caso algum jovem não tivesse internet, se fazia uma cotização de valores para uma recarga do seu pacote de dados ou, com o auxílio de uma gambiarra – ligar por telefone e deixar o aparelho próximo aos alto-falantes de algum

⁵⁵ PACTO de Milão: História do Pacto. **Portal de Dados Circuitos do Desenvolvimento Rio**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://desenvolvimento-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/pacto-milao>. Acesso em: 10 fev. 2023.

computador conectado à videoconferência –, possibilitava a participação de mais um companheiro.

Estive presente em ao menos nove dessas reuniões das Juventudes (entre junho e setembro de 2020), onde acompanhei ao menos parte do processo de diálogo dos jovens com um funcionário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Emprego e Inovação, por eles convidado a conversar sobre as propostas; também esteve presente um funcionário do Ministério da Agricultura, também representante no CMDR-Rio, que facilitou alguns dos debates.

Ao final do processo, as Juventudes haviam feito um grande resgate de metodologias, expectativas e demandas para o fortalecimento da agricultura urbana em três eixos: a necessidade de apoio logístico (como maior apoio à realização de feiras de rua, acesso a transporte público para o trabalho em épocas de safra; transporte de alimentos pela cidade); a importância de espaços de formação (em oficinas ou cursos livres de agroecologia e educação ambiental, apoio em transporte para a participação nos conselhos municipais, a valorização da identidade histórica cultural das comunidades onde se produzem alimentos na cidade); e comunicação (com a divulgação das atividades das Juventudes Agroecológicas e da Rede CAU como um todo nos portais digitais da prefeitura e uma política de apoio à produção cultural através de editais públicos, por exemplo).

Entregue à governança da Rede CAU e à coordenação política da AARJ, essa sistematização da voz das juventudes teve algumas de suas propostas incorporadas à carta-compromisso redigida pela coordenação política da AARJ, a qual compunha um enorme esforço da ANA para viabilizar a participação popular e fomentar o engajamento de candidaturas a prefeito ou vereador na construção de uma frente política em defesa da agroecologia: as campanhas agroecologia nas eleições e agroecologia nos municípios⁵⁶, de expressão nacional.

⁵⁶ Vide 5.4 Cartas Políticas e Frente Parlamentar: alinhamentos.

4 A AGROECOLOGIA DA CIDADE

Ao problematizar a ideia de desenvolvimento no contexto latino-americano, sobretudo ao tratar da temática urbana, o educador Mário Rodriguez Ibañez (2016) nos chama atenção para um fato fundamental: é preciso descolonizar o nosso imaginário sobre o que se entende por “desenvolvimento” para as cidades do Sul Global.

As cidades, ele nos alerta, são espaços fundamentais para a reprodução de valores simbólicos e, em nosso caso, de expansão de concepções de desenvolvimento que não foram definidas pelas populações latino-americanas. No entanto, os modos de construir as nossas cidades nos foram impostos por modelos desenvolvidos nas sociedades do Norte Global. Exemplos desses valores seriam a dicotomia entre urbano e rural, o preservacionismo inspirado na ideia de uma natureza intocada, a assunção de uma identidade entre desenvolvimento e urbanização, além do silenciamento de modos de vida tradicionais, contra-hegemônicos, que habitam as terras urbanas do Sul.

As cidades latino-americanas têm uma trajetória distinta daquelas do Norte Global. Estas são fruto de um longo processo histórico que propiciou a liberdade de associação (política e econômica) necessária à produção de direitos atuantes sobre um espaço delimitado (WEBER, 1982). As nossas são diferentes: têm sua origem num processo de colonização, isto é, de dominação econômica sobre o espaço e de silenciamento político de suas populações, comprometendo gravemente a construção de valores simbólicos constituintes da cidadania em nossas terras (IBAÑEZ, 2016).

Para compreender as cidades latino-americanas, Ibañez (2016) continua, é preciso enveredar por seu processo histórico, compreender seu caráter colonial, os processos de modernização pelos quais passaram na virada dos séculos XIX e XX, jamais esquecer a aceleração do consumo que experimentamos em nosso processo de modernização conservadora em meados do século passado. São longas trajetórias de mudança social que raramente contam com a voz e a participação da maioria da população em seus processos decisórios.

Há, no entanto, algo a se fazer atento: as cidades latino-americanas são heterogêneas e há disputas pelos sentidos sociais que nelas circulam, algo que a

ideia de frente cultural, já exposta, traz à luz. Refletindo sobre o passado recente de nosso continente, o autor faz o convite:

A pergunta que nos fazemos é se essa condição complexa, que habita nossas cidades e disputa seus sentidos configuradores, permite a germinação de alternativas ao desenvolvimento colonial-modernizador capitalista dominante no mundo, com base nesse horizonte que hoje denominamos Bem Viver, e que se faz presente por meio dos modos de vida dos setores indígenas e “populares” que habitam essas cidades. (IBÁÑEZ, 2016, p. 318).

Vale o comentário: as cidades latino-americanas sobre as quais o educador tece suas considerações são aquelas edificadas, na América, por espanhóis. As cidades brasileiras são fruto de um processo histórico um pouco diferente, reprodutor de valores simbólicos provenientes de uma outra cultura do Norte Global, como é fartamente documentado em nossa sociologia.

Nos anos 1930, Sérgio Buarque de Holanda, um atento weberiano, nos ajudou com a distinção: espanhóis são ladrilhadores e portugueses, semeadores. Os primeiros constroem grandes cidades em suas colônias. Com um grande senso de planejamento para a exploração de recursos naturais, desejo de permanecerem próximos a recursos fundamentais como a água doce e até mesmo a escolha de um clima mais ameno são importantes. Estradas, portos, praças, mercados, igrejas e até mesmo universidades podem ser construídas depois, para facilitar um empreendimento tão racionalmente dedicado.

A lógica portuguesa seria diferente. Os semeadores não seriam afeitos ao método urbanístico e ao planejamento das cidades segundo antigos fundamentos latinos. São muito mais orientados pela praticidade que envolve a rotina do comércio, as táticas que envolvem a troca de bens, enfim, o espírito pragmático voltado à efemeridade da ocupação da terra. Ao discorrer sobre o processo de edificação de cidades no Brasil, empreendimento necessário à colonização de nossas terras pelos portugueses, o sociólogo brasileiro afirma que

Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras [...] nada que acarretasse maiores despesas ou resultasse em prejuízo para a metrópole (HOLANDA, 2002, p. 1014).

Continuando sua exposição sobre as “Raízes do Brasil”, ele afirma que as bases que moldaram a sociedade brasileira foram criadas fora dos centros urbanos – e, portanto, alheias a valores simbólicos como os da livre associação, da conquista de direitos e do exercício da cidadania, que tanto emprestam modulações ao debate sobre as cidades. Ao jogar com as categorias relativas à cidade ocidental descritas por Max Weber, e atento à história da civilização brasileira, o sociólogo afirma ser presente no Brasil uma fortíssima “herança rural” nos valores culturais que forjaram a sociedade brasileira, inclusive nossos modos de vida urbanos.

A dicotomia entre campo e cidade é fundamental para a cultura ocidental, sendo presente na literatura greco-romana e gerando diversas imagens e associações ao longo do tempo (WILLIAMS, 1989). Uma das maneiras como essas associações se encontram presentes nos dias de hoje diz respeito à reprodução da dicotomia entre rural e urbano na burocracia do Estado brasileiro, na mentalidade de nossa classe política e, até mesmo, em pesquisas aplicadas (CARNEIRO, 2019).

Uma das manifestações desse imaginário colonizado sobre as cidades brasileiras – tidas como o oposto do campo, do rural, da floresta ou do sertão – é o entendimento de que o uso das terras urbanas para práticas da agricultura, por exemplo, seria uma manifestação do atraso, do subdesenvolvimento ou da falta de conhecimentos urbanísticos sobre melhores usos para essa terra. Nesse sentido, a urbanização se torna sinônimo de desenvolvimento, algo que a burocracia do Estado se encarrega de perpetuar, por exemplo, ao considerar uma cidade tão polifônica como o Rio de Janeiro em um território 100% urbanizado (LIMA, 2019).

Antes de enxergar as cidades brasileiras pela dicotomia campo-cidade tão característica do imaginário do Norte Global, talvez devêssemos nos fazer mais atentos à enorme diversidade de maneiras de se habitar as nossas cidades. No caso do Rio de Janeiro, pude encontrar várias práticas que não se restringem à agricultura, mas englobam o manejo de resíduos, a culinária local e diversos tipos de artesanato, por exemplo. Essas práticas se encontram interligadas por uma série de laços materiais e simbólicos tecidos no cotidiano de diversos grupos da cidade, dando forma à frente cultural que é a Rede Carioca de Agricultura Urbana.

A partir de um trabalho de campo realizado principalmente entre os anos de 2019 e início de 2020 – portanto, antes da pandemia da covid-19 –, destaco algumas práticas sociais existentes na cidade do Rio de Janeiro, as quais servem como insumo às práticas de solidariedade tecidas na Rede Carioca de Agricultura

Urbana e movimentam lutas sociais por uma cidade que acolha a diversidade cultural carioca.

No primeiro tópico, descrevo três tipos de agricultura que pude encontrar na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma caminhada pela Rede Carioca de Agricultura Urbana. Descrevo a proposta conceitual de idealtipia, de matriz weberiana, preocupação presente na Rede CAU desde ao menos 2009. Realizo comentários sobre outros tipos, descritos por outras iniciativas de pesquisa, quanto aos usos das terras urbanas para fins de agricultura. Por fim, apresento e descrevo atividades que pude observar em três espaços diferentes: quintais, hortas comunitárias e pequenas propriedades.

No segundo tópico, descrevo as práticas de compostagem que pontilham territórios da cidade. A partir do encontro de um jovem agricultor com um técnico encarregado de processos de certificação orgânica da produção vegetal, descrevo um processo dialógico e o confronto entre visões dissonantes quanto a um dos objetos do mundo: afinal, se trata de lixo ou resíduo? Na sequência, descrevo como as práticas de compostagem geram processos de sociabilidade, elemento intrínseco para a produção de conhecimento coletivo e o papel que a composteira, um não humano, desempenha.

No terceiro tópico, descrevo como as práticas de uma série de culinárias e processadoras se encontram intimamente ligadas à manutenção de “pequenos” conhecimentos do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. Ao ensinar receitas tradicionais de origem quilombola, ao inventar receitas a partir da oportunidade de uma grande safra e ao escrever receitas visando à perpetuação desses saberes, as mulheres da Rede CAU demonstram como as práticas cotidianas desenvolvidas na cozinha contribuem para a manutenção da identidade coletiva desse movimento social em rede.

No quarto tópico, me volto para as artesanias, saberes e práticas envoltas nos fundamentos da economia solidária que tanto dão forma às práticas agroecológicas da Rede CAU. Realizo um breve debate sobre os fundamentos da economia solidária. Na sequência, descrevo uma oficina, a confecção de fibras orgânicas a serem utilizadas em artesanato. Por fim, demonstro como a saboaria artesanal tem gerado vínculos comunitários e práticas de solidariedade entre mulheres da cidade, sobretudo durante o contexto da pandemia da covid-19.

4.1 Tipos de agricultura

Uma das falas da plenária realizada no III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, em 2009, explicitava a necessidade de melhor compreender os tipos de agricultura praticados na cidade do Rio de Janeiro. Esse procedimento se faz interessante para pensarmos as práticas de agricultura *da* cidade, ou seja, as que levam as mediações operadas pela cidade enquanto elemento fundamental, explicitando suas diferenças perante uma agricultura tradicional, realizada *na* cidade (FERNANDEZ, 2019).

A idealtipia, como é sabido, constitui um dos fundamentos da sociologia compreensiva weberiana, a qual se preocupa pela questão da objetividade nas ciências sociais. Ao estudar a sociedade e apresentar sua metodologia baseada nas ações humanas portadoras de sentido social, Weber (2016, p. 233) afirma:

[...] todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido”.

Ainda, segundo Weber (2016, p. 252),

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento.

Os tipos ideais não devem ser compreendidos como fruto de uma axiologia, isto é, como valores intrínsecos ou universais que partem da substância das coisas. Embora adquiríveis através de procedimentos rigorosos, eles são uma representação forjada por uma totalidade singular, criados por uma racionalização utópica e pela acentuação unilateral por parte do pesquisador: sua validade se confere pela possibilidade de compreender o sentido a sempre caótica e cambiante experiência existencial que temos (FREUND, 1970).

Há, por exemplo, algumas idealtipias quanto às práticas de agricultura *da* cidade do Rio de Janeiro. Em sua dissertação de mestrado, a economista Caren

Lima lista cinco tipos de agricultura nas terras cariocas, a saber: agricultura tradicional; agricultura de coletivos urbanos; agricultura de quintal; iniciativas do poder público; iniciativas empresariais ou comerciais (LIMA, 2019).

Forjadas sobretudo a partir da observação de campo que não se restringia às práticas do movimento agroecológico, sua idealtipia extrapola as práticas desenvolvidas pela Rede CAU, uma vez que o sentido que orienta a construção de seus tipos parte de um quadro teórico em muito embasado nas questões de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local. Nesse sentido, por exemplo, algumas categorias descritas na idealtipia do trabalho de Lima (2019) são aqui reelaboradas, diluídas ou reorganizadas a partir de outro quadro teórico.

Nesse tópico, apresento três tipos de agricultura que pude adquirir ou forjar a partir tanto de experiências de campo quanto de seu cruzamento com o referencial teórico sobre o tema, são eles: quintais; hortas comunitárias; pequenas propriedades.

4.1.1 Sobre quintais

Durante o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, em 2019, uma atividade inovadora foi incorporada ao repertório de ações dos participantes da então futura Rede CAU. A partir de mímicas, improvisos de teatro, qualquer pequena fala e versos escritos ou improvisados, as pessoas foram provocadas a narrar sua história de vida e suas experiências de cultivo a partir de uma provocação: que tal o meu quintal?

Uma das pronunciações do mundo fruto dessa experiência são os versos de Dona Leda, uma moradora da Zona Oeste da cidade, que à época cultivava em seu pequeno quintal uma grande diversidade de plantas alimentícias, medicinais ou espontâneas:

Que tal meu quintal?

Que tal meu quintal?
Meu quintal é muito lindo
Dá gosto da gente ver
Tem plantas variadas

Que encantam o nosso ser

Planto tudo misturado e
Acolho as espontâneas
Que venham a nascer...
As vezes dou um controle para que nenhuma
Venha a morrer

Todas são bem-vindas
Pois delas precisamos
Para melhor viver
As plantas fazem parte
Da minha vida e
Sem elas não sei viver

Uso todas as minhas plantas
Os frutos, as medicinais para
O remédio fazer
E as ornamentais que tanto
Alegram meu viver

Que tal meu quintal?
Eu havia esquecido que com
Ervas espontâneas costumo
O suco de clorofila fazer...⁵⁷
(Dona Leda, 2009).

Conversando com Dona Leda, ela me disse:

Eu sou uma “capiriona”... Eu não me sinto uma pessoa que mora há 49 anos no Rio de Janeiro! Quem vê o meu quintal não diz que eu moro no Rio de Janeiro... Quem vê aquele vídeo só sabe porque é “Agricultura Urbana no Rio de Janeiro”... Que se não ia dizer que eu tava morando lá no interior lá, nas matas... (Dona Leda, 2019, informação verbal)⁵⁸

O vídeo ao qual ela se refere data de 2009, sendo um dos produtos de comunicação que agitaram a realização do III EEASC. Localizado na Praia da Brisa, em Jardim Guaratiba, extrema Zona Oeste da cidade, o pequeno quintal de Dona Leda possuía, à época, uma grande diversidade de plantas ornamentais, alimentícias e medicinais – dentre as quais ora-pro-nóbis, dipirona, beijo branco, cavadinha, alfavaca, nirá, banana, urucum, taioba, limão galego, guandu, abacate, cana, quiabo e caramoela.

Além de produzir “boa parte”, segundo ela, de tudo o que precisa para fortalecer sua segurança alimentar e nutricional, seu pequeno e tão produtivo quintal também é um lugar todo especial, espaço ao qual se mesclam suas memórias e sua

⁵⁷ III ENCONTRO de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade [Campo Grande], 2009. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Cecília Figueiredo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmiWkV4Glr0&t=63s>. Acesso em: 6 ago. 2022.

⁵⁸ Em entrevista ao autor em dezembro de 2019.

identidade. Embora tenha crescido em Vitória (ES), uma cidade capital de estado, Dona Leda possui forte identidade com as roças e as matas de onde vieram seus antepassados:

Apesar de ter morado em Vitória, que é uma capital, eu sempre me senti, assim, como se tivesse morando lá na roça, lá no sertão das matas de Minas Gerais, porque a minha origem vem de lá: minha avó, meu avô, minha mãe e meu pai, que sempre foram pessoas de interior, pessoas de roça, pessoas de mata, pessoas que lidavam com a terra. Então apesar de, na minha infância, eu não ter participado disso... É como se eu tivesse participado... É uma coisa que eu trouxe dentro de mim. Sempre tive esse amor, esse carinho com as coisas naturais, com as coisas da natureza, com as plantas e com as ervas medicinais e com os remédios caseiros (Dona Leda, 2009)⁵⁹.

Apoiada pela ONG AS-PTA e pela Fundação Angélica Goulart⁶⁰, as quais acompanham suas atividades junto à Pastoral da Criança, da qual é importante liderança, desde fins dos anos 1990, Dona Leda há muitos anos vem se apropriando e difundindo conhecimentos sobre o manejo agroecológico e o consórcio de plantas em seu pequeno quintal, como ela narra no pequeno vídeo:

Eu moro aqui tem quase trinta anos... E eu procurei não cimentar [o quintal] quase nada. Eu procurei ter o maior espaço possível de terra para poder plantar e cultivar e voltar lá no passado, do que foi a minha infância, e ter a minha taioba no meu quintal... Ter minhas ervas medicinais, ter meu limão galego, ter meu guandu, meu abacate, coisas que tá ajudando na nossa alimentação... Essas plantas que gostam de enramar e subir uma na outra... A gente pode plantar próxima uma da outra que aproveita, né? Uma serve de suporte pra outra... Quer dizer... O espaço é pequeno, né? Mas com sabedoria a gente faz com que o espaço pareça maior e tenha várias variedades de plantas. (Dona Leda, 2009)⁶¹

Outro quintal produtivo, localizado na baixada de Jacarepaguá, na Colônia Juliano Moreira, desde o início dos anos 2010, iniciativas desenvolvidas por dois braços da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) – Mata Atlântica e Manguinhos – fomentam a produção de plantas medicinais, hortaliças, frutas e plantas ornamentais (SILVA, 2017).

Nesse espaço, antiga terra de engenho, ainda existe um aqueduto que canalizava um rio da região, abastecendo de água e gerando a energia da roda d'água da fábrica associada (PEIXOTO; LIMA, 2020). Adquiridas suas terras pelo

⁵⁹ O QUINTAL da dona Leda. [Rio de Janeiro], 2009. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Cecília Figueiredo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T37z70zlwEk>. Acesso em: 8 ago. 2022.

⁶⁰ Antiga Fundação Xuxa Meneghel.

⁶¹ O QUINTAL da dona Leda, *op. cit.*, 2009.

Governo Federal, se tornou um tipo de asilo-colônia que pregava a praxiterapia – a terapia através do trabalho – para o tratamento de doenças mentais. Espaço então distante do restante da cidade, próximo à natureza e do ar puro, considerado ideal para a regeneração das pessoas, os funcionários desse instituto foram incentivados pelo Estado a morar dentro da propriedade da União, lá permanecendo até os dias de hoje (VENÂNCIO; PONTENGY, 2015).

O aspecto da Colônia Juliano Moreira é realmente fascinante. Ao entrarmos nesse espaço, hoje administrado por e de propriedade da FioCruz Mata Atlântica, um enorme paredão rochoso, coberto de mata, se apresenta: um dos contrafortes que cercam o Pico da Pedra Branca, ponto culminante da cidade, que desde 1975, num longo processo, tem formado o Parque Estadual da Pedra Branca (FERNANDEZ, 2009).

Pude conhecer um desses quintais quando, em fevereiro de 2020, antes do início formal da pandemia da covid-19 no Brasil, fiz uma breve visita ao espaço. Auge do verão, a agricultora urbana que cultivava aquele quintal pedia ajuda aos membros da Rede CAU, com especial participação da Juventude Agroecológica, para a instalação de sombrites para sua horta. Assim, poderia proteger mais as verduras que cultiva para o consumo de sua própria família e cujo excedente – não apenas de verduras, mas também de ervas medicinais ou aromáticas, frutas e alguns alimentos artesanais como pães e bolos – vende na Feira Agroecológica da Freguesia, aos sábados pela manhã.

Para ela, poder participar dessa feira agroecológica é muito mais do que uma fonte complementar de renda, sendo também um grande orgulho tomar parte de um movimento que garante acesso à segurança alimentar e nutricional para seus clientes e amigos. Conversando brevemente com ela sobre esses desafios, ela me disse que

Num lugar onde a maioria das coisas é com agrotóxico, a gente driblar o desafio [de acesso a mercados] e vender sem agrotóxico, totalmente orgânico, para nós é um orgulho! Poder fazer isso e apresentar para um povo que, muitas vezes, não tem como plantar... É um desafio e um dever cumprido! (Dona Fátima, 2019, informação verbal)⁶².

Em seu pequeno quintal, pude encontrar taioba, biri-biri, abacate, ora-pro-nóbis, chaya, bertalha, salsinha, alecrim, manjerição, alface, mamão, pitanga, cana,

⁶² Em entrevista ao autor em novembro de 2019.

limão galego, manga, banana, couve, cidreira, almeirão, vinagreira, capuchinha, urucum, noni, inhame, rami e outros cultivares. Esse pequeno espaço produtivo, que começou com dois canteiros e foi aumentando em área com a ajuda de seus vizinhos, amigos ou voluntários – como fui aquele dia – também representa um tipo de trabalho terapêutico para Dona Fátima, como ela me disse em dia que a fui encontrar na Feira Agroecológica da Freguesia:

Representa saúde... Representa também uma nova cabeça... Porque, assim, eu tinha o quintal, mas eu não plantava e não produzia... Então era aquele tédio... Até costumo falar que depois que eu fui trabalhar na agricultura e com a terra, a minha cabeça melhorou! [...] Eu estava com depressão. E aí, depois que eu comecei a mexer com a terra, aquela depressão, aquela coisa ruim foi saindo. E hoje eu trabalho com a terra, que é viva! Eu aprendo mais com ela do que eu passo pra ela... Então é isso... Trabalhar com a terra e ser agricultor, pra mim, hoje, é um orgulho. Só de eu ir lá e catar com as minhas mãozinhas... Gente, é emocionante! Você ver o que você plantou! É de chorar de ver... É muito maravilhoso e vale a pena! Sem contar que você economiza, né? Economiza horrores... O que representa pra mim é saber que eu to comendo saúde. Eu não tomo mais aquele monte de pílula que eu tomava antes pra dor... Quando eu sinto uma dor de cabeça, eu vou ali e pego um pouquinho de erva-cidreira, faço um chazinho... E pronto! Eu durmo tranquila! Quando eu tô muito nervosa, tomo uma hortelãzinha ou um suquinho de maracujá... Então, meu filho, pra mim é tudo! (Dona Fátima, 2019, informação verbal)⁶³.

Há também quintais, digamos, menos tradicionais, como o de Valdirene Militão, educadora social na Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) Mata Atlântica e moradora do Complexo da Maré, na Zona Norte da cidade. O seu quintal é, em verdade, a laje de sua casa onde há grande incidência de sol.

Nesse pequeno espaço de aproximadamente vinte metros quadrados, ela possui diversos vasos organizados no chão – e até mesmo pendurados nas paredes – onde produz chás, ervas aromáticas, condimentos, verduras, legumes e diversas mudas de árvores frutíferas. A riqueza de seu pequeno quintal em formato de laje fica explícito num pequeno vídeo que ela, educadora e comunicadora popular, gravou durante o auge do período da pandemia.

[...] agricultura urbana existe no Rio de Janeiro? Existe! Seja ela em vasos penduradinhos, como os meus (olha a minha cúrcuma), ou seja, ela numa laje! Seja da forma que for! Nós temos direito de comer um alimento de verdade um alimento sem veneno, sem agrotóxico! Que tal o meu quintal? O meu quintal é uma laje! Nós podemos comer o alimento que nós plantamos... Tenho ora-pro-nóbis, podemos fazer chás, temos a cúrcuma...

⁶³ Em entrevista ao autor em novembro de 2019.

Podemos ter o que nós quisermos porque o que nós plantarmos vai dar!
(Valdirene Militão,, 2019)⁶⁴.

Algumas das características da agricultura de quintal é que sua produção é voltada inicialmente à garantia da segurança alimentar e nutricional daqueles que a cultivam, sendo a comercialização da produção esporádica. Há grande presença de ervas medicinais que, muitas vezes, são cultivadas em vasos. Tipo de agricultura com grande protagonismo feminino, ela acontece em áreas contíguas à casa, em pequenos espaços que não excedem um módulo fiscal.

4.1.2 Sobre hortas comunitárias

Um segundo tipo de agricultura urbana carioca e que pode visitar são as hortas comunitárias. Praticamente todas as organizações que se articulam junto à Rede CAU mantêm uma horta comunitária. Seja em organizações não governamentais, em associações de moradores ou em pequenas brechas não edificadas do espaço urbano, elas são um diverso espaço de realização da agricultura da cidade.

Nesse tópico, descreverei apenas duas dessas experiências. Elas acontecem em espaços anteriormente vagos de loteamentos irregulares de antigos sítios que existiam na Zona Oeste (MENDONÇA; MONTEIRO, 2004) ou nas favelas da Zona Norte da cidade, espaços de expansão horizontal da cidade sobre áreas que deveriam ser de preservação permanente por se localizarem acima da cota dos 100 metros.

Uma experiência fundamental é a horta comunitária mantida pelos “verdejantes” da Serra da Misericórdia, na Zona Norte da cidade. Atuantes desde 1997, a horta comunitária aparece em sua trajetória coletiva por volta de 2002, com sua aproximação com as questões da agroecologia e com o programa de agricultura urbana que a ONG AS-PTA desenvolve na cidade desde 1999.

Antes dessa data, as atividades dessa comunidade eram compostas por combate a incêndios que lambiam o ressecado capim-colonião que cobre esse

⁶⁴ PRODUTOS da gente. Que tal o meu quintal? Rio de Janeiro, 7 out. 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=755783038335145>. Acesso em: 8 ago. 2022.

remanescente cercado por cinco complexos de favelas – os Complexos do Alemão, Penha, Serrinha, Juramento e Sapê – por caminhadas, atividades de preservação ambiental, práticas de reflorestamento e luaus que realizavam por toda a Serra da Misericórdia sobretudo no inverno, épocas em que os balões multicoloridos cruzavam os céus como estrelas em movimento.

Segundo um de seus fundadores, o saudoso Luiz Poeta (1957~2011), houve uma virada na natureza das atividades dos *verdejantes*, que deixaram de se entender enquanto ambientalistas e incorporaram princípios da agroecologia: o engajamento e a participação dos moradores da comunidade e o resgate de conhecimentos tradicionais através do cultivo coletivo de uma horta comunitária. Segundo um registro publicado sobre essa virada, o Poeta e outros *verdejantes* da época escrevem:

A princípio, a horta agroecológica do Verdejar começou com a função de limitar a expansão da comunidade sobre as áreas de interesse ambiental; após o sucesso na fase de implantação, a horta passou a ser um local de experimento de cultivo agroecológico no meio urbano, com a participação da comunidade. Através dessa prática, a ONG iniciou o resgate de conhecimentos ancestrais sobre plantas espontâneas, alimentícias e medicinais, de cultivo extremamente vantajoso por serem nativas da região tropical e de fácil cultivo, sem necessidade de insumos, como são as verduras europeias, hoje largamente comercializadas (MARINS; NUNES; SILVA, 2014).

Ao longo do tempo, o pequeno espaço de 300m² que compõe a horta comunitária passou a conter outras tecnologias socioambientais de baixo custo que auxiliaram o desenvolvimento da agricultura, levando em consideração os desafios impostos pela cidade. A implementação de uma cisterna que capta água da chuva, em 2012, com capacidade de 16.000 litros, foi fundamental para a sustentabilidade da horta: antes, era preciso buscar água num carrinho de mão num pequeno lago que existe no alto da Serra da Misericórdia. A implementação de um Sistema Agroflorestal, em 2009, “[...] prática agroecológica de conservação da biodiversidade, dos solos e das águas em áreas tropicais” (FRANCO, 2021, p. 85), foi fundamental para erradicar os incêndios, produzir flores, frutos e madeira – esta, utilizada como composto, no escoramento de canteiros, para a confecção de cabos para ferramentas e em pequenas atividades de bioconstrução.

Ao incorporar os processos dialógicos e participativos preconizados pelas práticas da agroecologia, a horta mantida pelos *verdejantes* da Serra da Misericórdia

se tornou um espaço de difusão das práticas agroecológicas de agricultura urbana desenvolvida nas favelas da Zona Norte da cidade.

Essa iniciativa inspirou a formação de outros grupos, como é o caso do Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), localizado na comunidade Terra Prometida, no Complexo da Penha (BORGES, 2017). Também foi espaço importante para a formação do coletivo Telhado Verde Agroecológico⁶⁵ que, ao contrário do que o nome sugere, cultiva diretamente no solo. Como conta um de seus integrantes:

Eu, por exemplo, né... Eu sou do Maranhão e vim pra cá... Minha mãe até plantava mandioca em casa, mas foi aqui, no Engenho da Rainha que eu aprendi mesmo essas coisas... O Verdejar, pra mim, era esse lugar que você sempre poderia vir e ia ter alguém... Que o Luiz sempre estava ali, sentado na cadeira dele, sempre tinha um pessoal... E foi aqui que eu aprendi muita coisa! Era um ponto de encontro do pessoal do bairro, mesmo (Yuri Zion, 2019, informação verbal)⁶⁶.

Na pequena e produtiva horta comunitária mantida pelos *verdejantes*, eu pude encontrar: ora-pro-nóbis, chaya, beldroega, batata-doce, banana, alface, tomate, salsinha, almeirão, mamão, limão galego, bertalha, couve, couve-flor, brócolis, erva-cidreira, capim-limão, aroeira, aipim, mostarda, vinagreira, major gomes, caruru, berinjela, manjeriço, capuchinha, carambola, pitanga, guandu, malvaisco, dentre outros cultivares.

Algumas das características da agricultura praticada em hortas comunitárias podem ser circunscritas ao fato de ela acontecer em terrenos “vagos” ou frutos de loteamento irregulares. Há uma questão de gestão coletiva do espaço para realizar a irrigação, o manejo, a adubação e o reparo de cercas que impeçam a entrada de animais, por exemplo, que acentuam o aspecto comunitário do cultivo. O trabalho é exercido por voluntários, sendo marcado por mutirões regulares, geralmente em épocas de troca de estação chuvosa e seca, quando se refazem os canteiros, adubação, correção e novo plantio de gêneros viáveis dada a estação do ano. A produção, fruto de um trabalho coletivo, costuma ser partilhada por aqueles que se envolvem nas atividades – sendo por vezes também doadas para vizinhos da horta, os quais não se envolvem diretamente com o trabalho com a terra, mas dele se beneficiam.

⁶⁵ Vide: <https://www.instagram.com/telhadoverdeagroecologico/?hl=en>. Acesso em: 15 fev. 2023.

⁶⁶ Em entrevista ao autor em 09 de agosto de 2022.

4.1.3 Sobre pequenas propriedades

Um terceiro tipo de agricultura associada à Rede CAU, que encontrei na cidade do Rio de Janeiro, é aquela das pequenas propriedades que existem na Zona Oeste da cidade, sobretudo nas franjas de áreas de preservação ambiental.

Dentre as experiências de agricultura da cidade que pude conhecer, essa é a que mais se assemelha ao imaginário de agricultura tradicional, possibilitada pela produção familiar. A sua pequena produção tem marcada presença de frutas como o caqui e a banana, embora também haja uma enorme variedade de hortaliças, legumes e até mesmo de produtos de granja em sua composição.

Por se localizarem nas franjas de áreas protegidas, por muitos anos esses pequenos agricultores foram ameaçados de remoção – afinal, para muitos gestores públicos, a agricultura só é possível pela devastação ambiental. Segundo a antropóloga Annelise Fernandez (2009), no entanto, a agricultura que se pratica nessas pequenas propriedades tem inspirado um novo olhar para as relações entre a agricultura e a preservação: emerge a figura do agricultor conservador. Segundo ela,

A crescente difusão de conceitos como agricultura urbana, agricultura orgânica, agricultura em sistema de agrofloresta ou a idéia de agricultor conservador, que busca desconstruir a imagem negativa de devastador de uma área de proteção integral, por outra que, ao contrário, mostra que o grande parceiro do Parque [Estadual da Pedra Branca] é o agricultor (FERNANDEZ, 2009, p. 254).

A autora também realiza uma densa análise sobre aspectos relativos ao controle da terra, da organização do trabalho e da produção dessas pequenas propriedades. Ela frisa que essas pequenas propriedades não estão orientadas apenas ao lucro, mas também à satisfação das necessidades de consumo das famílias que as habitam, sendo a pequena propriedade, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo (FERNANDES, 2009).

Desse modo, as práticas de agricultura urbana em pequenas propriedades seguem uma relação dialética com o próprio processo de urbanização e de preservação ambiental da cidade. Um dos espaços onde esse tipo de agricultura existe com maior expressão são os arredores e interiores do Parque Estadual da Pedra Branca, na Zona Oeste.

Segundo a pesquisadora Annelise Fernandez (2009), as localidades onde se pode encontrar o maior número de agricultores nos arredores do Maciço da Pedra Branca são as vertentes do Rio da Prata (Campo Grande), Vargem Grande, Guaratiba e na Estrada do Pau da Fome.

Segundo a pesquisadora Caren Lima (2009), pelo Plano Diretor Urbano da cidade do Rio de Janeiro, essas pequenas propriedades poderiam ser consideradas áreas de zoneamento rural – uma vez que possuem área superior a 01 módulo fiscal, ou seja, possuem mais de 1.000m² e apresentam $\frac{3}{4}$ de sua área cultivada, segundo as normativas do Decreto Municipal n.º 14/327/1995. No entanto, segundo o Código Nacional de Tributação (CTN – Lei n.º 5172/1966) essas pequenas propriedades devem ser consideradas áreas totalmente urbanas por possuírem ao menos dois de quatro itens construídos ou mantidos pelo poder público, e que configuram zona urbana, a saber: meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgoto sanitário; rede de iluminação pública.

Outra questão que atravessa as pequenas propriedades dos entornos do Maciço da Pedra Branca se dá pelo fato de se encontrarem nos arredores ou interiores do Parque Estadual da Pedra Branca uma unidade de conservação criada em 1974 sem levar em consideração as populações que há gerações viviam e plantavam nessa região, como descreve a pesquisadora Annelise Fernandez (2009, p. 28):

Apesar do permanente processo de pressão urbana sobre os limites do Parque, pode-se dizer que, de forma predominante, as áreas de encosta permaneceram disponíveis para a agricultura, sobretudo, por serem áreas menos valorizadas, do ponto de vista imobiliário, mas também por estarem sujeitas a uma legislação ambiental – mesmo com pouquíssimos recursos de se fazer valer – que a partir de 1974, com a criação do PEPB, passou a regulamentar e inibir a ocupação do solo nas áreas do maciço. Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram e progressivamente tiveram que adaptar suas atividades produtivas às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do [Parque Estadual da Pedra Branca] PEPB. Podem ser citadas: a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos.

A história e os contraditórios que envolvem a proposta, a demarcação, os decretos e a lenta implementação do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)

extrapolam as breves considerações desse tópico. No entanto, vale o comentário de que

Apesar do predomínio crescente de usos urbanos, permanece no maciço uma ocupação de caráter rural-agrícola que, apesar de inúmeras dificuldades para a reprodução social de seus meios de vida, constrói uma identidade vinculada à pequena produção, apoiada sobre a história de seu grupo, na memória e na manutenção de suas atividades cotidianas. (FERNANDEZ, 2009, p. 249).

Ainda segundo Fernandez (2009), as atividades agrícolas que acontecem no PEPB favorecem a tessitura de uma identidade afirmativa, a conservar e a manter as fronteiras do parque. Embora praticamente inexistam políticas públicas que os auxiliem, políticas reforçadas pelo imaginário social de que não há agricultura na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo a pesquisadora, a produção nessas pequenas propriedades é organizada pelo chefe da família, conta com a colaboração dos filhos e, eventualmente, com pessoas externas ao núcleo familiar, as quais recebem remuneração pelo trabalho. Embora haja uma diversa policultura nesses espaços, há marcada presença de duas culturas importantes, consideradas lavouras de mercado: o caqui e a banana.

Os caquizeiros, plantados a sol pleno em encostas, possuem uma curta janela de colheita (de março a julho), envolvendo grande volume de trabalho, mobilizando toda a família e fazendo uso de mão de obra paga e, também, voluntária⁶⁷. Os bananais, plantados em encostas sombreadas, produzem o ano todo, constituem o principal produto cultivado nas encostas da cidade do Rio de Janeiro, sendo forte elemento de territorialização dos agricultores.

Ambas as culturas, no entanto, são de plantas exóticas e geraram uma série de impasses ao longo do tempo entre os agricultores dessas pequenas propriedades, alguns agentes florestais e até mesmo administradores do PEPB, que enxergavam na agricultura – mesmo a agroecológica desenvolvida em sistemas agroflorestais – uma atividade indevida em uma unidade de conservação ambiental, conforme prevê certas concepções conservacionistas que enxergam, na presença humana, uma inconveniência à manutenção de uma natureza intocada.

⁶⁷ Vide item 5.1 Mutirões.

Em 2019, encontrei com um desses agricultores em uma das feiras agroecológicas da cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Freguesia, onde ele mantém uma das sete barracas que, aos sábados pela manhã, transforma a pequena Praça Professor Camisão num precioso espaço de promoção da agroecologia na cidade. Naquele dia, sua banca era composta de tomate, batata-doce, aipim e banana – embora ele também produza milho, tangerina, mexerica, laranja e caqui, dentre outros cultivares.

Numa leve conversa, perguntei para ele quais eram suas principais dificuldades na produção de alimentos na cidade, em sua pequena propriedade. Ele me disse:

É que a gente tá dentro do Parque, lá, né? Há uns tempos atrás era um desafio mesmo... Que a gente não conseguia nem andar com uma foice dentro do parque porque já tinha um guarda ver aonde que você ia, ficava fiscalizando... Tem os nossos caminhos, que são meio maltratados... Por onde os burros passam, né? Tem também uma queixa que são os animais soltos, como cavalo e égua, que os donos não têm um lugar legal pra eles ficarem, e eles atacam nossas roças, né? (Jose Antônio – Russo, 2019, informação verbal)⁶⁸.

A pequena propriedade onde esse agricultor vive, produz e consome é atravessada por diversos contraditórios. Embora haja calçamento e iluminação em frente à entrada de sua propriedade – o que a caracterizaria como urbana –, ela se encontra dentro de uma unidade de conservação que não deveria admitir essas benfeitorias ou sequer a sua presença no espaço.

Talvez, se as práticas das pessoas e os processos de cidadania fossem levados mais à sério quando se trata de definir a urbanização e a conservação da natureza, esse pequeno agricultor poderia recorrer a políticas públicas quando, por exemplo, chuvas torrenciais destruíssem parte de sua propriedade, arruinassem sua lavoura e o levassem a recorrer à solidariedade junto à Rede CAU para recompor parte do que as águas de março levaram encosta abaixo.

Em 13 de março de 2020, às vésperas do fechamento da cidade pela pandemia da covid-19, estive em sua pequena propriedade. Uma grande tempestade havia desfeito muita coisa: a pequena ponte de pedra que dá acesso à sua casa sumiu em parte; sua lavoura de tomate, próxima da colheita, foi carregada pelas águas; o galinheiro se desmanchou quase totalmente; sua horta desapareceu

⁶⁸ Em entrevista concedida ao autor em dezembro de 2019.

e quase toda a lavoura de aipim e batata doce, que havia plantado recentemente, foi carregada pelas águas.

Cheguei cedo, ainda montavam o café da manhã – composto de pão, bananas, manteiga, café, goiabas, bolo, aipim cozido e, para os corajosos (ou mais festivos), uma pequena garrafa de cachaça – quase que escondida entre os alimentos. As vinte pessoas ali presentes se dividiram em grupos: um cuidaria da confecção do almoço; outro juntaria as pedras da pequena ponte; um terceiro faria o roçado do terreno, pondo abaixo a matéria vegetal que comporia a nova serapilheira necessária ao cultivo.

Após carregar algumas pedras, fui ver como andava o roçado do terreno. Com a ajuda de quatro outros parceiros vindos de pequenas propriedades da redondeza, o agricultor que nos recebia subiu pela encosta cultivada: munidos de fações ou foices, iam podando parte das árvores que cresciam na agrofloresta que ele preservava dentro do Parque Estadual da Pedra Branca. Entre espontâneas e nativas, reconheci Sabiá, Grumixama, Gliricídia, Ipê, Quaresmeira, Jabuticaba, por exemplo, dentre outras árvores que tinham galhos de até dez centímetros de diâmetro, que eram podados com a naturalidade e perícia de uma faca quente que corta a manteiga gelada.

Galhos cortados, eram imediatamente picotados e depositados sobre o solo, formando uma grande massa de matéria orgânica que protegeria a terra sem matar nenhuma árvore. Ao se decompor, essa nova serapilheira protegeria o solo, reteria a umidade e ajudaria a cultura do aipim – introduzida na sequência.

Conversando com ele sobre aquele asseio, ele me disse:

Essa aqui é uma área onde não foi tanto atingido [pela chuva] ... Tá plantado principalmente o aipim, que temos que replantar... Então vamos replantar e fazer umas carreiras e linhas de mato... Também vou entrar com milho e feijão... Então vamos fatiar os pedacinhos [de poda] e replantar... (José Antônio, 2019, informação verbal).

Após a pausa do almoço – composto de arroz, farofa, couve refogada e feijão com linguiça –, fez-se uma breve conversa sobre o restante das atividades. Parte do grupo continuaria com a reconstrução da ponte, a outra deveria plantar manivas de aipim no terreno íngreme. Fiquei com alguns companheiros no segundo grupo, recolhemos alguns dos pés de aipim que a chuva havia desenraizado e o agricultor,

olhando para nós com um sorriso no rosto, disse algo como: *Não se preocupem, quanto pior for feito, melhor fica!*

Na sequência nos ensinou brevemente a reconhecer as boas manivas – precisavam estar rijas e frescas; fazer alguns “picos” com a enxada ajudaria a ver a seiva escorrer (sinal de saúde da maniva) e abriria um veio por onde as raízes iriam brotar –, na sequência era cavar o berço, depositar a maniva e cobrir com terra e muita matéria orgânica que já havia sido podada e picada na parte da manhã. Também era preciso fazer o “ninho” do aipim de modo a ajudar ao empoçamento e infiltração da água, necessária ao bom desenvolvimento da lavoura.

E, assim, fomos subindo a encosta, recompondo parte da lavoura de aipim perdida pelas chuvas torrenciais daquele mês de março.

Alguns meses depois, fiquei sabendo, boa parte desse plantio foi quase em vão: o galinheiro continuou parcialmente desfeito e as galinhas e pintinhos andaram livremente pela pequena propriedade. Industriosas, é sabido que as galinhas têm um apetite voraz e um certo ar pedagógico com os pintinhos quanto a quase todo o tipo de broto, sendo absolutamente indiferentes à segregação entre espontâneos e cultivados: comeram simplesmente a totalidade dos frutos de nosso trabalho daquele dia.

Algumas das características da agricultura praticada em pequenas propriedades podem ser circunscritas ao fato de essas áreas excederem um módulo fiscal, de elas se encontrarem no interior ou nas franjas de áreas de conservação. Sua produção é organizada pelo chefe da família, conta com a participação dos filhos e, em situações específicas como a de grandes colheitas, incorpora trabalhadores pagos por jornada. Embora seus principais produtos, ao menos em quantidade, sejam o caqui e a banana, uma grande variedade de alimentos é cultivada. Ela é exercida por pessoas que têm laços tradicionais com a terra ou, em menor proporção, se aposentaram e decidiram se dedicar à agricultura.

4.2 O manejo dos resíduos

No dia 8 de abril de 2019, fui até o Museu da Maré⁶⁹, um museu social criado pelos próprios moradores desse complexo de favelas da Zona Norte, o qual buscava criar uma autorrepresentação do território, gerando uma imagem positiva da favela e autoestima para os moradores. Lá aconteceria mais uma das plenárias semestrais de planejamento da Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Essa plenária seguiu a ritualística de muitas outras: primeiramente se fez uma acolhida no espaço, com um café da manhã colaborativo. Na sequência, foi feita uma análise de conjuntura, onde se avaliou o alinhamento conservador entre as três esferas de governo e as terríveis perspectivas para o movimento agroecológico nesse contexto. Em seguida, os grupos de trabalho proferiram informes das atividades que tinham desenvolvido desde a última plenária semestral. Ao final, foi feita uma agenda das atividades com as quais cada grupo de trabalho, coletivo, organização ou grupo se comprometeria a realizar até o segundo semestre – algo extremamente importante, afinal, seria em outubro daquele ano que a Rede CAU completaria dez anos de atividades.

A escolha do local da plenária não foi fortuita, se tratava de um tipo de aproximação ou boas-vindas a um coletivo de agricultura urbana que passava a se agremiar à Rede CAU: o Minhocas Urbanas, um coletivo que promove hortas em pequenos espaços no adensado Complexo da Maré.

⁶⁹ Vide: MUSEUS da capital. **Museus da Capital**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-3/item/88-museu-da-mare>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Figura 6 – Plenária semestral da Rede CAU no Complexo da Maré



Fonte: Rede CAU. 2019

Em uma parte específica da plenária, quando os Grupos de Trabalho foram convidados a partilhar o seu planejamento para os próximos seis meses, me juntei a dois jovens que compunham o GT Juventude Agroecológica, e fizemos o repasse das deliberações da plenária das juventudes ocorrida em janeiro, bem como comentamos sobre o desejo de trabalhar mais com a produção de mídias.

Foi nesse momento que um engenheiro agrônomo fez um comentário a baixa voz, talvez um contraponto importante:

- É importante a gente não perder a finalidade da rede de agricultura...

Fiquei com aquilo em mente e, na pausa para o almoço, fui conversar com ele. Ele me elucidou: claro que o trabalho com mídias era uma parte importante, fundamental até, das práticas de agricultura urbana. Era um tipo de fazer “com a cara da juventude”, sendo muito desejada e devendo ser incorporada à pluriatividade da agricultura urbana. Acontece que era preciso ter em mente também a necessidade de criar ou manter espaços para a reprodução do conhecimento voltado às práticas agrícolas, nem sempre valorizadas na cidade – ao contrário da comunicação midiaticizada, por exemplo.

O comentário do engenheiro agrônomo quanto às suas expectativas para a juventude me fez mais atento ao processo de iniciação, ou seja, processos de construção de conhecimento que “[...] acompanha, faz sobressair um tesouro que *já está lá* [...], [para o qual] basta fazer crescer uma potencialidade presente” (MAFFESOLI, 2010, 89), ou seja, a formas comunitárias de promover a lenta, penosa e contraditória conversão subjetiva de estruturas sociais objetivas (MALVEZZI, 2019) que compõem as mudanças sociais ambicionadas pela agroecologia – as quais podem começar, não se engane, por uma nova compreensão quanto ao aparentemente inútil que usualmente chamamos de “lixo”.

4.2.1 Uma questão terminológica

Em agosto de 2022, estive presente em uma das atividades desenvolvidas junto ao Grupo de Trabalho Mercados da Rede CAU que aconteceu na Zona Norte da cidade: uma visita técnica que poderia assegurar a uma horta comunitária sua certificação de produção orgânica, abrindo novos mercados para o pequeno excedente ali produzido. Afinal, uma vez certificados, esses produtos poderiam circular pelas feiras agroecológicas da cidade.

O processo de certificação orgânica é possível a partir da articulação com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), fundada em 1985, que tinha por objetivo criar arranjos de comercialização de produtos biológicos. Parte da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, a ABIO é uma das principais articuladoras – junto com as ONGs Essência Vital e ASPTA – do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), um circuito alternativo de comercialização de alimentos processados ou *in natura* que circulam por vinte feiras orgânicas que pontilham a cidade.

Para conseguir tal certificação é preciso participar do Sistema Participativo de Garantia (SPG-ABIO), um longo e rigoroso processo que afere a procedência orgânica dos alimentos que conta com a participação em rodas de conversa, a manutenção de um estricto plano de manejo e uma série de visitas de avaliação e verificação das propriedades.

Antes de tal visita, cada unidade produtiva deve preencher um extenso documento que contém dados sobre a situação da unidade, sua área cultivada e história, o tipo de produção que realiza, a topografia da região, as práticas de conservação do solo, a quantidade de pessoas que trabalham na área, as atividades desenvolvidas por vizinhos (e se usam ou não agrotóxicos), a origem da água utilizada no plantio e o destino do lixo – tanto orgânico quanto reciclável – produzido pela propriedade.

Com o documento preenchido, era esperar o técnico associado à ABIO, demais agricultores orgânicos associados que também participariam da visita de verificação, e andar os 300m² da horta para ver se o que estava contido no documento entregue estava em conformidade com o que se encontrava nos canteiros.

Às 16h todos se encontravam presentes, a visita pode começar. Logo no início dos trabalhos, no entanto, um jovem estudante de geografia, morador das proximidades e o principal envolvido no manejo diário daquela horta pediu a palavra: “Eu só queria pedir uma coisa... No documento tá falando ‘lixo’, e aqui a gente trabalha é com resíduos...”⁷⁰.

A sugestão do jovem agricultor urbano era certamente pertinente. Recentemente, uma Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Secretaria de Defesa Agropecuária (MAPA/SDA)⁷¹ havia requalificado regras e definições sobre fertilizantes orgânicos e biofertilizantes utilizados na agricultura. A normativa anterior⁷², datada de 2009, embora reconhecesse a possibilidade de utilização, na agricultura, de fertilizantes produzidos a partir da compostagem de resíduos orgânicos provenientes de domicílios – como cascas de frutas e legumes, borra de café, cascas de ovos, restos de alimentos, por exemplo –, os considerava como “composto de lixo”, ou seja: “produto obtido pela separação da parte orgânica dos resíduos sólidos domiciliares e sua compostagem, resultando em produto de utilização segura na agricultura” (BRASIL, 2009, p. 1).

⁷⁰ Anotação em diário de campo em agosto de 2022.

⁷¹ Instrução Normativa n.º 61, de 8 de julho de 2020.

⁷² Instrução Normativa SDA n.º 25, de 23 de julho de 2009.

Figura 7 – Parte do formulário de visita de avaliação, verificação e pares do sistema participativo de garantia da ABIO (em branco)

Proposta PMO DUACPPV ABIO v4

Destino do Lixo		Conf	NC	Nota 1 a 5	Evidências	Oportunidades de melhoria
Orgânico						
Não orgânico reciclável						
Outros não orgânicos						
Destino do Esgoto						
Fossa séptica	Outro	Sim ou Não		Descreva abaixo		
Uso do Fogo	Sim ou Não		Descreva abaixo			

Sempre que aparecer , escreva Sim ou Não

6

Fonte: Acervo pessoal. 2022

Ainda segundo a normativa antiga, de 2009, os fertilizantes orgânicos simples eram classificados segundo quatro estratos (de Classe A a D), sendo o fertilizante orgânico produzido a partir da compostagem “de lixo” domiciliar considerado de Classe C, quase o de menor valor. Segundo a nova normativa do MAPA/SDA, publicada em 08 de julho de 2020, uma revisão considerável foi feita, conferindo à compostagem doméstica como de Classe A, como consta no documento:

Parágrafo único. Podem ser utilizados como matéria-prima para a produção de fertilizante orgânico Classe “A”, os resíduos provenientes de serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, desde que estes serviços contemplem a segregação na fonte geradora e a coleta diferenciada de em resíduos em, no mínimo, três frações: resíduos orgânicos, resíduos recicláveis e rejeitos, evitando qualquer tipo de contaminação sanitária. (BRASIL, 2020, p. 18).

A distinção era fundamental, pois para a utilização de fertilizantes químicos de origem industrial é vedada a certificação da produção orgânica. No caso dessa pequena horta, a totalidade dos fertilizantes utilizados provinha das duas grandes composteiras de leira que eram periodicamente alimentadas por resíduos – e não

lixo – orgânicos sólidos de origem domiciliar e de matéria seca – como folhas, galhos triturados, podas e capim seco – coletados nos arredores da pequena horta.

Penso que o contraste entre o conhecimento explicitado oralmente pelo jovem agricultor e o rigoroso formulário escrito necessário à certificação é algo interessante. Por um lado, esse contraste demonstra a convivência de sistemas de conhecimento distintos, popular e científico, que realizam um diálogo comprometido com a transformação do mundo: no caso, de uma pequena horta da favela em um espaço de reconhecida produção vegetal orgânica. Por outro lado, indica a interiorização dos valores da agroecologia por um jovem, talvez uma das finalidades da Rede CAU, afinal, foi também através (mas não apenas) de uma corrente de *WhatsApp* que circulou em um dos grupos da Rede Carioca que ele tomou conhecimento dessas revisões quanto aos processos de produção de biofertilizantes e sua classificação.

A distinção entre “lixo” e “resíduo” pode parecer simplória, breve detalhe, caso a primazia das formas de conhecimento seja conferida à palavra escrita, via de acesso a tão importantes mercados alternativos capazes de promover a mudança social ambicionada pela transição agroecológica e conferir sustentabilidade ao movimento. Por outro lado, marcar a posição quanto ao sentido dos termos em muito revela a leitura de mundo dos agricultores urbanos do Rio de Janeiro: as palavras são fundamentais, revelam o sentido do mundo que se habita e devem ser levadas a sério, como diria González (2001).

Quanto ao desfecho desse embate, se a horta conseguiu sua certificação orgânica ou não, dele ainda não tenho conhecimento. Talvez seja interessante, portanto, perseguir os caminhos que conheço um pouco mais: o da iniciação à agroecologia a partir da compostagem.

4.2.2 Uma iniciação à agroecologia

Acompanhando as atividades dessa horta comunitária na Zona Norte, notei desde os primeiros momentos a importância conferida à compostagem dos resíduos domésticos. Ela produz o tão necessário fertilizante garantidor da produção da horta

a partir dos insumos locais como restos de alimentos e matéria seca. A prática da compostagem diminui consideravelmente a quantidade de resíduos que devem ser destinados à coleta, afinal, metade do “lixo” gerado no Brasil é de compostos orgânicos⁷³. Quando se fala em questões de saneamento no Rio de Janeiro, a compostagem pode ser uma grande aliada, afinal, o poder público não realiza a coleta de lixo nas ruas das comunidades e, quando o faz, é recolhendo caçambas que se localizam apenas nos pés dos morros, a quilômetros das casas dos moradores.

Certo dia, participando de uma das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural⁷⁴, uma liderança de outra favela da Zona Norte explicitou bem a necessidade de repensarmos a questão do lixo e dos resíduos na cidade, afinal, a maneira como o executivo municipal trata a questão da coleta de resíduos nas favelas é um fator de constrição da cidadania:

Ontem eu desci [a favela] com um saco de lixo... E eu fiquei quinze minutos com o saco de lixo na mão, até que eu cheguei quase no Centro da cidade com esse lixo. Se eu estivesse com um filho na mão e uma bolsa na outra... Esse lixo ia pra onde? Iria pra qualquer canto da rua...Então a gente tá falando que essa agricultura [agroecológica e urbana] mexe com toda a dinâmica da favela, né? Eu to falando do cocô do porco que pode virar gás... Estou falando do lixo que pode gerar composto... Eu tô falando de um apoio que a gente pode ter para a questão da reciclagem... Porque a agricultura urbana se dá de acordo com a dinâmica do local que você está. E a favela tem uma outra dinâmica, uma outra realidade... (Ana Santos. 2019)⁷⁵

Para a Juventude Agroecológica, a compostagem pode ser uma fonte de renda. Na verdade, é possível encontrar nas feiras agroecológicas da cidade pequenos sacos de 1kg ou 0,5kg com composto produzido por jovens das mais diversas organizações. Por todas essas questões, a prática da compostagem também pode ser um contribuinte no lento processo de iniciação à agroecologia.

Retornando à horta comunitária mantida pelo Verdejar Socioambiental na favela Sergio Silva, em outubro de 2020, acompanhei um dia de manejo que contou também com a manutenção das composteiras: eram duas, uma em “ciclagem” e a outra “ativa”, como me disseram. O processo do manejo consiste em abrir as

⁷³ RESÍDUOS orgânicos representam metade do lixo gerado no Brasil. **ReciclaSampa**, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/residuos-organicos-representam-metade-do-lixo-gerado-no-brasil>. Acesso em: 15 fev. 2023.

⁷⁴ Para mais informações, vide item 5.3.2 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

⁷⁵ Acervo pessoal.

composteiras e revirar seu conteúdo todas as semanas. Nessas ocasiões, era possível também adicionar mais matéria orgânica à leira ativa, que deveria receber o dobro de matéria seca (galhos, folhas e serragem), e, finalmente, ser fechada de modo a impedir o acesso de animais (como gambás, lagartos ou porcos) aos resíduos. A composteira em ciclagem também era aberta e revirada, embora não fosse permitido inserir nela mais matéria orgânica: após 40 dias, essa composteira reduz seu volume em pelo menos dois terços, tendo transformado todos os resíduos nela depositados em um maravilhoso biofertilizante orgânico.

Ao abrirem a composteira para depositar uma nova leva de resíduos trazidos em baldes, me falaram:

Então, isso da compostagem é bom porque também você passa a prestar mais atenção no que você está comendo... Você vê que esta semana você comeu mais ou menos vegetais... E aqui a gente faz educação ambiental com ela...(Edson Gomes)⁷⁶

Quem me conduzia nessa atividade era o mesmo jovem que, dois anos depois, viria alertar aos técnicos sobre o equívoco quanto ao formulário de certificação, que tratava o “resíduo” pelo nome de “lixo”. Me contou que há muitos anos o pessoal do Verdejar mantinha composteiras e que, desde que ele assumira a responsabilidade de cuidar delas, passou a envolver mais moradores da comunidade nessa atividade.

Uma vez que o ponto de coleta de resíduos mantido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro fica no pé do morro – isto é, a mais de 1.300 metros de distância de algumas casas –, diminuir a quantidade de “lixo” produzida pelos moradores era, também, descer o morro menos vezes ou com um peso menor.

Desde o início daquele ano, ele e os demais “verdejantes”, como por vezes se reconhecem, haviam distribuído uma série de baldes de plástico para moradores da comunidade. Acompanhados de um pequeno guia colado aos baldes – no qual se explicava o que podia e o que não podia ser depositado nos baldes, afinal, cascas de limão, carne, líquidos, temperos fortes e fezes de animais pedem um processo de ciclagem mais elaborado –, eles haviam passado por dez casas dos arredores realizando seu trabalho de educação ambiental. Explicavam o que era a

⁷⁶ Em conversa com o autor em 23 de outubro de 2020.

compostagem, qual seria a destinação dos resíduos, deixavam o balde e retornavam todas as semanas ao menos uma vez para recolher aquele incômodo “lixo” a ser transformado em adubo.

Esse procedimento, muito trabalhoso e que nem sempre contava com uma adesão muito alegre por parte dos demais moradores da comunidade, era minuciosamente anotado em um caderno mantido pelo jovem Lucas. Manter esse tipo de registro é fundamental, afinal, a procedência orgânica dos fertilizantes utilizados nos espaços produtivos é um dos condicionantes para que qualquer área cultivada possa receber um certificado de produção orgânica.

Conversando com ele sobre esse trabalho de educação ambiental tão importante, ele me disse que muitas pessoas que haviam recebido os baldes tinham abandonado o processo. Os baldes, inicialmente utilizados para armazenar os restos de alimentos, tinham sido convertidos em baldes para a limpeza da casa, em vasos ou, até mesmo, reciclados ou jogados fora. A ideia também era que as pessoas se sensibilizassem e fossem, sozinhas e sem que ele precisasse lembrá-las, à horta depositar os resíduos na composteira. Passamos em apenas três casas naquele dia e, com a ajuda de uma rudimentar balança, ele tirou a medida: quase 10kg de resíduos orgânicos foram depositados na composteira naquele dia. Com o dobro de volume de folhas secas e galhos, aquela pilha de matéria orgânica cresceu bastante de tamanho.

Nesse dia o jovem Lucas tinha esquecido em casa o seu pequeno caderno de anotações sobre o manejo da composteira. Sugeriu que tirássemos algumas fotografias do processo, e eu o ajudaria a escrever um pequeno post nas redes sociais do Verdejar Socioambiental – conteúdo que também pode ser anexado aos processos de certificação da produção orgânica dos associados ao SPG-Abio.

Figura 8– Postagem na rede social Facebook⁷⁷

Verdejar Socioambiental · 23 Jan 2021 · 🌍

Saudações Verdejantes!

Não pode aglomerar: mas pode compostar!

Hoje fizemos uma oficina de compostagem doméstica/comunitária 100% online! Faz parte das atividades para a implementação do PARQUINHO VERDE, em Realengo, com a liderança dos nossos parceiros do [Lata Doida](#) !

O jovem Lucas recapitulou sua experiência de intercâmbio com o pessoal da Revolução dos Baldinhos, explicou como funciona a compostagem que realizamos aqui na Serra da Misericórdia e mostrou como realizar o manejo de uma composteira convencional.

Já o Edson ensinou a construir um modelo de composteira doméstica para ficar dentro de casa! Sem sujeira, sem mal cheiro, sem poluição!

Compostar nos reconecta com a Natureza. Faz com que prestemos mais atenção à alimentação. Diminui a quantidade de gases estufa e lixo produzidos!

Vem Verdejar com a gente!

Vem Verdejar com a gente!
Viva o Parquinho Verde!

See insights and ads Boost post

👍❤️ 28 4 comments 8 shares

👍 Like 💬 Comment ➦ Share

Fonte: Verdejar Socioambiental. 2019

Acontece que não é apenas o jovem Lucas, do Verdejar Socioambiental, quem pratica assiduamente a compostagem: ela é uma atividade de iniciação a toda a juventude Agroecológica da Rede CAU.

Não muito longe dali, no complexo de favelas da Penha, outro jovem agricultor urbano também é o encarregado do processo de compostagem de resíduos orgânicos provenientes dos restos de alimentos de uma escola ou da cantina de um equipamento cultural mantido pelo executivo municipal. O trabalho é cansativo, exigindo a disciplina de recolher os resíduos periodicamente, manejar as composteiras de uma a duas vezes na semana e, por fim, recolher o chorume utilizado como biofertilizante, peneirar e ensacar o composto. Apenas após esse longo trabalho se adquire o adubo a ser utilizado nas hortas da região ou vendido em feiras agroecológicas.

Em Pedra de Guaratiba, na Zona Oeste, algo muito parecido acontece. Lá, encontrei várias composteiras feitas com uma estrutura de tela galvanizada de 4m

⁷⁷ VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL (Brasil). **Verdejar Socioambiental**. Rio de Janeiro, 23 jan. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/VerdejarSocioambiental>. Acesso em: 10 fev. 2023.

de altura por 1,5m de largura, com um formato circular e um “furo” no meio. Esse *design* diferenciado permite maior circulação de oxigênio dentro da composteira, diminuindo a necessidade de manejo e aumentando a velocidade da maturação dos resíduos. Dispostas à sombra por boa parte do imenso jardim da Fundação Angélica Goulart, essas práticas produziram, desde 2015, mais de 20.000kg de composto orgânico⁷⁸. Embora grande parte dessa produção seja destinada à adubação das hortas mantidas ou apoiadas pela própria FAG para presentear amigos e parceiros – eventualmente, até mesmo, comercializados em pequenos sacos que vão de 300g a 1kg, como já encontrei na Feira Agroecológica de Campo Grande, onde à Juventude Agroecológica foi oferecida uma barraca para comercialização de produtos.

As composteiras são aliadas necessárias às atividades de agricultura urbana que vicejam na cidade do Rio de Janeiro. Estão dispersas por toda a mancha urbana, seja nos jardins da Fundação Angélica Goulart, nos quintais de Jacarepaguá, nas hortas comunitárias existentes na Associação de Moradores de Vargem Grande e até mesmo nos quintais das casas da Zona Oeste. Podem ser encontradas à sombra de uma pitangueira na comunidade Sérgio Silva (bairro Engenho da Rainha), como que “escondidas” atrás da Arena Carioca Dicró (na Penha), ou até mesmo no cantinho de uma escadaria que sobe as vielas do Complexo do Alemão, na Zona Norte. Até mesmo em apartamentos, em todas as áreas de planejamento, pequenas composteiras domésticas marcam as atividades daqueles que participam do movimento agroecológico que pulsa pela Rede CAU⁷⁹.

Manter uma composteira ativa, vale dizer, é manter vivo um processo social que tem como tema de importância um elemento não humano: o “lixo” doméstico, que muito sabiamente os agricultores urbanos da Rede CAU sabem chamar por outro nome, “resíduo”, talvez mais revelador do sentido das ações da agricultura urbana.

Um dos grandes nomes que chama a nossa atenção para a necessidade de incluirmos a presença dos não humanos nos estudos do social é o antropólogo Bruno Latour (2012). Em sua obra, ele sugere que os estudos das associações deveriam estar atentos a uma série de incertezas sobre os constituintes do social,

⁷⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/FundacaoAngelicaGoulart/photos/413j8777869506916> Acesso em: 31 ago. 2022.

⁷⁹ Vale lembrar que um dos conteúdos populares que agitaram a realização do III EEASC é, justamente, um vídeo onde um engenheiro agrônomo explica como realiza a compostagem na sacada de seu apartamento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=53bls-tlIDo>. Acesso em: 15 fev. 2023.

isto é, sugere uma nova abordagem para as questões que se referem à formação de grupos, às ações sociais, aos papéis dos objetos e à natureza dos fatos – todos envolvidos em controvérsias que é preciso rastrear ou “seguir de perto” para compreender a dinâmica. Ele comenta que o número de “atores sociais” deve ser aumentado: os não humanos também participam, configuram, condicionam o curso das ações sociais.

Ele escreve que “[...] a ação social não apenas é assumida por estranhos como se transfere ou é delegada a diferentes tipos de atores capazes de levá-la adiante graças outros modos de agir, a outros tipos de forças” (LATOUR, 2012, p. 107).

Para manter uma composteira produtiva, por exemplo, não é preciso apenas recolher resíduos orgânicos e matéria seca, afinal, há também a questão da montagem dessa pilha de material orgânico – que pode ser escorada com pallets recolhidos de pontos de reciclagem, de tela galvanizada comprada no comércio próximo, ou apenas “empilhada”, sem escoras, sobre a terra. Uma vez por semana, no máximo duas, é preciso abrir a composteira com o uso da enxada, adicionar novos resíduos e matéria seca, revirar parte de seu material, sendo que por vezes também se molha toda a pilha para acelerar o processo. Quanto ao material seco, composto de folhas, galhos triturados e eventualmente serragem, esse também tem que ser recolhido com a ajuda de ancinhos, ou com trituradores de galhos e folhas, por exemplo, quem sabe mesmo com a ajuda do facão.

De modo que não apenas os conhecimentos teóricos sobre o processo de compostagem, mas todo um saber relativo ao corpo e ao uso de uma série de ferramentas – ou seja, de técnicas do corpo (MAUSS, 2017) – deve ser acionado nesse processo. Segundo o antropólogo, “[...] entendo por essa expressão (técnicas do corpo) as maneiras como os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (MAUSS, 2017, p. 421).

Ele comenta sobre as maneiras que temos de utilizar-nos de nossos corpos, as quais são adquiríveis por meio da observação, da imitação e da assimilação com os outros, os quais consideramos mais conhecedores de tais modos de fazer. Comenta ser o processo de sociabilidade que envolve o aprendizado das técnicas do corpo elemento central para o estudo socioantropológico, afinal, “[...] é precisamente nessa noção de prestígio da pessoa que faz o ato ordenado,

autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador, que se verifica todo o elemento social” (MAUSS, 2017, p. 425).

Ensinar as técnicas uns para os outros. Sair de casa. Separar e coletar os resíduos. Pesar e anotar. Depositar na composteira e cobrir com matéria seca. Isso tudo além de conversar com os vizinhos ou outros grupos que também praticam a compostagem. Essas práticas sociais só são possíveis devido ao compromisso que se tem com o não humano: o futuro fertilizante orgânico, o composto a ser utilizado para a produção de alimentos, doado a parceiros como um presente ou comercializado em feiras agroecológicas da cidade.

Conversando com um dos mais entusiasmados composteiros que compõem a Rede CAU, perguntei se essas impressões que eu tinha, sobre o compromisso que se tece com a terra pelo processo de compostagem, também se verificavam segundo a experiência dele. Ele me respondeu positivamente, complementando:

E não só com o mundo, com o meio-ambiente, mas com você mesmo. Porque fazer compostagem não é você ter uma composteira no seu quintal eu vou lá visitar ela de vez em quando... fazer compostagem é um compromisso... E não é pensar que você não vai ter trabalho. Compostagem dá trabalho, sim. Mas você tem que gostar. É um trabalho gostoso porque você vai ver um produto ali, você vai ver vida... agora, se você tem esse grupo que faz compostagem... Você pode fazer um processo diferenciado... um dia eu vou, outro dia vai um colega... E cada um vai trazer uma experiência. E fazendo o sistema de compostagem você mobiliza pessoas, faz encontros, você troca, você consegue trocar tantas ideias diferentes... Que você vê como os outros estão fazendo e você não tinha pensando... (Paulo Monteiro, 2022, informação verbal)⁸⁰.

Praticante da compostagem há mais de vinte anos, ele coordena na atualidade um projeto na Fundação Angélica Goulart, no bairro de Pedra de Guaratiba, Zona Oeste da cidade. Lá, 90% dos resíduos produzidos nas atividades cotidianas da fundação são convertidos em composto, gerando economia considerável de recursos, produzindo biofertilizante de primeiríssima qualidade e gerando uma série de processos de sociabilidade e de dádiva que envolvem os fazeres da agroecologia.

Para Marcel Mauss, a dádiva diz respeito a formas arcaicas de contrato: é preciso receber (caso contrário, pode haver ofensa), mas também passar adiante e retribuir – preferencialmente após algum tempo e sempre que possível com certo valor maior do que aquele recebido. Ainda segundo Mauss, “[...] trata-se, no fundo,

⁸⁰ Em entrevista ao autor em 02 de setembro de 2022.

de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (MAUSS, 2017, p. 221).

Sempre que recebem visitantes ou que vão a encontros produzidos por outros grupos da Rede CAU, “o pessoal da Fundação” – como às vezes são chamados aqueles que participam das atividades da FAG – tem por costume levar pequenos saquinhos com o composto produzido em suas atividades. Dados de presente, esses singelos itens fortalecem os vínculos entre os composteiros de Pedra de Guaratiba e outros agricultores urbanos da cidade. Esses pequenos saquinhos de biofertilizante também carregam toda uma visão de mundo tecida com uma lenta, repetitiva, paciente e respeitosa relação com a terra – uma sensibilidade tecida pela agroecologia.

Como conta esse composteiro:

Quem não faz compostagem vai sempre tratar o resíduo como lixo. E uma coisa que a gente faz muito com as crianças e adolescentes, e é muito legal, nas nossas metodologias, é a gente tratar o material com respeito. Porque é um material tão rico que a gente cada vez mais aprende com ele. E uma coisa muito simples, que a gente sempre fala, é que é uma palavra muito pequena, mas que tem um significado grande. "Lixo", são quatro letras só. Ela dá uma destruição tão grande, de um material que você não vai aproveitar mais, para "resíduo", que é uma palavra maior, que tem um significado muito maior, de uma coletividade na qual você vai conseguir tratar isso... (Paulo Monteiro, 2022, informação verbal)⁸¹.

Chamo atenção para o fato de que o compromissado trabalho com o processo de compostagem – isto é, com a terra –, como disse meu interlocutor, é *capaz de nos ensinar coisas*, faculdade (a de ensinar) que geralmente creditamos inteiramente a outros humanos, raramente aos não humanos, como parece ser o caso da terra em processo relacional de compostagem.

Embora possamos creditar à capacidade de nossa imaginação criadora a possibilidade de nos dizer e ensinar coisas a partir do detido trabalho com as matérias elementais, como mencionou um filósofo (BACHELARD, 2008), acredito que a reverência e o respeito à terra e ao “material”, isto é, aos resíduos, também podem ser rastreados até a valorização do pensamento dos povos originários de nosso país, importante constituinte da diversidade de saberes que compõem a agroecologia.

⁸¹ Em entrevista ao autor em 02 de setembro de 2022.

Em uma breve e profunda conferência, na qual fala do sonho e da terra, o intelectual e ativista indígena Ailton Krenak (2020) faz uma severa crítica à busca por uma falsa sustentabilidade que não leve em consideração os conhecimentos dos povos tradicionais do Brasil.

Segundo suas palavras:

[...] a ideia de nós, seres humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para o mundo (KRENAK, 2020, p. 23).

É preciso, portanto, habitar uma cosmovisão que leve em consideração o conhecimento dos povos originários, a qual pode ser atingida com um alargamento e comunicação da subjetividade dos povos originários quanto à participação dos não humanos em nossa dinâmica social. Krenak menciona o exemplo do Rio Doce, enorme bacia hidrográfica que corta os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que recentemente foi vítima terrível do maior crime ambiental da história brasileira recente⁸², para eles um parente querido; também discorre sobre a serra Takukrak, localizada na margem oposta à de sua aldeia: essa montanha tem personalidade e é capaz de ensinar coisas e sugerir estados de espírito ao seu povo. Ele comenta:

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio e das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos (KRENAK, 2020, p. 50).

Em um estudo já antigo, o qual tomo a liberdade de resgatar, um antropólogo faz precioso comentário sobre “o pensamento aborígine sobre o mundo e seu destino” e seu contraste com as formas de enxergar o mundo do homem ocidental (BRANDÃO, 1994). O antropólogo, ao comentar a maneira que o Ocidente encara a personalidade dos não humanos, afirma que

⁸² Vide OLIVEIRA, Noelle. Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 15 maio 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>. Acesso em: 15 fev. 2023.

O que nos escapa é a possibilidade de imaginar o relacionamento humano com o mundo como algo passado entre duas categorias diversas, mas convergentes e comunicáveis, entre duas dimensões de subjetividade colocadas em relação. Pensando como conjunção o que nós pensamos a partir de uma inevitável disjunção, os índios movem-se em um imaginário regido de parte a parte por uma ou por inúmeras formas de trocas, de reciprocidades. Isso porque, social e dotado de sentido, de um lado (o humano) e de outro (natural), tudo o que se passa entre os humanos e os outros seres do seu mundo são trocas, porque são relacionamentos entre sujeitos, de um lado e de outro. De um lado e do outro de um sistema que só podemos compreender se nos contrapormos, sujeitos, a tudo o mais, objetos (BRANDÃO, 1994, p. 20-21).

O antropólogo complementa, ao afirmar que

[...] a terra e os seus elementos não são uma coisa, mas um dom; tudo o que existe e é dado ao homem estabelece uma obrigação de uma reciprocidade que dissolve a dualidade entre a natureza e a sociedade e que se atualiza continuamente por meio de trocas de parte a parte (BRANDÃO, 1994, p. 26).

Alimentar as composteiras, sempre com a devida reverência aos resíduos. Promover sociabilidades necessárias ao dom da terra. Valorizar subjetividades envoltas nas diversas formas de viver essa relação com a matéria elementar. Possibilitar mudanças sociais a partir da compostagem. Promover a economia solidária e o resgate do pensamento originário. Talvez sejam esses alguns exemplos de como a agroecologia realiza o diálogo entre diversos sistemas de saber que têm, também nos não humanos, um aliado poderoso.

4.3 Culinaristas e processadoras

As atividades da cozinha, tecidas no íntimo do ambiente doméstico, foram historicamente preteridas no estudo sobre as formas de ação política e de disputa simbólica. Com a emergência do campo de estudos do cotidiano, no entanto, as práticas rotineiras, banais e fugidias que envolvem os hábitos alimentares passaram a encarnar novo viço, uma vez que as possibilidades de escolha dos alimentos com os quais se nutrir têm sido observadas como métrica da liberdade em nossas pequenas escolhas do dia a dia, um direito à diversidade cultural (POULAIN, 2004).

Nesse tópico, descrevo como receitas tradicionais, receitas inovadoras e a escrita de receitas têm contribuído para o “resgate agrícola” da cidade e para a promoção da agroecologia nas atividades da Rede Carioca de Agricultura Urbana.

4.3.1 Receitas tradicionais

No mês de setembro de 2019, alguns dos *podcasts* desenvolvidos com a Juventude Agroecológica começavam a circular pelos grupos de *WhatsApp* da Rede CAU. Foi quando a Juventude Agroecológica recebeu um convite por parte de um grupo da Zona Oeste: que fôssemos realizar uma atividade prática, em formato de oficina, com os jovens “das vargens” (bairros de Vargem Grande e Vargem Pequena), que também queriam participar do processo de comunicação popular desenvolvido com demais grupos que compunham Juventude Agroecológica da cidade.

Havia um motivo todo especial para esse desejo de participação: há muitos anos esse grupo e muitos outros vinham debatendo criticamente sobre o modelo de urbanização imposto à região das vargens, processo acelerado com os megaempreendimentos que a cidade do Rio de Janeiro conheceu no passado recente.

Embora a história da ocupação e ordenamento desse espaço da cidade remeta a épocas de colônia, com a presença de engenhos de cana de açúcar (FRIEDMAN, 1999), o processo que pude acompanhar mesmo que de maneira superficial tem marco significativo no ano de 2009, quando foi instituída a Lei Complementar n.º 104/2009⁸³, a qual formulava o Projeto de Estruturação Urbana para uma área que representa aproximadamente 24% da superfície da cidade⁸⁴.

Legislando sobretudo sobre o uso do solo da cidade – para fins de preservação ambiental, atividade agrícola, novas edificações de uso residencial ou comercial, atividades industriais, implementação de infraestrutura viária,

⁸³ BRASIL. **Lei complementar nº 104, de 27 de novembro 2009**. Institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande [...]. Brasília, DF: [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento], 2009. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/afddee576933dbfc032577220075c7d6?OpenDocument>. Acesso em: 12 set. 2022.

⁸⁴ RIO PREFEITURA. Gerência de Planejamento Local. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91237/4160618/PEU_VARGENS_AUDIENCIA.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

regulamentação de loteamentos irregulares, efetivação de projetos de saneamento e estímulo a atividades conservacionistas –, esse documento de 2009 dialoga com outras estruturas instituídas pelo poder público.

Amparada inicialmente na Lei Complementar n.º 16/1992⁸⁵ e posteriormente na Lei Complementar n.º 111*/2011⁸⁶, legisla sobre os Planos Diretores da cidade do Rio de Janeiro e visa garantir a participação de cidadãos no desenho do planejamento das cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes. Embora tivessem sua participação garantida pela lei, é importante lembrar que o avanço, no campo dos direitos, é passível de contraditórios e retrocessos os mais diversos.

Tal Plano de Estruturação Urbana das Vargens, de 2009, sofreu grandes modificações alguns anos depois, quando se institui o Projeto de Lei Complementar n.º 140/2015⁸⁷, estabelecendo um novo marco à urbanização dessa região da cidade para os próximos 35 anos, contando não apenas com a grande entrada de capitais privados, mas também com a regulamentação de formas de controle social dessa operação, segundo as melhores práticas de governança exercidas internacionalmente: foi instituído um conselho consultivo composto por nove membros da sociedade civil⁸⁸, aos quais caberia subsidiar e orientar a implementação do PEU das Vargens.

Uma vez que a construção de espaços de escuta institucional, imperativo de práticas de governança, como o instituído pelo PLC n.º 140/2015, nem sempre abarca a pluralidade de vozes sociais necessárias à desenvolver iniciativas de mudança social de viés participativo, é compreensível que diversos atores sociais das vargens tenham se organizado e reivindicado, isto é, comunicado o seu desejo

⁸⁵ BRASIL. **Lei complementar n.º 111, de 1º de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Brasília, DF: [Presidência da República], 2011. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/758414dfee085d47032577220075c7e4?OpenDocument>. Acesso em: 12 set. 2022.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ RIO DE JANEIRO. **Projeto de lei complementar nº 140/2015**. Institui a operação urbana consorciada da região das Vargens e o Plano de Estruturação Urbana de Vargens, define normas de aplicação de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: [Câmara Municipal do Rio de Janeiro], 2015. Disponível em <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/05ae12650ed2e9c283257f150053fd3e?OpenDocument>. Acesso em: 12 set. 2022.

⁸⁸ A saber: cinco representantes do executivo municipal; um de órgão ambiental estadual responsável pela gestão do Parque Estadual da Pedra Branca; três representantes da sociedade civil, escolhidos pelos demais membros do conselho.

de direito à cidade em outros espaços nos quais, sobretudo, promoviam a produção coletiva de conhecimento.

Nesse sentido, outro espaço, dialógico e contestatório, se formou: o Plano Popular das Vargens, voltado à construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento para essa região da cidade. Em suas atividades, denunciavam remoções, privatizações do espaço público, a drenagem que viria a modificar paisagem e modos de vida, a ocupação de encostas por empreendimentos imobiliários e muitas outras pautas⁸⁹.

A atividade para a qual me convidaram era uma mínima fração desse enorme processo de comunicação para a mudança social, com evidente ênfase na construção da cidadania. Se tratava de uma pequena oficina promovida com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ) e da ONG AS-PTA, na qual todas essas questões seriam tratadas por uma atividade absolutamente banal, cotidiana, corriqueira e aparentemente desimportante: fazer um almoço⁹⁰.

Em um estudo clássico, o historiador Máximo Montanari (2004) nos chama atenção para os estudos da alimentação enquanto um componente cultural fundamental para as sociedades humanas. Muito mais do que simplesmente nutrir os corpos, a comida deve ser entendida como um vetor cultural, ou seja, como “[...] um elemento decisivo da identidade humana e como um dos instrumentos mais eficazes para comunicá-la” (MONTANARI, 2004, p. 10, tradução nossa).

Estudar a comida como cultura passa por uma grande quantidade de processos, levando em consideração a produção dos ingredientes, os modos de preparo do alimento e, por fim, as maneiras de consumi-los. Essas etapas que concernem o estudo dos hábitos alimentares também envolvem processos de tradição e inovação, os jogos com o tempo e o espaço, processos de produção e transmissão de conhecimentos, sociabilidades as mais diversas, o cultivo do gosto (individual e coletivo) e a tessitura de identidades.

Sobre esses elementos, o autor discorre:

⁸⁹ Vide ARTICULAÇÃO PLANO POPULAR DAS VARGENS. Rio de Janeiro. Disponível em: https://web.facebook.com/planopopulardasvargens/about/?ref=page_internal. Acesso em: 12 set. 2022.

⁹⁰ Atividade que fez parte do Projeto Convergências, um desdobramento das atividades do Plano Popular das Vargens.

O que chamamos de cultura se encontra no ponto de intersecção entre a tradição e a inovação. É tradição quando está constituída por conhecimentos, técnicas e valores que nos foram transmitidos. É inovação quando esses conhecimentos, técnicas e valores modificam a posição das pessoas no contexto ambiental e lhe dão a capacidade de experimentar novas realidades. Poderíamos definir a tradição como uma inovação bem-sucedida (MONTANARI, 2004, p. 15, tradução nossa).

Voltando ao dia 28 de setembro de 2019, pude acompanhar uma oficina de culinária com duas etapas: numa primeira se fazia uma receita tradicionalmente quilombola; na segunda parte, uma inovação seria proposta a partir dos alimentos de origem local produzidos nos bairros das Vargens. Antes, no entanto, uma pequena roda de conversa foi formada entre culinharistas, oficineiros e as juventudes das Vargens para que a gente conversasse um pouco sobre a dinâmica daquele dia.

Dispostos em um círculo, conversamos sobre o local onde estávamos, a Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande, as fortalezas e desafios daquele território, as denúncias que os movimentos sociais faziam do tão autoritário PEU das Vargens, bem como outras atividades que tentavam disputar o Plano Diretor Urbano da cidade do Rio de Janeiro. A certa altura da conversa, uma das oficineiras apresentou parte das atividades do dia:

A minha parte na oficina é trazer a culinária quilombola, que é um trabalho que a gente não começa agora... A gente vem resgatando a nossa identidade e trazendo ela para a nossa juventude, a nossa cultura e a nossa culinária. Um pouco de dança e música também. A gente tem essa preocupação de realizar um resgate cultural... E hoje eu vou fazer, então, um mamão, mamão verde com carne seca... É um prato quilombola que minha avó fazia, né? A gente trouxe duas opções: com carne seca e sem carne seca... Porque no quilombo nem sempre tinha carne. Então a minha avó ensinou a gente a fazer esse refogado. Trouxemos um pouco também para os jovens entenderem que a cozinha também é uma trincheira de luta, e que saber cozinhar é também uma defesa natural tanto para meninos e meninas... A cozinha não tem preconceito, é isso! Então hoje teremos um mamão verde com carne seca, um arrozinho, uma salada... (Maraci, 2019, informação verbal)⁹¹.

Logo nos levantamos e, sobre uma grande mesa disposta na associação de moradores, a oficineira depositou os ingredientes: um pedaço de carne seca, alho, louro, coentro, salsa, cebolinha, limão, tomate, mamão verde, couve, almeirão e arroz.

Um grande mamão formosa, trazido do seu quintal, foi a estrela do prato. Com o auxílio de uma simples faca de serrinha, ele foi lavado, descascado e picado,

⁹¹ Em entrevista ao autor em 28 de setembro de 2019.

uma série de procedimentos banais, verdadeiras técnicas do corpo (MAUSS, 2017) que, enquanto executados, se faziam acompanhar de uma didática explicação sobre as técnicas que envolvem tal preparo – é bom juntar as cascas para a compostagem; o mamão se descasca primeiro e depois se corta longitudinalmente para a retirada das sementes, só depois disso ele é picado em grandes pedaços para que não desmanche com o cozimento.

Na sequência, um pedaço de carne seca foi cortado em pequenas tiras, igualmente para a cebola, o alho e os tomates e as ervas aromáticas que dariam um sabor todo especial ao prato. Uma pequena pausa foi feita para ressaltar a importância de dois dos ingredientes presentes, segundo a culinária, ambos de primeira importância para a culinária quilombola: o alho e o limão.

Ao alho foi atribuída a possibilidade de ser cultivado em qualquer pequeno lote de terra, quintal ou até mesmo em um vaso pendurado em janela banhada pelo sol. Suas propriedades aromáticas também o faziam imprescindível. Quanto ao limão, algo semelhante acontece: ele é utilizado em substituição ao vinagre, ingrediente de origem europeia de difícil produção e, a depender do tipo, de onerosa aquisição em mercados; o limão, em contraposição, sempre esteve presente nos quintais, conferindo as mesmas propriedades em sabor que o vinagre. Ambos, portanto, apontavam para um caminho de autonomia e soberania alimentar, algo tecido com a criatividade do movimento quilombola ao longo dos séculos.

Sobre o grande fogão industrial que existe nos fundos da AMAVAG, um imenso tacho de metal foi colocado. Com um fio de óleo, a carne seca foi logo refogada com cebola e alho. Enquanto a carne fritava, o mamão verde foi picado – com alguma pressa: não se tratava de uma culinária de *mise en place*, de *chef*, como dizia a culinária. Era uma comida do dia a dia, que se misturava com suas memórias afetivas, com as histórias de família e com as tradições do quilombo. Havia toda uma experiência, um saber que se comunicava durante a preparação do prato: do ponto da carne, dos processos, do cálculo do tempo necessário à cocção de cada um dos ingredientes de acordo com sua entrada no tacho – e do momento preciso, quase ao final da preparação de se adicionar as ervas aromáticas e o sumo do limão, que dariam os aromas todo especiais àquela comida.

Enquanto o prato principal era feito, outra panela, menor, foi ao fogo: em óleo e alho logo se refogou o arroz e o dobro da sua medida em água quente foi acrescentada, com uma pequena colher de sal: tudo pronto! Agora era esperar

cozinhar e secar – com atenção ao barulho que o arroz faz, crepitando na panela –, abafar um pouco e o almoço estaria pronto.

Para finalizar o prato, folhas de couve e almeirão, colhidas na horta da Associação, foram lavadas e picadas. O sumo de outra metade do limão (é preciso saber administrar os ingredientes) faria o tempero dessa deliciosa salada. Dois pequenos tomates também foram reservados para essa porção do almoço, dando um colorido especial para o prato.

Figura 9 – O resultado de uma oficina de culinária quilombola



Fonte: Juventude Agroecológica da Rede CAU. 2019

Essa pequena oficina, verdadeiro “resgate cultural”, como mencionou a culinária, era um espaço precioso de produção e difusão dos conhecimentos sobre a cozinha tradicional da região das Vargens, trabalhava uma série de saberes necessários ao ato de cozinhar, como a inteligência programadora – que conhece e administra o tempo para inserir pouco a pouco os ingredientes –, uma receptividade sensorial – capaz de ler as etapas e processos que envolvem o processo de cozimento – e uma série de engenhosidades, soluções criativas para as pequenas atividades que envolvem a cozinha – afinal, duas das bocas do antigo fogão

industrial da associação não funcionavam aquele dia, o que fez do processo de cozimento mais lento.

Forma de arte, espaço de exercício para a criatividade cotidiana,

[...] cozinhar envolve um volume complexo de circunstâncias e de dados objetivos, onde se confrontam necessidades e liberdades, uma confusa mistura que muda constantemente e através da qual se inventam as táticas, se projetam trajetórias, se individualizam maneiras de fazer (CERTEAU, 2013, p. 270).

Entendendo o cotidiano como um tipo de resistência ativa, na qual a criatividade popular é capaz de se reinventar e se defender de diversos tipos de opressão, como são as investidas da industrialização dos hábitos alimentares, em voga desde meados do século XX, nos faz mais atentos à cozinha, “uma trincheira de luta”, como narrava aquela culinária.

A oficina de culinária quilombola oferecida aos jovens dos territórios das vargens era um espaço precioso para a produção do conhecimento coletivo que concerne saberes culinários que circulam pela Rede CAU. Não se tratava apenas de uma valorização dos produtos locais cultivados no território, mas também a uma ecologia dos gestos e pequenos conhecimentos associados a esses bens, salvaguardando-os do esquecimento.

Ao final da atividade, nos colocamos novamente em roda – desta vez, ao redor de uma mesa – para poder provar o picadinho de carne seca com mamão verde. Durante essa prática comensal, perguntaram aos jovens se eles haviam gostado da atividade, se a comida estava gostosa e se pretendiam replicar o prato em casa – ao que responderam em um “sim!” entusiasmado. Ao final, a culinária fez um comentário importante:

Eu queria falar só um pouco da agroecologia... Ela é um modo de vida indígena e quilombola. Ela não é algo que nasceu hoje e nem é o que está em alguns livros... Ela é um modo de vida que tem essa ligação direta com a terra, com a Natureza e com tudo isso. Porque os índios e os negros foram os primeiros a comerem raízes e outras plantas que estão aí na culinária brasileira até hoje... Entre tantas outras coisas... É importante que vocês levem isso para casa e para o pensamento... Toda vez que vocês ouvirem falar de agroecologia saber que ela não é uma coisa que nasce agora... É uma coisa que nasce com a gente e está aqui e agora. É uma preocupação da vida como um todo... (Maraci, 2022, informação verbal)⁹².

⁹² Em entrevista ao autor em 28 de setembro de 2022.

Os espaços de sociabilidade tecidos no íntimo espaço da cozinha, marcados pela oralidade e pelos processos pedagógicos que envolvem as técnicas do corpo através da demonstração do saber, do aprender e do dizer como fazer são de fundamental importância para a perpetuação dos conhecimentos populares.

Manter vivos os gestos como o de saber escolher uma fruta “deves” e própria para o preparo de receitas tradicionais, os conhecimentos sobre como manusear tal alimento, como prepará-lo, como combinar esse insumo com demais itens que produzirão uma comida agradável, cheia de história e identidade, afinal, “[...] comer serve não só para manter a máquina biológica do nosso corpo, mas também para concretizar um dos modos de relação entre as pessoas e o mundo, desenhando assim uma de suas referências fundamentais no espaço-tempo” (CERTEAU, 2013, p. 250).

Embora muitas receitas como essa circulem oralmente pela Rede CAU, uma nova iniciativa, que pude acompanhar em 2018, tem tomado forma no movimento agroecológico da cidade do Rio de Janeiro: a elaboração de alguns livros de receitas com as culinárias da cidade.

4.3.2 Receitas inovadoras

Um ano antes, em 2018, eu tinha acompanhado outra dessas oficinas de culinária, a qual se baseava também na demonstração das técnicas e na oralidade enquanto formas de comunicação de saberes sobre a comida. Ocorrida em abril de 2018, esse espaço de comunicação era bastante diferente: acontecia em meio a um mutirão e, ao invés de ensinar uma receita tradicional, apostava na inovação.

Entre os meses de março e junho, os caquizeiros da Zona Oeste da cidade abundam em frutos que devem ser rapidamente colhidos. Desde 2011, diversos movimentos sociais da cidade do Rio de Janeiro vêm ao auxílio dos pequenos agricultores do caqui que pontilham o maciço do Parque Estadual da Pedra Branca: é preciso ajudar a colher, escoar, comercializar, processar e consumir essa fruta, verdadeira dádiva da natureza, antes que ela venha a se perder, “fazendo lama” nas pequenas propriedades rurais devido à falta de políticas públicas capazes de absorver a produção local dessas frutas.

Inicialmente desenvolvido pela Rede Ecológica – um movimento social em rede voltado à manutenção de mercados alternativos e de proximidade, garantindo acesso a alimentos de origem local e procedência orgânica, fortalecendo o vínculo entre agricultores e consumidores⁹³ –, o chamado Tira-Caqui, realizado no feriado nacional de Tiradentes (celebrado em 21 de abril), tem se transformado em uma grande ação coletiva onde o trabalho de colheita é perpassado por um ambiente celebratório, dando forma a um mutirão importante para a agenda de atividades da Rede Carioca de Agricultura Urbana⁹⁴.

No Tira-Caqui de 2018, sua oitava edição, após acompanharem a inserção da Juventude Agroecológica nessa grande colheita e participarem de uma acolhida na sede da AGROPRATA, se dividiram em grupos e partiram para os sítios da região. Carregando caixas de madeira, subiram nos caquizeiros e ajudaram a colher as frutas. Após participar um pouco dessas atividades, me encaminhei a outro ponto de encontro. Numa pequena propriedade da região, onde um trio de música regional se apresentaria em breve e seria servido um farto almoço para aqueles que tinham participado das atividades da colheita, pude acompanhar uma oficina curiosa.

Ao chegar, me deparei com uma pequena tenda, rodeada por mulheres, panelas, tábuas, potes, vasilhames, ervas, temperos, facas e, claro, caquis. Ali foram oferecidas oficinas de “Culinária da Roça” nas quais culinárias que compõem os diversos movimentos que dão forma à Rede CAU e se agregam no GT Roda de Mulheres e no GT Mercados partilhavam saberes sobre receitas inovadoras, que haviam desenvolvido a partir do caqui.

Quando cheguei, uma dessas cozinheiras ensinava um modo criativo de se aproveitar o caqui. Márcia Azevedo, que se apresenta como uma “culinária amadora e de mão cheia”, assistente social e moradora dos entornos do Maciço da Pedra Branca, trazia a sua novidade: um molho de massas feito à base de caqui. Uma vez que a fruta em muito se assemelha ao tomate, era possível fazer um molho para massas com ela. Era preciso apenas corrigir um pouco com alguma porção de vinagre para que o molho não ficasse doce demais – claro, o vinagre também feito à base de caqui. Desse modo processado, a fruta que deve ser consumida na sempre estreita janela de sua colheita, poderia ser aproveitada durante muito mais tempo,

⁹³ Vide Rede Ecológica Rio. Disponível em: <http://redeecologicario.org/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

⁹⁴ Vide item 5.1 Mutirões.

afinal, o molho pode ser congelado e consumido num prazo de vários meses após sua confecção.

Figura 10 – Oficina “Culinária da Roça” onde, dentre outros pratos, se ensinou a fazer um molho para massas à base de caqui



Fonte: Acervo Pessoal. 2019

Durante sua oficina, ela demonstrava seu conhecimento sobre a fruta: não havia necessidade de retirar as sementes do caqui para a confecção do molho, elas eram tão pequenas que se dissolveriam no cozinhar. Era necessário utilizar alguns temperos, como o açafrão e o colorau, também produzidos em algumas propriedades da cidade, para dar mais cor e sabor ao prato. Demonstrava as etapas de sua receita: refogar cebola e alho em óleo; esperar dourar e acrescentar o caqui já picado. Deixar apurar por alguns minutos em fogo baixo, acrescentando o vinagre de caqui – ou, quando esse faltar, o suco de um limão –, além de ervas aromáticas como o manjericão, o orégano e a salsa, que se podem cultivar até mesmo nas janelas de casa. Ao final, esse molho pode passar por liquidificador ou mixer, o que lhe confere um aspecto mais homogêneo e excelente para ser congelado em vidros; também é possível que seja mais “rústico” e servido com os pedaços da fruta.

Em sua receita toda original, esse molho é servido com macarrão parafuso, ao que a culinária logo acrescenta, quase que se justificando e reinventando:

Nossa, se tiver um italiano aqui, ele vai querer me matar, né?... Mas esse aqui é mais um prato feito à base de caqui. O caqui é muito versátil, ele permite diversas receitas, é um alimento neutro que combina com vários temperos. Aqui a gente tem um macarrão com molho de caqui. A gente substituiu o tomate pelo caqui. A única diferença é que como o caqui é doce e o tomate é um pouquinho ácido, nós complementamos com um vinagre feito à base de caqui. Ai da um pouquinho da acidez do tomate... Está servido? (Marcia Azevedo, 2018, informação verbal)⁹⁵.

O exemplo do molho de massas desenvolvido por Marcia Azevedo me fez pensar sobre algumas considerações que o historiador Máximo Montanari (2004) expõe em seu livro, sobretudo quanto ao papel da inovação, da formação do gosto e da tensão entre oralidade e escrita.

Em primeiro lugar, há uma grande margem para criatividade, esse tipo de resistência ativa constituinte dos conhecimentos populares, que sabe aproveitar as oportunidades na consecução dos seus propósitos. No caso, a grande safra do caqui, que experimenta muita perda dada a fragilidade do fruto e a falta de políticas públicas que possibilitem seu escoamento. A inovação dessa culinária, que parte de sua experiência pregressa com a cozinha, soube aproveitar a semelhança dessa fruta com outra, coincidência que induziu ao seu processo criativo capaz de imprimir uma vitória sobre o breve tempo (MONTANARI, 2004, p. 19). Antes de processos inovadores como esse, a fruta deveria ser consumida em até uma semana após a colheita; com a criatividade inventiva da culinária, outras formas de se consumir o caqui se alongam no tempo.

Em segundo lugar, há uma questão sobre a formação do gosto, um verdadeiro patrimônio das sociedades. Em sua obra, ao recorrer à categoria do gosto, Montanari (2004, p. 55) diz que estamos nos referindo a questões de julgamento estético e moral, isto é, as nossas preferências individuais e seus condicionamentos sociais, ou seja, se trata de um processo dialético, bem ao gosto da dupla natureza estruturada e estruturante da cultura, como pensam as teorias da ação simbólica (BOURDEIU, 1989).

O contraditório de um molho “de tomate” feito à base de caqui revela os sentidos sociais que se circulam em hábitos alimentares e tem relação com a pureza e o perigo (DOUGLAS, 2014). Afinal, como me disse minha interlocutora, é sabido que molhos de massa, *al sugo*, devem ser feitos exclusivamente com tomates

⁹⁵ 8ª EDIÇÃO do Tira-Caqui. Rio de Janeiro, [S. n.], 2018. 1 vídeo (6 min). Publicada pelo canal Rodrigo Morelato. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t6ONw20Sixg>. Acesso em: 16 set. 2022.

enquanto sinônimo de pureza simbólica – “um italiano” a reprovaria completamente, ela confessa.

Fruto americano, o tomate também é produzido na cidade do Rio de Janeiro, mas de modo sazonal e em volume muito mais modesto do que é necessário para atender a demanda criada pela indústria alimentícia, afinal, alimento ultraprocessado, os molhos de tomate industrializados abundam em gôndolas de supermercados e chegam, até mesmo, a imprimir nos rótulos o adjetivo “caseiro” por apresentarem um aspecto “com pedaços”, simulando a intimidade da cozinha e um aspecto artesanal.

A predileção pelos caquis na confecção de tal molho demonstra uma outra escolha, tanto material quanto simbólica: a de valorização do produto local enquanto operador de pureza ritual. Afinal, em épocas de elogio ao localismo, de revalorização do corpo e de retorno ao ideal de comunidade, talvez seja realmente um vetor de impureza a aquisição de produtos alimentícios industrializados produzidos em fábricas distantes, segundo um padrão de industrialização dos hábitos alimentares criados pelo Norte Global.

A formação do gosto, portanto, se encontra diluída em processos históricos, aos quais é sabido haver assimetrias quanto à possibilidade de narrar e transmitir os conhecimentos adquiridos pela experiência transposta em uma série de meios de comunicação.

Na grande maioria das vezes, como tenho tentado descrever, o meio de predileção à reprodução desses saberes passa por um meio muito tradicional: o próprio corpo. Com suas performatividades e largo uso da oralidade, a predileção do corpo como um meio de comunicação sofre da precariedade à memória dele característica: desaparece caso não seja recorrentemente exercitada (ONG, 1982), algo que também acontece com qualquer outro gesto cotidiano que não é recorrentemente praticado, daí a necessidade de espaços de comunicação face a face, tão fundamentais para a tessitura da Rede CAU.

No entanto, alguns atores que compõem a Rede CAU têm investido tempo e recursos em outros meios capazes de fazer circular o conhecimento agroecológico arduamente aprendido ao longo das experiências. Como é sabido, meios diferentes pressupõem formas de cognição diferentes (CALI, 2017), que tentarei descrever brevemente. O interessante, nesse processo, é a tentativa de atingir outro tipo de

vitória sobre o tempo: aquele que se esvai com a palavra falada, que, vertida ao suporte escrito, talvez possa perdurar.

4.3.3 Escrever: perpetuar saberes

No ano de 2021, o Tira-Caqui realizou a sua décima edição. Infelizmente, o contexto da pandemia impossibilitava a realização de uma atividade presencial, como é ao gosto do movimento agroecológico da cidade e tão necessário às suas formas de produção de conhecimento coletivo e de intervenção na realidade. Essa adversidade foi o insumo para outro processo de inovação: um forte investimento em atividades de mobilização em rede tendo o uso de novos repertórios tecnológicos.

Quanto ao escoamento da produção, ele foi atingido com uma grande divulgação em redes sociais digitais, nas quais consumidores do varejo foram informados da safra que se avizinhava, da necessidade de encomenda, das possibilidades de doações e da importância de se escoar a safra anual do caqui em várias listas de compras solidárias.

Nesse ano, com a ajuda dos diversos movimentos sociais e organizações que formam a Rede CAU, da Rede Ecológica e de associações de agricultores da cidade, foi possível escoar a quase totalidade da produção de caquis agroecológicos produzidos na cidade, contabilizando cerca de quatro toneladas da fruta. Os principais eixos de escoamento da produção foram instituições e movimentos sociais, as aquisições proporcionadas por listas solidárias, a comercialização em pequenas feiras e a doação de parte da produção em cestas agroecológicas.

Figura 11 – Infográfico sobre o percurso de comercialização do caqui da Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 2021



Fonte: ONG AS-PTA. 2020.

No campo da celebração, relativa à realização da festividade do Tira-Caqui, geralmente celebrada no dia 21 de abril (feriado nacional de Tiradentes), uma outra inovação foi introduzida nas práticas da Rede CAU: uma vez que os encontros presenciais eram impossíveis pelo contexto da pandemia, se optou por realizar uma transmissão ao vivo, em rede social digital, na qual aconteceu no dia 24 de maio daquele ano.

Parte importante dessa transmissão foi dedicada a um momento muito especial: ao lançamento de um caderno de receitas do caqui. Fruto de um longo processo dialógico iniciado durante o Tira-Caqui de 2018 e parcialmente descrito anteriormente, essa iniciativa coube às mulheres processadoras e pesquisadoras que se agremiam na Rede CAU.

Nessa transmissão ao vivo, diversos militantes – além de uma série de outros parceiros⁹⁶ – fizeram o resgate das origens do Tira-Caqui, recitaram poesias que

⁹⁶ Como a AGROVARGEM, Farol da Prata, Rede Ecológica, AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e o Instituto de Nutrição da UERJ, principalmente.

homenageavam a fruta, realizaram o repasse do trâmite de um projeto de lei que buscava reconhecer o evento como de interesse cultural para a cidade, entrevistaram agricultores, cantaram músicas regionais e fizeram o lançamento de um belo material impresso, que há meses vinham compilando: *Os caquis do Maciço da Pedra Branca – memórias, histórias e receitas*, o qual foi disponibilizado, gratuitamente, na internet no dia seguinte⁹⁷.

A história desse pequeno caderno de receitas remonta, ao menos, desde o ano de 2018, quando um grupo de mulheres ofereceu a oficina que pude acompanhar, aos menos em parte, e que ensinou a preparar o molho de massas com caqui (dentre outras receitas). Segundo a nutricionista Amanda Franco, que conduziu parte das oficinas de 2018, aquela atividade

Foi uma oficina vivencial onde a gente trouxe o caqui como alimento central e a gente teve a oportunidade de apresentar receitas simples elaboradas por nós para quem estava trabalhando com a gente. E a oficina foi riquíssima. A gente ficou superfeliz com o resultado, com a participação que a gente teve porque com o evento a menina dos olhos é a visita e a retirada do aqui. [...] O objetivo era trazer o resgate do nosso caqui. O caqui da pedra branca, um de base agroecológica, que é produzido pelos nossos agricultores locais, reafirmando o que foi falando no evento até esse evento. O alimento tem um ato político muito forte [...]. Então, cozinhar é um ato social é um ato compartilhado onde a gente pode vivenciar isso de maneira muito plena. E esse caderno de receitas, que é um caderno de memórias, histórias e receitas ele traz um pouco dessa coletividade expressa na nossa oficina. (Amanda Franco, 2021, informação verbal)⁹⁸.

A iniciativa de realizar essas oficinas e, posteriormente, escrever e editar tal caderno de receitas foi de Ana Santos, uma famosa agricultora urbana, culinária, liderança comunitária e comunicadora que atua, há mais de dez anos, no Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM)⁹⁹, no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A prática de escrever receitas – e, inclusive, incentivar outras mulheres a fazê-lo, afinal, ao final desse caderno, várias páginas “em branco” convidam à sistematização da criatividade – pode ser considerada uma prática de resistência tanto com o espaço quanto com o tempo (MONTANARI, 2004). Ao escrever as

⁹⁷ AS-PTA. **Os caquis do Maciço da Pedra Branca**: memórias, histórias e receitas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2021. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2021/07/E-book-Caderno-de-receitas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁹⁸ TIRA-caqui 2021 ao vivo – celebração da agricultura urbana carioca com os frutos da terra. Rio de Janeiro, [S. n.], 2021. 1 vídeo (1 hora 39 min). Publicada pelo canal Rede Ecológica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gdqzEWHtM5E>. Acesso em: 20 set. 2022.

⁹⁹ Inicialmente Centro de Educação Multicultural (até 2019).

receitas, é possível melhor prever a substituição de certos ingredientes por outros, disponíveis na localidade ou de acordo com a safra. Ter as indicações, sempre simples, dos ingredientes e gestos que envolvem o ato de cozinhar também possibilitam a perpetuação desses saberes para além da oralidade, que requerem recursos como a demonstração e a enunciação, auxiliando na difusão desses conhecimentos sem a necessidade de contiguidade em tempo e espaço das técnicas do corpo.

O fato de o livro de receitas ser escrito por mulheres também demonstra o protagonismo do feminismo na agroecologia a partir da culinária. Ao descrever a profissionalização da cozinha francesa, sobretudo a partir do século XVIII, Luce Giard (2013) demonstra como sempre houve uma tentativa de preservação do masculino nas atividades profissionais. Os primeiros livros de receitas, escritos por homens, os “verdadeiros” *chefs* de cozinha, possuíam títulos sérios, assinaturas de seus nomes e receitas inovadoras e sofisticadas, algo que não acontecia com os livros de receitas assinados por mulheres, que também só apareceram muito tempo depois.

A escolha da Rede CAU e demais parceiros em destacar as mulheres que desenvolveram e escreveram tais receitas tenta reverter esse quadro de machismo e valorizar os conhecimentos femininos perante uma atividade tão cara do cotidiano: o conhecimento incorporado e exercitado pelos hábitos alimentares.

Ainda segundo Luce Giard (2013, p. 294),

A generalização de uma transmissão escrita em vez de uma comunicação oral envolve um profundo remanejamento do saber culinário, um distanciamento em relação à tradição, tão importantes quanto foi a passagem do caldeirão pendurado na lareira (cremalheira) ao fogão a lenha e depois aos fogões elétricos ou a gás.

É fundamental que essas mudanças sociais sejam inventadas por mulheres, escritas por mulheres e divulgadas por mulheres. Esse protagonismo feminino, verdadeiro gesto pedagógico, talvez possa ser entendido como mais um componente da agroecologia carioca, em que a cultura alimentar – da tradição à invenção, passando pela sua valorização e difusão – tem lugar de destaque.

4.4 Artesanias

Em 2019, durante uma das plenárias semestrais de planejamento da Rede CAU, ouvi de uma liderança da Zona Norte uma crítica importante, compartilhada com toda a rede, sobre um espaço de comercialização. Ela chamava a atenção para a necessidade um determinado ponto de comercialização abarcar também outros produtos que não os alimentícios – *in natura* e processados –, gerando, assim, um espaço de visibilidade para “todas as economias que fazem parte da agroecologia”. Ela se referia, mais especificamente, à saboaria artesanal e ao artesanato produzidos na cidade do Rio de Janeiro.

De fato, durante o III Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade, ainda em 2009, como já foi mencionado, uma série de oficinas foi oferecida aos participantes desse “resgate agrícola” carioca. Dentre elas, algumas relativas a saberes artesanais, principalmente voltadas à cestaria – utilizando palha de milho ou fibra de bananeira, insumos que se podem encontrar com relativa facilidade nas terras da cidade – e outra voltada à produção da chamada “pomada milagrosa”, um saber ancestral que circula pela Rede Fitovida¹⁰⁰. Essas práticas continuam nos dias de hoje por toda a cidade e várias outras práticas de artesanias foram a elas acrescidas.

Nesse tópico, descrevo como alguns produtos artesanais compõem as atividades da Rede CAU. Para tanto, me apoiarei em literatura referente à economia solidária, fundamento ético que perpassa todo o movimento agroecológico e que tem, nos produtos artesanais, um bom apoio à reflexão.

¹⁰⁰ Presente em 24 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Rede Fitovida é considerada uma “rede-irmã” da Rede CAU (SILVA, 2017). Voltada à preservação, inovação e difusão de saberes tradicionais – sobretudo os relativos à fitoterápicos e remédios caseiros –, ela é fruto de um longo processo social iniciado nos anos 1990, tomando forma no ano 2000.

4.4.1 Comentários sobre a economia solidária

Como afirma Paul Singer (2002), a economia solidária deve ser entendida como uma crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento e enquanto possibilidade de uma outra maneira de organização de nossa vida cotidiana.

Segundo esse autor (2002), um dos mitos que povoam a economia capitalista seria o caráter benéfico da competição. Para esse mito, a vida de qualquer bem depende de suas capacidades de competir com outros, ou seja, deve apresentar mais vantagens como a presença constante nas gôndolas as mais diversas, possuir custo o mais baixo possível, apresentar-se como item de primeira necessidade (material ou simbólica) e, deste modo, gerar lucro àqueles que o produzem.

Essa ideia de competição geraria um duplo-ganho. Por um lado, os consumidores seriam beneficiados pelo acirramento da competição do mercado, podendo escolher produtos cada vez melhores e mais econômicos, funcionais e necessários. Por outro, os produtores se beneficiariam da natureza competitiva da economia, refinando seus produtos e auferindo maiores lucros, tornando todo o processo entre produtores e consumidores mais inteligente e desenvolvido.

Acontece que a competitividade aparentemente tão benéfica alardeada pelo capitalismo é atravessada por assimetrias que repercutem na desvalorização da vida e na precarização do cotidiano, sobretudo para os “vencidos”, sobretudo as classes subalternas.

A apologia da competição não levaria a um aprimoramento das relações de produção e consumo, mas à manutenção de privilégios historicamente adquiridos, uma vez que “[...] na economia capitalista os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (SINGER, 2002, p. 08). O capitalismo fomentaria um círculo vicioso em que se reproduzem e se aprofundam a desigualdade social, a invisibilização dos desfavorecidos, a extinção de formas de vida não absorvidas pelo capitalismo e a destruição do meio ambiente.

Em contraste, a economia solidária se pautaria por um princípio da reciprocidade, levando em consideração *não apenas* custo, funcionalidade, disponibilidade ou lucro proporcionados pelos bens ou serviços em circulação. Muito pelo contrário, a economia solidária se fundamenta numa série de questões éticas

sobre a produção e o consumo, os quais devem ser compreendidos de modo holístico ao valorizar de modo social, ambiental e subjetivo, por exemplo.

Ainda, segundo Singer,

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. [...] O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

A questão da liberdade individual e respeito à opinião dos trabalhadores é fundamental em sua defesa da economia solidária, afinal, uma das principais diferenças entre as práticas capitalistas e as práticas solidárias se encontra no modelo de gestão das iniciativas de trabalho. No capitalismo, se faz a manutenção da propriedade, da distinção entre possuidores dos meios de produção da força de trabalho e da hierarquia na tomada de decisões. Na economia solidária, o foco está na participação de todos e na autogestão, cujos maior inimigo é o desinteresse entre os sócios, muitas vezes devido à insuficiente formação democrática de seus sócios.

Ao longo de sua exposição sobre a economia solidária, Paul Singer (2002) resgata a trajetória desse debate segundo uma historiografia eurocentrada. Menciona sua origem como uma reação ao empobrecimento dos artesãos perante o surgimento das máquinas durante a primeira revolução industrial inglesa. Discorre sobre o “surto de sindicalismo” (SINGER, 2002, p. 27) ocorrido na Inglaterra e afirma que a estratégia dos trabalhadores ingleses do século XIX foi a de lutar não por melhorias salariais, mas pela substituição de seus empregadores em todos os ramos da produção. Comenta sobre a organização política desses trabalhadores – não esquecendo da contribuição de grandes industriais – na tentativa de reformar o industrialismo inglês e sobre seu fracasso parcial perante as forças hegemônicas do capital. Também menciona outras iniciativas, notadamente a de origem francesa, que pensava a economia solidária como um elogio à comunidade e à convivialidade possível de programar ao fomentar falanstérios.

Paul Singer termina sua exposição realizando um elogio sobre as formas de transformação social que os movimentos de economia solidária realizam, isto é, ao invés de tentarem promover transformações na estrutura da sociedade através da tomada do Estado, de modo estratégico, optaram por ações táticas, voltadas ao

cotidiano e à constituição de comunidades pelo reconhecimento dos valores imbuídos nos bens que circulam pelo social.

De modo complementar, ao analisar a economia popular e solidária do Estado do Rio de Janeiro, a socióloga Lia Tiriba (2000) demonstra como essas iniciativas buscam criar uma cultura do trabalho mais participativa, democrática e inclusiva. Através dessa nova cultura de trabalho, voltada não apenas para a geração de renda, mas também buscando a satisfação de outras necessidades como a educação, cultura e lazer, por exemplo, a economia solidária geraria desenvolvimento comunitário.

Quanto à cultura do trabalho, ela afirma que

[...] a cultura do trabalho pode ser compreendida levando-se em conta tanto os elementos materiais como imateriais da produção; como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam se manifestam tanto no plano econômico como no plano das relações que o trabalhador estabelece com o seu trabalho, com os demais trabalhadores e com a sociedade. Sendo a síntese de fatores objetivos e subjetivos que não se esgotam no processo de trabalho propriamente dito (TIRIBA, 2000, p. 222).

A cultura do trabalho desenvolvida pela economia confere primazia ao valor de uso perante o valor de troca, promove nas pessoas o sentimento de sujeitos de sua própria história, escolhe pela horizontalidade nas relações e leva a uma concepção coletiva da propriedade dos meios de produção (TIRIBA, 2000).

Em concordância com os comentários de Paul Singer, que defendia a necessidade de fomento estatal para o desenvolvimento dessa nova cultura, a autora afirma que, ao menos no caso do Estado do Rio de Janeiro, as iniciativas de economia solidária precisam do fomento de instituições do terceiro setor para se desenvolverem.

Uma vez que os processos pedagógicos fazem parte dessa nova cultura do trabalho (TIRIBA, 2000), descreverei, mesmo que brevemente, duas oficinas que pude acompanhar durante o processo de pesquisa e que envolvem artesanias na cidade do Rio de Janeiro: quanto à produção de fibras para a confecção de diversos itens e quanto à saboaria artesanal.

4.4.2 Uma oficina de artesanato

Em 16 de agosto de 1932, os leitores do suplemento literário do *Correio da Manhã* puderam tomar conhecimento das atividades dos cesteiros do então Distrito Federal. A crônica do jornal descreve o cotidiano dessa gente, que “somente por grande doença” não adentrava as matas para colher os cipós utilizados na confecção de uma grande diversidade de cestos que iam de jacás de cangalha a peneiras de carvão, cestos para laranja, peixes ou verduras, balaios e até mesmo o tipiti, instrumento de origem tradicional empregado no fabrico da farinha de mandioca (CORREA, 2017).

Dessas atividades que envolviam extrativismo e conhecimentos tradicionais, hoje permanece na cidade não apenas a crônica de Armando Magalhães Correa, mas também em uma toponímia na Zona Oeste da cidade, onde outrora os bambus utilizados no fabrico dessa cestaria emprestaram o nome a uma fazenda e, posteriormente, ao bairro da Taquara.

Nos dias que correm, os cipós e bambus, insumos necessários à prática da cestaria e demais atividades que envolvem o artesanato, escasseiam. Mas podem ser substituídos por outros materiais de origem vegetal encontrados na cidade, como é o caso da palha de milho e da fibra das bananeiras – estas, em especial, pois se encontram em quantidade por todas as regiões da cidade, sobretudo em encostas.

Em 2009, por ocasião do III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (III EEASC), como já foi mencionado, uma série de oficinas foi oferecida ao público que participava desse “resgate agrícola” do Rio de Janeiro. Dentre elas, uma oficina ensinava a produzir uma série de fibras, com os mais diversos tamanhos e propriedades, a partir do tronco e folhas da bananeira.

A oficina avisava: o ideal é que a bananeira já tenha “sido mãe”, isto é, que tenha dado um cacho de bananas. Se corta o tronco a dois palmos do chão, se tiram as folhas e o processo pode começar – não antes de esperar que a bananeira desidrate um pouco, por, no mínimo, dois dias antes de começar a desfolhar a planta. O tronco da bananeira, composto de folhas enfeixadas, deve ser descamado folha por folha. Cada uma dessas folhas, destacada do caule, pode gerar fios para bordado, os quais devem ser embebidos em solução de água com cloro e, posteriormente, postos a secar; e três tipos diferentes de fibras que, secas, podem

ser utilizadas para a confecção de artesanato. Secas, cortadas, enfeixadas ou bordadas, essas fibras da bananeira podem ser utilizadas na confecção dos mais diversos itens como carteiras, jogos americanos para amparar pratos, caixas de diferentes tamanhos, brincos, bolsas, cestos e praticamente tudo que um experiente artesão quiser confeccionar.

Dez anos depois da realização dessa oficina realizada no III EEASC, em 2009, acompanhei uma oficina muito parecida. Acontecia, desta vez, no Morro da Esperança, uma favela da Zona Norte da cidade, nas encostas da Serra da Misericórdia.

Figura 12 – Oficina de artesanato com a fibra da bananeira



Fonte: Acervo Pessoal. 2018

Lá, um grupo de mulheres se reuniu na sede da ONG Verdejar Socioambiental, no Morro da Esperança, no Complexo do Alemão. Moradoras da localidade, algumas dessas mulheres também lideram outras organizações comunitárias, como Elisabete Aparecida, a famosa Tia Bete, que há 44 anos abre a sua casa no Morro do Alemão e realiza atividades para os moradores da comunidade. Na Oca dos Curumins, como é conhecida a sua iniciativa cidadã, desenvolve atividades de alfabetização, capoeira, aulas de inglês, aulas de jongo, diversas atividades culturais e cursos de artesanato – daí seu interesse em participar

desse encontro: poder, posteriormente, replicar os ensinamentos adquiridos em outra parte da Serra da Misericórdia.

A bananeira... Ela é um material que dá pra você fazer de tudo... Um dos produtos que eu mais faço são as embalagens e esteiras. O importante é você tirar a fibra do tamanho que você quer, já pensando no seu produto... Cada fibra a gente usa pra uma coisa... É importante que a bananeira desidrate um pouco, uns dois dias, antes de usar... Se não fica quebradiça pra tirar a fibra. Eu vou ensinar pra vocês como eu aprendi: usando só uma faca. (Rafaela, 2018 informação verbal)¹⁰¹.

Através da demonstração de como confeccionar diferentes fibras para diferentes propósitos, um criativo diálogo se estabeleceu entre esse grupo de mulheres. Muitas delas já praticavam o artesanato de diversas maneiras, e souberam reconhecer, quase de imediato, as possibilidades de aplicação para as fibras mais grossas – excelentes para fazer pequenas caixas, por exemplo – e as mais finas –, perfeitas para serem trançadas.

Ao longo da tarde, embaladas por música, conversas e trabalhos manuais, essas mulheres puderam trocar experiências sobre as peças que desejavam fazer, em breve. Se aconselhavam sobre valores a cobrar por um ou outro item e onde comercializá-los como, por exemplo, na Feira Agroecológica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lá, alguns desses produtos já eram vendidos por Potira, uma indígena da aldeia Aldeia Maracanã.

Ao final do dia, descii o morro com uma das realizadoras daquela atividade, Marcelle Felipe, militante da Verdejar Socioambiental que, articulando apoio e recursos vários outros parceiros da Rede CAU, tinha viabilizado aquele encontro que perpetuava saberes tradicionais sobre o artesanato que há tantos anos se produz no Rio de Janeiro.

Enquanto esperávamos o ônibus, conversamos um pouco sobre o dia:

Foi muito legal a atividade, né? Mas, às vezes, assim... Fico pensando... Será que o pessoal vai pegar mesmo pra fazer? A gente já fez tanta oficina... Já entregamos um kit completo de bordado... Nenhuma pessoa pegou aquilo mesmo, pra gerar renda e viver daquilo, sabe? Será que a gente tá fazendo certo...?¹⁰²

¹⁰¹ Em registro de oficina, acervo pessoal.

¹⁰² Anotação em diário de campo em março de 2019.

Fiquei com esse comentário em mente... Afinal, uma das impressões mais vívidas que tive naquele dia era a riqueza da sociabilidade proporcionada por essa atividade de artesanato baseada nos pressupostos da economia solidária. Certamente, a sustentabilidade da atividade através da geração de renda e continuidade do trabalho era desejável. Mas não seria um dos princípios da economia solidária justamente propiciar espaços como aquele, de trocas, convivialidade e troca de saberes? Ainda não tive a oportunidade de falar pessoalmente com ela sobre essa impressão.

4.4.3 Práticas da saboaria artesanal

A partir das oficinas desenvolvidas baseadas nos fundamentos da economia solidária, muitas pessoas passam a se integrar às práticas agroecológicas da Rede CAU. Quando conversei com Dona Josefa, uma sexagenária moradora do Morro da Esperança, ela me contou que foi através das atividades da economia solidária que tomou conhecimento da agroecologia.

Segundo ela:

Eu conheci o Verdejar, seguinte... Eu fazia da Economia Solidária, lá em Nova Brasília... E aí começou a chegar gente, o pessoal começou a convidar pessoas que eram empreendedor, microempreendedor... E aí a gente se conheceu lá. E a gente começou a fazer curso lá... E eu fiz um curso que participava da área de organização de feiras... Aí eu foi sorteada pra ir com uma equipe pra ir pra Porto Alegre, pra Santa Maria. O Poeta também foi, foi muito legal a feira de lá! (dona Josefa, 2019, informação verbal)¹⁰³.

Dentre as atividades que dona Josefa passou a desenvolver a partir das oficinas da Economia Solidária que aconteciam na Zona Norte foi a reutilização de óleo de cozinha: processado segundo uma delicada sucessão de processos e quantidades, acrescentando soda cáustica – e, por vezes, óleos essenciais ou corantes –, ela passou a recolher o óleo anteriormente despejado nas tubulações de águas pluviais da cidade. Agora, junto a outras mulheres das favelas da Zona Norte do Rio

¹⁰³ Em entrevista ao autor em março de 2019.

de Janeiro, todo esse “lixo” se torna um item precioso: sabão pastoso ou em barra utilizado para limpeza de casa ou lavar louças.

Nem todo o sabão eu vendo... Tem sabão que eu doo pras mulheres... Que as vezes tá sem sabão em casa... Ou eu dou pros meninos venderem... Esse aqui [aponta para um adolescente] é bom de venda! Vendeu tudo que eu dei pra ele ontem, não é? E o dinheiro fica pra eles.... Leva pra casa... Aí depois eu recolho o óleo e faço mais sabão... Eu vendo também... (dona Josefa, 2019, informação verbal)¹⁰⁴.

Desse modo, o sabão ecológico produzido por Dona Josefa e outras mulheres das comunidades da Zona Norte da cidade segue os princípios da economia solidária. Os frutos do trabalho são distribuídos pelas mulheres que, de algum modo, participam da atividade, nem que seja “somente” recolhendo óleo de cozinha. O que cada pessoa recebe depende de suas necessidades e o nível de sua contribuição também leva em consideração as suas capacidades, como afirma Boaventura de Souza Santos (2002) ao tratar desses outros modos de produção voltados à valorização da vida.

Em verdade, dona Josefa e muitas outras mulheres sempre souberam fazer sabão a partir de banha, gordura ou óleo. É um tipo de conhecimento que traziam da infância, quando viviam em zonas rurais as mais diversas de todo o país – no caso de dona Josefa, no interior do estado de Pernambuco, tendo também vivido no interior de Goiás, como ela comenta:

Como eu morei em Goiás um tempo, eu aprendi a fazer sabão... E quando eu cheguei aqui no Rio de Janeiro eu comecei a observar que as pessoas comiam muita fritura... E isso tem uma demanda de óleo, que é jogado no lixo, jogado à toa... Uma vez eu ia passando ali em Nova Brasília e eu vi um moço abrindo uma boca de lobo e eu vi ele derramar, assim, um balde de óleo... E eu fiquei... Poxa... Se eu soubesse eu tinha falado com ele, pegava aquele óleo todo pra fazer sabão... (dona Josefa, 2019, informação verbal)¹⁰⁵.

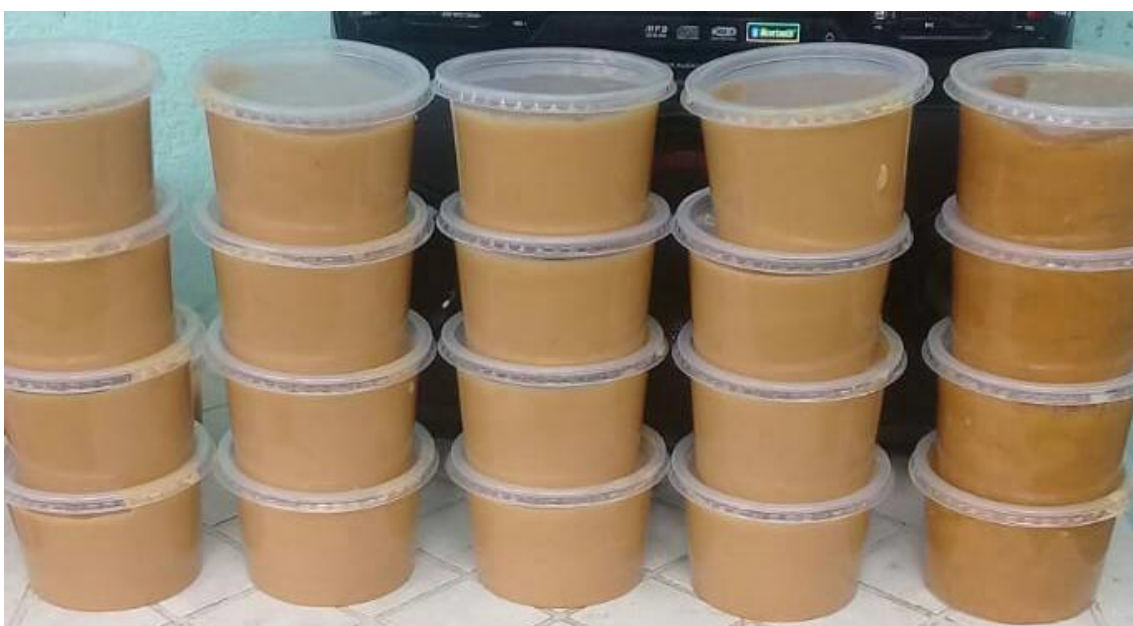
Os saberes da saboaria artesanal também foram fruto de um resgate por parte da Rede CAU. Na atualidade, é comum encontrar esses sabões ecológicos acompanhados de um curioso selo, o selo *Produtos da Gente*, uma campanha de comunicação popular de caráter permanente mantida pela ONG AS-PTA. Além de apoiar produtos com uma série de itens e serviços de comunicação – como a

¹⁰⁴ Em entrevista para o autor em março de 2019.

¹⁰⁵ Em entrevista para o autor em maio de 2020.

confeção e o fornecimento de embalagens, o desenvolvimento de cartilhas, a realização de rodas de conversa e oficinas sobre práticas de processamento ou comercialização desses produtos –, o selo serve como um certificado da procedência solidária e agroecológica dos produtos da agricultura urbana e periurbana cariocas, facilitando a identificação dos consumidores.

Figura 13 – Potes de sabão ecológico produzidos pelas mulheres da Serra da Misericórdia, na Zona Norte do Rio de Janeiro



Fonte: AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. 2020.

Durante a pandemia da covid-19, a Campanha Produtos da Gente atuou de um modo um pouco diferente: com a encomenda de 1.000 unidades de sabão ecológico, os quais seriam distribuídos a famílias em situação de vulnerabilidade agravadas pelo contexto pandêmico¹⁰⁶.

Essa grande encomenda de sabão ecológico, realizada pela ONG AS-PTA a diversos grupos de mulheres da Zona Norte da cidade, fortaleceu os laços de solidariedade entre diversos coletivos que compõem a Rede CAU. As cestas, distribuídas não apenas nas favelas da Zona Norte, mas também em comunidades da Zona Oeste da cidade, levaram a um maior interesse pelas práticas da saboaria

¹⁰⁶ Se trata da mesma atividade descrita no item 3.3.3.1 Solidariedade e segurança alimentar.

artesanal, fortalecendo os vínculos comunitários que a economia solidária propicia, como afirma dona Josefa:

Através do óleo gera amizade, gera esse vínculo... As pessoas ficam interessadas e querem saber “ah, como é que faz o sabão?” “Ah, eu não sabia que o óleo gerava sabão” ... Que, às vezes a dona de casa não consegue comprar o sabão no mercado... Aí ela vem aqui pra conseguir o sabão... Às vezes as pessoas vão jogar o óleo fora... Ai eu faço uma troca: a pessoa me dá o óleo e eu dou o sabão. Geralmente é mãe de família... E tem a questão da geração de renda, também, né? Aí eu estou incentivando o pessoal a fazer o sabão... Aí a gente capta o óleo e consegue um dinheirinho... Porque as coisas estão difíceis, viu? (Dona Josefa)¹⁰⁷

Fazer o sabão ecológico, a partir do óleo usado, também tem gerado uma série de novos hábitos pela cidade. Uma moradora do Complexo da Penha me disse que, a partir das atividades da saboaria, percebeu que utilizava muito óleo para cozinhar, que agora “só besunta um pouquinho a panela”, que seu desperdício de óleo diminuiu muito, gerando uma economia real. Também me contou que essa reflexão sobre o uso do óleo foi acompanhada pela introdução de novas verduras no cardápio – especialmente as consumidas de modo refogado, como a couve, o brócolis, a chaya e o almeirão roxo.

O sabão ecológico tem, atualmente, grande reputação na cidade. Quem afirma é dona Leda, que compõe a Pastoral da Criança e é liderança comunitária da Horta da Brisa, em Barra de Guaratiba, na extrema Zona Oeste da cidade.

Segundo ela:

Eu experimentei e amei esse sabão! Eu até sei fazer... Mas não é desse jeitinho que as meninas estão fazendo... É melhor do que certos produtos que você compra... Pra ariar panela, então! Eu não tenho muitas forças pra ariar panela, mas ele me ajudou muito! Limpa direitinho, tira tudo quanto é gordurinha e, assim, não tem cheiro forte... Ele me auxiliou muito e eu quero até aprender a fazer também, pois não tive a oportunidade de conhecer o grupo que está fazendo... Eu até conheço o trabalho, nas reuniões... Mas não tive a oportunidade de conhecer o espaço delas... (dona Leda, 2020, informação verbal)¹⁰⁸.

Desse modo, as atividades absolutamente banais e cotidianas que envolvem o trabalho com a assepsia da casa ou limpeza da cozinha têm trazido novas possibilidades de se experimentar – ou, talvez, evidenciar a ruralidade que subsiste

¹⁰⁷ Em entrevista para o autor em maio de 2020.

¹⁰⁸ Em entrevista para o autor em maio de 2020.

na cidade do Rio de Janeiro e que a Rede Carioca de Agricultura Urbana faz circular de mão em mão, com a partilha de barras de sabão.

5 COMUNICANDO A AGROECOLOGIA

Uma das maneiras de se compreender as formas de ação coletiva dos movimentos sociais – especialmente aquelas mais “visíveis”, como manifestações e protestos – é entendê-los como repertórios de ação, isto é, formas socializadas e já sedimentadas nas práticas dos movimentos, as quais são acionadas de acordo com uma série de finalidades. Segundo Donatella Della Porta (2006), os repertórios de ação dos movimentos sociais são diversos e se transformam ao longo do tempo. Tradicionalmente, eram paroquiais e locais, sendo realizados em datas de festas populares ou em ações diretas contra grandes proprietários, e tinham um caráter localista e imediato. Com as transformações nas relações de produção operadas pelo capitalismo, na centralização do Estado e na distribuição cada vez mais desigual de recursos, essas formas de ação diretas perderam um pouco de sua eficácia, levando ao desenvolvimento de novos repertórios de ação por parte dos movimentos sociais, nos quais o componente comunicacional é cada vez mais evidente.

A grande ênfase conferida à comunicação, na atualidade, pode ser explicada pelos comentários da socióloga Alice Mattoni (2013, p. 6, tradução nossa):

Mais do que no passado, os indivíduos têm hoje de lidar com diversos objetos e suportes tecnológicos: desde jornais e revistas tradicionais, até estações de rádio e canais de televisão; de aplicativos de Internet e suportes multimídia portáteis, como telefones celulares, a canais transnacionais de televisão por satélite e estações de web-rádio. Da mesma forma, os formatos das mensagens são mais diversificados do que anteriormente, e muitas vezes combinam diferentes tipos de linguagem, veiculados por meio de diversos suportes. As mensagens mediáticas parecem ser mais ubíquas, dispersas e menos dependentes dos objetos tecnológicos de onde provêm. Os indivíduos vivem em uma “cultura de convergência” seguindo mudanças culturais e tecnológicas em relação a como as mensagens da mídia são produzidas, difundidas, recebidas e depois recombinadas novamente.

Desse modo, a grande presença das mídias digitais e dos *smartphones* em nosso cotidiano tem alterado significativamente o processo, nos levando a interagir com uma ecologia comunicacional cada vez mais complexa, fragmentada e difusa. Embora também tenham materialidade – ou seja, são objetos que nos circundam e que tem condicionados as suas funcionalidades e os seus modos de usar– as tecnologias digitais de comunicação tem a capacidade de nos conectar com um mundo simbólico cada vez mais convergente, exigindo a incorporação de novas práticas aos já tradicionais repertórios de ação dos movimentos sociais.

Ainda segundo a autora (MATTONI, 2013), é uma tradição das pesquisas que conjugam comunicação e movimentos sociais o estudo de uma mídia em particular – seja um jornal alternativo, uma rádio comunitária ou uma rede social, por exemplo – as apropriações que se fazem da tecnologia ou processos de mediação e educomunicação dos movimentos sociais. Essas abordagens mídia-centradas geralmente desconsideram a interpelação entre a comunicação latente e a visível (MELUCCI, 1999) que dão forma aos movimentos sociais.

Nesse sentido, há uma imensa variedade de meios de comunicação empregados pela Rede Carioca de Agricultura Urbana. Atualmente, ela possui uma série de redes sociais digitais como vários grupos de aplicativos de mensagens, páginas em sites como o *Facebook*¹⁰⁹ e, mais recentemente, também o *Instagram*¹¹⁰. A ecologia de projetos que promovem a sinergia da Rede CAU e que lhe dá dinamismo também produz, recorrentemente, uma série de pequenas brochuras, cards, posters vídeos os mais diversos.

A proposta deste capítulo é apresentar as práticas mais visíveis (MELUCCI, 1999) desse movimento social em rede. Abordarei parte dessa diversidade de meios, formatos e processos a partir da proposta de uma ecologia comunicativa e agenciamentos (TACCHI; SABIESCU; GORDANO, 2020). Para essa perspectiva, antes de analisar uma mídia em particular, seria mais interessante descrever os recursos e as redes disponíveis ao longo de um processo de mobilização e ação coletiva que buscam objetivos específicos.

Em resumo, vou proceder segundo as orientações de Tacchi, Sabiescu e Gordano (2020, p. 18, tradução nossa), que afirmam que

¹⁰⁹ REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/redecau>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/redecariocadeagriculturaurbana/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

[...] ao mapear ecologias comunicativas, falamos sobre a disponibilidade de recursos como telefone celular, conectividade com a Internet ou liberdade de falar e cenários ou contextos típicos em que são usados. Quando, por outro lado, descrevemos agenciamentos de comunicação, olhamos para esses recursos em uso para um propósito específico: um jovem usando seu celular para ligar para um amigo, mídia social para publicar um blog e sua liberdade de expressão (um recurso em si) em um protesto pacífico.

As atividades aqui descritas foram observadas sobretudo durante os anos de 2019 e 2020, período no qual realizei a pesquisa participante de forma mais intensa. Descrevo essa ecologia comunicacional de acordo com a terminologia que a própria Rede CAU confere ao seu repertório de ações.

Um primeiro tópico deste capítulo descreve os mutirões que pude acompanhar nesse período. Forma de ação coletiva voltada à assistência mútua, eles são caracterizados por seu caráter festivo. Forma de ação oriunda do meio rural, os mutirões ainda acontecem na cidade do Rio de Janeiro. Eles servem à realização de benfeitorias e à solidariedade, evidentemente, mas também à produção coletiva do conhecimento agroecológico, à formação de vínculos comunitários entre os diversos grupos da Rede CAU. O contexto da pandemia da covid-19, por sua vez, gerou uma situação de crise que levou a uma atualização desse repertório de ação comunicativa, com forte adensamento tecnológico empregado para realizar um já tradicional mutirão da cidade.

O segundo tópico versa sobre ocupações do espaço público por meio de feiras agroecológicas, uma prática eminentemente visível dos movimentos agroecológicos. As feiras não são voltadas apenas à garantia da segurança alimentar e nutricional da cidade, sendo também um espaço de auto-organização da Rede CAU. Realizo um breve histórico das feiras livres da cidade e faço a diferenciação destas perante as feiras agroecológicas. Descrevo como as feiras agroecológicas também podem ser entendidas como uma tecnologia social que propicia a participação da comunidade feirante nos processos de auto-organização do movimento agroecológico carioca.

O terceiro tópico se detém em espaços de escuta institucional, os conselhos municipais nos quais há representantes da Rede CAU. Criados para subsidiar o executivo com propostas de políticas públicas, os conselhos têm relativa tradição na cidade do Rio de Janeiro, sendo espaços de disputas políticas sobre as concepções de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural, especialmente. Duas faces de uma mesma moeda, a atuação nos conselhos é fruto de um longo processo

comunicativo que envolve uma série de encontros presenciais face a face e o uso de tecnologias digitais.

O último tópico analisa os processos comunicativos e o recurso às tecnologias empregadas pela Rede CAU na formação de uma frente parlamentar no legislativo municipal. Parte de uma enorme campanha, fruto de uma pesquisa-ação desenvolvida em escala estadual e nacional, as frentes parlamentares possibilitam a fiscalização de leis e políticas públicas já existentes – ou a proposição de novas leis e políticas públicas – capazes de garantir a cidadania que o movimento agroecológico reivindica. Através de reuniões presenciais ou mediadas por aplicativos de videoconferência, o recurso a conteúdos audiovisuais e sistematizações as mais diversas, a frente é constituída a partir da escritura das cartas-compromisso apresentadas às pessoas candidatas nas eleições.

5.1 Mutirões

Nos anos 1950, preocupado com a lacuna então existente na literatura sobre as práticas de solidariedade vicinal, o sociólogo Clóvis Caldeira (1956) investiu grande energia no estudo desse fenômeno, então notadamente rural, que marcava a sociedade brasileira: os mutirões.

Buscando as origens dessas práticas de solidariedade, ele as rastreia tanto em povos originários do Brasil – de onde provém o termo “mutirão”, que varia regionalmente –, mas também encontra relações semelhantes nos continentes africano e europeu. Os mutirões por ele estudados são práticas de trabalho coletivo que compreendem a derrubada de roças, coivaras, semeaduras, limpas, colheitas, construção de barragens, a cobertura de casas e vários adjutórios como em parto, batizado, doença ou casamento. Ele também descreve duas modalidades de mutirão: aquele que foi solicitado, convocado pela pessoa ou família que receberá a ajuda; e os “espontâneos”, criados para socorrer algum membro da comunidade que passe por apuros, sem que seja solicitado. Nesse sentido, ele complementa que

Em ambas as modalidades, tanto o que pede ajuda como o que recebe o auxílio espontâneo, embora nenhuma disposição contratual a isso o obrigue, ficam no dever de retribuir a prestação do serviço, na primeira

oportunidade, quando, à vez, lhe for solicitado o concurso ou se apresentar o ensejo de colaborar espontaneamente (CALDEIRA, 1956, p. 32).

Aquele que recebe a ajuda fica enredado numa série de obrigações de reciprocidade, formando laços comunitários, que podem ser retribuídos em tempo futuro, quando solicitado, ou instantâneo, com a partilha de comida e bebida àqueles que atenderam ao chamado. Desse modo, está presente na realização do mutirão um ambiente de celebração onde comida, bebida, cantoria, histórias e festas constroem a ambiência de um espaço de comunicação de origem rural ainda presente nas cidades brasileiras.

Se trata, portanto, de um processo de dádiva onde “[...] misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (MAUSS, 2017, p. 221). Essas práticas formam comunidades ligadas pela lógica da reciprocidade, como revela a etimologia do termo “comum”, bem como o derivado “comunicação”. Ambos derivam de um mesmo termo (*munus*) e dizem respeito ao registro da dádiva e da reciprocidade e designam algo que deve ser cumprido, bem como aquilo que é dado em troca na forma de presentes e recompensas (DARDOT; LAVAL, 2017).

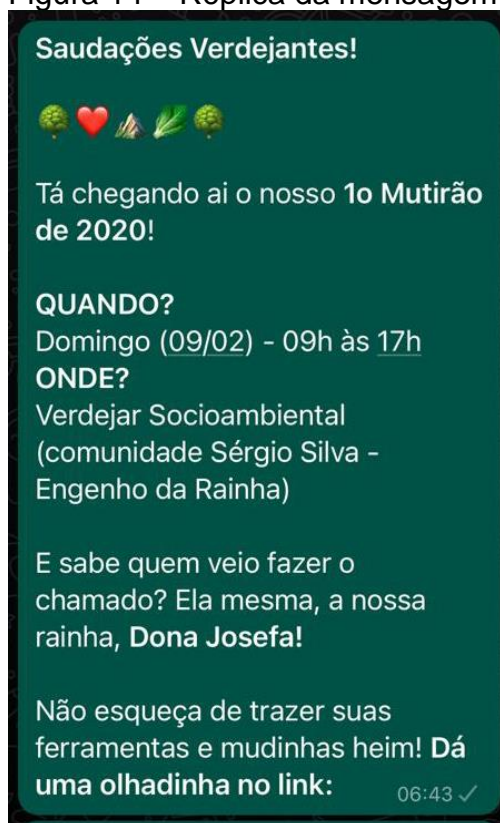
A seguir, abordarei alguns mutirões que pude acompanhar durante as atividades junto à Rede CAU. Num primeiro momento, descrevo como o mutirão é o aspecto visível de uma série de atividades de comunicação popular de base comunitária na Zona Norte da cidade. Num segundo momento, descrevo como a pandemia da covid-19 afetou esse tipo de atividade, descrevendo parcialmente o adensamento tecnológico ocorrido em outro mutirão, que há mais de dez anos é realizado na Zona Oeste da cidade.

5.1.1 Uma festa na floresta: o convite à agroecologia

No dia 9 de fevereiro de 2020, uma mensagem foi reencaminhada aos diversos grupos de aplicativos de mensagens que a Rede CAU mantém para dinamizar a sua comunicação interna. Ela convidava para uma atividade que seria realizada naquele mesmo dia, um domingo, na Zona Norte da Cidade. Era o primeiro

mutirão do ano realizado por um dos movimentos de base comunitária que compõem a Rede CAU, o Verdejar Socioambiental.

Figura 14 – Réplica da mensagem recebida em aplicativo



Fonte: Acervo Pessoal. 2020.

Essa pequena mensagem era acompanhada de um breve vídeo feito com celular. Ao clicar no link que acompanhava a mensagem, se chegava à página de *Facebook* do movimento, onde o vídeo fora hospedado e onde uma carismática senhora fazia o convite:

Gente, bom dia, boa tarde, boa noite! Eu não sei quando você vai ver este vídeo... Mas eu queria convidar você para vir para o mutirão do Verdejar, no dia 09! Você está convidado e também pode trazer muda de árvore frutífera, ferramentas... Venha se juntar conosco! Venha dar a mão conosco e fazer este trabalho! Pode vir!¹¹¹.

O mutirão vinha sendo preparado há tempos. Alguns meses antes, os participantes do Verdejar Socioambiental percorreram as casas da comunidade

¹¹¹ Disponível em: VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: encurtador.com.br/syJ12. Acesso em: 10 jan. 2023.

Sérgio Silva, perguntando aos moradores da favela o que desejavam ver e colher na horta ou no sistema agroflorestal que margeavam a comunidade. Percorrendo as ruas, vielas e casas da comunidade, também entrevistaram 44 moradores, amostra que informava que 26% tinham conhecimento do termo “agroecologia”, 62% já tinham plantado alimentos ou ervas medicinais, 45% já haviam usado ervas medicinais para prevenir ou curar enfermidades, 68% gostariam de consumir mais alimentos orgânicos de origem local e 75% gostariam de se envolver mais com a horta comunitária mantida pelos “verdejantes” da Serra da Misericórdia, como divulgaram em um pequeno vídeoreportagem, onde tinham a “[...] intenção de conhecer os hábitos dos moradores ligados à alimentação saudável e agroecologia”¹¹².

Com esses dados em mãos e para promover maior comunicação popular – ou seja, produção coletiva de conhecimento e ação transformadora sobre a realidade –, foi planejado um mutirão no mês de fevereiro, quando o calor abrasador e as chuvas torrenciais do verão carioca pedem uma série de atividades de grande intensidade (como a instalação de sombrites e podas agressivas nas árvores dos arredores) para a manutenção da produção da horta comunitária e seu sistema agroflorestal anexo.

Cerca de uma semana antes do mutirão que vinham convocando pelas redes sociais digitais e por diversos contatos face a face, os membros do Verdejar Socioambiental se reuniram presencialmente. A reunião aconteceu no poroso limite entre a favela, a horta e a floresta das quais cuidam, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Era preciso planejar com detalhe as atividades da semana seguinte, viabilizar comida e música, mapear as atividades a serem desenvolvidas e, claro, planejar bem o acolhimento dos visitantes que vinham participar desse espaço de trabalho festivo, o do mutirão.

¹¹² Disponível em: VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. **Verdejar Socioambiental**. Rio de Janeiro Disponível em: <https://www.facebook.com/VerdejarSocioambiental/videos/2701301736592847>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Figura 15 – Reunião de planejamento do mutirão



Fonte: Acervo Pessoal. 2020.

Uma semana depois, no dia 09 de fevereiro, o dia foi intenso. A cerca que margeia a horta comunitária foi refeita para proteger os vegetais da investida de porcos, que andam soltos por essa parte da cidade. Árvores do sistema florestal foram podadas, seus galhos triturados e depositados na composteira ou sobre os canteiros da horta, que também foram, em parte, refeitos. Uma das pessoas que se apresentou nesse mutirão trouxe nada menos que 20 mudas de pitanga, as quais foram plantadas nas franjas da horta. Mas não apenas trabalharam com a terra: houve também celebração – especialmente na hora do almoço.

Pouco acima da horta comunitária está sendo permanentemente bioconstruído um espaço de convivência que conta com balanços, gangorra e trepa-trepa para crianças, além de um enorme fogão e forno à lenha, para uso comunitário. Lá, se preparou um almoço feito de arroz, feijão com legumes, farofa, salada crua feita com alimentos que se colheram na horta, queijo de soja (tofu) levado por um voluntário e um enorme empadão de frango adquirido por encomenda com uma das moradoras da comunidade, que também participou das atividades do dia.

Ambientado com muita música proveniente de uma caixa de som amplificada, o almoço foi também um momento de descontração e alegria. Antigos frequentadores daquela horta-floresta contavam histórias às pessoas que pela primeira vez participavam do mutirão. De como “era tudo capim-colonião” antes da agrofloresta, das histórias de caçadas de balões e combate a incêndios recorrentes nos anos 1990. Falaram sobre a importância dos mutirões, afinal, foi através desse tipo de trabalho festivo que transformaram a realidade dessa comunidade.

Um dos mais antigos participantes do movimento me contou sobre a importância dessas práticas de comunicação, que compuseram sua iniciação à agroecologia:

Eu olhava essa serra e me encantava... Aí um dia eu resolvi fazer essa trilha... Eu fui pela Maracá, saí no pico 360... E tinha um cara sentado lá... Aí a gente começou a conversar lá no meio da mata e ele me falou “olha, sábado agora vai ter um luau, e se quiser você vem...”. Aí eu fui, né? Sábado à noite, eu fui lá pra cima e cheguei... Tinha muita gente! Tocando violão, muita música e tal... Aí dali em diante comecei a frequentar... Foi a partir dos luaus que eu passei a me envolver mais com o movimento agroecológico... [Durante os mutirões do início dos anos 2000] o Poeta respaldava a gente, dizendo, “quem é músico, fica tocando enquanto o pessoal pega na enxada, pega na foice, pega nas ferramentas” ... E eu tenho orgulho de dizer que tem árvores que estão lá na mata que fui eu que plantei! (Roberto)¹¹³

No começo dos anos 2000, quando os *smartphones* ainda não eram uma realidade e o acesso à internet era extremamente precário, os “verdejantes” faziam o chamado para os mutirões com o auxílio de outras mídias: faixas eram afixadas no sopé do morro e cartazes eram colados pelos postes dos arredores. Também faziam postagens no blog da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, encaminhando por e-mail o chamado a participar desse trabalho festivo.

¹¹³ AGROECOLOGIA. Papo de cria. **Podcast.** Disponível em: <https://anchor.fm/agroecologiapapodecria/episodes/AGROECOLOGIA-Papo-de-Cria-03-e1ornod>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Figura 16 – Peça gráfica convidando para o mutirão e luau na Serra da Misericórdia, em 2012

Logo: VERDEJAR Socioambiental

"...o seu verde precisa verdejar esta redondeza sem paz, pálida e poluída... Te amo Serra da Misericórdia, te amo..."
Luiz Poeta

Luau do Poeta
SERRA DA MISERICÓRDIA
Em homenagem ao seu aniversário / dia 24-08

Traga muito amor e alegria, instrumentos, barraca e algo para degustar, frutas, vinhos...

Mutirão Agroecológico
Sábado e Domingo - 25 e 26 de agosto

Aceiro / Manejo - Horto, Horta e SAF
Sistema de Captação de Água da Chuva
Impermeabilização do Laguinho do espiral

Como Chegar
Serra da Misericórdia
Rua Sérgio e Silva, s/nº
Engenho da Rainha
Próx. ao Conj. dos Músicos
Metrô Engenho da Rainha saída lado esquerdo

Participe do Café da manhã as 10:00hs
Traga roupas leves, tênis, boné, protetor solar, ferramentas, alimentos para compartilhar e muita disposição.

Ônibus
311 / 629 / 687 / 896
/ Caxias - Inhaúma
Descer na Padaria Verão Vermelho
687 / 680 - Descer no Metrô Eng. da Rainha

Contatos:
9323-4079 - Cícero
86855984 - Marcelle
8550-01941 - Zolmir

Fonte: site da AARJ¹¹⁴.

Os mutirões que acontecem na Serra da Misericórdia estão envoltos em um ambiente de celebração, onde parece não haver distinção entre trabalho e lazer. Caixas de som amplificadas inundam o ambiente com música, uma cantoria pode ser ouvida nos interiores da agrofloresta, onde o som das caixas não penetra e pessoas recitam poesias ou cantam hinos. As histórias do lugar são partilhadas quando se caminha pela agrofloresta e se depara com um muro em ruínas, antiga tentativa de loteamento irregular desmobilizada pela militância do grupo. A produção

¹¹⁴ ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Mutirão no Verdejar e Luau do Poeta**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2012. Disponível em: <https://aarj.wordpress.com/2012/08/21/mutirao-no-verdejar-e-luau-do-poeta/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

conhecimento acontece de forma coletiva e situacional quando, por exemplo, se decide modificar a disposição dos canteiros da horta visando facilitar o manejo futuro, a produtividade do espaço ou a introdução de uma nova técnica de adubação.

Nesse sentido, o mutirão não é apenas uma das práticas de trabalho coletivo, mas de promoção da solidariedade, de produção coletiva de conhecimento, de tessitura de laços comunitários e de vinculação emotiva que possibilitam a conexão entre diversos movimentos sociais que praticam a agricultura da cidade.

Segundo Antônio Cândido (2017), o convite à dádiva do mutirão era tradicionalmente feito face a face, tendo como recurso a oralidade e o corpo enquanto meios fundamentais. No meio rural, esses elementos formavam a sociabilidade fundamental que formava um tipo de comunidade característico da sociedade brasileira: o “bairro”, onde havia homologia entre ocupação do espaço e laços familiares. Com o adensamento comunicacional – isto é, tanto o crescimento da cidade quanto a inserção de novas tecnologias de comunicação –, os mutirões têm proporcionado uma experiência comunitária que não se restringe a essas categorias, mas que ainda se baseiam na comunicação, na reciprocidade e no aspecto festivo.

Na atualidade, mutirões acontecem por toda a cidade, sendo convocados segundo os mais diversos propósitos. A reforma de um enorme casarão, antiga sede de um centro de extensão rural, também é viabilizada por um mutirão convocado por outros movimentos de base comunitária que formam a Rede CAU. A instalação de sombrites em hortas durante o verão, igualmente. Até mesmo quando se trata de trabalhos de certa forma “burocráticos”, como é o processo que leva à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), um procedimento burocrático que garante acesso a políticas públicas e direitos, se fala em mutirão Pró-DAP (LIMA, 2019; PORTILHO, 2010).

Quanto à necessidade da comunicação para a manutenção dos movimentos sociais e levando em consideração o grande adensamento tecnológico proporcionado pelos meios digitais, é sabido que

[...] os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais

rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história (CASTELLS, 2013, p. 19).

Em épocas de cidade fechada, durante o auge da pandemia da covid-19, a disponibilidade de meios digitais foi central para a viabilidade de um já tradicional mutirão realizado pelos associados à Rede CAU e de uma série de outros parceiros: o Tira-Caqui, que acontece nas encostas do Maciço da Pedra Branca na época da safra.

5.1.2 Adensamento tecnológico: a salvação da lavoura

No dia 21 de abril de 2021, dia do feriado nacional de Tiradentes, os caquizeiros das encostas do maciço da Pedra Branca abundam em frutos a serem colhidos. Produzindo em quantidade, a janela da safra vai de março a junho, com pico nos meses de março e maio. Na atualidade, a volumosa safra dessa fruta produzida na cidade é importante fonte de renda para as famílias dos pequenos agricultores da Zona Oeste da cidade (FERNANDEZ, 2009). No ano de 2015, a produção dessa fruta no município do Rio de Janeiro foi de 712,5 toneladas, embora nem toda essa quantidade seja produzida ou comercializada por agricultores ligados à Rede CAU (LIMA, 2019).

Segundo a memória de um agricultor¹¹⁵, os caquizeiros foram introduzidos na região nos anos 1950 e, ao menos em sua propriedade, as safras começaram em 1964, quando o que conhecemos atualmente como Zona Oeste do Rio de Janeiro ainda era a Zona Rural do Estado da Guanabara. De muda em muda, a cultura se espalhou pelas pequenas propriedades que circundam o Parque Estadual da Pedra Branca e, nos dias de hoje, a grande e breve safra do caqui é o insumo a um grande mutirão que marca o calendário da Rede CAU.

Devido à falta de políticas públicas de apoio à produção, à dificuldade de acesso a mercados para o escoamento do fruto e aos altos custos que a colheita do caqui requer – a fruta deve ser colhida com atenção e cuidado sem que se amasse a

¹¹⁵ TIRA-caqui 2021 ao vivo – celebração da agricultura urbana carioca com os frutos da terra. Rio de Janeiro, [S. n.], 2021. 1 vídeo (1 hora 39 min). Publicada pelo canal Rede Ecológica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gdqzEWHtM5E&t=4170s>. Acesso em: 10 jan. 2023.

polpa ou danifique a casca, caso contrário perde parte de seu valor comercial –, o escoamento desse alimento agroecológico tem se tornado muito difícil na cidade.

No ano de 2011, integrantes da Rede Ecológica¹¹⁶ e de um projeto de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) realizaram a primeira edição desse mutirão. Após a colheita, uma singela festividade marcou o processo de dádiva: partilharam um pudim feito à base de caqui, fruto da criatividade de uma agricultora. Essa experiência deu forma a um mutirão que só tem crescido desde então e em muito devido ao apoio dos movimentos sociais em rede, como destacou um agricultor ao longo da transmissão ao vivo:

O Tira-Caqui é feito pelas redes só é possível pelas redes e dentro das redes, né? Se não fosse as Redes e as ONGs, a agricultura do maciço com certeza já estaria extinta em nome de outras coisas né? Eu já acompanho essa luta há quinze anos. Em momentos muito bons e outros muito difíceis... Mas entendendo que a vida só é possível através das redes, né? Tanto as redes agroecologia, a rede ecológica... E temos as redes menores que são onde se dá a nossa atividade de roça e de comercialização. (Francisco)¹¹⁷

Mutirões como o Tira-Caqui promovem toda uma sociabilidade da agricultura da cidade. Eles rompem o isolamento que os agricultores da cidade experimentam. Geram espaços de trocas de saberes onde conhecimentos são resgatados e difundidos. Sendo em espaços como esse que o conhecimento popular opera, gerando uma série de soluções criativas para os dilemas da agricultura da cidade.

Esse mutirão tem experimentado diversos formatos ao longo do tempo. No ano de 2018, por exemplo, ele se concentrou no dia 21 de abril e centenas de pessoas se concentraram na AGROPRATA, no bairro de Vargem Grande, para ajudar na colheita. Após um café da manhã com produtos locais, fizemos uma breve caminhada da sede da associação até as propriedades, onde aprendemos a colher o caqui. Em grupos, subimos as encostas do maciço carregando caixas de madeira e a colheita atravessou o dia, que contou com um grande almoço caipira e apresentações musicais, compondo o ambiente festivo do mutirão.

¹¹⁶ Se trata de uma rede de movimentos e iniciativas que promove o consumo direto, sem atravessadores, da produção orgânica ou agroecológica da agricultura familiar do Estado do Rio de Janeiro. Vide: REDE ECOLÓGICA. **Início:** O que é a Rede Ecológica. Disponível em: <http://redeecologicario.org/sobre/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

¹¹⁷ TIRA-caqui 2021 ao vivo – celebração da agricultura urbana carioca com os frutos da terra. Rio de Janeiro, [S. n.], 2021. 1 vídeo (1 hora 39 min). Publicada pelo canal Rede Ecológica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gdqzEWHtM5E&t=4170s>. Acesso em: 10 jan. 2023.

No ano de 2019, o mutirão mudou de forma. Buscando otimizar o trabalho dos voluntários e ajudar um número maior de propriedades, foram organizadas diversas “minicolheitas”. Essa estratégia também visava melhor escoar a produção, absorvida por redes de consumo solidário operadas pela Rede Ecológica, por compras diretas e pelos pontos de comercialização correalizados pela Rede CAU em diversas feiras agroecológicas.

A pandemia da covid-19 e o cenário de risco que ela proporcionava alteraram complementemente o cenário. As atividades coletivas realizadas de modo presencial – isto é, tanto a colheita realizada de forma coletiva como a comercialização em feiras – foram severamente prejudicadas, algo que foi contornado no ano de 2021 com o auxílio da tecnologia digital.

Foram realizadas diversas reuniões on-line com dois objetivos principais: o primeiro, sistematizar uma lista de compras solidárias capazes de fazer escoar a produção e auxiliar no planejamento da colheita pelos agricultores, que teriam uma ajuda substancialmente menor que nos anos anteriores; o segundo era preparar uma grande transmissão ao vivo, na qual o aspecto celebrativo do mutirão do Tira-Caqui pudesse ser celebrado, mesmo que respeitando as regras impostas pelo isolamento social.

Com o planejamento da demanda, os agricultores da Zona Oeste puderam se antecipar ao escoamento da safra e às atividades de colheita, as quais contaram com um número reduzido de voluntários. A grande novidade proporcionada pelo uso das tecnologias digitais foi justamente conseguir fazer o escoamento da produção numa série de compras coletivas, tendo em vista salvar a lavoura da perda total. Um pouco antes, porém, no ano de 2020, uma iniciativa parecida foi desenvolvida, gerando experiência e lastro organizativo para as ações que viriam a acontecer no ano seguinte.

Por intermédio de uma colaboração internacional voltada à garantia de ações emergenciais de combate à insegurança alimentar, conseguiu-se realizar a compra e o escoamento de 13.000 toneladas de alimentos agroecológicos, dentre os quais dezenas de caixas de caqui produzidos pelos agricultores da Zona Oeste da cidade. Os recursos foram disponibilizados pela Organização Não Governamental Pão Para o Mundo¹¹⁸, uma organização humanitária criada pelas igrejas protestantes regionais

¹¹⁸ Vide: PELA dignidade humana. **Brot für die Welt**, Berlin, [20--]. Disponível em: <https://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

e livres da Alemanha que luta pela erradicação da fome, da pobreza e da injustiça. A execução do apoio financeiro ficou à cargo da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Como não poderia deixar de ser, os movimentos sociais de base comunitária realizaram um enorme mutirão para escoar esses alimentos tão necessários em épocas de agravamento da insegurança alimentar e nutricional.

Parte dessa produção foi encaminhada para Arena Carioca Dicró, equipamento público da área da cultura localizado no bairro da Penha, na Zona Oeste da cidade. Parte do Arranjo Local da Penha¹¹⁹, que se transformou em um centro de distribuição temporário. A mobilização desse equipamento público foi possibilitada pelo Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), outra organização de base comunitária que constrói as atividades da Rede CAU. Juntamente a outras frutas e verduras produzidas na cidade ou na região metropolitana, os caquis compuseram mais de 1.000 cestas agroecológicas – que também contava com uma parte de alimentos secos, como com arroz, feijão, farinha e pão agroecológicos – entregues a famílias que tiveram a sua insegurança alimentar e nutricional agravada pelo contexto da pandemia. A escolha das famílias a receberem os alimentos foi feita pelos próprios movimentos de base comunitária, conhecedores da realidade onde desenvolvem suas atividades.

Diversos voluntários se envolveram nas atividades de carregar, pesar, montar, distribuir e entregar essas cestas. Com álcool em gel, máscaras de proteção artesanalmente produzidas pelas mulheres das comunidades e muita disposição e organização, passaram dois finais de semana nesse trabalho que também tinha um componente festivo: havia música por todos os lados – seja nas caixas de som amplificadas do CEM ou nos celulares dos voluntários –, além de uma ambiência de partilha.

No ano seguinte, metodologia semelhante foi adotada, garantindo novamente o escoamento da lavoura dos produtores da Zona Oeste da cidade, mas contaram com uma inovação em ambiente digital: uma transmissão ao vivo que reforçava o aspecto festivo do mutirão e de acordo com os imperativos do isolamento social.

Cada um em sua casa, munidos de *smartphones* ou computadores pessoais, a festa tinha dia e hora marcados: uma transmissão ao vivo que contou com um

¹¹⁹ Os chamados “Arranjos Locais” são uma metodologia de promoção da agroecologia na cidade, conjugando organizações de base comunitária e equipamentos públicos como escolas, creches e clínicas da família, por exemplo.

roteiro preparado com antecedência. Logo no início da transmissão, uma das organizadoras deu as saudações e contextualizou o ineditismo:

Olá a todos e todas. Convido vocês para o Tira-Caqui 2021. Um Tira-Caqui super diferente... Estávamos comentando isso... Nunca poderíamos imaginar que o nosso Tira-Caqui, o nosso mutirão de colheita, nossa celebração da safra dessa fruta bendita da nossa região, que é o Caqui, que a gente estaria fazendo desta maneira... Mas os tempos são de pandemia, os tempos são de cuidado uns com os outros. Os tempos são de atenção máxima, então é dessa forma, com a esperança de que tudo isso vai passar que começamos o Tira-Caqui 2021.

A transmissão ao vivo seguiu um roteiro familiar para o movimento agroecológico. Começou com “uma mística” de uma professora da UFFRJ que lembrava de forma sucinta e humilde o primeiro Tira-Caqui. Na sequência, agricultores participaram com poesias e seus relatos de vida. Representantes da governança da Rede CAU difundiram o andamento das pautas e conquistas junto à Frente Parlamentar. Pesquisadoras puderam divulgar o resultado de seus projetos de extensão. Não poderia faltar, é claro, cantoria e contação de histórias, que foram o ponto alto da transmissão. Era possível participar através de comentários realizados na plataforma de transmissão ao vivo, que as apresentadoras liam de tempos em tempos.

Figura 17 – Música caipira na transmissão ao vivo do Tira-Caqui 2021

The image shows a YouTube live stream interface. At the top, the search bar contains 'tira caqui 2021'. The video player shows three people playing acoustic guitars. Below the video, the title is 'TIRA CAQUI 2021 AO VIVO - CELEBRAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA CARIOCA COM OS FRUTOS DA TERRA'. The channel name is 'Rede Ecológica' with 453 subscribers. The chat on the right shows several messages:

- Rafaela Sales de Paula: eu e minha avó ansiosas pelas receitas! :)
- Monica Rocha: são vínculos culturais, e ancestrais, É o cuidado com a manutenção com alimento do corpo e da tá, o respeito com o agricultor local.
- Valdirene Militão: caiu 😊😭
- Mariana Portilho: Volta Sarah!!
- Rita Sayão: Viva a viola!!!
- IZABEL JOIA: Opa! Música e comida para a alma ❤️
- Annelise Fernandez: Vamos de Família Bonna!
- Rita Sayão: Seu Olívio é demais!!!
- Catarina Barbosa: Ah! Que lindo!
- carmen paixao: que lindo ouvir uma verdadeira música caipira!
- Etelvína Lisboa: Viva família Bonna!

Fonte: Acervo Pessoal (2021).

5.2 Feiras agroecológicas

Escrevendo sobre os pequenos lavradores do interior do Estado de Goiás, Carlos Rodrigues Brandão (1981) afirma que, quando interrogados sobre a sua vida, os pequenos produtores rurais da região falam sobre o seu trabalho de produção, colheita e consumo de alimentos. Seriam essas as atividades que constituem o mundo – tanto material quanto simbólico – que eles habitam, o qual foi descrito pelos estudos socioantropológicos como componentes da economia de subsistência.

Quanto a esse enquadramento, o autor afirma:

Esta ideia de uma atividade humana produtora da “subsistência” está sempre associada a produtores rurais (camponeses, lavradores, “rústicos, caipiras, sertanejos etc.) que: a) ou colhem comida e não produzem excedentes para um mercado, entretanto existente; b) ou conseguem obter seus alimentos e até algum excedente para um mercado, no entanto, não existente” (BRANDÃO, 1981, p. 10).

A questão do mundo dos pequenos agricultores, da circulação dos bens e das suas vidas passa, portanto, necessariamente, pela questão dos mercados, que, vale dizer, não são simples sinônimos de demanda: os mercados são socialmente construídos por uma conjunção de valores econômicos, sociais, culturais e políticos.

Na atualidade, uma das frentes mais atuantes da Rede CAU tem sido a da construção social dos mercados para os produtos agroecológicos. Há, inclusive, como já citado anteriormente, um Grupo de Trabalho específico para tratar dessas questões, que articulam a questão da certificação orgânica da produção, passam por selos alternativos que configuram o caráter solidário dos produtos, também pela pressão por acesso a políticas públicas de compras governamentais e, como não poderia deixar de ser, também pela realização de diversas feiras agroecológicas nos mais diversos pontos da cidade.

Por muito tempo, por exemplo, alguns agricultores familiares agroecológicos do Maciço da Pedra Branca venderam seus produtos no Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) de Irajá, onde competiam com produtos ditos “convencionais” – ou seja, que utilizam adubos químicos e agrotóxicos em sua produção – vindos de outras partes do país. Nesse cenário, a produção sazonal desses pequenos agricultores sofria enorme desvantagem perante os sempre disponíveis, insossos e envenenados produtos da agricultura convencional. Embora

produzindo com excedente e expressividade econômica, esses bens tão populares como a banana, o caqui, e toda uma série de verduras, legumes e frutos que não encontravam mercados propícios à sua circulação pela cidade.

A construção social dos mercados não passa apenas por uma questão logística ou de infraestrutura física que propicie compra e venda. É preciso conhecimento sobre a imensa diversidade de alimentos produzidos na cidade, intimidade com os gestos que envolvem sua preparação e o hábito de consumir esses produtos.

No caso do que hoje se convencionou chamar de “plantas alimentícias não convencionais”, caso da chaya¹²⁰, do biri-biri¹²¹, da ora-pro-nóbis¹²² e, para alguns, até mesmo da tão tradicional taioba, os conhecimentos quanto ao preparo e hábitos de consumo desses vegetais têm se perdido com as grandes transformações nos costumes alimentares dos cariocas no passado recente, sobretudo com a hegemonia das grandes redes de supermercados no setor do abastecimento.

O objetivo deste tópico é descrever, mesmo que brevemente, a importância das feiras agroecológicas para a manutenção dos mercados para os produtos – que não são apenas vegetais *in natura*, mas também processados, serviços, artesanato e até mesmo insumos (caso dos biofertilizantes provenientes da compostagem residencial) – que contribuem para a segurança alimentar e nutricional dos cariocas. Também farei breve exposição de como esse movimento social em rede tem se utilizado das feiras agroecológicas como parte de seu repertório de ação comunicativa, que, ao ocupar as ruas da cidade, cria ambientes de contestação, exercício da cidadania e prática da interculturalidade.

¹²⁰ Proveniente da América Central, é um vegetal folhoso consumido à semelhança da couve. De fácil cultivo e grande produção, é excelente para solos degradados. Suas propriedades medicinais, pouco estudadas pela indústria farmacêutica, aparentemente vão da reposição de ferro ao combate ao alcoolismo (MORELATO, 2018).

¹²¹ De origem incerta, estudos indicam ser proveniente do Sudeste Asiático (ARAÚJO *et al.*, 2009) a pequena árvore de diversas frutas de formato oval e de marcado sabor ácido. Seu fruto pode ser utilizado para substituir o limão em diversos preparos, também para produzir sucos ou compotas. Também pode ser utilizado na redução da taxa de glicose, como reposição de Vitaminas A e C, atuando no combate à anemia.

¹²² Cactácea nativa do cerrado brasileiro, é um arbusto espinhoso que produz folhas suculentas. Suas folhas são fonte de proteína e ferro, podendo ser consumidas cruas em saladas ou cozidas.

5.2.1 Feiras de rua: um breve histórico

No início do século, durante a modernizadora gestão (1902~1906) do prefeito Francisco Pereira Passos (1836~1913), a cidade do Rio de Janeiro passou por grandes obras públicas que reformularam a zona urbana e portuária, reestruturaram sistemas de água e esgoto, combateram pandemias, abriram novas ruas e avenidas e geraram novas sociabilidades em todos os aspectos da vida urbana (BENCHIMOL, 1992), como foi, por exemplo, a modernização das práticas de abastecimento da cidade, as quais contaram com a construção de um imenso mercado municipal na área central da cidade e com a instituição de uma série de feiras livres pelas ruas da capital da jovem república brasileira.

Inaugurado em 1907, o antigo Mercado Municipal, localizado na região central da cidade, foi construído para organizar o abastecimento da cidade, anteriormente realizado de forma caótica em diversas ruas do centro da cidade. Sua estrutura metálica pré-moldada foi importada da Europa e, em suas galerias, era possível encontrar grande diversidade de gêneros secos e molhados, bebidas e demais alimentos. O mercado funcionou até o ano de 1963, quando uma mudança na orientação das políticas públicas de abastecimento e de mobilidade urbana modificaram consideravelmente esse espaço, levando à demolição desse equipamento público.

Por um lado, a implementação da lógica individualizante dos supermercados levou ao esvaziamento do modelo de abastecimento em mercados municipais; por outro, grandes obras garantidoras da mobilidade urbana sugeriam a utilização do espaço para a construção de um elevador de acesso à futura ponte Rio-Niterói. Hoje, resta do antigo mercado municipal nada mais que uma pequena fração de sua antiga estrutura, atualmente um distinto restaurante especializado em frutos do mar, uma das vocações do antigo Mercado Municipal (FRANÇA; REZENDE, 2010).

Em outra frente, o Decreto Municipal n.º 997/1904, por exemplo, havia estabelecido um novo serviço de utilidade pública para os cariocas: agora, era possível adquirir alimentos de uso cotidiano em feiras livres dispersas pelas ruas da cidade. Essa nova forma de consumo e sociabilidade, que passou a se desenvolver nas ruas da capital, vinha de encontro e buscava a superação de uma antiga herança colonial, quando os alimentos eram vendidos de porta em porta por

verdureiros, trabalhadores livres, prática que muito se assemelhava à antiga exploração “de ganho” característica do Brasil escravocrata.

Desde o início do século XX, as feiras livres marcaram os modos de uso das ruas da cidade, e foram a principal maneira de garantir o abastecimento dos cariocas ao menos até os anos 1970, quando novas formas de consumo, o das grandes redes de supermercados, se estabeleceram na cidade (SILVA; PEIXOTO, 2011). Adaptados a uma concepção de cidade voltada ao uso de automóvel, à individualização ao autosserviço e à padronização dos gostos promovida pela agroindústria que controla a variedade de produtos exposta nas prateleiras, as grandes redes supermercadistas são, na atualidade, a principal forma de abastecimento dos cariocas.

A lógica individualista dos supermercados promove valores e hábitos que constroem a diversidade alimentar, subtraem os processos de produção coletiva de conhecimento que acontecem nas feiras, dissociam dos alimentos sua trajetória, silenciam as histórias de vida dos agricultores e, enfim, esmaecem o aspecto comunitário que existe nas feiras de rua.

Embora as formas de sociabilidade das feiras livres tenham perdido parte de seu espaço para as grandes redes de varejo no passado recente, seu vitalismo social perdura: nelas, é possível adquirir produtos não convencionais raramente ou jamais presentes nas gôndolas dos supermercados; o contato com o feirante, sobretudo se ele for também agricultor, promove o diálogo de saberes sobre as propriedades e os modos de usar os víveres; a comercialização realizada sem a onerosa presença dos intermediários favorece a subsistência da agricultura familiar e o preço competitivo dos produtos; as relações de consumo se territorializam nas ruas da cidade que, assim, continua a colocar em comum as diferenças daqueles que usam as suas ruas.

No passado recente, seguindo tendências internacionais de tessitura de mercados alternativos (PORTILHO, 2010), um novo tipo de feira livre tem surgido na cidade do Rio de Janeiro: são as feiras orgânicas ou agroecológicas que se agremiam no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), dotado de mais de 20 espaços cadastrados e em atividade por todas as regiões da cidade¹²³. Há uma diferença importante entre as feiras livres e as feiras agroecológicas da cidade. As

¹²³ Disponível em: <https://www.feirasorganicas.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

primeiras são realizadas em sua enorme maioria por atravessadores, que adquirem seus produtos no Centro Estadual de Abastecimento (CEASA), no bairro de Irajá, e os revendem nas bancas da feira. As segundas são realizadas exclusivamente por agricultores familiares do Estado e da cidade do Rio de Janeiro.

A história da constituição desse circuito data ao menos do ano de 1985, sendo fruto da articulação de uma série de atores sociais dentre os quais a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a ONG AS-PTA e a ONG Essência Vital. À ABIO cabe aplicação e fiscalização do Sistema Participativo de Garantia (SPG-ABIO), uma rigorosa certificação quanto à procedência orgânica dos alimentos. As outras organizações possibilitam logística e assistência técnica aos agricultores familiares do Estado e do município, os quais abastecem milhares de famílias com seus produtos agroecológicos.

Desse modo, as feiras orgânicas têm se tornado importante espaço de apoio à economia solidária da cidade, na troca de experiências entre feirantes e consumidores, no acesso a mercados e no escoamento da produção orgânica da agricultura familiar do Estado do Rio de Janeiro (SIQUEIRA *et al.*, 2020).

Portanto, mais do que um “simples” espaço de escoamento de produtos, elas são espaço de produção coletiva de conhecimento, de troca de informações, de auto-organização do movimento agroecológico e, em certa medida, de reivindicação de novos direitos, ou seja, também se constituem em espaços de comunicação popular e promoção da cidadania (PERUZZO, 1999; SUZINA, 2021).

Na atualidade, uma das pautas que circulam pelas feiras orgânicas que constroem o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é justamente o da segurança alimentar e nutricional, que, no Brasil, tem enfrentado diversos retrocessos. Embora esse debate tenha sua origem no contexto internacional do Entre Guerras – quando as questões de abastecimento se tornaram centrais para a manutenção dos conflitos armados do Norte Global –, tem se tornado um precioso indicador de saúde de nossa sociedade, afinal, é sabido que a segurança alimentar e nutricional é a principal forma de acesso à saúde na cidade do Rio de Janeiro (BAPTISTA, 2014).

Uma das mais irreverentes feiras que compõem o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é a Feira Orgânica da Leopoldina, criada em 2014. Ela acontece semanalmente, aos sábados pela manhã, no bairro de Olaria, na Zona Norte da cidade. Ela é fruto de um processo de mobilização dos moradores do bairro para a preservação de uma praça – que o executivo municipal desejava descaracterizar.

Atualmente, essa feira é uma das principais porta de acesso a produtos orgânicos e agroecológicos do subúrbio carioca. Tem, entre seus feirantes, diversos agricultores urbanos da cidade do Rio de Janeiro e, através de atividades junto a organizações de base comunitária como o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), tem mitigado os efeitos da insegurança alimentar no Complexo de Favelas da Penha e arredores, produzindo e comunicando ruralidade na cidade do Rio de Janeiro (BORGES, 2017).

5.2.1 Ocupação do espaço público: ação e participação

Nem todas as feiras agroecológicas apoiadas pelos militantes da Rede CAU participam do rigorosamente autogerido Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Muitas delas sequer são permanentes. Às vezes pequenas feiras são organizadas enquanto formas de ação política que performam a existência da agricultura da cidade. Em outras, são realizadas enquanto tecnologias sociais que viabilizam a participação de agricultores, processadores e artesãos em espaços de articulação política. Por vezes, feiras são criadas para viabilizar um excedente de produção na região metropolitana, evocando a solidariedade campo-cidade. Desse modo, a promoção da segurança alimentar e nutricional no município toma diversas formas na experiência cotidiana, compondo repertórios de comunicação desse movimento social em rede, como pude observar pela pesquisa de campo.

Ao longo do processo de pesquisa, notei ao menos duas situações nas quais as feiras agroecológicas, voláteis, verdadeiro repertório de ação da Rede CAU, aconteceram. A primeira é a que acontece em frente ao prédio da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante a Semana da Alimentação Carioca. A segunda aconteceu no Centro da cidade, em frente aos Arcos da Lapa, em agosto de 2019.

Um dos marcos no calendário anual de atividades da Rede Carioca de Agricultura Urbana é a Semana da Alimentação Carioca, uma série de atividades que vai de rodas de conversa, visitas a propriedades, mutirões, seminários e um sem-número de outros acontecimentos realizados por toda a cidade. Tal semana, celebrada nas proximidades do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), é organizada conjuntamente com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

(CONSEA-Rio) da cidade do Rio de Janeiro, onde a Rede CAU também possui representação¹²⁴ e busca garantir visibilidade às pautas da segurança alimentar e nutricional e, como não poderia deixar de ser, da constituição de soluções criativas a esse problema estrutural da sociedade brasileira a partir das experiências da agricultura urbana carioca.

Sobre o atual panorama da segurança alimentar e nutricional no país, vale o comentário de que dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar apontam que, em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, mais de 116 milhões de pessoas, ou seja, 55,2% de nossa população, convivam com algum grau de insegurança alimentar – desse percentual, cerca de 19 milhões de pessoas, ou seja, 9,0% da população convivia com insegurança alimentar grave, ou seja, convivem com a fome, números muito superiores aos registros de 2013, por exemplo, quando a insegurança alimentar atingia 23% da população brasileira, sendo 4,2% em insegurança alimentar grave (PENSSAN, 2021)¹²⁵.

Nesse sentido, montar uma feira agroecológica em frente ao estéril prédio da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem sido uma das ações mais efetivas para comunicar a existência da agricultura da cidade e evidenciar seu potencial no combate à insegurança alimentar que existe no Rio de Janeiro. Afinal, uma pesquisa recente aponta que apenas as práticas de agricultura da cidade que se agremiam à Rede CAU conseguem comercializar mensalmente nada menos que 30 toneladas de alimentos pela cidade (LIMA, 2019).

¹²⁴ Vide item 5.3 Os Conselhos municipais.

¹²⁵ Um novo relatório da Rede PENSSAN revela um agravamento desse quadro, com 59,7% da população em situação de insegurança alimentar, sendo 15,5% em situação de insegurança alimentar grave (PENSSAN, 2022).

Figura 18 – Feira montada em frente à prefeitura do Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal. 2015

Em uma dessas feiras, conversei com uma de suas organizadoras, que me disse:

Esta semana, ela começa com uma programação muito legal, que vai de discussões a reflexões, a oficinas práticas, a conhecer as propriedades... E hoje a gente está aqui, na Prefeitura, para dizer isso: que tem agricultura nessa cidade! Este é um “café da roça” que a gente sempre fez na roça, mas este ano a gente resolveu vir aqui pra prefeitura fazer esse trabalho de conscientização e de visibilização da gente. Então é isso: a gente existe, plantar é muito importante! (Bernadete, 2016, informação verbal)¹²⁶.

As feiras não são apenas um espaço de comercialização de bens e de circulação das histórias e conhecimentos. Elas também proporcionam a auto-organização do movimento agroecológico carioca. Parte importante dessas atividades acontecem através de rodas de conversa temáticas que transformam os espaços da cidade em lugares de exercício da participação popular e de vivência da interculturalidade.

As rodas de conversa promovem a reprodução do conhecimento que circula pela oralidade, diferentemente do que acontece com o conhecimento escrito, que circula de modo dissociado ao seu contexto e situações de produção (CALI, 2017). Extremamente participativas, as rodas de conversa abarcam temas diversos que vão

¹²⁶ Disponível em: VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. **Participe da Semana da Alimentação Carioca – 2016!** Venha conhecer o que se planta e colhe na nossa cidade! Valorize a produção local! Rio de Janeiro, 17 out. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/VerdejarSocioambiental/videos/1183440835059375>. Acesso em: 02 jan. 2022.

da construção social dos mercados, conhecimentos sobre usos de plantas alimentícias, avanços e retrocessos em direitos, a questão do direito à moradia, o acesso à terra e à água, enfim, todas as pautas que concernem à agroecologia praticada na cidade do Rio de Janeiro.

A conjugação de uma feira e uma roda de conversa fortalece o elo comunitário e viabiliza a participação dos feirantes não apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas de outras partes do Estado, na construção coletiva dos diagnósticos, pautas e agendas de luta do movimento agroecológico, como pode notar em uma feira muito especial, realizada durante o Festival de Agroecologia da AARJ Metropolitana.

Figura 19 – Feira Agroecológica no Festival da AARJ-Metropolitana



Fonte: Facebook da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.¹²⁷

Realizado em ponto de grande movimentação da cidade, nos Arcos da Lapa, esse festival foi longamente preparado por diversas organizações que compõem parte do movimento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, aquelas iniciativas desenvolvidas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com reuniões virtuais, trocas de e-mails e mensagens, reuniões

¹²⁷ FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFRJ. Rio de Janeiro, 7 ago. 2019. Disponível em <https://www.facebook.com/photo?fbid=2570649082946453&set=pcb.2570651792946182>. Acesso em: 03 jan. 2022.

presenciais, visitas ao espaço e uma enormidade de atividades preparatórias, ele ocuparia toda a quarta-feira do dia 07 de agosto de 2019, tendo dois momentos principais.

Num primeiro momento, foi realizada dentro da Fundação Progresso uma enorme plenária. Com dezenas de pessoas apinhadas em um dos espaços dessa antiga fábrica de fogões, a plenária começou com uma mística sobre as origens da agricultura e, logo em seguida, uma das representantes da Coordenação Política da AARJ tomou a palavra e apresentou a dinâmica do dia: haveria, pela manhã, uma leitura da conjuntura que se apresentava ao movimento agroecológico com a participação de diversos representantes de movimentos, da frente parlamentar e de representantes da Articulação Nacional de Agroecologia.

Após um almoço agroecológico, as atividades da tarde foram realizadas na rua, em frente aos Arcos da Lapa, e contaram com dois eixos: o primeiro, uma série de rodas de conversa temáticas – como políticas públicas, mulheres, transição agroecológica e outras; o segundo era justamente uma enorme feira agroecológica, realizada em frente aos arcos, em torno da qual aconteceriam oficina, apresentações culturais e muita confraternização.

As atividades de auto-organização do movimento agroecológico – a leitura de conjuntura pela manhã e as rodas de conversa na parte da tarde – eram fundamentais para a tessitura coletiva de documentos a embasarem a frente parlamentar que o movimento agroecológico tece, numa tentativa de disputar políticas públicas e garantir o avanço de direitos¹²⁸.

Conversando com uma das coordenadoras do GT Mercados da Rede CAU, fração organizativa desse movimento em rede mais envolvida com a construção desse festival, me foi dito que

A ideia de ter uma feira e um festival é porque a gente garante a participação do agricultor... Do feirante... Porque a pessoa sair da sua propriedade e vir pra cidade, a gente sabe que é caro... A gente está na rua de outro jeito. A gente está na rua com a nossa produção, a gente quer que todo mundo tenha direito à alimentação... A gente está na rua com os alimentos... (Bernadete, 2019, informação verbal)¹²⁹.

Esse festival não contava apenas de rodas de plenárias e rodas de conversa. Na praça dos arcos foram montadas vinte barracas onde se poderiam encontrar

¹²⁸ Vide 5.4 Cartas políticas e frente parlamentar: alinhamentos.

¹²⁹ Em entrevista ao autor em 07 de agosto de 2019.

produtos frescos, processados, artesanato, saboaria, fitoterápicos e toda a diversidade de bens que a agroecologia da Região Metropolitana produz. Foram realizadas oficinas, como a de construção de um banheiro seco. Uma pequena agrofloresta então existente na Praça dos Arcos – na qual, diziam, tentava renascer um olho d’água – passou por manejo. Oficinas de perna de pau e maracatu, intervenções artísticas, muita música, um desfile de “moda sustentável”, tendas de livros e uma pequena “rádio livre” foi montada com o auxílio de uma tenda e caixas de som amplificadas.

Um dos principais objetivos de se realizar um grande festival em um espaço público tão simbólico para a cidade do Rio de Janeiro era a de comunicar a existência da agricultura da Região Metropolitana ao transeunte “desavisado”, que não se encontrava organizado junto ao movimento agroecológico fluminense. Realizada durante o dia, a transformação da ambiência da Praça dos Arcos gerava um tipo de comunicação imediata e sensível, percebida e compreendida pelo corpo daqueles que, fazendo um breve desvio de seu itinerário, puderam adentrar na feira e se envolver com as atividades do dia que transformou o Centro do Rio de Janeiro no coração da agroecologia fluminense.

As feiras agroecológicas, portanto, podem ser entendidas como um tipo de repertório de comunicação do movimento agroecológico ao criarem uma atmosfera específica nos espaços públicos da cidade. Segundo o urbanista Jean-Paul Thibaud,

[...] podemos situar a atmosfera na encruzilhada de uma estética e uma pragmática do espaço urbano. As suposições subjacentes são de que a noção de atmosfera torna possível integrar esse duplo aspecto da experiência de forma a pensar novamente sobre a relação entre ação e sentimento (THIBAUD, 2015, p. 55, tradução nossa).

Transformar a atmosfera das ruas da cidade com uma feira agroecológica gera um tipo de comunicação imediata e sensível que acontece quando uma pessoa se movimenta e sente o espaço da feira, afinal, “[...] sentir e se mover constituem dois aspectos indissociáveis do mundo que nos rodeia” (THIBAUD, 2015, p. 50). Antes de um tipo de comunicação que passe pela palavra falada ou por mídias digitais, a comunicação proporcionada pelas feiras, ao transformar a ambiência dos espaços público, é operada pela afetação dos corpos que circulam pela cidade.

5.3 Os conselhos municipais

Os conselhos municipais são espaços de escuta institucional que existem junto ao executivo municipal. Têm como principal função subsidiar as secretarias municipais com dados, iniciativas e perspectivas para a implementação de políticas públicas garantidoras de cidadania e desenvolvimento para a cidade do Rio de Janeiro, tendo na participação popular um instrumento de tomada de decisões.

Segundo Anita Gurumuthy e Nandini Chami (2020, p. 29), os espaços de escuta institucional são fundamentais para que “[...] o Estado tome conhecimento e reconheça reivindicações ainda não legitimadas por repertórios formais de pertencimento social, político e cultural, tendo um profundo significado para o projeto democrático”. Esses espaços podem expandir as concepções de cidadania caso o Estado ouça as demandas da sociedade civil e implemente políticas públicas a partir desse canal de diálogo tecido com as demandas dos movimentos sociais.

Os espaços de escuta institucional são fundamentais no alargamento da nossa concepção de cidadania e das diversas políticas públicas que as subsidiam ao permitir uma maior participação da sociedade civil na formulação das respostas aos problemas que a cidade enfrenta. Deveriam ser porosos a formas de participação menos convencionais, talvez com grande presença da tecnologia – inclusive tecnologias sociais – para promover a escuta dos cidadãos.

A implementação dos conselhos na cidade do Rio de Janeiro foi um aspecto marcante dos anos 1980. Naquela época, de intensas mobilizações pela redemocratização da sociedade brasileira, uma série de Conselhos Governo-Comunidade foram implementados, possibilitando novas experiências democráticas através de ampla participação popular, constituindo parte da cultura política da cidade.

O pleno exercício das potencialidades dos conselhos no sentido de promoverem a participação-poder (PERUZZO, 1998; TUFTE, 2017), no entanto, encontraram diversos obstáculos. Segundo o sociólogo Renan de Oliveira Rodrigues (2019), a cultura personalista e o conflito de interesses políticos foram elementos que cercearam essas possibilidades. Nos anos 1980, por exemplo, auge da implementação dos conselhos municipais, o Partido Democrático Trabalhista

(PDT)¹³⁰ tinha como objetivo – além de promover a participação popular – controlar a presidência dos conselhos exclusivamente com quadros do partido, prática que conflitava com o exercício da representação dos vereadores –, que enxergavam nos Conselhos Governo-Comunidade um adversário a seus mandatos e ao exercício da representação a eles delegada pela vontade popular.

Na atualidade, os movimentos sociais que se aglutinam na Rede CAU tem se envolvido principalmente com dois conselhos existentes na cidade. O primeiro é o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-Rio), voltado às questões do direito à alimentação adequada. O segundo é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR-Rio). Inicialmente criado em 1998 e rearticulado em 2018, por muitos anos foi vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI) da prefeitura do Rio de Janeiro.

5.3.1 O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

No ano de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial e a chegada do vírus da Gripe Espanhola ao território brasileiro, houve uma grande desarticulação das cadeias de produção e abastecimento dos gêneros alimentícios os mais básicos para o cotidiano dos cariocas. Vindos dos longínquos interiores do país, tais bens eram transportados por trem ou navegação de cabotagem ou ferrovias até a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República (SCHWARTZ; STARLING, 2020).

Essa crise levou à carestia generalizada dos alimentos e à necessidade de um novo zoneamento territorial capaz de salvaguardar o então Distrito Federal dos perigos da fome generalizada – e dos levantes populares, tão frequentes no Rio de Janeiro da época, que tal situação poderia desencadear.

É dessa época um novo planejamento urbano para as terras cariocas, que passaram a se dividir em urbanas, suburbanas e rurais (ABREU, 2013). Acrescido de obras de saneamento, o desenvolvimento de políticas públicas para o subsídio das lavouras e de uma nova infraestrutura composta de estradas e ferrovias a

¹³⁰ De fato, a implementação desses conselhos foi uma grande pauta do partido, que governava tanto o Estado do Rio de Janeiro (nos períodos 1983~1987 e 1991~1994) quanto a capital (no período 1986~1989).

facilitar a comunicação entre a zona urbana e as regiões produtoras de alimentos, tal planejamento, proposto pela gestão (1917~1918) do prefeito Antônio Cavalcanti (1849~1922), propunha transformar a Zona Rural do Distrito Federal num “grande celeiro” a abastecer a zona urbana da capital (SANTOS, 2021).

Embora as questões do abastecimento e da carestia sejam uma constante na história do Brasil desde épocas de colônia (NOVAIS, 2018), o debate ganha enorme relevância para a cidade do Rio de Janeiro, que entre meados do século XVIII e XX foi a capital administrativa do imenso Brasil. Desde o século XIX, considerável infraestrutura foi construída para garantir o abastecimento de alimentos vindos de outras províncias do país (CAMPOS, 2010), algo que se perpetuou no abastecimento da cidade até os dias de hoje.

No entanto, foi apenas na segunda metade do século XX que os problemas da fome foram encarados como uma questão geopolítica que condicionava a segurança dos Estados Nacionais.

Segundo Rodrigues (2019, p. 99-100),

A Segunda Guerra Mundial produziu novo e ainda mais forte abalo. Com o começo da Guerra Fria, o combate à fome se tornou eixo estratégico pela disputa do controle geopolítico mundial: como resultado, surgiram ao longo dos anos diversas organizações multilaterais e acordos internacionais que abordavam temas como comércio internacional, desenvolvimento da agricultura, ajuda humanitária, entre outros.

Ainda segundo o autor, a mobilização da sociedade civil, em especial nos anos 1980 e 1990, quando da redemocratização do país, levou a questão da segurança alimentar e nutricional à categoria de um direito, evidenciando a necessidade de políticas públicas para a sua consecução. Embora a da Política Nacional de Segurança Alimentar tenha tomado forma em 1991 e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nacional (CONSEA) em 1993, foi no início dos anos 2000 que a agenda ganhou força.

Na primeira década dos anos 2000, novas políticas públicas como o Programa Fome Zero deram novo impulso à pauta e às atividades do CONSEA nacional e essa efervescência cidadã deu forma aos CONSEAs estaduais e municipais – este último (CONSEA-Rio), com grande participação da Rede CAU.

Segundo Rodrigues (2019), o CONSEA-Rio possui dois períodos de institucionalização e estruturação¹³¹: o primeiro, de 2003 a 2008; um segundo de 2009 até a atualidade¹³². No primeiro marco, as reuniões não eram periódicas e as representações do conselho eram discrepantes com seu regimento, configurando um período de aprendizado popular sobre sua formação, gestão e funcionamento. No segundo período, que se inicia em 2009, o CONSEA-Rio passa a se comportar de forma mais institucionalizada e estruturada, o que, segundo o autor,

[...] abriu espaço para que o Consea[-Rio] implementasse de forma mais estruturada as suas agendas e que abrisse espaço para a introdução de novas pautas trazidas por movimentos de agricultura urbana e de consumidores e que acabaram agregadas à agenda do Consea-Rio (RODRIGUES, 2019, p. 130-131).

A atual composição do CONSEA-Rio, à semelhança do que acontece no CONSEA Nacional, é de 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de seus representantes provenientes da sociedade civil. Dentre suas principais atividades constam a realização de conferências e a criação do Plano Municipal de Segurança Alimentar do município em íntima relação com políticas desenvolvidas em outros níveis da administração pública e por outros conselhos – como o Conselho Federal de Nutrição e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, por exemplo.

A pauta da agricultura urbana se faz mais presente no CONSEA-Rio a partir de 2005, com o Decreto Municipal n.º 25.788/2005, que criou a Assessoria Municipal de Agricultura Familiar. No mesmo ano, foi realizado o I Seminário sobre Agricultura Urbana e Periurbana no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, realizou-se um Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) na cidade do Rio de Janeiro, aprofundando o debate entre segurança alimentar e as práticas agroecológicas através da representação da Rede CAU. De fato, a partir de 2009, a pauta da agricultura urbana se torna central no CONSEA-Rio, sendo que em 2014, por exemplo, um agricultor urbano foi eleito para a presidência desse conselho municipal.

Rodrigues (2019) afirma que nos primeiros anos de constituição do CONSEA-Rio, a pauta da segurança alimentar se confundia com políticas assistencialistas

¹³¹ A criação formal do CONSEA-Rio se deu pelo Decreto Municipal n.º 22.276, de 03 de abril de 2003, posteriormente modificado pelos Decretos Municipais n.º 25.269/2005 e 36.979/2013. (RODRIGUES, 2019).

¹³² Em sua pesquisa, finalizada em 2019, o autor investiga até o ano de 2018. No entanto, as atividades do CONSEA-Rio têm avançado segundo os mesmos moldes desde então.

prestadas pela prefeitura do Rio de Janeiro através da doação de cestas básicas. Nesse período, houve uma grande disputa dos movimentos sociais organizados e representados no conselho por um avanço na concepção da alimentação enquanto um direito fundamental, que deveria ser efetivado por políticas estruturantes.

Segundo o autor, o atual período de atuação do CONSEA-Rio é muito mais propositivo, afinal:

Logo nas primeiras reuniões de 2009 emergem como importantes pontos da pauta de discussões do Consea-Rio as Cozinhas Comunitárias (que os conselheiros decidem acompanhar), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar do Município do Rio de Janeiro (LOSAN-Rio), a implementação da obrigatoriedade da compra de 30% da alimentação escolar ser proveniente da agricultura familiar (PNAE), bem como a necessidade de se garantir uma estrutura básica (pessoal e física) para o funcionamento do Conselho. Eram pautas que abarcavam então: o funcionamento de equipamentos públicos de SAN, a construção de marco legal para institucionalizar a garantia da SAN na gestão municipal (compromisso dos gestores), o controle de uma política pública federal que não vinha sendo conduzida pelos gestores municipais (PNAE) e a necessidade de aparatos básicos para o bom funcionamento do Consea-Rio (RODRIGUES, 2019, p. 149).

Embora as pautas desenvolvidas com o amparo do CONSEA-Rio sejam as mais diversas e passem pela questão da Lei Orgânica de Segurança Alimentar do Município, pela instituição de ferramentas que viabilizem o acesso a políticas públicas como o Plano de Aquisição de Alimentos e influenciem nos debates sobre a tão necessária revisão do Plano Diretor do Município¹³³, dentre outras pautas, me deterei em um episódio importante do passado recente para melhor exemplificar como os movimentos sociais que compõem a Rede CAU e atuam no CONSEA-Rio se utilizam da comunicação na consecução de objetivos de promoção da agroecologia e sua relação com a segurança alimentar e nutricional.

Com o aprofundamento do debate sobre a centralidade da agricultura urbana para a garantia da segurança alimentar e nutricional, o CONSEA-Rio foi um dos espaços de escuta institucional que, junto à antiga Secretaria de Desenvolvimento e Economia Solidária (SEDE) – posteriormente absorvida pela Secretaria de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI) –, subsidiaram o legislativo e o executivo municipais na formulação do Decreto n.º 35.064 de 25 de janeiro de

¹³³ Vide 5.3.2 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

2012¹³⁴, que deu forma ao que hoje conhecemos como Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO).

Tal decreto estabelece um regimento interno e um conselho gestor para o CCFO, gerando organicidade e harmonia para a realização das feiras. Estabelece que apenas produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro possam participar desse mercado, bem como facilita o uso do espaço público das praças onde as feiras são realizadas, estabelece o rateio dos custos relativos à realização das feiras e indica o apoio a ser fornecido pelo executivo municipal – no caso, apenas banheiros químicos, que há muitos anos não são instalados pela prefeitura.

Antes de tal decreto, as feiras orgânicas já aconteciam na cidade. Eram realizadas por organizações como a ABIO, a AS-PTA e Essência Vital, sendo viabilizadas diretamente com as subprefeituras num trabalho penoso e burocrático. Desse modo, o Decreto n.º 3.065/2012 deve ser entendido como parte de uma tecnologia social desenvolvida pelo movimento agroecológico da cidade na resolução de imbrólios da segurança alimentar e nutricional históricos da cidade.

Acontece que em meados 2020, quando a pandemia da covid-19 se encontrava em montante, foi publicada no Diário Oficial do Município a Resolução SMDEI “N” n.º 069 de 10 de junho de 2020, que revogava o regimento interno e o conselho gestor do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Segundo um relatório interno da Articulação Nacional de Agroecologia, essa ação unilateral do executivo municipal acabou por inviabilizar a realização das feiras, o escoamento da produção de 200 famílias de agricultores e o consumo de 5.000 famílias na cidade sob uma justificativa aparentemente nobre: era preciso reformular os instrumentos que faziam a gestão do CCFO para garantir maior legitimidade ao processo (ANA, 2020).

Poderia se tratar de uma medida sanitária, é verdade. Afinal, em março daquele mesmo ano toda a comercialização ao ar livre fora suspensa na cidade ao tentar conter o avanço da terrível pandemia. Naquela época, o forte apoio das diversas organizações que foram a Rede CAU e o CONSEA-Rio foram fundamentais para a contenção da pandemia sem o comprometimento da realização do CCFO –

¹³⁴ RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei n.º 1854/2020**. Dispõe sobre o circuito carioca de feiras orgânicas e consolida no âmbito municipal conceitos sobre o sistema orgânico de produção agropecuária. Rio de Janeiro, RJ: [Câmara Municipal do Rio de Janeiro], 2020. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7dddd0325863200569395/0325864700576d26032585a7006cc2ee?OpenDocument&CollapseView>. Acesso em: 07 jan. 2022.

vale dizer, uma atividade essencial, pois trata da segurança alimentar e nutricional da cidade.

Uma série de conteúdos digitais foi produzida por uma campanha permanente de comunicação popular desenvolvida pela ONG AS-PTA, a campanha “Produtos da Gente”. Criada em 2009, essa campanha visa dar apoio à comercialização dos produtos agroecológicos produzidos pela Rede CAU através de um selo que atesta a procedência dos produtos. Não se trata de uma certificação orgânica, mas uma certificação de que os bens que o portam são provenientes da economia solidária de base agroecológica.

Os materiais produzidos pela campanha foram disparados em aplicativos de mensagens, postados em redes sociais e, por vezes, impressos em banners que foram afixados nos pontos de comercialização. Informavam da importância do distanciamento social, da necessidade de higienização dos alimentos, do uso de máscara facial e higienização constante das mãos, sobre a vedação ao consumo de alimentos nas feiras e outras informações fundamentais para a contenção da pandemia sem a constrição do funcionamento das feiras.

Figura 20 – Exemplo de *card* informativo que circulou por aplicativos de mensagens e redes sociais



Fonte: Campanha Produtos da Gente (AS-PTA)¹³⁵.

¹³⁵ PRODUTOS DA GENTE. Rio de Janeiro, 27 jun. 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2412230715742428&set=pb.100031093964935.-2207520000>. Acesso: 2 jan. 2022.

É preciso lembrar que o ano de 2020 foi de eleições municipais. Também vale ressaltar a nobre iniciativa que levou o então secretário a revogar o regimento interno e a governança do CCFO: garantir maior segurança jurídica ao circuito, aos feirantes e à comunidade consumidora; e poderiam contar com ele nessa empreitada pela cidadania, afinal, segundo suas próprias palavras:

Eu preciso dar segurança jurídica nessa relação existente entre a prefeitura e a sociedade civil. Há problemas? Ótimo! Precisamos detectá-los para supri-los... Por exemplo... **Eu defendo** que possamos trazer para dentro das feiras orgânicas um patrocínio... Um patrocínio de terceiros. E esse patrocínio de repente vai gerar renda para que possa essa parte das despesas do banheiro químico, de uma torneira... Que esse patrocínio possa participar na resolução do problema... Então, a intenção é de arrumarmos a casa... Estou fazendo conjecturas de coisas que podemos debater... **A secretaria não pode ficar falando com quem não conhece...** Parece-me que o bem que queremos fazer está sendo levado para o mal... **Para que quando esta administração que saia daqui,** os senhores não venham a sofrer e desconstituir os conselhos de uma vez por todas, acabar com a política... **Eu posso levar ao prefeito e falar** “Olha, prefeito, há uma área aqui que tem que ser reconhecida como rural¹³⁶... Mas, para isso, precisamos estar legitimados. **Eu preciso ir ao prefeito e à câmara de vereadores, junto com os senhores, legitimado.** Eu não posso levar um grupo que, por equívocos jurídicos de formação, não possam falar com a prefeitura... Precisamos saber quais as propostas legislativas para mudar, para melhorar... **Eu quero que os senhores estejam lá, trabalhando, com a documentação correta, para que nenhum outro governo possa vir a atingir as conquistas dos senhores...** Parece-me que é preferível criar o caos antes de se ouvir o que se pretende fazer, **o que eu quero fazer com os senhores:** consertar isso daqui pra frente, fazer disso uma política pública e que a prefeitura seja obrigada a fazer aquilo que a legislação determinar... **Eu voltarei para o parlamento [legislativo municipal], que é o meu interesse neste momento, caso não seja reconduzido para cá [executivo municipal], e lá defenderei, também, os senhores. Não sou vereador, sou assessor de vereador, mas, lá, nós temos as causas sociais como algo absolutamente necessário... Nós podemos, lá dentro, ajudar, também, quando voltarmos pra lá...**¹³⁷ (2020, informação verbal, grifos nossos).

Talvez essa fala do secretário revele as reais intenções por trás de uma atitude unilateral e exemplifique bem uma das principais dificuldades mencionadas por Rodrigues (2019) quanto ao pleno funcionamento dos conselhos na cidade do Rio de Janeiro: a disputa pelo protagonismo político e pela legitimidade dos processos decisórios entre a burocracia estatal e os representantes da sociedade civil.

A fala do secretário se deu num momento muito particular: uma audiência pública, realizada de modo remoto, convocada com o auxílio da Frente

¹³⁶ Vide item 4.3.2 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

¹³⁷ Fala do secretário municipal durante a audiência pública. Acervo pessoal.

Parlamentar¹³⁸ mobilizada por movimentos sociais como a Rede CAU e diversos conselhos, como o CONSEA-Rio e o CMDR. Em clima tenso, os membros da Rede CAU, também representantes no CONSEA-Rio se insurgiram contra a postura autoritária do executivo municipal, que simplesmente desconsiderava toda a criatividade popular que deu forma ao CCFO sob o argumento de fragilidade jurídica.

Após a exposição da secretaria, movimentos sociais, membros da coordenação do CCFO, consumidores e assessores parlamentares puderam expressar seu descontentamento com as atitudes unilaterais do executivo, que prejudicavam a segurança alimentar do município e a renda dos agricultores orgânicos de todo o Estado do Rio de Janeiro. Alguns dias antes da audiência, a coordenação política da AARJ havia escrito uma carta-manifesto pedindo a revogação dessa insana resolução da secretaria, e militantes da Rede CAU haviam feito dessa carta uma petição on-line que circulou por dezenas de grupos de aplicativos de mensagens, como comentou um dos membros da Rede CAU presente na conferência, denunciando o desconhecimento do próprio secretário sobre o funcionamento do CCFO:

Me parece que não tem conhecimento para tocar o que se propõe a fazer. E joga no lixo toda a história e a experiência das organizações. A mobilização social que foi feita em três dias, com a assinatura de 100 organizações inclusive o conselho que o secretário preside – e que nunca participou das reuniões. Mas, nós, da sociedade civil e representantes do governo também estamos participando das reuniões (2020, informação verbal)¹³⁹.

¹³⁸ Vide item 5.3.3 Frente Parlamentar.

¹³⁹ Acervo pessoal.

Figura 21 – Abaixo-assinado realizado pela AARJ e Rede CAU



NOTA DE REPÚDIO À RESOLUÇÃO SMDEI “N” Nº 069 de 10 de junho de 2020

6.349 assinaram. Vamos chegar a 7.500

Heloisa R. assinou mais de um mês atrás
 Joe G. assinou mais de um mês atrás

Primeiro nome
 Último nome
 Email

Rio de Janeiro , 20000
 Brasil

Compartilhe essa campanha no Facebook

Rodrigo M. começou essa petição para Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)

NOTA DE REPÚDIO CONTRA A RESOLUÇÃO SMDEI “N” Nº 069 de 10 de junho de 2020 que revogou o Regimento Interno do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e extinguiu
 Fonte: Site de petições Avaaz¹⁴⁰.

Felizmente e não sem prejuízo, a resolução da SMDEI foi sustada apenas doze dias depois¹⁴¹, e as feiras orgânicas da cidade puderam voltar ao funcionamento.

5.3.2 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Nos anos 1990, avanços no campo da cidadania levaram ao reconhecimento da agricultura familiar e deram forma a novas políticas públicas. Nesse contexto, é criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

¹⁴⁰ Nota de repúdio à Resolução SMDEI “n” n.º 069, de 10 de junho de 2020. Rio de Janeiro, 16 jun. 2020. Disponível em https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/articulacao_de_agroecologia_do_rio_de_janeiro_aarj_retomada_do_conselho_gestor_do_circuito_carioca_de_feiras_organicas_e_regimento_interno/. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹⁴¹ RIO DE JANEIRO. Projeto de Decreto Legislativo nº 251/2020. Susta a resolução SMDEI “n” nº 069 de 10 de junho de 2020. Rio de Janeiro, RJ: [Câmara Municipal], 2020. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/d43cd380f64fb1a9032577590052088c/635e3af71470e0b60325859000823efc?OpenDocument>. Acesso em: 10 dez. 2022.

(PRONAF), que tem sido uma janela de oportunidade para o avanço das pautas da agricultura urbana, da agroecologia e da cidadania no Rio de Janeiro.

Grosso modo, o PRONAF funciona através de uma série de rubricas que destinam recursos para o custeio e investimento das atividades rurais, financia infraestrutura e serviços municipais, capacita e profissionaliza agricultores familiares e financia pesquisa e extensão rural. Para o ano fiscal 2022/2023, por exemplo, essa política pública contava com R\$340,9 bilhões a serem investidos por todo o território nacional¹⁴².

Para acessar esse montante e implementar programas que essa política pública subsidia, é preciso que os municípios instituam os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, encarregados da oitiva da sociedade, de representantes do poder público e de organizações técnico/científicas capaz de desenvolver um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), habilitando o município a acessar os recursos. Nesse sentido, um primeiro CMDR-Rio foi criado, ainda em 1998¹⁴³, sendo logo esvaziado devido às grandes divergências internas. De qualquer modo, vale ressaltar que

Dentre as atribuições do CMDR-RIO estão: i) promoção e articulação entre as atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo Municipal e as dos demais órgãos e entidades públicas e privadas, voltadas para o desenvolvimento socioeconômico dos setores agropecuários, pesqueiro e correlatos; ii) elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural da Cidade do Rio de Janeiro – PMDR-RIO; iii) estabelecimento das diretrizes e metas necessárias às ações do Poder Executivo Municipal, levando em conta a produção, a comercialização, o fomento, a assistência técnica, o apoio aos produtores e/ou criadores e suas respectivas organizações de classe, bem como o controle do abastecimento alimentar na Cidade do Rio de Janeiro; iv) promoção de ações que contribuam para o aumento das produções agrícolas, pecuária, pesqueira e afins, capacitando e profissionalizando a mão de obra e promovendo o desenvolvimento socioeconômico do setor; v) coordenação e supervisão das ações previstas no PMDR- Rio, mediante acompanhamento e avaliações permanentes, corrigindo distorções, quando couber; vi) assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores. (TECA, 2019, p. 19)

No ano de 2018, no entanto, diversos movimentos sociais e entidades da sociedade civil se mobilizaram em prol da reativação do CMDR-Rio. O calendário sugeria tal mudança, pois segundo a Constituição Federal de 1988, cidades com

¹⁴² RECURSOS do Pronaf no Plano Safra irão aumentar em 12%. Ministério da Agricultura e Pecuária – Notícias, Brasília, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/recursos-do-pronaf-no-plano-safra-irao-aumentar-em-12>. Acesso em: 09 jan. 2022.

¹⁴³ Posteriormente regulamentado pela Lei Municipal n.º 3.097, de 13 de setembro de 2000.

mais de 20.000 habitantes devem desenvolver a cada 10 anos um Plano Diretor Municipal, mecanismo legal que orienta a ocupação do solo urbano. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a revisão do Plano Diretor Municipal culminaria em 2021, quando passaria a valer um novo ordenamento do uso do solo urbano.

Como é sabido, o então atual Plano Diretor Municipal do Rio de Janeiro considerava 100% da área da cidade como urbanizada, elemento que gera uma série de imbrólios ao acesso das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e aos processos de cidadania dela correlatos. Nesse sentido, a reativação do CMDR-Rio poderia ser mais do que um mero pressuposto ao acesso das verbas disponibilizadas pela PRONAF, seria também um espaço de articulação da sociedade civil e de avanços na cidadania carioca, uma vez que poderia fazer valer, através da constituição do Programa Municipal de Desenvolvimento Rural, os Capítulos III e IV da Lei Orgânica do Município¹⁴⁴, que versam sobre a propriedade rural e fomento às atividades agropecuárias realizadas nas terras da cidade.

Depois de tanto tempo inativo, no entanto, a reorganização do CMDR-Rio não poderia ser feita sem a nomeação de novos representantes. Antes da nomeação dos novos conselheiros, portanto, foi realizada a I Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, precedida por quatro pré-conferências realizadas nos mais diversos territórios da cidade. A realização desse amplo, diverso e participativo espaço de escuta institucional aconteceu com a mediação de um coletivo de comunicação protagonizado por mulheres foi central para a formulação, organização, produção e sistematização desse processo de comunicação popular, a Teia de Comunicação e Agroecologia (TECA).

Quadro 2 – Dados sobre as pré-conferências

Pré-conferência	Data	Local
Região A (Vargem Grande)	12/03/2018	Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande – AMAVAG
Região B (Santa Cruz)	19/03/2018	Associação Rural Nipo-Brasileira

¹⁴⁴ RIO DE JANEIRO. **Rio Lei Orgânica do Município**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf Acesso em: 09 jan. 2023.

Região C (Centro, Zona Sul e Zona Norte)	27/03/2018	UERJ (Campus Maracanã)
Região D (Campo Grande)	02/40/2018	Sindicato dos Empregados no Comércio do Município do Rio de Janeiro

Fonte: TECA (2019).

Em 27 de março de 2018, participei de uma dessas pré-conferências, a realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da qual participaram os movimentos de agricultura urbana do Centro, Zona Sul e Zona Norte da cidade, dos quais tenho maior intimidade. Tal pré-conferência foi organizada segundo quatro eixos norteadores: cadeia produtiva da agricultura urbana; dimensão institucional da política do município e as especificidades das agriculturas da cidade; organização política, formação e assistência técnica; e, finalmente, economia solidária e trabalho.

Embora assim vertidos em texto esses eixos do debate possam parecer um tanto abstratos e insossos às práticas de comunicação popular, as mediações proporcionadas pelas comunicadoras da TECA tornaram esse processo de pronúncia do mundo em tudo mais maravilhoso: começaram com uma poesia e com a partilha dos sonhos.

No auditório lotado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a terceira pré-conferência estava para começar. As comunicadoras da TECA se encontram sentadas nas cadeiras, em diversas partes da sala e, num rompante, cada uma recita uma estrofe da poesia composta por uma agricultura quilombola da Rede Carioca de Agricultura Urbana, envolvendo a todas e todos presentes.

O SOLO

O solo: o que tiramos dele?

O que deixamos nele?

Enterra-se mudas:

Colhe-se alimento.

Enterra-se dor:

Colhe-se sofrimento.

O mesmo solo de terra preta

O mesmo solo da mãe preta

Que se alimenta contemplando a vida

Que chora, e não vê secar a ferida

*O mesmo chão que aglutina alegria
 O mesmo chão que não vê saída
 Olhando para as árvores eu respiro feliz
 Olhando para o sangue, eu me revolto
 – e não revido por um triz.*

*Como pensar?
 Gente planta, gente morre,
 Gente se alegra, gente sofre.
 Todo dia, toda hora...*

*Como?
 Como!
 Como?
 Como!¹⁴⁵*

Após essa performance, se reúnem na mesa que se encontra no centro do auditório e se apresentam: eram as comunicadoras populares das pré-conferências; agricultoras, líderes comunitárias, pesquisadoras, assessoras técnicas, estudantes e culinárias – elas é que conheciam e animaram os diversos grupos de agricultura urbana da cidade a participarem desse importante espaço de escuta institucional, a reconstrução do CMDR-Rio.

Na sequência, foi a vez dos sonhos entrarem em cena. Antes de um debate bastante concreto sobre políticas públicas, formas de financiamento, leis e direitos violados, foi pedido que as pessoas presentes tomassem pétalas de flores (feitas em papel) e que escrevessem nelas seus sonhos para a cidade. Reunidas, essas pétalas brancas formaram duas grandes margaridas, que inspiraram os debates do dia. Quem conduziu essa dinâmica participativa foi uma jovem pesquisadora, que participa da Roda de Mulheres da Rede CAU que começou falando o seguinte:

Na cidade do Rio de Janeiro, na região metropolitana e no Brasil como um todo é uma luta [a da agricultura familiar] puxada por mulheres. Nessa frente que eu estou há alguns anos [a Roda de Mulheres da Rede CAU] eu sempre vejo a força das mulheres e como isso me fortalece também, né? Então a gente convida as companheiras para que sonhem junto com a gente, que peguem essas pétalas e que a gente construa umas flores pensando em sonhos mesmo, sabe? Pensando em questões relacionadas à vida das mulheres e essa luta tão importante que é a agricultura urbana.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Poesia criada por agricultora Saney Souza e Disponível em registro audiovisual sobre a 3ª Pré-Conferência. VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://www.facebook.com/VerdejarSocioambiental/videos/574946286266917>. Acesso em: 09 jan. 2023.

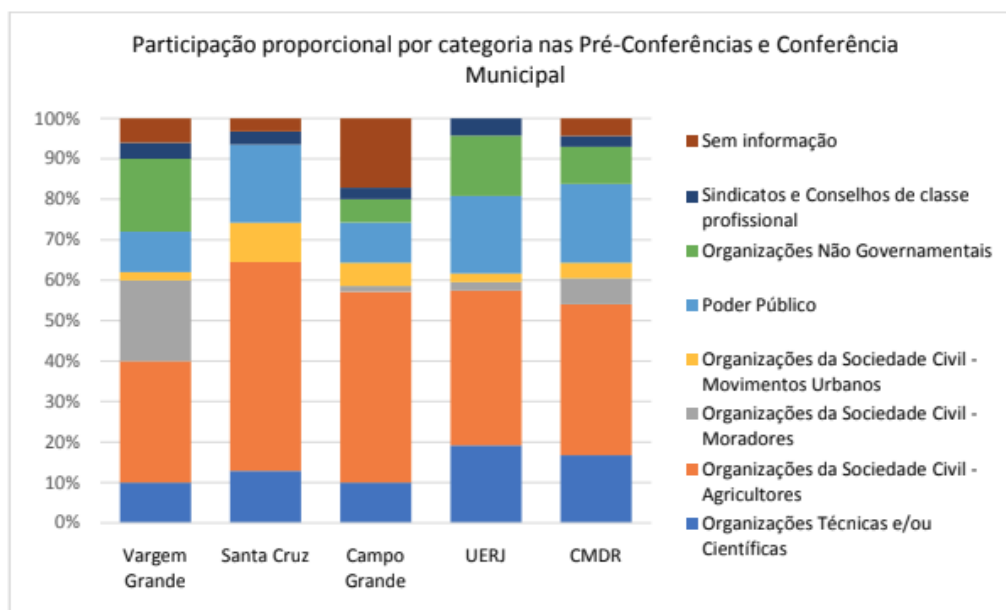
¹⁴⁶ VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL Disponível em: <https://www.facebook.com/VerdejarSocioambiental/videos/574946286266917>. Acesso em: 09 jan. 2023.

Na sequência, os presentes foram convidados a participar de quatro rodas de conversa, nas quais foram debatidas as fortalezas e oportunidades, bem como as fraquezas e ameaças que as pessoas experimentavam em seus territórios. A necessidade de fortalecimento das feiras agroecológicas, a cooperação técnica com as universidades, as dificuldades no acesso de políticas de compras governamentais – como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos –, a urgência de maior apoio logístico ao escoamento da produção e de fortalecimento da economia solidária foram alguns dos temas que circularam por essas rodas de conversa, posteriormente sistematizadas em relatório (TECA, 2019).

Ao final do dia, mais um importante passo havia sido dado na construção da I Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, do qual participariam os novos conselheiros e restituiria o CMDR-Rio, empossado em 19 de dezembro de 2018¹⁴⁷. Sucesso de mobilização, participação e propostas, as atividades desenvolvidas pela Teia de Comunicação e Agroecologia foi fundamental, gerando inclusive uma excelente sistematização do processo, que foi posteriormente entregue em mãos ao subsecretário da SMDEI, presidente desse importante conselho da cidade.

¹⁴⁷ RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Rio é recriado. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Notícia**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8884151>. Acesso em: 09 jan. 2023.

Gráfico 1 – Participação proporcional por categorias nas pré-conferências e na conferência municipal



Fonte: TECA (2019).

Realizando encontro mensais presenciais e, com a pandemia da covid-19, também virtuais, as atividades do CMDR-Rio foram espaço fundamental para a construção coletiva das pautas, da articulação política e das reivindicações que a Rede Carioca de Agricultura Urbana realiza pelo direito à cidade.

Para os movimentos sociais que compõem a Rede CAU, talvez as principais pautas a serem debatidas e encaminhadas por esse conselho a outras esferas do poder público se referiam às questões do zoneamento da cidade, do resgate de um antigo plano de desenvolvimento rural, da emissão de Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP) e do acesso às políticas de aquisição de alimentos da cidade.

Todas essas questões estão relacionadas e a oportunidade de ação proporcionada pelo PRONAF e pela constituição do necessário CMDR-Rio foram uma janela de oportunidade para, sobretudo, pressionar por maior atenção à emissão e salvaguarda das DAPs – documentos utilizados para identificar e qualificar as unidades familiares de produção agrária, garantindo acesso a mercados (como o Plano de Aquisição de Alimentos [PAA] e o Plano Nacional de Alimentação Escolar [PNAE]) e de financiamento à produção.

Outro ponto fundamental era a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)¹⁴⁸, que caracteriza a ocupação urbana do solo da cidade, dificultando o reconhecimento de áreas agrícolas no Rio de Janeiro e criando obstáculos à produção de alimentos em áreas de proteção ambiental e suas zonas de amortecimento. A LUOS, por sua vez, está condicionada pela Lei n.º 111, de 01 de fevereiro de 2011, que regulamenta o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

As atividades do CMDR-Rio foram intensas e não se circunscreveram a esses debates. Para a SMDEI, por exemplo, era fundamental que o CMDR-Rio fosse um instrumento capaz de consolidar projetos desenvolvidos pela própria prefeitura, como o Projeto Hortas Cariocas¹⁴⁹ e, quem sabe, viabilizar o Rio de Janeiro como a cidade-sede, na América Latina, de uma cooperação internacional assinada pela prefeitura em 2016: o Pacto de Milão para a Política Alimentar Urbana¹⁵⁰. Seria algo que daria continuidade à já consolidada tradição da cidade em hospedar grandes fóruns globais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Um episódio importante para a Rede CAU junto ao espaço de escuta institucional do CMDR-Rio, no entanto, aconteceu em outubro de 2019, quando aconteceu a oitava desse conselho pelo Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, atuante desde 2012. Instituído quando da aprovação do Plano Diretor Municipal (PDM) então em vigor (2011), é tarefa desse comitê constituído por técnicos do executivo municipal realizar o acompanhamento contínuo e a publicização de relatórios e monitoramentos quanto à implementação do PDM.

Em verdade o próprio Comitê Técnico já havia participado de uma das reuniões ordinárias do CMDR-Rio, informando dos trâmites que envolveriam o processo de revisão do PDM, o qual contaria com uma série de espaços participativos para a sociedade civil. Ficou acordado que, em outra oportunidade, o Comitê Técnico convidaria os conselheiros do CMDR-Rio à uma de suas reuniões, de modo a formalizar as contribuições do conselho à essa etapa preparatória da revisão do Plano Diretor Municipal.

¹⁴⁸ Lei Municipal Complementar n.º 33/2013.

¹⁴⁹ Se trata de um programa da Prefeitura do Rio de Janeiro, que promove apoio à implementação de hortas em escolas e espaços públicos.

¹⁵⁰ PACTO DE MILÃO SOBRE POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO URBANA. Oikos – Cooperação e Desenvolvimento (www.oikos.pt). 23 dezembro de 2015. Disponível em: https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

Ao saberem desse convite, os representantes da Rede CAU presentes no CMDR-Rio começaram um enorme processo de mobilização. Em reuniões presenciais, em convites a pesquisadores, por telefonemas e mensagens em aplicativos de mensagens, convocaram toda a rede de movimentos a sistematizarem suas experiências de agricultura da cidade, de modo a serem apresentadas nesse importante espaço de tessitura da política pública.

No dia e hora marcados, agriculturas dos quintais produtivos, lideranças comunitárias das favelas da Zona Norte, feirantes, pesquisadores, técnicos, consumidores e militantes que constroem a Rede CAU se deslocaram até o Palácio da Cidade, sede do executivo municipal, expor suas demandas aos técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro.

Para começar os trabalhos, falou em nome da Rede CAU uma representante do Grupo de Trabalho Governança, encarregado da coordenação política e do azeitamento das diversas frentes e ação dessa rede de movimentos. Ela começou contextualizando sobre a importância daquele convite:

Gostaria de agradecer a esse espaço de diálogo e de convergência que dá a oportunidade de os movimentos sociais também falarem um pouco dessa história, contar um pouco pra vocês de nossa identidade, de nossas lutas e do que a gente foi organizando de uma história de mais de 300 anos... De uma ocupação de uma agricultura que é sustentável, pensando principalmente nas pessoas e na produção de alimentos para todos... Então agradecemos ao pessoal do Plano Diretor que esteve com a gente lá no conselho (CMDR), e acho que agora vai ser um momento de alguns diálogos com a sociedade civil... Nós somos a Rede Carioca de Agricultura Urbana, um movimento social de agricultura da cidade do Rio de Janeiro, temos dois assentos no conselho: pra um agricultor e para um jovem... E é muito importante a gente estar aqui, pra gente entender que existe uma agricultura da cidade também. Porque pior do que ser discriminado é você não existir... Você ser invisível... A sua atividade econômica, a sua sobrevivência, a sua forma de vida não existir, não estar no mapa e não estar incluída nas políticas públicas, pois houve um processo de silenciamento da agricultura, de mais ou menos 40 anos, nesta cidade... (Bernadete, 2019, informação verbal)¹⁵¹.

Durante a fala da Rede CAU, alguns momentos chamaram a minha atenção. Quando lideranças comunitárias das favelas da Zona Norte da cidade apresentavam os contraditórios que envolvem a produção de alimentos agroecológicos nas favelas, projetaram uma fotografia de uma das hortas comunitárias que pontilham a Serra da Misericórdia.

¹⁵¹ Extrato de fala de membro da governança da Rede CAU, proferida em reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor, em 2019. Acervo pessoal.

Neste momento, um dos conselheiros do CMDR-Rio, representante do poder público, funcionário de carreira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA), pediu a fala a título de complemento técnico ao que expunham os conselheiros representantes da sociedade civil:

Existe agricultura e existe meio rural a despeito da não identificação pelo poder público. O poder público pode não apurar no espaço, não identificar no espaço, mas existem relações sociais agrárias, atividade agropecuária e pessoas vivendo da agropecuária no território carioca... E não são poucos! A despeito das leis de ocupação [do solo] nós não estamos nos centralizando sobre o uso do solo... São modos de usar o território que tem que sensibilizar vocês para garantir leis sobre o uso do território e sobre a ocupação do território... Então, muitas vezes os técnicos vão ver isso como uma “matéria”, um mato, mesmo... Esse é o dilema: é uma agricultura não convencional. (Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA])¹⁵²

Outra fala fundamental foi de uma pesquisadora convidada pela Rede CAU¹⁵³, que cotidianamente constrói o GT Roda de Mulheres dessa rede de movimentos, fundamental à reorganização do próprio CMDR-Rio. Economista, através de uma pesquisa que envolvia a triangulação de dados de institutos de pesquisa aplicada, entrevistas, revisão bibliográfica e observações em campo, ela conseguiu mensurar o volume da produção de alimentos que circulam pelas atividades da Rede CAU: atual (2019) e mensalmente, são 30 toneladas de alimentos agroecológicos *in natura* ou processados.

Sua fala, no entanto, embora tivesse esse componente positivo tão querido pelo pensamento lógico que encanta a burocracia estatal, também tinha um componente sensível, verdadeiramente cotidiano e de difícil quantificação:

Quando a gente [da Rede CAU] fala de agriculturas... A gente fala de agriculturas **da** cidade, né? A gente [senso comum] tem muito essa concepção de que a agricultura... Como se ela fosse alguma coisa antiga, **na** cidade¹⁵⁴.... A gente tem uma agricultura **da** cidade também! Existe uma agricultura dos quintais, uma agricultura *indoor* também... Tem uma urbanidade que se reinventa com as práticas da agricultura... E, quando a gente fala de agricultura no Rio de Janeiro, é sempre visto como algo “menor”, né?, como se estivesse estudando “só as feirinhas”... Mas é que tem coisas que não são mensuradas [em microescala], como, por exemplo,

¹⁵² Extrato de fala de membro do MAPA, proferida em reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor, em 2019. Acervo pessoal.

¹⁵³ Essa fala contou com a contribuição de uma processadora-feirante bem como de uma pesquisadora ligada à UFRRJ, ambas conselheiras do CMDR-Rio.

¹⁵⁴ Se refere à ideia da continuidade de arcaísmos em meio urbano, subtraindo o caráter de mediações de mediações que a cidade opera e da criatividade popular na invenção dos modos de habitar o espaço urbano.

a questão de amenizar a questão do clima, a questão dos venenos, a questão das nascentes que estão sendo preservadas [...] E a gente esquece, por exemplo, da auto produção! Quantos quilos de alimentos, por exemplo, nesses quintais, se deixam de comprar alimentos porque tem no quintal... São muitas questões envolvidas (Caren, 2019, informação verbal)¹⁵⁵.

Segundo essa proposta sensível, falaram agricultoras da Zona Oeste da cidade, as quais cultivam, cuidam e comercializam os produtos provenientes de seus quintais, todos com certificação orgânica quanto à procedência desses alimentos:

Eu tenho uma horta, um quintal... E esse quintal me dá força, me dá alimento... E esse alimento é sem agrotóxico. Nós fazemos nossa compostagem, toda feita por nós. E a gente continua lutando com essa força da agricultura da cidade... Porque falam que não existe agricultura... Existe, sim! Nós temos agricultura sem veneno, que você pode dar pros seus filhos, que você pode vender pra escola, e que também nos alimentamos dela!¹⁵⁶

Na sequência, outra agricultora urbana teve a possibilidade de expressar por sua voz outra forma de habitar a cidade e de externar a importância de ser ouvida naquele espaço propiciado pelo CMDR-Rio:

Eu me sinto muito grata de estar aqui, nesta manhã, para dizer que a agricultura mudou a minha vida! Eu fui criada comendo alimentos da horta, mas eu não tinha noção do quanto que isso poderia mudar a minha vida numa fase que eu estava com depressão... E posso te garantir: isso mudou a minha história e a vida! E quando começou [o trabalho de assistência técnica que deu forma à Rede CAU] eu pensei “poxa, trabalhar com uma enxada? Será que eles são loucos?”... E fui experimentar... E comecei a participar. No início foi difícil... Mas, se você for lá, agora, eu estou com uma plantação de chuchu. E se você pega aquele chuchu [pra cozinhar], ele vai fazer uma diferença... A gente tem uma dificuldade com sementes, por exemplo, e a gente precisa de vocês [da comissão]... Esses dias eu vendi uma verdura pra uma amiga que mora num apartamento... Ela tava com problemas de insônia... Aí eu falei “o alface assim, faz o almeirão assado” [...] E ela me ligou e falou: menina, eu dormi tão bem que eu perdi a hora do meu trabalho! [...] Gente, que coisa maravilhosa, né? (Fátima, 2019, informação verbal)¹⁵⁷.

As atividades de revisão do PDM não se encerraram com a oitiva do CMDR-Rio perante o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, muito pelo contrário.

¹⁵⁵ Extrato de fala de membro da Roda de Mulheres da Rede CAU, proferida em reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor, em 2019. Acervo pessoal.

¹⁵⁶ Acervo pessoal.

¹⁵⁷ Extrato de fala de agricultora urbana de um quintal produtivo, proferida em reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor, em 2019. Acervo pessoal.

Um longo processo de disputa sobre os rumos da cidade e sobre a necessidade de participação se instaurou ao longo dos próximos anos através uma série de audiências e, inclusive, da constituição de fóruns que visavam constituir um Plano Diretor Popular, “alternativo”: movimentos sociais da cidade acusavam o executivo municipal de não levar à sério a participação popular, algo bastante comum por todo o globo (OPU, 2014).

De todo o modo, ao menos nesse espaço de escuta institucional, a Rede CAU buscou se fazer ouvir pelo poder público ao coordenar um intenso diálogo entre movimentos de base comunitária pelo futuro, sustentável e agrícola, da cidade do Rio de Janeiro. A Rede CAU fez um enorme esforço de sistematização junto a técnicos e pesquisadores, inclusive este que escreve o relato, para sensibilizar o Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Diretor. A presença dos agricultores e lideranças comunitárias também foi fundamental, afinal, a participação desses atores sociais diretamente afetados pela política de zoneamento da cidade era central.

Uma vez que a oralidade é a forma preferencial de organização da vida desses atores sociais, sua presença nesse espaço de escuta institucional era fundamental. Vale lembrar que como Nick Coudry (2010) afirma, levar a sério o exercício da voz gera uma contestação à doutrina neoliberal imposta na América Latina, que se faz sentir também no ordenamento das cidades ao orientar seu planejamento segundo o critério do lucro ou da especulação imobiliária, silenciando outras formas de habitar as cidades.

5.4 Cartas políticas e frente parlamentar: alinhamentos

Durante minha participação em feiras agroecológicas, plenárias de planejamento, rodas de conversa, conselhos municipais ou em outras atividades de comunicação e protesto realizadas pela rede de movimentos sociais agremiada na Rede CAU pude encontrar, frequentemente, parlamentares do legislativo municipal e estadual participando desses espaços. Talvez contrariando as expectativas, o contrário também é frequente: quem percorre os corredores, galerias e plenário da câmara de vereadores também pode encontrar feirantes, agricultores,

pesquisadores, técnicos, consumidores e militantes que constroem a agricultura da cidade participando e incidindo dos debates do legislativo.

Em um país onde a trajetória autoritária e os impeditivos à participação popular nos processos decisórios foram uma constante, a proximidade entre o movimento agroecológico carioca e uma série de mandatos parlamentares progressistas chama a atenção. Especialmente quando falamos no poder legislativo, encarregado do controle social do poder através da formulação de leis e da fiscalização das ações do executivo.

Segundo o jurista José Afonso da Silveira (2010, 145), as leis seriam “[...] o ato oficial de maior realce na vida política”, e complementa:

[...] é por meio dela [a lei] que o poder estatal propicia ao viver social modos predeterminados de conduta, de maneira que os membros da sociedade saibam, de antemão, como pautar-se na realização de seus interesses individuais. [...] Significa dizer que a lei não deve ficar numa esfera puramente normativa, mas deve influir na realidade social. Isto é, não pode ser simplesmente lei de arbitragem, lei que arbitra, simplesmente, os conflitos interindividuais ou intersubjetivos, como correria no Estado liberal, apenas visando a manutenção da ordem. Há, também, que ser lei de transformação, lei destinada a interferir na direção da economia e realizar o desenvolvimento nacional. Ela é, por isso, reconhecida como o instrumento constitucional de maior importância no controle social. (SILVA, 2010, p. 145-146)

A trajetória da ideia de desenvolvimento no Brasil, no geral, e na cidade do Rio de Janeiro em particular, tem na elevação dos indicadores de crescimento econômico, industrial e de urbanização suas finalidades. Segundo esses fundamentos, que ainda orientam o debate público, a formulação de leis e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao sobretudo ao incremento das indústrias do petróleo e do turismo ignorando outros modos de habitar a cidade.

Disputando publicamente a noção e os rumos de desenvolvimento para a cidade, os movimentos sociais que se agremiam na Rede Carioca de Agricultura Urbana desenvolvem um constante trabalho de comunicação popular junto a mandatos progressistas na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo dessas ações não é apenas garantir a formulação de novas leis capazes de promover o desenvolvimento da cidade, mas fazer cumprir as leis que já existem, bem com as políticas públicas delas decorrentes, de modo que a cidadania – que não deve ser confundida com o mero enfeixamento de leis – possa se exercer na vida cotidiana.

Embora existissem factualmente desde 2005, as Frentes Parlamentares na Câmara de Vereadores foram regulamentadas no ano de 2017. Esta deriva de Comissões Permanentes que já existiam no legislativo – como é o caso da Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura e da Comissão Permanente de Meio Ambiente – conforme o Precedente Regimental Nº 66, de 13 de março de 2017.

A Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Agricultura Carioca foi instituída pelo Ofício GVR Nº 11 de 03 de fevereiro de 2021¹⁵⁸. A frente conta atualmente com 30 vereadores de 13 partidos políticos dentre os quais se destacam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido dos Trabalhadores (PT), respectivamente com 07 e 02 vereadores.

Vale lembra a sinergia entre as pautas da segurança alimentar e da agricultura da cidade. Quando falamos da garantia da segurança alimentar, nos reportamos a todas as políticas públicas realizadas pelo município, que abarcam os restaurantes populares, bancos de alimentos, alimentação escolar e ações emergenciais, por exemplo. No caso da alimentação escolar, uma lei federal¹⁵⁹ determina que ao menos 30% dos recursos repassados pela União aos municípios sejam empregados na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar. Esses recursos poderiam ser empregados na aquisição de alimentos produzidos na própria cidade, por exemplo, gerando desenvolvimento local, garantindo a subsistência da agricultura familiar carioca e promovendo a cidadania do pequeno agricultor da cidade – é justamente nesse ponto que faltam as políticas públicas que a Frente Parlamentar tenta articular.

Nem todos os parlamentares que compõem a frente, no entanto, representam os interesses dos movimentos agroecológicos da cidade. De caráter suprapartidário, coexistem nas Frentes Parlamentares diversos entendimentos do que seja o interesse público relativo à segurança alimentar e ao papel da agricultura urbana

¹⁵⁸ RIO DE JANEIRO. Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Carioca. Rio de Janeiro, 11 mar. 2021. Disponível em: http://www.camara.rio/includes_php/comissao.php?ft=159. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁵⁹ BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: [Presidência da República], 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

nesse cenário. Em sua dissertação de mestrado, por exemplo, Renan Rodrigues demonstrou como o debate de segurança alimentar na cidade do Rio de Janeiro muitas vezes é subvertido à ideia de caridade, compondo uma série de práticas clientelistas entre vereadores e sua base eleitoral (RODRIGUES, 2019).

Um dos repertórios de comunicação da Rede Carioca de Agricultura Urbana trata, portanto, da tentativa de pactuar com os vereadores o seu compromisso com a agroecologia, exercido na Frente Parlamentar. Para isso, constrói um longo processo de mapeamento, discussão e sistematização que culmina em cartas-compromisso, as quais são apresentadas aos candidatos em época de eleição. Também se mobiliza em audiências públicas, seminários, na fiscalização do cumprimento e sugestão de novas leis que salvaguem os direitos e promovam a cidadania dos cariocas.

No ano de 2020, essas práticas comunicacionais atingiram um grau inédito de sinergia ao se coadunarem com iniciativas semelhantes realizadas em todo o território nacional. Articulada com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e com a Articulação Nacional de Agroecologia, a Rede Carioca de Agricultura Urbana participou de uma iniciativa que ficou conhecida como “Agroecologia nos Municípios”, que buscava maior incidência política e compromisso público dos candidatos do pleito de 2020 com as pautas da agroecologia.

Em um pequeno vídeo que circulou por redes sociais digitais e aplicativos de mensagens, é possível compreender um pouco mais a dinâmica dessa iniciativa:

Em 2020, a Articulação Nacional de Agroecologia identificou mais de 700 experiências de políticas públicas municipais em cidades de todas as regiões do Brasil. Essas experiências ajudam a melhorar a vida das pessoas através da agricultura familiar e da agroecologia. Pode ser incentivando a comercialização de produtos agroecológicos, garantindo a alimentação escolar saudável, restringindo o uso de agrotóxicos, e muito mais! Este levantamento deu origem à iniciativa “Agroecologia nos Municípios”. Foram escolhidas 52 cidades para participar. Nesses lugares, a Articulação Nacional de Agroecologia irá identificar que políticas e iniciativas já existem, e quais são as prioridades para as pessoas que vivem ali. Juntos, a sociedade civil e os gestores e gestoras, poderão criar um plano de incidência, ou seja, um conjunto de ações para elaborar, qualificar ou ampliar as políticas públicas, projetos e leis importantes que apoiam a agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional e que fortalecem a agroecologia. O município é o lugar onde o povo está mais perto dos seus representantes. Mobilize sua comunidade! Participe!¹⁶⁰

¹⁶⁰ ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Apresentação**. 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

5.4.1 Um longo processo de comunicação

Estamos vivendo um momento político delicado em que o fascismo do governo Bolsonaro vem ganhado expressão pública e se enraizando nos estados e municípios, ameaçando a democracia, os direitos humanos e os movimentos sociais que lutam por condições dignas de vida para as camadas populares. Esta mesma onda conservadora reproduz nos municípios a prática do acirramento de conflitos por terra e território. Nossa carta traz propostas críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista e propõe ações de fortalecimento do campo social e ambiental. Nunca é demais lembrar que a Agroecologia é um movimento de classe trabalhadora e também se coloca a favor das pautas feministas, antifascistas e antirracistas; a favor da diversidade, dos direitos da comunidade LGBTQ+ e contra qualquer tipo de discriminação ou preconceito (AARJ, 2020, p.03)

O fragmento acima consta na terceira página da carta-compromisso, que nas mãos dos militantes da Rede CAU circulou por toda a cidade. Cartas semelhantes também circularam por Maricá e Paty do Alferes, outros municípios onde a AARJ havia sistematizado importantes experiências e desejava incidir politicamente com mais coesão. Com o subtítulo “propostas de políticas de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional em nosso município”, sua última página era composta de um termo de compromisso onde a pessoa candidata ao legislativo ou ao executivo poderia declarar, publicamente, seu apoio às demandas da agroecologia fluminense e carioca.

Figura 22 – Última página da carta-compromisso, na qual os candidatos podem declarar publicamente o seu apoio às pautas da agroecologia



AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES: POR POLÍTICAS DE FUTURO

Eu, _____
 , candidata (o) ao cargo público de _____ no
 Município _____, Estado do RJ, comprometo-me
 a, caso eleita (o), trabalhar em diálogo com a sociedade civil para tornar
 efetivas as proposições apresentadas no documento “Agroecologia nas
 Eleições: propostas de políticas de apoio à agricultura familiar e à
 agroecologia e de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional
 em nosso município”.

Assim sendo, assino a presente Carta Compromisso.

Nome da(o) candidata(o)	Número	Partido	Assinatura	Local e data

Rio de Janeiro, 08 de Outubro de 2020

Fonte: Acervo pessoal. 2020.

Ao longo da carta, são apresentadas as instâncias organizativas do movimento agroecológico de nível municipal ao nacional, descreve a conjuntura política segundo o ponto de vista dos movimentos populares, apresenta sistematizações de 53 experiências exitosas da agroecologia nos municípios – em especial, os três municípios fluminenses citados anteriormente – e propõe uma agenda de ações para os candidatos. Eram 43 propostas que abarcavam a comercialização, circuitos curtos e compras institucionais; a inclusão produtiva com segurança sanitária; infraestrutura nas áreas rurais; reforma agrária e direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais; sementes, biodiversidade, águas e meio ambiente; cultura e comunicação; resíduos sólidos e compostagem; agricultura urbana; práticas integrativas e complementares no SUS;

assistência técnica e extensão rural; educação e juventudes; economias populares e solidárias; controle e restrição de atividades que geram impactos negativos; reconhecimento de povos comunidades tradicionais no campo e na cidade; e, por fim, participação social e governança.

A carta-compromisso, no entanto, não foi a única atividade de comunicação realizada pela Rede CAU naquele ano. Em verdade, ela era o produto de um longo processo de comunicação, subsidiado tanto pela ANA quanto pela AARJ, e que contou com uma sistematização prévia, com diversos pequenos vídeos iniciadores dos debates, uma coleção de cadernos voltados ao apoio e à sistematização da mobilização política, e, como não poderia deixar de ser, uma série de quatro rodas de conversa sobre a incidência política da agroecologia na vida pública da cidade.

A primeira etapa consistiu em um mapeamento realizado pela ANA, que logo chegou às mãos – melhor dizendo, nos celulares – dos participantes da Rede CAU. Era um breve documento sobre a cidade do Rio de Janeiro. Em suas quatro páginas, ele descreve brevemente a geografia e a demografia do município, as contribuições da cidade para o avanço das pautas de agricultura alternativa e da agroecologia, a centralidade na construção de mercados para os bens agroecológicos na segunda maior cidade do país e as arbitrariedades vividas durante o período pandêmico. Serviria ao subsídio das atividades subsequentes.

Uma segunda etapa foi constituída por uma série de materiais digitais produzidos pela ANA, como um pequeno vídeo¹⁶¹ onde se denunciava a falta de acesso a direitos e políticas públicas pelas 4 mil famílias de agricultores do município do Rio de Janeiro. Sem acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, esses agricultores da cidade não conseguem acesso ao crédito agrícola ou à política de aquisição de alimentos que compõe a alimentação escolar, por exemplo. Nesse pequeno documentário, acompanhamos o cotidiano de um casal de pequenos agricultores da Zona Oeste da cidade, onde eles nos mostram a propriedade, a diversidade dos seus cultivares, descrevem como processam alguns desses alimentos, demonstram como têm reflorestado e preservado as encostas do Maciço da Pedra Branca.

¹⁶¹ ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. A cidade também planta. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=onF0Jlh0eGE>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Também foi sistematizado, produzido e divulgado uma coleção de cadernos¹⁶² que subsidiavam questões sobre o Estado e a constituição de políticas públicas, a incidência política e a participação popular, o funcionamento do orçamento público e suas relações com as políticas públicas e o acesso à informação e o direito à comunicação.

Munidos de todos esses dados, os militantes da Rede CAU realizaram o ponto alto e mais participativo desse processo: uma série de quatro rodas de conversas, feitas completamente online e com o recurso a aplicativos de videoconferência.

No dia 21 de setembro de 2020, às 18h, a Rede Carioca de Agricultura Urbana realizou a sua primeira transmissão ao vivo em seu canal de Youtube¹⁶³: se tratava de roda de conversa viabilizada por um aplicativo de videoconferência, uma necessidade do isolamento social. Embora inovadora por utilizar os meios digitais como propiciadores da participação do debate político, a roda de conversa seguiu um formato tradicional e exitoso, já bastante socializado nas práticas da agricultura urbana.

¹⁶² ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Apresentação**. 2021. Disponível em <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁶³ REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA. Disponível em: <https://www.youtube.com/@redecariocadeagriculturaur9502>. Acesso em: 20 jan. 2023).

Figura 23 – Card convocando para a Roda de Conversa a ser realizada em 21/09/2020



Fonte: Acervo pessoal. 2020.

O convite para participar da roda de conversa havia circulado em grupos de aplicativos de mensagens desde o começo da manhã. Ao final do dia, enquanto as pessoas se conectavam ao aplicativo de videoconferência, músicas compostas e gravadas de modo independente por movimentos populares descreviam a luta pela terra e pela vida. Na sequência, um pequeno vídeo, que faz parte de uma campanha pela valorização da agricultura familiar e dos produtos agroecológicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi veiculado, para dar um pouco o tom dos debates.

O vídeo narra a história de duas vizinhas que cultivavam uma pequena horta na Colônia Juliano Moreira, bairro da Taquara, na região Jacarepaguá. Uma delas tinha há muitos anos uma horta, que foi destruída para a construção de um condomínio pela prefeitura do Rio de Janeiro. A outra, vinda do Nordeste, tinha na memória as lembranças de uma relação próxima com a agricultura, que desejava resgatar. Unidas pelo desejo de plantar, requalificaram o gramado plantado ao redor do condomínio: arrancaram, elas mesmas, a grama e ali passaram a cultivar dezenas de plantas, criando “uma roça dentro da cidade”, como diziam os vizinhos. A sua produção, voltada para o autoconsumo e o comércio local, era também

escoada em uma das feiras agroecológicas da cidade, onde possibilitavam aos consumidores uma vida mais saudável.

Na sequência, outra pronúncia do mundo compôs a abertura da transmissão. Se tratava de uma poesia de um jovem agricultor urbano da Zona Norte do Rio de Janeiro:

TERRITÓRIO SAUDÁVEL

Engenho da Rainha: meu bairro
 Nas bordas da bacia hidrográfica do Canal do Cunha
 Área de Planejamento 03:
 A região com maior população do Rio de Janeiro.
 Com menor índice de área verde por pessoa.
 O sugerido é doze: aqui não temos quatro.

Engenho da Rainha:
 Do Conjunto dos Músicos à Freguesia de Inhaúma.
 Na Serra da Misericórdia
 empresas internacionais explodem bombas
 acabando com mais um pedaço do nosso território
 Recebem incentivos do governo
 para matar o nosso povo lentamente
 com a emissão de poeira de pedra em nossos lares.

O incentivo à cultura não existe
 Aqui eles se acomodam e incomodam muita gente
 Gente que tem sonhos e muita disposição para lutar
 Estamos resgatando nossas raízes
 Renovando nossas forças
 para construirmos um território mais saudável.¹⁶⁴

Eram duas experiências de agricultura muito diferentes e que aconteciam em áreas em nada semelhantes, que, no entanto, enfrentavam desafios parecidos. A dificuldade de aquisição de Declarações de Aptidão ao PRONAF, a falta de assistência técnica por parte do Estado, a necessidade de maior apoio logístico, a centralidade da agricultura da cidade para a segurança alimentar da cidade. Seriam esses alguns dos temas abordados na transmissão ao vivo, que depois dessa participação propiciada pelos meios – um vídeo e uma poesia –, começou.

A primeira dessas rodas de conversa tinha como título “A cidade também planta: o Plano Diretor”, que passava por um período de revisão naquela época. Para abrir os debates, três representantes da Rede CAU e de outras redes de

¹⁶⁴ Poesia “Território Saudável”, de autoria de Lucas Fernando. Extraída da transmissão ao vivo “Roda de Conversa: a cidade também planta”, realizada em setembro de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dH2-2-dcfO0&t=2118s>. Acesso em: 18 fev. 2023.

movimentos populares que se envolviam cotidianamente com esse tema contextualizam aos demais o andamento dos trabalhos.

Na sequência, foram apresentados os quatro temas geradores que seriam abordados nas demais rodas de conversa, compondo quatro grupos de discussão que, posteriormente, seriam reagrupados para a partilha dos debates realizados em cada um deles.

A primeira fala contextualizou como vinha sendo construída a revisão do Plano Diretor Municipal e as dificuldades de participação popular nesse processo fundamental para o futuro da cidade. Não apenas a pandemia e as dificuldades de acesso à tecnologia dificultavam o exercício da voz dos cidadãos cariocas, mas o célere calendário e os métodos de participação, quase que uma constrição, escolhidos pelo executivo municipal silenciavam as demandas populares na revisão do plano diretor. Desse modo, foram sistematizados quatro temas geradores, a saber: territórios quilombolas; agriculturas da cidade; sistemas alimentares; e a organicidade da cidade

A questão que levou ao debate do primeiro desses temas era a falta de reconhecimento, no Plano Diretor, dos quilombos existentes na Zona Oeste da cidade, em especial, nos arredores do Parque Estadual da Pedra Branca. Segundo a proposta do executivo municipal em tramitação, a cidade teria apenas dois quilombos em suas terras, ambos na Zona Sul.

O segundo tema gerador tratava sobre a proposta de “zonas agrícolas” que havia nos debates da revisão do Plano Diretor Municipal. Ao invés de tentar delimitar a agricultura a uma região específica da cidade – notadamente, a extrema Zona Oeste – o movimento agroecológico insistia na diversidade de tipos de agricultura, que pontilham toda a terra urbana.

O terceiro tema tenta trazer visibilidade à indissociabilidade entre a agricultura da cidade e a segurança alimentar e nutricional da cidade, tema largamente discutido pelo movimento agroecológico e que a burocracia do planejamento estatal tem dificuldade em reconhecer, como se não houvesse a possibilidade de a cidade produzir alimentos e fosse apenas um espaço de consumo.

O quarto tema debate a natureza mesma da construção do Plano Diretor Municipal, isto é, do planejamento estratégico da cidade se pensado de maneira puramente burocrática e administrativa. A cidade não é apenas construída, mas também habitada. Neste tópico foram discutidos, por exemplo, a questão da

tributação executada pela prefeitura, afinal, muitos agricultores da cidade ainda pagam Imposto Predial Territorial Urbano, muitíssimo mais oneroso que o Imposto Territorial Rural, ao qual têm direito.

A roda de conversa também contou com a participação de pesquisadores, assessores de vereadores e diversos especialistas e técnicos que embasaram os participantes com uma série de palestras.

Figura 24 – Roda de conversa “A cidade também planta: o plano diretor”, em 21/09/2020



Fonte: Acervo pessoal. 2020.

Ao final desse intenso processo participativo, algumas das demandas da agricultura da cidade foram sistematizadas e incorporadas à carta-compromisso redigida pela AARJ. Apresentadas às pessoas candidatas ao executivo e legislativo municipais, essa intensa mobilização conseguiu a assinatura de duas candidatas ao executivo, que não foram eleitas, e de 32 pessoas candidatas a cargo no legislativo municipal.¹⁶⁵ Desse universo, 06 foram eleitas, ou seja, um considerável 10% das

¹⁶⁵ ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Confira aqui os candidatos e candidatas que já se comprometeram com a campanha Agroecologia nas Eleições.** 2020. Disponível em:

cadeiras, sendo todas essas candidaturas de partidos progressista e democráticos – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A que tudo indica, esse tipo de processo de comunicação continuará presente no repertório de ações do movimento agroecológico. Nas eleições gerais de 2022, por exemplo, metodologia semelhante foi realizada – desta vez, para a composição das bancadas estaduais da agroecologia, onde também há a atuação de frentes parlamentares compromissadas com as demandas dos movimentos sociais populares.

De fato, a sinergia de políticas públicas de âmbito municipal e estadual são fundamentais para a agroecologia da cidade, como a questão do Política Estadual para o Desenvolvimento Rural Sustentável (PEAPO), aprovado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2022¹⁶⁶, garantindo recursos para a execução de políticas públicas para o ano seguinte. Lá, no Centro da cidade, a Rede CAU também se fez presente, disputando os rumos da cidade e do Estado em prol de uma vida mais digna, pela agroecologia.

<https://agroecologia.org.br/confira-aqui-os-candidatos-e-candidatas-que-ja-se-comprometeram-com-a-campanha-agroecologia-nas-eleicoes/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁶⁶ Se trata da Lei n.º 8625, de 18 de novembro de 2019.

Figura 25 – Participantes da Rede CAU e parlamentar do legislativo estadual durante a votação do PEAPO



Fonte: Acervo pessoal. 2022.

5.5 A comunicação popular: usar e renovar repertórios

Uma das atividades do Festival de Agroecologia da AARJ-Metropolitana, realizado em 07 de agosto de 2019, me chamou muito a atenção. Logo pela manhã, durante a grande plenária, três mulheres haviam afixado uma grande folha de tamanho A0 (841x1189mm) em uma das paredes da fundição progresso. Ao longo de todo o desenrolar daquela plenária, elas foram sistematizando com palavras e imagens que escreviam e desenhavam sobre essa enorme folha de papel, os debates que aconteciam.

Era uma “facilitação gráfica”, maneira participativa de sistematizar os debates ocorridos no dia. Ao articular palavras e imagens sem a linearidade lógica do texto, esse tipo de produto comunicacional proporciona uma maior socialização do que foi debatido na reunião. Segundo Machado *et al.* (2015), a facilitação gráfica é

Um instrumento para a condução no processo de organização, planejamento, visualização de problemas e ações, de uma maneira simples e de fácil compreensão. Esta consiste em organizar em um papel figuras, textos curtos de linguagem fácil, usando cores vivas, para que os pontos a serem analisados, possam ser de entendimento claro e objetivo (MACHADO *et al.*, 2015, p. 2).

Segundo Machado *et al.* (2015), a facilitação gráfica é uma das estratégias adotadas para a construção coletiva do conhecimento agroecológico. Por suas características participativas, ela é promotora do diálogo entre os diversos grupos e classes sociais que formam a agroecologia. Compõe parte de um processo pedagógico tecido coletivamente sobre a realidade que se está transformando.

Figura 26 – Facilitação gráfica produzida durante o Festival de Agroecologia da AARJ, em 07 de agosto de 2019



Fonte: acervo pessoal. 2019.

Ao conjugar imagens e frases simples e curtas, as facilitações gráficas possibilitam o exercício formas de conhecimentos populares, que não se baseiam somente no texto escrito, algo importante, uma vez que 27% da população brasileira entre 15 e 64 anos é composta de analfabetos funcionais (MÉO, 2017). A facilitação gráfica faz um elogio à oralidade, ao sistematizar a produção do conhecimento

agroecológico em um suporte convidativo à narração, a redundância e os exemplos fáticos, diferentemente do geralmente abstrato e logicamente encadeado suporte do texto escrito (CALI, 2017).

Segundo o site da própria Articulação Nacional de Agroecologia, empenhada em documentar esse processo de reflexão sobre a realidade, “Há mais de 10 anos a facilitação gráfica vem colorindo a agroecologia no Brasil, apoiando o diálogo de saberes, a construção do conhecimento agroecológico e a comunicação popular do movimento agroecológico”¹⁶⁷.

Como demonstrei anteriormente¹⁶⁸, a comunicação tem sido entendida como eixo central das atividades da agroecologia. Segundo a socióloga Ligia Bensandon (2006), foi em 2014, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia, que houve um aprofundamento sobre o tema. Ela afirma

O III ENA aprofundou a estratégia de comunicação para o diálogo social, ferramenta pedagógica e de articulação. O sistema de comunicação dominante foi acusado de legitimar ideologicamente o modelo econômico gerador de desigualdades sociais, concentração de riquezas e a destruição ambiental, imbricado economicamente com o grande capital (ANA, 2014a). Em seu lugar apontaram a comunicação plural, dialógica e em rede para a efetivação da democracia e a construção de outro projeto de nação, o que revela o objetivo de impor outra visão de mundo e dos acontecimentos, para influenciar a opinião pública e obter maior força política. Mais do que impactar a grande mídia que influi no campo político e impõe hierarquias e interpretações, os esforços se concentraram na produção de mídias próprias, na luta pelo direito de falar com legitimidade (CHAMPAGNE, 1996). **Como síntese das discussões e para não reproduzi-las apenas através da oralidade e de forma textual, foram produzidos painéis, buscando facilitar a compreensão dos debates com desenhos e símbolos gráficos, coerente com o perfil social diverso do público presente.** (BENSANDON, 2006, p. 104, grifos do autor).

Um dos documentos que sistematiza os inúmeros debates ocorridos no III Encontro Nacional de Agroecologia, como lema foi “Por quê interessaria à sociedade apoiar a agroecologia?” foi, justamente, a facilitação gráfica reproduzida a seguir.

¹⁶⁷ ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Agroecologia é Memória**: plataforma Agroecologia em Rede (AeR) reúne e partilha acervo de facilitações gráficas. Rio de Janeiro, 4 out. 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/10/04/agroecologia-e-memoria-plataforma-agroecologia-em-rede-aer-reune-e-partilha-acervo-de-facilitacoes-graficas/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

¹⁶⁸ Vide item 3.1 Parte de uma frente cultural.

Figura 27 – Facilitação Gráfica de debate do III ENA



Fonte: Acervo pessoal. 2015.

Extremamente rica e sujeita a inúmeras leituras, essa facilitação gráfica sistematiza atividades que já vinham sendo realizadas em diversos espaços de construção do conhecimento agroecológico. Ela evidencia a oposição entre agroecologia e agronegócio, sobretudo na grande mídia. Destaca a necessidade de um plano de comunicação integrado, realizado a partir do GT de Comunicação do Encontro Nacional de Agroecologia, onde a presença dos agricultores é fundamental. Resgata as atividades da ANA, de criar e fortalecer redes ao realizar um levantamento de experiências territorializadas. Confere importância à realização das caravanas agroecológicas que, deslocando pelos territórios, fazem com que a comunicação face a face ocorra. Coloca a feira no centro de ressonância do movimento agroecológico e destaca que o Encontro Nacional de Agroecologia, muito mais do que um evento pontual, é o espaço de culminância de um longo processo de comunicação, o qual possui vários desdobramentos.

Um ponto, no entanto, me chamou muito a atenção nessa sistematização gráfica. Em sua parte inferior esquerda, temos uma sugestão muito pertinente: é

preciso entender que a comunicação não é somente instrumento, ela é um processo realizado por comunicadores populares (que não precisam de diploma).

O entendimento da comunicação como um processo é um dos grandes contribuintes das teorias latino-americanas para o campo da comunicação. Segundo Mário Kaplún (2002), a ênfase na comunicação como um processo é um desdobramento do pensamento e das práticas da pedagogia da libertação. O processo, nesse sentido, envolve uma ação concreta (a constatação de um problema), um processo de reflexão (sempre coletivo, buscando as soluções ao problema) e uma nova ação, transformadora da realidade, dando forma a “[...] um processo permanente, em que o sujeito vai descobrindo, elaborando, reinventando e se apropriando do conhecimento” (KAPLÚN, 2002, p. 45).

Embora a comunicação processual possa e deva empenhar diversos meios de comunicação e não possa prescindir da informação (como também destaca a facilitação gráfica do III ENA), ela deve exercida sempre de maneira comunitária, encarando as adversidades como parte do processo de aprendizagem e integrando os conflitos como força geradora da transformação social (KAPLÚN, 2002, p. 47). Ela deve, sobretudo, ter um compromisso sério com a transformação do mundo.

Há, também, na Rede Carioca de Agricultura Urbana, o entendimento de que a comunicação é um processo de transformação da realidade, de luta por direitos, de promoção de deveres que concernem a cidadania e de exercício da liberdade de se ocupar a cidade de uma maneira condizente com formas de habitá-la que levem em consideração as agriculturas da cidade, as artesanias que nela existem, as culturas alimentares que aqui se desenvolvem e uma íntima relação com os ciclos da natureza.

Deste modo, a comunicação popular realizada pela Rede CAU não se restringe ao recurso às tecnologias de comunicação e à produção de conteúdos, embora essas práticas também sejam contribuintes ao processo comunicacional que essa rede de movimentos sociais realiza, na busca por uma cidadania plena. Neste capítulo, enfeixei os usos das tecnologias de comunicação segundo um repertório de comunicação e protesto que envolve práticas de solidariedade, processos de auto-organização realizados em espaços públicos e o diálogo com setores da administração pública.

Acredito que esses elementos corroboram a ideia de ser a Rede Carioca de Agricultura Urbana uma verdadeira frente cultural, onde as ações de diversos grupos

– agricultores, processadores, pesquisadores, militantes, técnicos, consumidores, lideranças comunitárias, representantes de mandatos populares e afins – “[...] portadores de volumes desiguais e desnivelados de capital cultural se encontram sob uma mesma bandeira de complexos significantes iguais, comuns e transclassistas” (GONZÁLEZ, 1987, p. 19).

5.5.1 Preâmbulo conclusivo: experiência estética e os meios

Como exposto no preâmbulo metodológico, a minha forma de participação e interação com os diversos actantes da Rede CAU foi marcada por uma série de experiências pregressas e pela presença (e uso recorrente) de alguns objetos muito particulares: uma câmera *fullHD* e um pequeno gravador de áudio.

Essas questões foram transpostas à técnica da participação-observante, componente da cartografia que realizei e a qual foi descrita no capítulo metodológico. No entanto, como um preâmbulo conclusivo, gostaria de desvelar um pouco mais sobre os fundamentos que embasaram boa parte desta pesquisa. Afinal, me entendo como um pesquisador e como militante; penso que a criatividade é forma de acesso às leituras de mundo e que o recurso às tecnologias da comunicação (sobretudo quando apropriadas de modo participativo, como me empenhei em fazer e brevemente descrevi); acredito que sou e fui enquadrado como, pela própria Rede CAU, um de seus muitos “comunicadores populares”.

Dada a minha trajetória, a natureza da comunicação popular que desenvolvi junto ao movimento agroecológico carioca é marcada por leituras e experiências que explico brevemente.

As práticas, sistematizações e formações oferecidas por Mário Kaplún (1923~1998) formaram um grande número de comunicadores populares no continente latino-americano. Conjugando suas experiências como jornalista, radialista e publicitário com os fundamentos propostos por Paulo Freire quanto às práticas da educação libertadora, Mario Kaplún colocou em evidência a tensão os campos da Educação e da Comunicação.

Adotados como maneiras de promover a educação popular, Kaplún (2002) sistematizou três tendências dos usos dos meios em práticas educativas: com ênfase nos conteúdos, com ênfase nos efeitos e com ênfase nos processos. Seria essa terceira tendência, a de ênfase da comunicação como um processo, que realiza uma transformação das pessoas e sua realidade, a sua inovação (FREITAS, 2015).

Apropriada pelos movimentos sociais populares, as propostas participativas de Mário Kaplún se tornaram “[...] estratégia de resistência a práticas autoritárias de exercício do poder, assim como meios de combate ao monopólio dos meios de comunicação nas mãos de poucos” (FREITAS, 2015, p. 156), formando um movimento social em prol da cidadania: a Educomunicação.

Segundo José Vicente Freitas (2015, p. 160), “[...] a Educomunicação não nasceu nas universidades, mas sim da prática e principalmente da militância – nasce de processos políticos e ideológicos”. Seriam, portanto,

[...] um conjunto de práticas voltadas para a formação de espaços educativos, mediados por processos tecnológicos da informação, e tem como objetivo ampliar formas de expressão dos membros das comunidades bem como a melhoria do nível comunicativo das ações educativas, tendo como meta o pleno desenvolvimento da cidadania (FREITAS, 2015, p. 159)

Ainda segundo Freitas (2015), parte importante das sistematizações do campo da Educomunicação tem no Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, fundado em 1996, onde uma das subáreas consiste na “[...] expressão comunicativa através do uso dos recursos da informação e das artes” (SOARES *apud* FREITAS, 2015, p. 160, grifos do autor).

Me considero parte dessa escola pois – como já mencionei – me envolvi profundamente com o desenho pedagógico, programático e estruturante que levou à consecução da Licenciatura em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, talvez em um período crítico (o da disputa por recursos entre os departamentos da universidade) que penso só a condição de estudante pode proporcionar.

Não me envolvi apenas nos fóruns de debate, reuniões de centro acadêmico ou do Diretório Central, mas também cursei várias das disciplinas (então oferecidas como optativas para o curso do bacharelado, o qual cursava; e que foram incorporadas como obrigatórias à licenciatura, que se iniciaria em breve).

Embora a memória da universidade brasileira não me pareça muito atenta à participação estudantil – e sempre caiba aos desatentos e negligentes estudantes a necessidade de escrever e sistematizar mais sua própria trajetória – penso que esta pesquisa também é um desdobramento, ainda um tanto silencioso, de políticas públicas recentes no campo da educação superior. Trocando em miúdos: é parte importante de minha formação, minha atuação no mundo e minhas práticas de pesquisa as propostas de experiência estética, confluência dos campos da Comunicação e da Arte, que foram proporcionadas por uma política pública (o REUNI), os interesses de uma área de conhecimento (agremiada no ensino superior em Audiovisual) e a realidade brasileira – pois há, na Universidade Federal Fluminense, uma ramificação do grupo, epistemologicamente coeso, da Universidade de São Paulo.

Se enquadra neste capítulo por ser entendido como um novo repertório de comunicação apropriado pela Rede CAU. Embora as questões do rádio enquanto meio prioritário da comunicação popular já tivessem sido diagnosticadas no III ENA, que descrevi anteriormente, há uma enorme distância entre a ciência e o gesto.

No Brasil, desde os anos 1970, no entanto, tem se desenvolvido uma curiosa conjunção entre os entendimentos da arte como expressão, cultura, comunicação e cognição (BARBOSA, 2008), arcabouço teórico e prático com o qual desenvolvi parte de minha metodologia.

Se trata da Abordagem Triangular, também conhecida como Metodologia Triangular do Ensino da Arte, foi desenvolvida a partir dos pressupostos das *Escuelas de Aire Libre* mexicanas, dos *critical studies* ingleses e do *Discipline Based Art Education* estadunidense, tendo como laboratório o Museu de Arte Contemporânea da USP, nos anos 1980 (RIZZI, 2008). Nesse sentido

A Abordagem Triangular ao relacionar as três ações básicas [que envolvem a estética] e suas respectivas áreas de conhecimento considera a arte como cognição e expressão. Pode ser operacionalizada a partir da articulação pertinente, orgânica e significativa dos domínios do conhecimento (RIZZI, 2008, p. 338).

Dadas a questões que competem, no Brasil, à conformação dos campos de pesquisa em Arte (vinculada às humanidades) e em Comunicação (vinculada às ciências sociais aplicadas), talvez a correlação não seja tão explícita como deveria. De todo modo, o avanço das pesquisas rompe a delimitação estrita da

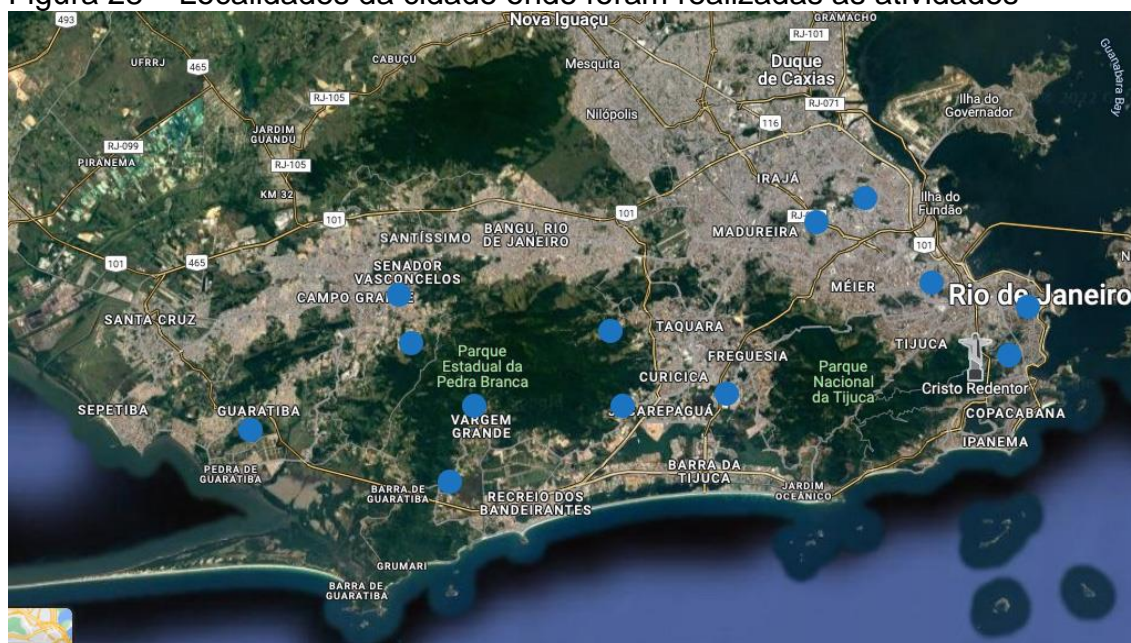
disciplinaridade e tem, no caso latino-americano, apresentado congruências importantes.

No caso da Arte-Educação, contemporaneamente, o ensino/aprendizado da arte não guarda mais a única orientação da absorção de técnicas de trabalho das matérias (meios) capazes de promover fins – como uma melhor execução de um procedimento, a capacitação profissional promotoras de mudanças ou a interiorização de valores espirituais. Antes, se pensa o ensino/aprendizagem das artes como um processo de cognição proporcionado por uma tríade de natureza horizontal e assimétrica, que envolve três tipos de experiências estéticas tanto distintas como complementares: o “ler” (também entendido como “fruir”); o fazer (também entendido como “praticar”) e o contextualizar (também entendido como “criticar”). Nesse sentido e de acordo com essa abordagem, fica explícito que a arte, enquanto espaço privilegiado de estudo e exercício da criatividade, em muito se relaciona à um tipo de fazer ativo dos sujeitos.

No campo da Comunicação, em muito marcado por sua institucionalização tardia, fruto do desenvolvimento e serialização das próprias tecnologias que o conformaram como prática relevante ao estudo das ciências sociais aplicadas, essas questões por muito se deram na tensão entre emissão e recepção de mensagens que os meios, em sua longa caminhada tecnológica modificou, souberam incorporar. De todo modo, no campo da cognição, ficou muito patente com os estudos vários teóricos latino-americanos, que as pessoas não apenas introjetam valores simbólicos, mas os reelaboram de acordo com a sua realidade (MARTÍN-BARBERO, 2015).

Desde o ano de 2015, em verdade, eu já vinha caminhado por espaços e atividades que constituem a Rede Carioca de Agricultura Urbana e intervindo, como mencionei anteriormente. Mantendo diários, anotações, registros e relacionamentos que me permitiram tomar conhecimento, ser convidado e participar de diversas atividades como manejo de hortas, feiras agroecológicas, mutirões, instalação de cisternas, rodas de conversa, conselhos municipais e muitos outros espaços. Ao longo desse processo, também realizei sete entrevistas semiestruturadas, número que julguei suficiente, que me ajudaram a compor o relato. Uma vez envolvido com as atividades da Rede CAU, passei a ter acesso a uma série de documentos, também incorporados à pesquisa.

Figura 28 – Localidades da cidade onde foram realizadas as atividades



Fonte: Figura elaborada pelo autor. 2020.

Ainda no começo da caminhada, em janeiro de 2019, me deparei com algo que considero uma “questão de interesse” (LATOIR, 2012), que me abriu a perspectiva para outro tipo de interação junto a um segmento da Rede CAU: a Juventude Agroecológica queria “fazer mais comunicação” através da produção de mídias digitais voltadas a redes sociais¹⁶⁹.

Com eles, desenvolvi uma pequena proposta de trabalho voltada às experimentações com mídia sonora. Nossa ideia era caminhar a cidade, acompanhando as atividades da Juventude Agroecológica e provocando debates e experiências estéticas não apenas com um pequeno *kit* de equipamentos (microfones, cabos, caixa de som, gravador e computador) que havia ajudado um dos movimentos de base da Rede CAU a adquirir, mas também a experimentar as possibilidades dos próprios celulares que esses jovens empunhavam a todo momento. Nesse sentido, passamos a desenvolver os tão contemporâneos *podcasts* que tem inundado as redes sociais, algo que já fazia parte do universo vocabular desses jovens.

A partir da demanda da juventude, com sua participação e desejo, realizamos uma série de pequenas experiências estéticas que fizeram convergir o uso da tecnologia e acontecimentos da agricultura da cidade. Editados e devolvidos à Rede

¹⁶⁹ Descrevo esse episódio no item 3.3.1 Uma plenária das juventudes.

CAU em diversos de seus grupos de aplicativos de mensagens, esses singelos conteúdos também possibilitavam que outros jovens ou frações organizativas pudessem tomar conhecimento de nossas atividades e, quem sabe, pudessem sugerir pautas, temas, debates e desdobramentos¹⁷⁰.

Os *podcasts* que desenvolvi, majoritariamente com diversas juventudes que compõem a Rede CAU, embora tivessem inspiração nos cassete-fóruns desenvolvidos por Mário Kaplún, deles diferem de uma maneira importante: eles não pretendem proporcionar maior coesão entre as bases e dirigentes. As mensagens iniciais que dão origem ao processo não partiram, por exemplo, do espaço onde se organizam as diversas frentes de atividades da Rede CAU, a sua Governança. Antes, os temas, interesses e atividades foram desenhados coletivamente, através do que busquei fomentar: uma pronúncia do mundo baseada na experiência estética.

Deste modo, compuseram as atividades encontros nos quais ouvimos coletivamente os *podcasts* que os jovens mais gostavam. Se tratava de uma atividade fundamental, onde socializávamos nossas preferências e temas de interesse, uma aproximação que fizemos, coletivamente, do universo de conteúdos que consumíamos. Se tratava de um dos pontos do triângulo: a fruição.

Certamente, não apenas consumíamos os conteúdos, mas também conversávamos e refletíamos sobre eles. Se os temas e as abordagens que aqueles *podcastares* estava de acordo ou não com a realidade que a Juventude Agroecológica vivia. Afinal, se o desejo era produzir uma comunicação comunitária “com a cara da juventude”, por que aqueles diversos conteúdos que eles consumiam diariamente não os representavam? Também conversávamos sobre o rádio, o modo de organização da Rede CAU, as atividades que a Juventude desenvolvia. Era o ponto de contextualização do triângulo.

Por fim, mas não necessariamente nessa ordem, também experimentávamos o fazer¹⁷¹. Nesse ponto do triângulo realizamos a roteirização dos temas que queríamos tratar. Também fazíamos atividades mais voltadas à experimentações livres, a partir de uma série de exercícios práticos que construíamos. Infelizmente, uma parte central desse processo conheceu enormes dificuldades: me refiro à

¹⁷⁰ O que de fato aconteceu, ainda em 2019, quando por ocasião de uma oficina de culinária quilombola que aconteceu na Zona Oeste da cidade. Vide item 4.3 Culinaristas e processadoras.

¹⁷¹ Vide item 3.3.2.1 Ouça a Voz das Juventudes: produtos e processos.

edição dos conteúdos. Não apenas por minha falta de perícia na edição de conteúdos, mas também por uma série de condicionantes – como uma disputa interna – essa parte importante do fazer ficou comprometida. A ocorrência da própria pandemia também interferiu nesse ponto, acredito, pois, demonstrar fundamentos de edição em aplicativos de videoconferência ou enviar vídeos-tutoriais para jovens que, trancafiados em casa e apenas com um celular na mão não, foi algo que se mostrou pouco sedutor. Há também uma outra questão: nem todos os jovens se interessam pela edição de conteúdos. Embora tenhamos experimentado a edição com os celulares, era preciso sempre realizar uma organização dos seus dados pessoais – eventualmente apagar aplicativos ou documentos que possuíam – e, por vezes, percebi, o fato de alguns jovens terem acesso a computadores voltados à edição, enquanto outros não tinham, gerava uma assimetria profunda que não pudemos (deveríamos?) solucionar. As pessoas também conhecem bem as suas vontades.

De todo modo, apesar de todas as dificuldades, contingências e mal acabamentos, acredito que os processos tenham sido muito mais ricos do que apenas os conteúdos realizados. Entre os anos de 2019 e 2023, realizamos, de modo participativo, 21 *podcasts* de durações variáveis, formatos e contextos diversos, fonte de grande parte dos dados e parte central da cartografia que apresento neste texto, e que apresento brevemente a seguir.

5.5.1.1 Ouça a Voz das Juventudes (2019) – 08 *podcasts*¹⁷²

Realizado a partir do pedido da Juventude Agroecológica em uma plenária, foi realizado ao longo do ano de 2019. Ao longo desse processo, participaram cerca de 30 jovens ligados à Rede Carioca de Agricultura Urbana, em diferentes graus de envolvimento. Dois jovens, estudantes universitários, tiveram papel central na realização dessa iniciativa. Outros dois, estudantes do ensino médio, também se envolveram com ela de modo especial, sugerindo temas, organizando roteiros e

¹⁷² Esta investida em campo será mais detalhadamente descrita no item 3.3 Acompanhando as Juventudes Agroecológicas. Os *podcasts* se encontram disponíveis em <https://soundcloud.com/juventude-agroecologica>. Acesso em: 05 mar. 2023.

realizando entrevistas. Os demais participaram de modo mais livre, através dos exercícios ou rodas de conversa (Vide Tabela 1).

5.5.1.2 Rádio Rede CAU (2020) – 03 *podcasts*¹⁷³

Na plenária de planejamento semestral das atividades da Rede CAU, em outubro de 2019, quando os primeiros oito *podcasts* já haviam sido realizados, oferecemos a possibilidade de expansão da iniciativa, que poderia englobar toda a Rede CAU. De fato, essa proposta era a que mais se aparentava com a dos Cassete Fóruns pois tentaria gerar uma maior coesão em toda a rede. Acontece, no entanto, que a inserção de novas tecnologias ou modos de uso da palavra, sobretudo quando esse tipo de repertório de ação não é absorvido por igual por todos os atores, gera também uma série de conflitos. A distribuição dos benefícios do adensamento tecnológico é desigual (STRATE; BRAGA; LEVINSON, 2019), algo que pode criar muitas disputas.

Com a emergência da pandemia, em março de 2020, o distanciamento social se tornou um imperativo e o adensamento tecnológico, uma necessidade para a continuidade das ações dos diversos grupos da Rede CAU. Partindo das experiências de 2019, demos início ao que seria uma segunda camada da cartografia, que poderia ser realizada indefinidamente com os diversos temas que circulam pela Rede CAU. Acontece que, quando realizávamos o terceiro *podcast*, decidi suspender as atividades.

O tema desse episódio era o protagonismo feminino e as atividades desenvolvidas pelas mulheres do GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Dentre os diversos grupos pelos quais se organiza a Rede CAU, este era o único ao qual eu não tinha acesso – por motivos, creio, um tanto óbvios. Acredito que pelo fato de o movimento agroecológico primar pela autonomia, a iniciativa não deu muito certo. A atividade proposta foi modificada – das atividades desenvolvidas pela Roda de Mulheres da Rede CAU, se tornou um podcast sobre o GT Mulheres da AARJ. Recebi, em meu celular, diversas queixas de que algumas

¹⁷³ Disponíveis em: <https://soundcloud.com/user-425905724>. Acesso em: 05 mar. 2023.

mulheres se sentiam sub-representadas, outras silenciadas. Realizar o podcast tinha sido um propiciador do conflito. Como não tinha acesso aos debates, não me cabia tomar posição sobre quais vozes deveriam ser incorporadas e não me consegui fazer entender – afinal, poderíamos fazer muitos, inúmeros, outros *podcasts* sobre o tema – decidi por encerrar esse eixo de atividades, sem maiores prejuízos. Uma pena.

Quadro 3 – Lista, local e temática dos *podcasts* produzidos Rádio Rede CAU

Episódio	Local de Realização	Temática
1	remoto	Tipos de agricultura da cidade
2	remoto	Roda de conversa sobre desafios e fortalezas da Juventude Agroecológica
3	remoto	História do bairro, protagonismo feminino, luta antirracista, economia solidária.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor. 2023.

5.5.1.3 Produtos da gente: histórias da agricultura urbana (2020) – 04 *podcasts*¹⁷⁴

Ao final do ano de 2019, uma das Organizações Não-Governamentais que animam a Rede CAU tem como hábito realizar um grande encontro presencial, se trata do encerramento das atividades do Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.

Para aquele ano, se pensava uma tenda pedagógica onde estariam expostos diversos produtos de uma campanha de comunicação popular, de caráter permanente, a Campanha Produtos da Gente. O objetivo dessa campanha é proporcionar visibilidade à produção agroecológica da cidade, fomentando circuitos curtos de comercialização, o resgate de saberes sobre o uso de alimentos locais e a transição agroecológica.

¹⁷⁴ Disponíveis em: PRODUTOS DA GENTE. **Rádio Agricultura Urbana**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://soundcloud.com/produtos-da-gente>. Acesso em: 05 mar. 2023.

No ano de 2014, a Campanha Produtos da Gente havia produzido uma série de quatro *spots* em áudio, de um minuto cada, onde explicava os objetivos da campanha, seus eixos de ação e histórias da agricultura urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹⁷⁵. Esses conteúdos haviam sido produzidos por profissionais da comunicação, com recursos provenientes de um edital público. Ao tomarem conhecimento de que a Juventude Agroecológica estava realizando conteúdos digitais, entraram em contato com representantes solicitando um conteúdo: um pequeno podcast, de aproximadamente 10 minutos, onde estivessem presentes as vozes dos agricultores de diversos “tipos” de agricultura da cidade¹⁷⁶.

Com os recursos disponibilizados pela AS-PTA, pude caminhar com alguns jovens por feiras da cidade, onde entrevistamos agricultores urbanos que plantavam em pequenas propriedades, hortas comunitárias, quintais e lajes.

Com o imperativo do distanciamento social, as feiras agroecológicas foram suspensas na cidade. Elas são atividades garantidoras de segurança alimentar para as famílias da cidade e de renda para os agricultores. Nesse sentido, a AS-PTA, através de recursos de uma organização estrangeira já descrita, realizou a compra de nada menos que 13 toneladas de alimentos diretamente com agricultores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os quais foram distribuídos gratuitamente para famílias da cidade, as quais tiveram seu quadro de insegurança alimentar agravado pela pandemia. Boa parte dessas atividades, sobretudo a montagem e entrega de cestas agroecológicas, contou com o protagonismo da Juventude Agroecológica, que pude acompanhar¹⁷⁷. Não apenas alimentos, mas também itens como máscaras de proteção e sabão agroecológico foram encomendados a mulheres das favelas da cidade e gratuitamente distribuídos¹⁷⁸.

Acontece, no entanto, que as feiras agroecológicas não são um simples espaço de consumo irrefletido. Nelas, se trocam bens e misturam histórias (de bens e de vida), se resgatam saberes sobre o uso dos alimentos e produtos, enfim, se gera comunicação, auto-organização e sociabilidade. A suspensão desse precioso espaço motivou a AS-PTA a buscar uma alternativa: produzir pequenos *podcasts*

¹⁷⁵ Os spots estão disponíveis em: AS-PTA – Agricultura familiar e ecológica. **Conheça os produtos da gente**. Rio de Janeiro, 17 mar. 2014. Disponível em: <https://aspta.org.br/2014/03/17/conheca-os-produtos-da-gente/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

¹⁷⁶ Foi essa atividade que me inspirou à confecção de uma idealtipia da agricultura da cidade, a partir das minhas experiências. Vide item 3.1 Tipos de agricultura.

¹⁷⁷ Vide item 3.3.3 Contra a cidade fechada.

¹⁷⁸ Vide item 4.4.3 Práticas da saboaria artesanal.

sobre as histórias de bens e histórias de vida que formam os itens que compõem 1.000 cestas que foram entregues às famílias.

Quadro 4 – Lista, local e temática dos *podcasts* produzidos

Episódio	Local de Realização	Temática
1	Feira Agroecológica da Reforma Agrária / Feira agroecológica da Freguesia / Complexo do Alemão	Tipos de agricultura da cidade
2	Zona Norte e Guapimirim	O café agroecológico Associação Agroecológica do Fojo
3	Zona Norte e Magé	A batata doce de Magé
4	Zona Norte	O sabão agroecológico da Serra da Misericórdia

Fonte: elaboração própria. 2023.

5.5.1.4 Agroecologia: Papo de Cria (2022~2023) – 06 *podcasts*¹⁷⁹

Ainda no ano de 2021, a Fundação Oswaldo Cruz realizou um chamamento público voltado ao apoio de ações emergenciais nas favelas do Rio de Janeiro. Nesse contexto, fui contatado por duas organizações que compõem a Rede Carioca de Agricultura Urbana: o Verdejar Socioambiental e a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Dado meu envolvimento com o movimento agroecológico, pediram que eu contribuísse com uma proposta que desenvolvesse algum trabalho voltado à educomunicação, que comporia o projeto.

Em conversas com meus professores, envolvi também nessa iniciativa a Faculdade de Comunicação Social e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bem como dois grupos de pesquisa ligados a elas: o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e

¹⁷⁹ AGROECOLOGIA. Papo de cria. **Podcast**. Disponível em: <https://anchor.fm/agroecologiapapodecria/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

Local (COMUNI) e o Laboratório Comunicação, Arte, Cidade (Laboratório CAC). Apresentei uma pequena proposta de realizar seis *podcasts* – uma média de um por bimestre – onde poderíamos narrar o andamento, as atividades e os fazeres do projeto. De certo modo, essa iniciativa bebia nas experiências dos *podcasts* desenvolvidos no ano anterior, por um motivo simples: parte do projeto consistiria em ações emergenciais (de garantia de segurança alimentar e nutricional) através da compra direta e distribuição de cestas agroecológicas. A proposta era de que, através da voz e da expressão com os meios, os jovens envolvidos pudessem criticizar esse processo, narrar a si mesmos e promover um processo comunicativo entre as cinco favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, onde as ações se desenvolveriam.

De fato, o projeto “Agroecologia Cultivando Saúde e Bem Viver nas Favelas”, aprovado nessa chamada e desenvolvido desde meados de 2022 (com término em março de 2023) também possuía um eixo de ações estruturantes – com a criação ou fortalecimento de cinco hortas comunitárias, uma em cada território; e a construção de duas cisternas de captação de água de chuva, para combater a insegurança hídrica tão recorrente nas favelas.

Ao longo de oito meses, tive reuniões quinzenais com cinco quatro jovens da Serra da Misericórdia, onde realizamos um longo processo que resultou em seis episódios, ao qual eles deram o nome “Agroecologia: papo de cria”.

Quadro 5 – Lista, local e temática dos *podcasts* produzidos Agroecologia: papo de cria

Episódio	Local de Realização	Temática
1	Remoto	Apresentação dos jovens envolvidos
2	Remoto	Descrição dos eixos de atividade desenvolvidos no projeto
3	Comunidade Sérgio Silva (bairro Engenho da Rainha) e Morro do Alemão (Complexo do Alemão)	Saúde Mental e Música
4	Comunidade Sérgio Silva (Engenho da Rainha) e Morro da Esperança (Complexo do Alemão)	Hortas comunitárias e Saúde
5	Comunidade Campo do Sargento (Inhaúma) e Comunidade Maracá (Thomás Coelho)	Solidariedade e Práticas Originárias
6	Remoto	Encerramento e avaliação

CONCLUSÕES

Fruto de um processo formalmente iniciado em 2019, cujo início, em verdade, remonta ao ano de 2015, este trabalho foi feito com muita paixão. Buscou investigar como a Rede Carioca de Agricultura Urbana comunica a agricultura da cidade do Rio de Janeiro e luta por um direito à cidade.

Compreendo a comunicação como um campo de estudos pós-disciplinar, o qual se estruturou no Brasil sobretudo ao longo dos anos 1970, sendo um dos espaços onde se desenvolveu a luta pela democratização da sociedade brasileira. Deste modo, a comunicação pode ser entendida segundo uma série práticas sociais as mais diversas: enquanto auto-organização da sociedade civil; produção coletiva de conhecimento; facilitação da participação popular em processos democráticos; produção de mídias alternativas; formação de vínculos sociais e, como não poderia deixar de ser, importante componente da cidadania. Nesse sentido, retomo alguns dos pontos debatidos ao longo do texto, à guisa de conclusão.

Um primeiro ponto que destaco diz respeito às correlações entre propostas de desenvolvimento e suas relações com a cidadania. Ou seja, ao fato de que modelos diferentes de desenvolvimento podem atuar como indutores ou dissuasores de um valor tão caro à nossa vida comum. A cidadania plena não se restringe a um conjunto de direitos e deveres das pessoas, mas também ao respeito à diversidade cultural e aos modos de vida, tão surpreendentes, que existem na cidade.

Como demonstrado ao longo do texto, a ideia de desenvolvimento tem sua origem no Norte Global após a Segunda Guerra Mundial, em um período de grande tensão na geopolítica mundial. Esse paradigma, cristalizado nos anos 1950 e hegemônico até os anos 1970, entendia o desenvolvimento como uma série de transformações sociais – como a industrialização, a urbanização, o crescimento econômico, o aumento nos níveis de consumo e adoção de estilos de vida – de modo a transformar todas as sociedades aderentes a um padrão ocidental de vida.

Fruto do empirismo e do cientificismo tão característico da cultura anglo-saxã, esse modelo entende a diversidade cultural como uma adversária a ser superada na consecução de uma nova aurora luminosa, onde não haveria nenhum tipo de falta material ou simbólica. A comunicação, nesse sentido, é entendida como um

processo linear e transparente de difusão de informações que, por si só, seriam promotoras de mudanças sociais.

Dada a longa tradição autoritária da sociedade brasileira, onde a participação da sociedade civil em processos decisórios sobre o presente e o futuro de nossa vida coletiva foram sempre tão cerceados, esse modelo de desenvolvimento, tão acinte à cultura do silêncio que aqui se desenvolveu, parece perfeito complemento.

Nesse sentido, destaco um segundo ponto: o das reivindicações dos movimentos sociais em serem ouvidos e participarem ativamente nos processos decisórios da sociedade. Os movimentos sociais não devem ser entendidos apenas como associações promotoras de protestos, grupos sociais disfuncionais perante o restante da sociedade. Devem ser entendidos como grupos reivindicadores de direitos e que lutam por expansão da cidadania de uma maneira criativa e mediatizada pela vida cotidiana, sendo capazes de apresentar soluções aos desafios de se habitar as cidades.

Na atualidade, diversos movimentos sociais têm apresentado um aspecto de rede – o que envolve articulação, mobilização e organização –, como é o caso da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Inicialmente formada por diversos movimentos sociais de base comunitária, iniciativas de pesquisa engajada, projetos de organizações não governamentais, as diversas matrizes que vieram a dar forma à Rede CAU foram articuladas a partir das metodologias da comunicação popular, no início dos anos 2000, com o amadurecimento do campo da agroecologia nacional, regional e localmente. Ciência emergente, a agroecologia entende que o desenvolvimento deve estar orientado ao resgate e valorização de saberes tradicionais, às reivindicações dos movimentos sociais, à partilha de conhecimento e à transformação do mundo em um lugar melhor e mais digno de se viver.

A centralidade do corpo nos processos de comunicação popular desenvolvidos pela Rede CAU é elemento importante. O uso da voz, o recurso à oralidade, a presença do próprio corpo em espaços de debate, rodas de conversa, e diversas atividades presenciais são fundamentais. A comunicação, nesse contexto, o dos movimentos populares tecidos em rede, toma nova forma: não se trata de um processo linear de transmissão de informações que devem ser decodificadas e aplicadas; mas de um processo endógeno que promove auto-organização civil e, a partir da realidade concreta das pessoas, se exprime e materializa nas diversas

formulações, reivindicações, lutas e conquistas de valores comuns, dando forma a uma frente cultural que luta por cidadania.

Um terceiro ponto que destaco diz respeito à ideia de que nossa vida simbólica e material é sempre mediatizada pelo mundo, ou seja, pela realidade e circunstâncias que nos circundam. Questão que chama atenção para a natureza do espaço onde a agricultura se desenvolve, mediatizando-a em agricultura *da* cidade.

Embora o espírito pragmático e discriminatório do desenvolvimentismo originário do Norte Global busque cindir a agricultura do contexto de onde se realiza, tornando-a uma atividade meramente produtiva e organizável segundo modelos abstratos, é preciso dizer que a realidade da vida cotidiana é muito mais poderosa do que a burocracia institucionalizada pelo pensamento lógico. A agricultura da cidade é marcada pela pluriatividade, sendo tanto diferente em suas práticas quanto agremiada em seus desafios.

Essa agricultura também é atravessada pelos condicionantes da cidade, mesclando-se com outras lutas sociais e reivindicações por direitos. Nesse sentido, a agricultura da cidade se confunde, mescla e mediatiza com a luta por direito à moradia, ao saneamento, à alimentação adequada, às lutas feministas e antirracistas que existem no Rio de Janeiro.

A própria ideia de pluriatividade – neste trabalho descrita segundo tipologias de agricultura, o manejo de resíduos, os saberes da culinária e as práticas da artesanato – é de difícil enquadramento nas políticas públicas municipais, as quais poderiam ser verdadeiras promotoras de cidadania, sobretudo em uma cidade tão diversa como é o Rio de Janeiro. Como demonstrei ao longo deste trabalho, há um vazio institucional, quando se fala de agricultura urbana, no Brasil. Buscando superar esse vazio, movimentos sociais da cidade se organizam em redes que buscam um avanço da cidadania para os agricultores urbanos da cidade do Rio de Janeiro, levando em consideração toda a diversidade da agricultura da cidade.

Essas questões trazem desafios importantes para a consecução da cidadania, pois o instrumental legal e as políticas públicas desenvolvidas para o setor ainda se amparam sob a lógica da dicotomia entre campo e cidade. Essa questão dificulta o reconhecimento das atividades *da* cidade como dignas de políticas públicas, como aquelas agremiadas no Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por exemplo, cerceando o acesso dos agricultores da cidade a direitos e políticas públicas promotoras de cidadania.

A partir dessas questões, de não reconhecimento da agricultura *da* cidade conformes às políticas públicas aparentemente desenvolvidas para o meio rural, descrevo o repertório de comunicações visíveis da Rede CAU, as quais têm na ocupação da cidade com o corpo seu meio de comunicação. Tais repertórios se manifestam em adjutórios que buscam reforçar os laços sociais entre os diversos grupos que praticam a agricultura da cidade, na transformação do espaço público em uma arena de auto-organização propiciada pelo consumo, na disputa por espaços de escuta institucional ou na formação de uma frente parlamentar capaz de promover um avanço legislativo.

Acredito que todas essas questões colocam em evidência o papel central que a comunicação popular desempenha na busca por cidadania. Muito mais do que a produção de conteúdos alternativos, a comunicação popular deve ser entendida como um processo de produção coletiva de conhecimento, de auto-organização civil, de disputas por sentidos e de uma luta incessante pela transformação da realidade rumo à liberdade.

As práticas que pude acompanhar sugerem que o corpo é o meio prioritário para o exercício da comunicação popular desenvolvida pela Rede Carioca de Agricultura Urbana. É nos corpos que se inscrevem boa parte das memórias das práticas da agricultura da cidade. É com a presença contígua dos corpos que se efetivam os espaços de auto-organização de um movimento agroecológico carioca, proporcionados pela voz. Ocupando os espaços públicos da cidade, os corpos promovem o encontro de produtores e consumidores, dentre muitos outros atores, envolvidos na formação de frentes de luta. Celebrando a vida, os corpos promovem sociabilidade, solidariedade e a tão desejada mudança rumo a uma cidadania plena.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, existe uma profunda simbiose entre o corpo e a cidade, entre a carne e a pedra do Rio de Janeiro. Esse entendimento, já consolidado no campo de estudos da socioantropologia urbana, entende que as relações entre corpo e cidade podem ser compreendidas segundo um componente comunicacional, à medida em que as cidades são mais abertas ou fechadas às intervenções de seus cidadãos quanto ao seu desenho, finalidades e modos de usar. Corpo e cidade formam um amálgama, material e simbólico, ao qual, sabemos, a cultura brasileira não é tão atenta, por sua longa tradição autoritária e silenciadora. Do mesmo modo, a própria sociologia, por muito tempo desatenta às questões do corpo, contribui para esse silenciamento.

Tenho a certeza de que se envolver no fluxo vivo dos movimentos sociais da cidade é uma atividade transformadora, sobretudo se empregada de acordo com a participação observante. Essa maneira de pesquisar, extremamente dialógica, possibilita a intervenção do pesquisador nas atividades dos movimentos sociais e, de modo recíproco, as questões dos movimentos influenciam no desenvolvimento da pesquisa.

Quanto a essa oportunidade, apenas tenho a agradecer a todas e todos que conheci nessa caminhada. Viva a Rede Carioca de Agricultura Urbana!

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

ALVEZ, Luiz Roberto. Cidadanear: uma gramática revolucionária. *In*: SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (org.). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021.

ANA. **Circuito Carioca de Férias Orgânicas**. [Relatório Interno para a campanha Agroecologia nos Municípios]: Rio de Janeiro, 2020.

ARAÚJO *et al.* Caracterização físico-química de frutos do biri-biri. **Revista Biotemas**, n. 22, v. 04, p. 1-6, 2009.

AS-PTA – Agricultura Familiar e agroecologia. **Cartilha – Caqui, fruta da estação, bendita fruta. Sabor do Sertão Carioca!** Rio de Janeiro, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://aspta.org.br/2021/07/01/cartilha-caqui-fruta-da-estacao-bendita-fruta-sabor-do-sertao-carioca/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

AS-PTA – Agricultura Familiar e agroecologia. **III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade**. Rio de Janeiro, 20 nov. 2009. Disponível em: <https://aspta.org.br/2009/11/20/iii-encontro-de-experiencias-de-agricultura-e-saude-na-cidade/>. Acesso em: 03 jul. 2022.

AS-PTA – Agricultura Familiar e agroecologia. **Os caquis do Maciço da Pedra Branca: memórias, histórias e receitas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2021. Disponível em <https://aspta.org.br/files/2021/07/E-book-Caderno-de-receitas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

AS-PTA; Rede CAU. **Os caquis do maciço da Pedra Branca: memórias, histórias e receitas**. AS-PTA: Rio de Janeiro, 2021.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAPTISTA, Sílvia Regina Nunes. **Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – PPGCICS, 2014.

BARBERO, Jesús-Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino de arte: anos 1980 e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BARBOSA, Marialva. **Comunicação e método: cenários e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. Anatomy of incommunication. *In*: GUMICIO-DAGRÓN, Alfonso; TUFTE, Thoas. **f Communication for Social Chante: Anthology - Historical and Contemporary Readings**. [1969] 2006.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. Communication Strategies for Rural Development. *In*: BELTRÁN, Luis Ramiro. Communication: Forgotten Tool of National Development. *In*: GUMICIO-DAGRÓN, Alfonso; TUFTE, Thoas. **f Communication for Social Chante: Anthology - Historical and Contemporary Readings**. [1963] 2006.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documento e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BENSANDON, Ligia Scarpa. **Tecendo Projetos Políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BLANCO-GARCÍA, Ilian; THÉODORE R., Florence L. **Frentes Culturales: uma aportación teórica y metodológica al estudio de la alimentación**. México, v. 20, n. 3_94, p. 134-147, Jul.-Sept. 2016.
- BORGES, Patrícia da Veiga. **Cultivos do Comum: comunicação e produção de ruralidades no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas: Papyrus, 1994.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: [Presidência da República], 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BRASIL. **Instrução Normativa SDA n.º 25 DE 23/07/2009**. Aprova normas sobre as especificações e as garantias, as tolerâncias, o registro, a embalagem e a rotulagem dos fertilizantes orgânicos simples, mistos, compostos, organominerais e biofertilizantes destinados à agricultura. Brasília, DF: [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento], 2009.

BRASIL. **Lei complementar n.º 111, de 1º de fevereiro de 2011**. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Brasília, DF: [Presidência da República], 2011. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/758414dfec085d47032577220075c7e4?OpenDocument>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 104, de 27 de novembro 2009**. Institui o Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande [...]. Brasília, DF: [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento], 2009. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/afddee576933dbfc032577220075c7d6?OpenDocument>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRECHT, Bertold. The Radio as an apparatus of communication. *In: GUMICIO-DAGRON, Alfonso; TUFTE, Thoas. **f Communication for Social Chante: Anthology - Historical and Contemporary Readings. [1927] 2006.***

BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 46-502, 2021.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CAIAFA, Janice. **A aventura das cidades**: ensaios e etnografias. Editora da FGV : Rio de Janeiro, 2007.

CALI, Denis D. **Mapping media ecology**: introduction to the field. New York: Peter Lang Publishing Inc., 2017.

CAMMAERTS, Bart; MATTONI, Alice; MCCURDY, Patrick (ed.). **Mediation and protest movements**. Bristol: Intellect, 2013. p. 39-56 [COSMOS].

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos caminhos da acumulação**: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808~1835). São Paulo: Alameda, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro; São Paulo: Ouro sobre o azul; EDUSP, 2017.

CARIO, Silvio A. F.; GOMES, Márcio G.; SIGAÚQUE, Eduardo S. A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Martini. **Revista Catarinense de Economia**, v. 3, n. 2, p. 80-104, 2019.

CARNEIRO, Maria José. Tipologias e significados do “rural”: uma leitura crítica. *In: LEITE, Sérgio Pereira; BRUNO, Regina (org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI***. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MauadX; FAPERJ, 2012.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papius, 2012.

CGU diz que cartão de Bolsonaro tem registro de vacina contra Covid e apura se dado é real. **G1**, Brasília, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/17/ministro-da-cgu-diz-que-ha-registro-de-vacina-contra-a-covid-no-cartao-de-bolsonaro-orgao-investiga-se-dado-e-real.ghhtml>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

CHAMI, Nandini; GURUMUTHY, Anita. Institutional listening: na essential principle for democracy in digital times. *In*: TACCHI, Jo; TUFTE, Thomas. **Communicating for change: concepts to think with**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

COUDRY, Nick. **Why voice matters**: culture and politics after neoliberalism. Sage Publications: London, 2010

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social Movements**: an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

DITADURA de Pinochet no Chile deixou mais de 40 mil mortes, diz relatório. G1, Rio de Janeiro, 18 ago. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

DOS SANTOS, Theotônio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 30, n. 5, p. 5-18, 2011.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**: vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ENNE, Ana. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 13-35, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Encontering Development**: the making and unmaking of the third world. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **A construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera. O desaparecimento do Mercado Municipal Praça XV, fator na formação do espaço público da Cidade do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010.

FRANCO, Fernanda da Silva. Agrofloresta – Sistemas agroflorestais. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anekelia de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Diccionario de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venânico, 2021.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREITAS, José Vicente. Educomunicação: contesxtualizando o processo de atribuição de sentidos e significados no delineamento do conceito. **Revbea**: São Paulo, v. 10, n. 2, p. 142-162, 2015.

FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1970.

FRIEDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

GIARD, Luce. Segunda Parte: Cozinhar. *In*: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 2.

GONZÁLEZ, Jorge. Frentes Culturales: por una comprensión dialógica de las culturas contemporáneas. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, Época II, v. VII, n. 14, p. 09-45, 2001.

GONZÁLEZ, Jorge. Juego Peligroso: feria, memorias urbanas y frentes culturales. **Colima (Mexico): Estudios sobre las Culturas Contemporaneas**, v. 4, n. 12, p. 11-46, 1991.

GONZÁLEZ, Jorge. Los Frentes Culturales: culturas, mapas, poderes y luchas por las definiciones legítimas de los sentidos sociales de la vida. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Universidad de Colima Colima, México, v. I, n. 3, p. 5-44, 1987.

GUHUR, Dominique; NIVIA, Silva Regina. Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

GUMICIO-DAGRON, Alfonso; TUFTE, Thoas. **f Communication for Social Chante: Anthology – Historical and Contemporary Readings**. [1974] 2006.

HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas. **Voice Matter: communication, development and cultural return**. Göteborg: Nordicon (University of Gothenburg), 2016.

HOLLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

IBAÑEZ, Mario Rodriguez. Resignificando a cidade colonial extrativista. *In*: DIGLER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

III ENCONTRO de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade [Campo Grande], 2009. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Cecília Figueiredo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmiWkV4Glr0&t=63s>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ISIN, Enghin F; TURNER, Bryan S. **Handbook of Citizenship Studies**. Sage Publications: London, Thousand Oaks, New Dheli, 2002.

JURIS, Jeffrey. **Networking Futures: the movements against corporate globalization**. Duke University Press: Durhan; London, 2008.

KAPLÚN, Mario. **Comunicación entre grupos: el método del cassete-foro**. Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones para e Desarrollo, 1984.

KAY, Cristoal. Theotônio dos Santos: o intelectual revolucionário, pioneiro da teoria da dependência. **Revista Reoriente**, v. 1, n. 1., p. 67-100, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOURE, Bruno. **A ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogerio Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LIMA, Caren. **Agriculturas na e da cidade do Rio de Janeiro**: dicotomias e especificidades da agricultura urbana. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

LIMA, Caren; BAPTISTA, Sílvia; ARRUDA, Susana; AMÂNCIO, Cristiane. A Rede Carioca de Agricultura Urbana e o direito à cidade. **Revista de Geografia Agrária**, v. 14, n. 34, p. 313-337, 2019.

LIMA, Venício Artur. **Comunicação e Cultura**: as ideias de Paulo Freire. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras; Itau Cultural, 2010.

MALDONADO, Efendy. Teorias críticas da comunicação: o pensamento de Armand Matterlart. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 6, p. 1-23, jul./dez. 1999.

MALVEZZI, Amarildo. Ética, liberdade e reflexividade: repensando Bourdieu. **Revista Sociologias**, ano 21, n. 52, p. 192-219, 2019.

MARINS, Luis Carlos M.; NUNES, Rafael Santos; SILVA, Nicácio da. *In*: Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ (org.). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro**: Caderno de experiências Agroecológicas. Rio de Janeiro: AS-PTA; Instituto PACS, 2014.

MATTELART, Armand. **Frentes Culturales y movilización de masas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1977.

MATTELART, Armand. Introduction. *In*: MATTELART, Armand; SIEGELAUB, Seth. **Communication and Class Struggle – volume 2**: liberation, socialism. New York: International Mass Media, 1983.

MATTELART, Armand. **Para leer el Pato Donald**. Mexico: Siglo XXI, 1979.

MATTONI, Alice. Repertoires of Communication in Social Movement Protests. *In*: Intellect, pp. 39-56[COSMOS], 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MELUCCI, Alberto. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana Y Democracia**. Ciudad de México: El Colegio de Mexico, Centro de Estudios Sociologicos, 1999.

MENDONÇA, Márcio Mattos de; MONTEIRO, Denis. Quintais da cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Agriculturas: experiências em assessoria em agroecologia**, v. 1, n. 10, p. 29-31, 2004.

MENDONÇA, Marcio Mattos de; MONTEIRO, Denis. Semeando agroecologia na cidade – notas sobre a construção da Rede da Agricultura Urbana do Rio de Janeiro. *In*: GT Construção do Conhecimento Agroecológico – AARJ. **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de Experiências Agroecológicas**. Rio de Janeiro: AS-PTA; Instituto PACS, 2014.

MÉO, Izabel Marques. A facilitação gráfica como técnica narrativa e de comunicação a serviço de práticas agroecológicas de cultivo de alimentos. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 22., 2017. **Anais [...]**. Volta Redonda: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANARI, Maximo. **La comida como cultura**. Gijón (Espanha): Ediciones Trea, 2004.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

MONTEIRO, Denis; MENDONÇA, Marcio. **Promoção da agroecologia na cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

NETO, João Mendes da Rocha. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. **Saúde debate**, v. 46, num especial, 2022.
NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

O QUINTAL da dona Leda. [Rio de Janeiro], 2009. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Cecília Figueiredo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T37z70zlwEk>. Acesso em: 8 ago. 2022.

OLIVEIRA, Noelle. Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 15 maio 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>. Acesso em: 15 fev. 2023.

OLIVEIRA, Rogério (org.). **Paisagens do Sertão Carioca: Floresta e Cidade**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RJ, 2020.

ONG, Walter. **Orality and Literacy: the technologizing of the world**. Lodon; New York: Routledge, 1982.

OPU, Erick Ewoh. **Social Networks and Participatory Governance of Urban Green Commons: The case of Vuosaari District in Helsinki, Finland**. Department of Rural Development [Master's Thesis]: Uppsala, 2014.

PACTO de Milão: História do Pacto. **Portal de Dados Circuitos do Desenvolvimento Rio**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://desenvolvimento-rio-pcrj.hub.arcgis.com/pages/pacto-milao>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PACTO DE MILÃO SOBRE POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO URBANA. Oikos – Cooperação e Desenvolvimento (www.oikos.pt). 23 dezembro de 2015. Disponível em: https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2020/12/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PAIVA, Raquel. Paulo Freire: a cidadania compreensiva. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 71-81, set./dez. 2021.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacional-desenvolvimentismo**. São Paulo: Graal, 2000.

PARENTE ARAGÃO, Iury. Primeira década do Ciespal: fundação e narrativas de investigação. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, I, v. 135, p. 339-360, 2017.

PEIXOTO, Sílvia Alves; LIMA, Tânia Trindade. A planície dos muitos engenhos: uma arqueologia da paisagem do sertão açucareiro. *In*: FERNANDEZ, Annelise; OLIVEIRA, Rogério (org.). **Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Paulo Freire's role and influence on the praxis of popular communication in Brazil. **The International Communication Gazette: SAGE Publications**, v. 82, n. 5, p. 425-439, 2020.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 23, 3, p. 161-190, 2017.

PETRUS, Fernanda; CORRÊA DO LAGO, Luciana; FERRER, Luisa. Agricultura urbana e direito à cidade. *In*: RIBEIRO, Luiz Cezar Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (org.). **Reforma urbana e direito à cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2010.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

QUEBRAL, Nora C. Development Communication in the Agricultural Context. *In*: GUMICIO-DAGRON, Alfonso; TUFTE, Thoas. **Communication for Social Change: Anthology – Historical and Contemporary Readings**. 2006.

RENO, Denis P. O latino-americano Luis Ramiro Beltrán e as suas políticas nacionais de comunicação de massa. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-10, 2007.

RESÍDUOS orgânicos representam metade do lixo gerado no Brasil. **ReciclaSampa**, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/residuos-organicos-representam-metade-do-lixo-gerado-no-brasil>. Acesso em: 15 fev. 2023.

REZENDE, Constança. Exclusivo: governo Bolsonaro pediu propina de US\$ 1 por dose, diz vendedor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

RIO DE JANEIRO. **Rio Lei Orgânica do Município**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comalt-do205.pdf. Acesso em: 09 jan. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de lei complementar nº 140/2015**. Institui a operação urbana consorciada da região das Vargens e o Plano de Estruturação Urbana de Vargens, define normas de aplicação de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: [Câmara Municipal do Rio de Janeiro], 2015. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/1ce2ce7b3cdf59b90325775900523a3f/05ae12650ed2e9c283257f150053fd3e?OpenDocument>. Acesso em: 12 set. 2022.

RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Rio é recriado. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Notícia**. Rio de Janeiro, 19 dez. 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8884151>. Acesso em: 09 jan. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei n.º 1854/2020**. Dispõe sobre o circuito carioca de feiras orgânicas e consolida no âmbito municipal conceitos sobre o sistema orgânico de produção agropecuária. Rio de Janeiro, RJ: [Câmara Municipal do Rio de Janeiro], 2020. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ab87ae0e15e7d44d0325863200569395/0325864700576d26032585a7006cc2ee?OpenDocument&CollapseView>. Acesso em: 07 jan. 2022.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Decreto Legislativo nº 251/2020. **Susta a resolução SMDEI “n” nº 069 de 10 de junho de 2020**. Rio de Janeiro, RJ: [Câmara Municipal], 2020. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/d43cd380f64fb1a9032577590052088c/635e3af71470e0b60325859000823efc?OpenDocument>. Acesso em: 10 dez. 2022.

RIO DE JANEIRO. Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Carioca. Rio de Janeiro, 11 mar. 2021. Disponível em: http://www.camara.rj.br/includes_php/comissao.php?ft=159. Acesso em: 20 jan. 2023. RECURSOS do Pronaf no Plano Safra irão aumentar em 12%. **Ministério da Agricultura e Pecuária – Notícias**, Brasília, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/recursos-do-pronaf-no-plano-safra-irao-aumentar-em-12>. Acesso em: 09 jan. 2022.

RIZZI, Maria Christina de Souza. Reflexões sobre a Abordagem Triangular de Ensino. *In*: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCCA, Fabio La. **A cidade em todas as suas formas**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RODRIGUES, Renan de Oliveira. **Cidade, participação social e segurança alimentar e nutricional do Rio de Janeiro (CONSEA-RIO) na formação de uma agenda pública**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2019.

SALVATIERRA, Eliany; MORELATO, Rodrigo Rossi. Pega visão: relatos de um processo educacional. **Revista Esferas**, n. 13, p. 117-125, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A implantação da Zona Rural como um “celeiro da capital”: o exemplo do Rio de Janeiro (1917~1935). **Revista Espacialidades (online)**, v. 17, n. 1, p. 479-505, 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. New York: Alfred A. Knopf Inc, 1999
 SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SERVAES, Jan (ed.). **Handbook of Communication for Social Development and Social Change**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2020.

SHRAMM, Wilbur. **Mass Media and National Development**. Stanford (California): Standford University Press; UNESCO, 1964.

SILVA, Inês Machilene; PEIXOTO, Ariane Luna. O mercado de Madureira e a Ceasa na construção do saber popular sobre plantas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasil. *In*: PEIXOTO, Ariane Luna; SILVA, Inês Machilene (org.). **Saberes e usos de plantas: legados de atividades humanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2011.

SILVA, José Afonso. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. **Revista Informação Legislativa**, v. 47, n. 187, 2010.

SILVA, Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar. Apresentação. *In*: SILVA, Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (org.). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021.

SILVA, Uschi. **Rede Carioca de Agricultura Urbana: desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; ALMEIDA, Lucia Helena Maria de; RIBEIRO, Crista de Brito; ASSIS, Renato Linhares de. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Agroecologia – Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão (SE), v. 15, Ano 2, 2020.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

STRATE, Lance; BRAGA, Adriana; LEVINSON, Paul. **Introdução à ecologia das mídias**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2019.

STRAUCH, Guilherme de Freitas; PALM, Juliano Luis. Uma leitura sobre o processo histórico de construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica

(Peapo) no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Agroecologia – Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão (SE), 2020.

SUZINA, Ana Cristina (ed.). **The Evolution of popular communication in Latin-America**. London: Palgrave MacMillan, 2021.

TACCHI, Jo; SABIESCU, Amalia; GORDANO, Cecilia. **Communicative Ecologies in Adult Education**. Tampere (Finlândia): Tampere University Press, 2020.

TECA. **Relatório final da I Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro: TECA, 2019.

THIBAUD, Jean-Paul. **Éprouver la ville en passant: en quête d'ambiances**. Metis Presses: Paris, 2015.

TIRIBA, Lia. A economia popular e solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TRUMMAN, Harry. [1949] 1964. **Public Papers of the Presidents of the United States: Harry S. Truman**. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/app/details/PPP-1949-book1>. Acesso em: 19 out. 2022.

TUFTE, Thomas. **Communicantion and social change: a citizen perspective**. London: Polity Press, 2017.

TUFTE, Thomas; JIMÉNES-MARTÍNEZ, César; SUZINA, Ana Cristina. Deconstructing participatory communication and civil society in 2020: a perspective inspired by Paulo Freire. **COMMONS Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital**, v. 9, n. 2, p. 48-78, 2020.

VENÂNCIO, Ana Teresa A.; POTENGY, Gisélia Franco. Apresentação. *In*: VENÂNCIO, Ana Teresa A.; POTENGY, Gisélia Franco (org.). **O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL (Brasil). **Verdejar Socioambiental**. Rio de Janeiro, 23 jan. 2021. Facebook: VerdejarSocioambiental. Disponível em: <https://www.facebook.com/VerdejarSocioambiental>. Acesso em: 10 fev. 2023.

VON ZUEN, Newton Aquiles. Introdução. *In*: BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2001.

WEBER, Max. **La ville**. Paris: Aubier Montaigne, 1982.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ZAROWSKY, Mariano. Armand Mattelart: un itinerario intelectual entre América Latina y Europa. **ContraCorriente**, v. 9, n. 2, p. 221-247, Winter 2012.

ANEXO A – Sistematização das entrevistas semi-estruturadas

ENTREVISTADO	DATA DA ENTREVISTA	TEMAS ABORDADOS
Representante do GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro	Dezembro de 2018	<ul style="list-style-type: none"> - Breve História de Vida; - Como aconteceu o contato de experiências de agricultura urbana entre Zona Oeste e Zona Norte da cidade; - Realização do III Encontro de Experiências em Saúde e Agricultura na Cidade; - Formas de comunicação da Rede CAU antes dos aplicativos de mensagens;
Representante de Organização de Base Comunitária da Zona Norte	Dezembro de 2018	<ul style="list-style-type: none"> - Breve história de vida (migração do interior para a cidade); - Principais Atividades que desenvolve na organização; - Experiências que a Rede CAU proporcionou; - Principais desafios para a construção da agroecologia na Zona Norte;
Representante da Juventude Agroecológica da Rede CAU	Agosto de 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Breve história de vida; - Como começa a participar das atividades da organização; - Principais desafios das juventudes; - Impressões sobre as atividades de pesquisa-participantes (oficinas de podcasts) realizadas;
Representante da Juventude Agroecológica da Articulação Nacional	Março de 2022	<ul style="list-style-type: none"> - Breve história de vida; - Como se envolve com o movimento agroecológico; - Quais as dificuldades de participar

de Agroecologia e da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro		de tantas redes (municipais, estaduais, nacionais); - O papel da tecnologia na articulação do movimento agroecológico;
Representante da Governança da Rede CAU	Março de 2022	- Breve história de vida; - Contexto de surgimento da Rede CAU; - Modo de organização da Rede CAU; - Principais desafios para a agroecologia urbana; - Como se organizam os Conselhos Municipais dos quais a Rede CAU faz parte; - Como se organizam as frentes parlamentares;
Extensionista (estudante de biologia/geografia)	Agosto de 2022	- Breve história de vida; - Como funciona o Sistema Participativo de Garantia; - Principais desafios para o acesso de políticas públicas pelos agricultores urbanos; - Como se dá a interação entre técnicos/militantes e agricultores/processadores
Representante de Organização de Base Comunitária da Zona Oeste	Setembro de 2022	- Breve História de vida; - Quais as principais atividades desenvolvidas na organização; - Como a compostagem pode ser entediada como processo de educação ambiental; - Como se dão processos de construção coletiva do conhecimento agroecológico; - Compromisso e prática da compostagem;